



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

*Ocos meus  
a quem muito quero:*

**ANA CRISTINA SANTOS FARIAS**

*Mamão  
Obristeres  
Bellinha e Filhos  
Nicinha*

**ESCRITOS E GUARDADOS: CEM ANOS DE ESCRITA PRIVADA DE UMA  
FAMÍLIA BAIANA AO LONGO DO SÉCULO XX**

*In. M. E.*

**SALVADOR  
2023**

*Bahia, 22 de Fevereiro de 1941.*

**ANA CRISTINA SANTOS FARIAS**

**ESCRITOS E GUARDADOS: CEM ANOS DE ESCRITA PRIVADA DE UMA  
FAMÍLIA BAIANA AO LONGO DO SÉCULO XX**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Língua e  
Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia  
para obtenção do título de doutora em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. José Amarante Santos Sobrinho

**SALVADOR**  
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos Farias, Ana Cristina

Escritos e guardados: cem anos de escrita privada  
de uma família baiana ao longo do século XX / Ana  
Cristina Santos Farias. -- Salvador, 2023.

296 f. : il

Orientador: José Amarante Santos Sobrinho.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em Língua  
e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,  
Instituto de Letras, 2023.

1. Arquivo familiar. 2. Cultura escrita. 3.  
Escrita ordinária. 4. Memória. I. Santos Sobrinho,  
José Amarante. II. Título.



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC)

ATA Nº 8

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC), realizada em 28/04/2023 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM LÍNGUA E CULTURA no. 8, área de concentração Linguística Histórica, do(a) candidato(a) ANA CRISTINA SANTOS FARIAS, de matrícula 217123497, intitulada Escritos e guardados: cem anos de escrita privada de uma família baiana ao longo do século XX.. Às 09:00 do citado dia, Sala de defesas da Pós-graduação, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. JOSE AMARANTE SANTOS SOBRINHO que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. ELIANA CORREIA BRANDAO GONCALVES, Prof. Dr. GILMARIO MOREIRA BRITO, Profª. Dra. TANIA CONCEICAO FREIRE LOBO e Profª. Dra. LICIA MARIA FREIRE BELTRAO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca:

  
Dr. GILMARIO MOREIRA BRITO, UNEB  
Examinador Externo à Instituição

  
Dra. TANIA CONCEICAO FREIRE LOBO, UFBA  
Examinadora Externa à Instituição

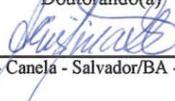
  
Dra. LICIA MARIA FREIRE BELTRAO, UFBA  
Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente  
 ELIANA CORREIA BRANDAO GONCALVES  
Data: 14/03/2024 18:17:30-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. ELIANA CORREIA BRANDAO GONCALVES, UFBA  
Examinadora Interna

  
Dr. JOSE AMARANTE SANTOS SOBRINHO, UFBA  
Presidente

ANA CRISTINA SANTOS FARIAS  
Doutorando(a)



Dedico este trabalho às mulheres pretas de outrora, àquelas que tanto quiseram, mas não puderam, àquelas que sequer ousaram querer, às que desistiram sem esperança e àquelas que contribuíram para que outras pretas aqui chegassem.

## AGRADECIMENTOS

A redação dos agradecimentos é um momento especial, pois significa que encerramos uma etapa de um longo processo, que é de imersão, de mergulho profundo, mas também de desafios e de superação. Nesses momentos, nunca estamos sós. Não estive sozinha. Assim, agradeço a Deus e ao cortejo de invisíveis que me acompanha, inspira e protege. Que haja luz sobre a humanidade. Obrigada.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. José Amarante, pelo cuidado de sua orientação nesse período, pela confiança empenhada, pela amizade e pela contribuição sensível no desenho desta Tese. Nada disso seria possível sem sua atuação. Obrigada.

Agradeço aos membros da banca, desde já, pelo cuidado de sua leitura e pelas contribuições que este estudo, tenho certeza, receberá. Nomeadamente, agradeço às professoras Dras. Lícia Beltrão e Tânia Lobo, que já acompanham minhas incursões na História Social da Cultura Escrita desde o Mestrado e deram valiosa contribuição na Defesa de Qualificação da Tese ora textualizada.

Agradeço ao Professor Antonio Castillo Gómez, por ter aceitado ser meu orientador no Doutorado Sanduiche, pela acolhida na Espanha, pela atenção dispensada e pelos cafés maravilhosos que tomamos nos intervalos das atividades acadêmicas. Meu muito obrigada à professora Verónica Sierra Blas, tão carinhosa nas relações e tão instigante em suas aulas. Agradeço, igualmente, aos demais docentes com quem tive contato, aos membros grupo de pesquisa *Lectura, Escritura y Alfabetización* - LEA e aos funcionários da *Universidad Alcalá de Henares*, sempre atenciosos. Ainda, muito obrigada às amigas que fiz nesse período, Ana Cláudia, Shayenne e Loraine, com quem compartilhei momentos de lazer inesquecíveis no *El gato verde*, onde nos refugiávamos do frio e experimentávamos cervejas estranhas.

Agradeço a Egidio e Isabel Lopes d'Almeida (*in memoriam*), e a todos os seus descendentes, pelo uso que fizeram da escrita. Especialmente, agradeço a Agnes Bezerra, por ter me apresentado o *Livro do papai*, e a Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, guardiã do raro acervo elaborado ao longo de um século de práticas de escrita, por ter cedido os documentos para a pesquisa. Sem a preservação desse arquivo e sem a confiança depositada em mim, este trabalho não teria se realizado. Muitíssimo obrigada.

Minha gratidão ao corpo docente do Instituto de Letras, à Coordenação e à Secretaria do Programa da Pós-Graduação em Língua e Cultura, aos membros do HISCULTE e do PROHPOR e aos colegas do curso. Agradeço especialmente à amiga Carina Sampaio, com quem compartilhei momentos de estudo, de alegria e de apreensão, no lusco-fusco que é a vida

de estudantes que trabalham, embora a docência seja a melhor das atividades que já desempenhei no mundo do trabalho. Aproveito para agradecer aos meus alunos e alunas, provocadores de minhas inquietações, para quem desejo oferecer, sempre, o melhor.

Esse “melhor” está em formação permanente, de modo que algumas professoras, de quem fui aluna, colega ou professora, ocupam um lugar especial no perfil profissional que tenho construído. Assim, agradeço às docentes que tive na infância: Chiquinha, que me amava tanto; à professora Ana Maria, que acreditou em mim; à professora Cleonice, por quem me apaixonei, aos 8 anos; à professora Paula, por ter duvidado de mim, e, com isso, ter acordado minha reação. Do ensino médio, minha gratidão à professora Nini e à Conceição, pelo carinho e pelas aulas externas, tão instigantes; à professora Christiane, que disse que eu era inteligente e a Fernando Neves (*in memoriam*), meu muito querido professor de Teatro, por ter me ensinado a impostar a voz e por ter me mostrado tanto sobre História da Arte. De outros momentos de formação, na graduação e na pós, agradeço: à professora Ilza Ribeiro (*in memoriam*), pelo ingresso nos caminhos da pesquisa e pelo incentivo para prosseguir com os estudos; a Tânia Lobo, pelo conceito “S” na primeira avaliação que fiz, quando era aluna ouvinte de História Social da Cultura Escrita no Brasil e pelos muitos ensinamentos em Linguística Histórica e em Cultura Escrita; a Silvia Rita, pela confiança tão ampla em mim e em minhas competências; a Teresinha e Bel Quadros, pela leveza da amizade; a Tereza Fagundes, por compartilhar seu amor à Educação. Há muitos outros e outras responsáveis pelo brilho nos meus olhos, inscritos no meu coração e no meu intelecto.

Agradeço às professoras do GD Letras da Faculdade de Educação, onde tenho aprendido nas interações com colegas e nas práticas que tenho desenvolvido. Assim, meu muito obrigada para as queridas Fátima, Noemi, Raquel e Sandra. Vocês são incríveis! Assim como são incríveis aquelas que lhes antecederam nesse GD e que continuam partilhando seus saberes conosco: Dinéia, Emília Helena, Lícia e Mary. Obrigada.

Minha gratidão a Diná, amiga inteligente e prestativa que me ajudou na digitalização de uma parte do acervo.

“Aos meus a quem muito quero”

Às mulheres de minha família, devo mais que gratidão. Vocês fizeram, com alegria, amor e tenacidade, girar a roda que me põe em movimento. Vocês me ensinaram a ter fé e perseverança, paciência e coragem. D. Mãezinha, minha avó, e D. Célia, minha mãe, obrigada por tanto amor, por me ensinarem a ter autonomia, por me darem liberdade para que eu me

tornasse quem quisesse ser; tias Lucinha e Vera, obrigada por serem esteio para tantos filhos que vocês não geraram, por gostarem tanto de ler e pelas comidas gostosas. Tia Dira, gratidão por sua paz de espírito e pelo carinho, e, tia Tunu, obrigada por sua alegria e pelas histórias contadas nas noites de sexta-feira de minha infância. Minha tia Mirinha (*in memoriam*), obrigada por sua liberdade, você me ensinou a quebrar as amarras. Tio Edinho (*in memoriam*), obrigada por ter desejado estudar, a sua vontade não satisfeita ativou esse desejo em mim. Este Doutorado também é dedicado a você. À primarada querida, que são muito mais que primas e primos, meu afeto e gratidão pela infância divertida.

Aos meus muitos irmãos e irmãs, muito obrigada pelo afeto e pelos sobrinhos e sobrinhas. Especialmente, agradeço a Selma, Bitó, Ari, Anderson e Jai, pelo exercício de amor sempre renovado, pela união, pela admiração mútua e pela confiança compartilhada. Gratidão pela existência de minha irmã Rita, tão amorosa e iluminada. Agradeço a Eric, Maria Eduarda, Felipe, Ian e Fernanda, e suas mães, tão queridas, por renovarem nossa família com pessoas tão especiais. Um agradecimento especial para minha comadre Quele, que, num momento difícil da pandemia, assumiu cuidados com a saúde de minha mãe, para que eu comesse, dormisse ou estudasse. *Gratitude forever...*

Destaco a presença de algumas mulheres especiais. São elas: D. Adélia e D. Maria, afetos que habitaram minha vida em diferentes momentos e deixaram seu perfume em minha existência; Cica Caldas, com seu amor imenso; Marizete, que sempre viu em mim mais do que eu mesma percebia; Dona Dudu, tão acolhedora quando em minha chegada em sua família; e Julinha, minha afilhada, pela ternura de seu amor.

Aos meus amigos e amigas maravilhosos, meu muito obrigada por preencherem minha vida de entusiasmo, de risos frouxos e de alegria: Acácia, Amélia, Cica, Elizete, Help, Iêda Pinheiro, Irany, Júlio, Myra, Noemi, Patrícia, Rosinha, Sara, Vavá, Vilma, Yêda de Jesus, Zé Carlos... A todas as pessoas que movimentaram minha vida com amor e alegria, muito obrigada.

Por fim, agradeço à Bartira, minha companheira há 23 anos, que tem preenchido minha vida com amor e alegria. Obrigada pela parceria, pelo carinho, por acreditar em mim e por ter sido uma interlocutora curiosa nas muitas vezes em que li para você. Muito obrigada também por me incluir em sua linda família, a quem estendo minha gratidão.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa de Doutorado Sanduíche, concedida por meio do Programa de Internacionalização Capes PrInt. A atividade de intercâmbio foi fundamental para minha formação.

Obrigada, obrigada, obrigada.

*Perguntas de um trabalhador que lê*

Quem construiu a Tebas de sete portas?  
Nos livros estão nomes de reis:  
Arrastaram eles os blocos de pedra?  
E a Babilônia várias vezes destruída  
Quem a reconstruiu tantas vezes?  
Em que casas da Lima dourada moravam os  
construtores?  
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a  
Muralha da China ficou pronta?  
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:  
Quem os ergueu?  
Sobre quem triunfaram os Césares?  
A decantada Bizâncio  
Tinha somente palácios para os seus habitantes?  
Mesmo na lendária Atlântida  
Os que se afogavam  
gritaram por seus escravos  
Na noite em que o mar a tragou?  
O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
Sozinho?  
César bateu os gauleses.  
Não levava sequer um cozinheiro?  
Filipe da Espanha chorou,  
quando sua Armada naufragou.  
Ninguém mais chorou?  
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.  
Quem venceu além dele?  
Cada página uma vitória.  
Quem cozinhava o banquete?  
A cada dez anos um grande Homem.  
Quem pagava a conta?  
Tantas histórias.  
Tantas questões.

(Bertolt Brecht, 2000)

*E quando o texto acaba a escrita continua*

Pessoas mudas escrevem pra falar.  
Analfabetos aprendem a escrever.  
Pessoas sem braços escrevem com os pés.  
Os surdos escrevem no ar com gestos.  
Os cegos escrevem com a voz no escuro.  
Pessoas que esquecem escrevem listas.  
Canhotos escrevem com a mão esquerda.  
Pessoas distantes escrevem cartas.  
O tempo escreve no rosto rugas.  
Nas palmas linhas, nas pintas pontos.  
E nas estrelas cadentes.  
E nas cadeias escrevem nas paredes.  
E nas carteiras de escola.  
Neurônios escrevem na memória.  
Os genes escrevem nos corpos vivos.  
A chuva que escorre escreve nos vidros.  
E os dedos nos embaçados.  
E nas cavernas traçados de antepassados.  
Bisontes, flechas, humanos, arcos.  
E os médicos nas receitas.  
Orientais usam outras letras.  
De cima a baixo, nas verticais.  
E começando sempre por trás.  
Nos livros, placas e nos mangás.  
Escreventes, escrivães, escritores, escribas.  
Uns tomam notas para se lembrar.  
Outros fazem livros para serem lembrados.  
Passos escrevem no chão com rastros.  
Corvos espalham nanquim no alto.  
Galinhas grafam bicando o chão.  
Migalhas fazem frases de pão.  
Palavras ditas morrem no ar.  
Em pedra escrevem nomes dos mortos.  
E em placas de ruas.  
E quando o texto acaba a escrita continua.

(Arnaldo Antunes, 2010)

## RESUMO

Este texto é resultado da investigação em torno das práticas de escrita privada (CHARTIER, 1991) mantidas por Egydio Lopes d'Almeida e seus descendentes, cujos textos formam o acervo dos Lopes d'Almeida. O estudo partiu da seguinte tese: *A prática de escrita familiar, comprometida com o registro do cotidiano, nas esferas pública e privada, e de eventos esporádicos marcantes para o grupo funciona como mecanismo de sistematização e manutenção das memórias da família.* A pesquisa se orientou pelos princípios teórico-metodológicos da História Social da Cultura Escrita (PETRUCCI, 1999, 2003; CASTILLO GÓMEZ, 1995, 2003; SÁEZ SANCHEZ, CASTILLO GÓMEZ, 1999) e teve como objetivo *descortinar as práticas culturais tangentes à produção e à recepção de textos, de diferentes gêneros, mantidas pelos descendentes de Egydio Lopes d'Almeida ao longo do século XX.* Suas práticas evidenciaram uma ampla produção de textos, de diferentes gêneros, carregados de simbologia, como recurso de produção de memórias e manutenção dos valores essenciais da família. Tal estudo contribui para a compreensão da relação dos sujeitos com a escrita, objeto de poder e distinção, para a reconstrução histórica das práticas de escrita no Brasil, dá acesso a sociabilidades do longo século XX e oferece rico acervo para estudos linguísticos e socioculturais.

Palavras-chave: Arquivo familiar; Cultura escrita; Escrita ordinária, Memória.

## ABSTRACT

This text is the result of an investigation into private writing practices (CHARTIER, 1991) maintained by Egydio Lopes d'Almeida and his descendants, whose texts form the Lopes d'Almeida collection. The study started from the following thesis: The practice of family writing, committed to recording daily life, in the public and private spheres, and sporadic events that are important for the group, works as a mechanism for systematizing and maintaining family memories. The research was guided by the theoretical-methodological principles of the Social History of Written Culture (PETRUCCI, 1999, 2003; CASTILLO GÓMEZ, 1995, 2003; SÁEZ SANCHEZ, CASTILLO GÓMEZ, 1999) and aimed to uncover the cultural practices related to production and reception of texts, of different genres, maintained by the descendants of Egydio Lopes d'Almeida throughout the 20th century. Their practices showed a wide production of texts, of different genres, loaded with symbology, as a resource for producing memories and maintaining the essential values of the family. Such a study contributes to the understanding of the subjects' relationship with writing, an object of power and distinction, to the historical reconstruction of writing practices in Brazil, gives access to sociabilities of the long twentieth century and offers a rich collection for linguistic and sociocultural studies.

Key words: Family archive; Written culture; Ordinary writing, Memory.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia do Grupo Escolar Cel. Silvino Bezerra, Vila das Flores/RN .....	64
Figura 2 - Destaque da Figura 1 - Fotografia do Grupo Escolar Cel. Silvino Bezerra, Vila das Flores/RN ..	65
Figura 3 - Matéria sobre o modelo de mulher em anúncio no Jornal das Moças .....	68
Figura 4 - Diretoras de escolas cariocas com suas turmas no ano de 1916 .....	69
Figura 5 - Fotografias de normalistas no Jornal das Moças, 1917 .....	70
Figura 6 - Bilhetes postais no Jornal das Moças .....	71
Figura 7 - Fotografia de Egydio Lopes d’Almeida, s.d. ....	87
Figura 8 - “Genealogia e Odyssea”: as memórias de Egydio Lopes d’Almeida, f. 2r .....	92
Figura 9 - Trecho com expectativa de irmã Maria Evangelina acerca da leitura de seu texto, f. 2r .....	94
Figura 10 - Fotografia de Isabel Carolina Lopes d’Almeida, s.d. ....	99
Figura 11 - Fotografias de Bellinha e Vladimir, s.d. ....	100
Figura 12 - Fotografia de irmã Maria Evangelina e irmã Edith (1938) .....	101
Figura 13a - Carta de pedido de casamento de 1923, f. 1r .....	102
Figura 13b - Carta de pedido de casamento de 1923, f. 1v .....	103
Figura 14 - Comunicado do casamento de Bellinha e Vladimir (1924) .....	104
Figura 15 - Capa do álbum de formatura dos Contadores de 1946 .....	106
Figura 16 - Célia com sua beca de formatura do curso de Técnico em Contabilidade (1946) .....	106
Figura 17 - Imagem da Virgem Maria com o Menino Jesus (frente e verso) .....	108
Figura 18 - Imagem de Jesus Cristo e mensagem religiosa (frente e verso) .....	109
Figura 19 - Bilhete bem-humorado assinado por dois de seus filhos no Dia das Mães de 1991 .....	110
Figura 20 - Cartão de Natal feito por seu genro, Eduardo Xavier, para Célia e seu esposo José Bezerra .....	111
Figura 21 - Cartão assinado por Rita (frente e verso) .....	112
Figura 22 - Cartão assinado por Regi (frente e verso) .....	112
Figura 23 - Cartão assinado por Lia (frente e verso) .....	113
Figura 24 - Mensagem escolar elaborada por Graça (Gal) .....	114
Figura 25 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 1r .....	115
Figura 26 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 1v .....	116
Figura 27 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 2r .....	117
Figura 28 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 2v .....	118
Figura 29 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 3r .....	119
Figura 30 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 3v .....	120
Figura 31 - Lembrança escolar do dia da vovó .....	121
Figura 32 - Lista das viagens realizadas a Recife .....	121
Figura 33 - Cartão natalino confeccionado por Clélia .....	121
Figura 34 - Vladimir e Maria, sua esposa (madrasta de Célia), s.d. ....	124
Figura 35 - Carta de Vladimir para Célia de 29 de agosto de 1963 .....	128
Figura 36 - Terceiro diário de Célia Almeida Gil Ferreira, 9 de março de 1993 .....	133
Figura 37 - Anotações avulsas coladas no primeiro diário Eduardo Pinheiro Xavier (1) .....	138

Figura 38 - Anotações avulsas coladas no primeiro diário Eduardo Pinheiro Xavier (2) .....	139
Figura 39 - Fotografia de Eduardo na ficha de inscrição na Olimpíada Baiana da Primavera, s.d. ....	141
Figura 40 - Irmã Edith e irmã Isabel em fotografia dedicada à Bellinha (1936) .....	145
Figura 41 - Eunice (Nicinha) - fotografia (s.d.) com dedicatória .....	147
Figura 42 - Mensageiro do Coração de Jesus, ed. 24, tom. II, maio 1898, p. 2 .....	166
Figura 43 - Trecho do Pequeno manual do apostolado da oração .....	170
Figura 44 - Egydio, sua esposa, cuja imagem está cortada, suas filhas e filho .....	172
Figura 45 - Contracapa e dedicatória do livro de irmã Maria Evangelina .....	173
Figura 46 - Livro de conselhos de irmã Maria Evangelina, f. 11r .....	177
Figura 47 - Carteira de trabalho de Célia Almeida Gil Ferreira, f. 3r e f. 3v .....	185
Figura 48 - Fotografia de Célia e sua bebê Ana Elisabete (1953) .....	187
Figura 49 - Capa do Diário parental .....	188
Figura 50 - Livro de família 1, f. 11r .....	194
Figura 51 - Livro de família 1, f. 11v .....	195
Figura 52 - Livro de família 1, f. 12r .....	196
Figura 53 - Livro de família 1, f. 12v .....	197
Figura 54 - Livro de família 1, f. 13r .....	198
Figura 55 - Livro de família 1, f. 13v .....	199
Figura 56 - Livro de família 2, f. 45v .....	204
Figura 57 - Destaque do Diário 2, f. 60v .....	209
Figura 58 - Destaque do Diário 2, f. 61r .....	210
Figura 59 - Destaque do Diário 3, f. 59v .....	211
Figura 60 - Destaque do Diário 3, f. 60r .....	212
Figura 61 - Vapor Prudente de Moraes ancorado no porto de Januária-MG (1900-1910) .....	221
Figura 62 - Diário de Theodoro Sampaio, 1905.....	225
Figura 63 - Vista do rio São Francisco, por Reginald Gorham (1927) .....	226
Figura 64 - Margens do S. Francisco, perto de Sento Sé, por Reginald Gorham (1927) .....	226
Figura 65 - Página inicial do diário de viagem de Egydio - f. 8r .....	230
Figura 66 - Cais de Juazeiro antes da construção da ponte [1910-1950] .....	233
Figura 67 - 1ª capa do caderno com o diário de viagem ao Rio de Janeiro, 1984.....	235
Figura 68 - Vestígio de página suprimida do diário de viagem .....	236
Figura 69 - Diário de viagem, f.1r com rasura na data .....	236
Figura 70 - Diário de viagem, f.2v com rasura para continuação .....	237
Figura 71 - Lista de presentes na 3ª capa do caderno .....	238
Figura 72 - Registro com irmã Isabel (Graziella/Gazu) -1984 .....	239
Figura 73 - Editorial do Livro da tribo, f. 2r .....	250
Figura 74 - Livro da tribo, f. 2v a 6r .....	251
Figura 75 - Livro da tribo, f. 23v e 24r .....	252
Figura 76 - Livro da tribo, f. 67v .....	254
Figura 77 - Ana Elisabete registrando sua viagem .....	255

Figura 78 - Reflexão de Ana Elisabete com diálogo com o texto citado, f. 13v .....	257
Figura 79 - O trio elegante: Ana, Coutinho e Regi .....	263
Figura 80 - Trechos da escrita do trio elegante: Ana, Coutinho e Regi, f. 69v .....	265
Figura 81 - Primeiro registro da viagem: localidades com distâncias relativas ao ponto de partida - f. 68r.	267
Figura 82 - Jardim secreto 1 .....	269
Figura 83 - Jardim secreto 2 .....	270

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vias de entradas privilegiadas para o estudo da HCE no Brasil .....	47
Tabela 2 - Áreas do conhecimento que estudam a História da Cultura Escrita no Brasil .....	48
Tabela 3 - Evolução do número de analfabetos e da taxa de alfabetismo entre a população de 5 anos ou mais, segundo os censos demográficos do Brasil de 1872 a 2000 .....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Textos produzidos por Egydio Lopes d'Almeida e seus descendentes .....	32
Quadro 2 - Textos de terceiros preservados pelos descendentes de Egydio Lopes d'Almeida .....	32
Quadro 3 - Árvore genealógica dos Lopes d'Almeida referente aos que têm parte no acervo .....	88
Quadro 4 - Recorte da árvore genealógica dos Lopes d'Almeida que contribuíram para o acervo .....	83
Quadro 5 - Coleção Egydio Lopes d'Almeida .....	86
Quadro 6 - Filhos e filhas de Egydio e Isabel Carolina .....	89
Quadro 7 - Coleção irmã Maria Evangelina .....	93
Quadro 8 - Recorte da Árvore Genealógica dos Lopes d'Almeida com destaque para Maria Elisabeth .....	143
Quadro 9 - Recorte da Árvore Genealógica dos Lopes d'Almeida com destaque para Célia .....	182
Quadro 10 - Gêneros textuais produzidos por Célia Almeida Gil Ferreira .....	186
Quadro 11 - Subseções do Livro de família 1 por assunto abordado .....	193
Quadro 12 - Diários pessoais de Célia Almeida Gil Ferreira .....	207
Quadro 13 - Recorte da Árvore Genealógica dos Lopes d'Almeida com escritores de diários de viagem ....	219

## LISTA DE SIGLAS

AAS	Ácido Acetilsalicílico
ampl.	Ampliada
Art.	Artigo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB	Camping Clube do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica
COT	Centro de Ortopedia e Traumatologia
DESAGRO	Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia
DP	Diário parental
ed.	edição; editor
Ed.	Editora
f.	Fólio
FAPEX	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão
HISCULTE	História Social da Cultura Escrita
HSCE	História Social da Cultura Escrita
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCORPLAN	Incorporações e Planejamentos Imobiliários
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IrME.	Irmã Maria Evangelina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEA	Lectura, Escritura y Alfabetización
LF	Livro de Família
n.	Número
NHC	Nova História Cultural
NIPED	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Documento
Org.	Organizador
p.	Página
PHPB	Projeto para a História do Português Brasileiro
PIS	Programa de Integração Social
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
r.	Recto
reimp.	Reimpressão
rev.	Revisada
Rev.	Revista
s.d.	sem data
s.l.	<i>sine locus</i> (sem local)
s.n.	<i>sine nomine</i> (sem nome)
SIECE	Seminário Interdisciplinar de Estudios sobre Cultura Escrita
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
v.	Verso
v.	Volume

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	20
1.1	<b>Pelos caminhos da cultura escrita: definição do tema</b>	21
1.1.1	O intercâmbio - contribuição fundamental para a abordagem do tema	24
2	<b>DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	28
2.1	<b>O acervo: um baú de guardados</b>	28
2.2	<b>Os descendentes: genealogia e testemunho</b>	33
2.2.1	Maria Elisabeth Lopes d’Almeida: a filha	33
2.2.2	Célia Almeida Gil Ferreira: a neta	33
2.2.3	Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho: a bisneta	34
2.3	<b>Para a textualização, ensaios</b>	35
2.3.1	Plano de textualização	37
2.4	<b>O desejo do arquivo é um desejo que arde</b>	40
2.5	<b>Cultura Escrita no âmbito da História Cultural</b>	41
2.5.1	Por uma História Social da Cultura Escrita: o aporte de Armando Petrucci	43
2.5.2	A vez e a voz das pessoas comuns: por uma História Vista de Baixo	49
2.6	<b>Dando nomes aos documentos: da terminologia empregada</b>	52
3	<b>A ESCRITA: UMA EXPRESSÃO DA CULTURA AO LONGO DO SÉCULO XX</b>	57
3.1	<b>Educação escolar e projeto de nação: discursos, práticas e representações</b>	59
3.2	<b>Avanços e recuos no acesso à escolarização</b>	72
3.2.1	Evolução das taxas de alfabetização ao longo do século XX	76
4	<b>ENSAIO I - ESCRITOS E GUARDADOS: O ACERVO DOS LOPES D’ALMEIDA</b>	83
4.1	<b>O acervo Lopes d’Almeida</b>	84
4.2	<b>Egydio: “o culpado de tudo”</b>	86
4.3	<b>“O meu desejo<sup>†</sup> é que leiam essas páginas todos os dias”</b>	93
4.4	<b>Entre uma escrita e outra, diversos textos, muitas histórias</b>	98
4.5	<b>Vestígios do cotidiano: entre mil nadas, um pouco de tudo</b>	105
4.5.1	A presença do ausente: as cartas de Vladimir	122
4.5.1.1	<i>O privado e o passado inscritos nas cartas</i>	129
4.6	<b>Ana Elisabete: a guardiã de memórias</b>	131
4.7	<b>A escrita privada do jovem Eduardo: escrita de si e sociabilidades nos anos 60 do séc. XX</b>	134
5	<b>ENSAIO II - “LA PLUMA DE DIOS”: O TESTEMUNHO DE IRMÃ MARIA EVANGELINA</b>	143
5.1	<b>As peculiaridades dos Lopes d’Almeida</b>	148
5.2	<b>Juazeiro da Bahia, a “côrte do sertão”</b>	152
5.3	<b>Escola Normal: educação, cultura e controle social</b>	158

5.4	<b>A Igreja: agência de letramento e de controle de corpos e mentes</b> .....	161
5.4.1	O Apostolado da Oração em Juazeiro .....	162
5.5	<b>“Aos meus a quem muito quero”</b> .....	172
6	<b>ENSAIO III - ENTRE DITOS E NÃO DITOS, SILÊNCIO E SILENCIAMENTO NA ESCRITA DE DIÁRIOS</b> .....	182
6.1	<b>Célia Almeida Gil Ferreira: a terceira guardiã</b> .....	183
6.2	<b>A coleção Célia Almeida Gil Ferreira: atos de memória</b> .....	185
6.2.1	Diário parental: a chegada da bebê .....	187
6.2.2	Livro de família 1: “Meus filhos - datas e fatos importantes” .....	191
6.2.3	Livro de família 2: passando a vida a limpo .....	202
6.2.4	Os diários pessoais: na diversidade dos ditos, o lugar do silêncio .....	206
7	<b>ENSAIO IV - A ESCRITA QUE VIAJA, MAS SE MANTÉM PRIVADA: OS DIÁRIOS DE VIAGEM DO ACERVO LOPES D’ALMEIDA</b> .....	219
7.1	<b>A bagagem do viajante</b> .....	220
7.2	<b>Pelas águas do “majistoso”, de Juazeiro a Pirapora</b> .....	225
7.3	<b>Vestígios de si no registro de bordo</b> .....	229
7.4	<b>Setenta e cinco anos depois, outra viagem, uma nova história</b> .....	233
7.5	<b>O livro da tribo: os escritos da guardiã de memórias</b> .....	248
7.5.1	A primeira viagem: caminhos potiguares .....	258
7.5.2	A segunda viagem: pelas águas do Litoral Norte de Salvador .....	265
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	272
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	278
	<b>APÊNDICE A</b> - Cartas datiloscritas de Vladimir (1963) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira .....	288
	<b>APÊNDICE B</b> - Cartas manuscritas de Vladimir (1963) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira .....	289
	<b>APÊNDICE C</b> - Cartas datiloscritas de Vladimir (1964) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira .....	290
	<b>APÊNDICE D</b> - Cartas manuscritas de Vladimir (1964) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira .....	291
	<b>APÊNDICE E</b> - Cartas datiloscritas de Vladimir (1965) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira .....	292
	<b>APÊNDICE F</b> - Cartas manuscritos de Vladimir (1965) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira .....	293
	<b>APÊNDICE G</b> - Carta datiloscrita de Vladimir (1966) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira .....	294
	<b>APÊNDICE H</b> - Cartas diversas.....	295
	<b>APÊNDICE I</b> - Roteiro de entrevista .....	296

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados da pesquisa em torno das práticas de escrita privada dos descendentes de Egidio Lopes d’Almeida, topógrafo de formação, nascido em 1863, na Vila de Itapicuru de Cima, e radicado no município de Juazeiro, na Bahia. Ele é autor dos gêneros memórias e diário de viagem, textos que estão no suporte *Livro do papai*, objeto de estudo no Mestrado (FARIAS, 2014). Considero seu impulso de escrita como o ato inaugural que fomentou as práticas de seus descendentes, que produziram e colecionaram textos de variados gêneros ao longo do século XX.

A pesquisa se desenvolveu na perspectiva da História Social da Cultura Escrita (HSCE), vertente da Nova História Cultural (NHC), cuja noção de cultura extrapola a visão dicotômica erudito *x* popular. Trata-se de uma abordagem para a qual importam o cotidiano e as práticas socioculturais das pessoas comuns, assim como as distintas maneiras como se relacionavam com as práticas sociais de leitura e de escrita em seus tempos e lugares. Nesse tipo de abordagem, aquilo que insurge do fazer cotidiano tem primazia sobre o “fato”. Assim, a escrita de foro privado, aquela de caráter ordinário, elaborada por sujeitos que, em geral, são excluídos da historiografia tradicional, recobre-se de valor e passa, também, a contar a história das sociedades a que pertence.

O acesso a documentos dessa natureza não ocorre com frequência, menos ainda no volume que tem o acervo que compõe os *corpora* que deram origem ao projeto de tese. Entretanto, volta e meia correm notícias de diários ou cartas aleatoriamente encontrados, esquecidos em gavetas, aguardando o momento de se darem a ler. O contato com tal material exige compromisso ético e de apreço aos autores em cujas existências vamos remexer. É preciso, segundo minhas crenças e valores, ter uma “licença especial” para reler a intimidade de pessoas que dedicaram não apenas tempo para a escrita, mas suas emoções, seus medos, seus afetos e tantos sentimentos que descobrimos no correr das páginas. É com respeito que leio cada linha escrita, pois sei que não são meros papéis graficamente marcados. Considero as personalidades que se revelam naquilo que dizem e no que omitem, sejam elas criadas pelos autores ou inferidas por mim. Guardo cuidado, no entanto, contra as “malhas do feitiço”, conforme expressão cunhada por Ângela de Castro Gomes (1998) ao se referir às tramas dos textos. É preciso cautela para não se enredar nas linhas, é fundamental manter o prumo, pois as “verdades” dos autores podem nos seduzir para locais imprevistos. Assim sendo, a fim de evitar os desvios do caminho, as “verdades” devem ser consideradas como as perspectivas dos autores cunhadas nos testemunhos, sendo relativas portanto.

### 1.1 Pelos caminhos da cultura escrita: definição do tema

O desejo de estudar as práticas de escrita do passado surgiu das experiências cotidianas e da curiosidade com o texto do outro, sobretudo a carta, gênero que primeiro me inquietou. Durante minha adolescência, colecionei toda sorte de escritos que recebi ou escrevi (e ainda os coleciono!). Não sabia, então, que isso poderia ser objeto de estudo. Foi só na graduação, quando ingressei na Iniciação Científica, na condição de bolsista do CNPq<sup>1</sup>, que descobri as possibilidades de pesquisa que os escritos permitiam, embora ainda não fosse na perspectiva em que agora trabalho<sup>2</sup>.

A noção da importância dos textos do passado para a investigação das práticas sociais de outros tempos só se deu quando cursei, no ano de 2009, o componente História da Leitura e da Escrita no Brasil, ministrado pela professora Dra. Tânia Conceição Freire Lobo no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Tal componente, vinculado à então recém-criada linha de pesquisa História da Cultura Escrita no Brasil, deu-me acesso a uma vasta bibliografia - incluindo autores como Roger Chartier, Philippe Ariès, Armando Petrucci, Antonio Castillo Gómez, Márcia Abreu, Ana Maria de Oliveira Galvão, dentre outros - que provocou diversos questionamentos sobre o que se lia ou escrevia no Brasil de outros tempos, embora os textos nem sempre se referissem a esta porção do mundo ocidental. Essa nova linha, criada em decorrência dos estudos desenvolvidos na perspectiva da sócio-história do português brasileiro, mantém vínculo com o PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa, então coordenado pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva) e o PHPB (Projeto Para a História do Português Brasileiro, coordenado, naquela época, pelo professor Ataliba Teixeira de Castilho). Os pesquisadores, capitaneados por Tânia Lobo, Klebson Oliveira, Rosa Virgínia Mattos e Silva e Emília Helena Portela de Souza, constataram a necessidade de um diálogo mais próximo entre historiadores da língua e historiadores da cultura escrita, como forma de obter dados que permitissem ampliar os conhecimentos acerca da história social linguística do Brasil e do português brasileiro. A busca dos elementos que fundamentam essa aproximação surgiu da atenção de Mattos e Silva (2004)

---

<sup>1</sup> Integrei, como bolsista de Iniciação Científica (CNPq), a equipe do NIPED - S450 - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Documento -, encarregado do *projeto Documentos - Salvador 450 ANOS - Contribuições à Historiografia Soteropolitana e ao Estudo do Português do Brasil*, coordenado pela Dra. Ilza Ribeiro.

<sup>2</sup> Nessa época, integrei a equipe de apoio nas pesquisas publicadas em: SILVA, R. V. M. E.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z. O. N.; ALMEIDA, N. L. F. Cartas em jornais oitocentistas da Bahia: Salvador e Feira de Santana. In: BARBOSA, A.; LOPES, C. (org.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006, v., p. 13-94.

à proposição de Antônio Houaiss (1985), que viu a necessidade de se observarem os processos e políticas de escolarização, assim como as distintas instâncias e agentes sociais que facultaram a penetração e difusão da língua escrita no Brasil. Para atender a esse propósito, no âmbito do HISCULTE (LOBO; OLIVEIRA, 2012) foram delineados os seguintes campos de estudo:

- 1 Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil
- 2 Leitura e escrita aos olhos da Inquisição
  - 2.1 Mensuração de níveis de alfabetismo no mundo colonial ibérico
  - 2.2 Trajetórias singulares:
  - 2.3 Edição semidiplomática e modernizada de documentos:
- 3 Escritas ordinárias e de foro privado na história do Brasil
- 4 Prospecção de arquivos e acervos escritos de irmandades negras, de mestiços e de terreiros de candomblé
- 5 A escrita do nome próprio de pessoa na história do Brasil
- 6 Língua portuguesa, escolarização e suas interfaces
- 7 Políticas linguísticas e cultura escrita no Brasil
- 8 História da cultura escrita das línguas clássicas e de outras línguas no Brasil
- 9 Fontes iconográficas e manifestações gráficas híbridas

Atendendo aos objetivos definidos para cada um desses campos, os pesquisadores do Hisculte têm desenvolvido variados estudos, em nível de Mestrado e de Doutorado<sup>3</sup>, de modo a recuperar dados quantitativos, assim como as funções sociais atribuídas à leitura e à escrita

<sup>3</sup> Estas são algumas das dissertações e teses com estudos em torno da HSCE que o grupo tem desenvolvido:

AMARANTE, José. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção - discursos, práticas, representações, [...]*. v. 1 e 2. 2013. 313 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2013. Vencedora do Prêmio Capes de Tese 2014.

MORENO, André Luiz Alves. *Devassa em devassa: a difusão social da escrita na Salvador de finais [...]*, v. 1 e 2. 2014. [? f.] Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2014.

GANDRA, Ana Sartori. *Pela pena do Santo Ofício: difusão social da escrita nas Capitâneas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em finais de Quinhentos. Anexo digital: Fichas com perfil das testemunhas*. 2016. 885 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2016.

OLIVEIRA, Klebson. *Textos escritos por escravos e afrodescendentes na Bahia no século XIX: fontes do nosso latim [...]*?. 2003. [? f.] Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. v. 1. Tese - v. 2. Tomo 1. 2006. 1198 f. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2006.

SOUZA, Álvaro César Pereira de. *O processo de escolarização e normatização do português em Sergipe del Rey, século XIX: a obra de José Ortiz (1862)*. 2019. 428 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2019.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. *Sobre o uso da Língua do Príncipe: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista*. 2019. [531 f.]. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2019.

SANTIAGO, Huda da Silva. *A escrita por mãos inábeis: uma proposta de caracterização*. v. 1 e 2. 2019. 722 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2019.

SILVA DE JESUS, Adilson. *O sertão por escrito no Livro de Razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da Bahia rural oitocentista*. 2021. 697 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2021.

por diversos sujeitos em seus tempos e lugares, a partir de testemunhos variados, sobretudo aqueles produzidos por pessoas comuns.

O campo de pesquisa a que tenho me dedicado desde o Mestrado é o de número 3, inicialmente por força dos documentos a que tive acesso, mas, sobretudo, pela imersão que os documentos permitem, abrindo janelas para variados contextos e para memórias escritas que estimulam a investigação em torno de práticas sociais pretéritas. O propósito desse campo é

[...] trazer à luz e analisar as práticas de escrita de cartas particulares, diários íntimos, diários parentais, cadernos escolares, cadernos de confidências, livros de razão e uma infinidade de outras fontes que quase sempre jazeram esquecidas em baús e gavetas, não apenas para os retirar da constante iminência de destruição que sobre eles paira, mas para investi-los do caráter de legítimos objetos de investigação. (LOBO; OLIVEIRA, 2012, p. 6-12)

Foi por volta do ano de 2010 que tive meu primeiro contato com a família Lopes d'Almeida, por intermédio de Agnes Oliveira Bezerra, tataraneta de Egydio e minha colega de trabalho, com quem trocava expectativas e compartilhava aspirações para o futuro acadêmico. Ela me apresentou a Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, sua tia e atual guardiã do acervo familiar. Esse encontro foi fundamental para o acesso à fonte e definição do objeto da pesquisa que viria a realizar no Mestrado. Até então, pesquisar a História Social da Cultura Escrita era uma inquietação embrionária, um projeto ainda sem a força que lhe conferiu o contato com o *Livro do papai*, volume que abriga os escritos de Egydio e que constituiu a fonte de estudo no Mestrado. Sob orientação da professora Tânia Lobo, dediquei-me à investigação do exercício de escrita privada de Egydio Lopes d'Almeida, estudo sistematizado na Dissertação intitulada *Escrita privada à margem direita do Rio São Francisco no início do século XX*<sup>4</sup>. Da pesquisa realizada, ficou a compreensão de que sua prática de escrita abriga os valores familiares de que o autor se orgulhava, a fé católica presente no cotidiano familiar, a expressão do caráter honesto e o exemplo de trabalhador irrepreensível, de pai e marido dedicado, do valor dado à educação, dos ideais progressistas frente à situação sociopolítica de seu tempo - republicano e abolicionista que se declarava. Esse estudo permitiu a observação de práticas de leitura e de escrita para além das atividades tradicionalmente desenvolvidas nas escolas, produções amiúde invisibilizadas. Também compreendi a importância das fontes privadas para a História Social, sobretudo por permitirem recortes para além da historiografia tradicional.

---

<sup>4</sup> FARIAS, Ana Cristina Santos. *Escrita privada à margem direita do Rio São Francisco no início do século XX*, v. 1, 2 e 3. 2014, 457 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

Ainda com o acervo dos Lopes d'Almeida, desenvolvi o projeto de doutorado cuja tese ora textualizo. Assim, as fontes privadas permanecem como elementos problematizadores que aguçam meu olhar sobre a linguagem escrita. Com o atual estudo, esses escritos, agora acessíveis a um público mais amplo, cumprem a sagrada vocação dos textos: dão-se a ler! E o fazem trazendo à tona aspectos pretéritos por muito tempo ignorados, que cabem ao pesquisador problematizar.

### **1.1.1 O intercâmbio - contribuição fundamental para a abordagem do tema**

Desde as primeiras leituras acerca da HSCE, e tendo conhecido a abordagem adotada pelo professor Dr. Antonio Castillo Gómez, catedrático da Universidad de Alcalá (UAH), esteve em meu horizonte de estudos participar de atividade de intercâmbio que aproximasse nosso grupo de pesquisa do LEA, grupo de pesquisa Lectura, Escritura y Alfabetización coordenado pelo referido professor. A oportunidade ocorreu a partir da aprovação do projeto de internacionalização elaborado pela UFBA, que passou a integrar, em outubro de 2018, o Programa de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PrInt).

Comecei a me preparar desde o Mestrado para esse momento, mas enfrentei desafios. O primeiro deles, o exame de proficiência em espanhol, finalmente obtido quando já participava do Edital de Seleção 01/2019, aberto pela UFBA. Juntamente com a parceria indispensável do professor Dr. José Amarante, meu orientador, tive aprovado o plano de pesquisa *O passado e o futuro da escrita privada em perspectiva global na longa história da cultura escrita*<sup>5</sup> (FARIAS, 2019). Permaneci na Espanha, na cidade de Alcalá de Henares, região de Madrid, no período entre 09 de janeiro e 02 de julho de 2020.

A estadia na Espanha trouxe experiências marcantes para o aguçamento de meu olhar sobre as práticas de escrita objeto de estudo. Fui recebida pelo professor Dr. Castillo Gómez em seu gabinete, no dia 13 de janeiro de 2020, numa manhã de -2°C. Ele tratou logo de me apresentar à professora Dra. Verônica Sierra Blas, o que aumentou ainda mais a sensação de acolhimento que senti desde a minha entrada em seu gabinete. Durante os dois meses seguintes, antes de a instituição ter suas atividades suspensas em virtude da pandemia de *Coronavírus*, participei de várias atividades promovidas pelo LEA e também dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, conforme passo a narrar.

---

<sup>5</sup> O plano de pesquisa deve atender aos temas predeterminados pelo CAPES-PrInt.

Na Graduação, no âmbito do componente *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*, de responsabilidade do professor Castillo Gómez, além das leituras e discussões de textos, participei de uma atividade de campo, conduzida pelo professor, que consistiu em visitar os prédios do centro histórico da cidade de Alcalá de Henares, que tinham algum tipo de testemunho escrito em suas paredes ou muros, as chamadas “escritas callejeras”. Nessa atividade, conhecemos práticas de escrita do passado, que eram comuns no mundo romano. Caminhamos pelas ruas e foi muito surpreendente a descoberta de textos de variadas práticas de escrita, desde a expressão dos poderosos, que marcavam os edifícios públicos com a inscrição de seus feitos, até textos de estudantes, que inscreviam seus sucessos nos muros e deixavam marcas de seu tempo nas paredes e em outras superfícies. São gestos de escrita que estão muito bem preservados.

Também na disciplina *Historia de la lectura*, ministrada pela Dra. Sierra Blas, tivemos uma atividade externa que envolvia a prática de escrita em espaços públicos urbanos. Visitamos, guiados pela professora, a exposição *Con nombre de mujer. Las mujeres en el callejero de Guadalajara*, que ocorreu no Archivo Provincial de Guadalajara, cidade vizinha, no período de 26 de novembro de 2019 a 9 de março de 2020. O trabalho deixou evidente a presença marginal das mulheres nas placas que nomeiam as ruas de Guadalajara, reflexo da histórica desigualdade entre homens e mulheres, mesmo quando se trata de mulheres que tiveram papel destacado nas sociedades de que eram parte.

Nas aulas presenciais do Mestrado em “Memoria y Crítica de la Educación UAH/UNED”, frequentei aulas dos seguintes componentes:

- 1 *Autobiografías y voces escolares* 16h (24 e 26 fevereiro)  
Professores: Dr. Antonio Castillo Gómez e Dra. Maria del Mar del Pozo
- 2 *Escrituras infantiles* 14h (25, 26 e 27 fevereiro)  
Professora: Dra. Verónica Sierra Blas,
- 3 *Seminario metodológico* 3h (27 fevereiro)  
Professora: Dra. Maria del Mar del Pozo
- 4 *Memoria literaria de la escuela* 4h (27 fevereiro)  
Professora: Dra. Maria del Mar del Pozo

A participação nessas classes permitiu uma incursão no mundo da leitura, do texto, da produção e conservação de escritos, bem como no mundo do leitor, proporcionando pensarmos em variadas formas de difusão, circulação e apropriação dos produtos escritos ao longo da história da leitura. Tais reflexões giraram, também, em torno das relações das pessoas com os

escritos e sobre a importância da escrita para a construção histórica e para a elaboração da identidade dos indivíduos, de modo geral.

De maneira particular, o componente *Autobiografías y voces escolares* permitiu reflexões acerca dos diversos gêneros textuais da escrita privada, bem como sobre a História da Educação e a História da Cultura Escolar, observando os testemunhos presentes nas novelas, no teatro e no cinema. Tudo isso sob uma perspectiva interdisciplinar, característica da HSCE.

Quanto ao componente *Escritas infantiles*, foi uma surpresa muito gratificante para mim, pois não conhecia essa linha de estudos e fiquei bastante motivada pelos trabalhos apresentados por Sierra Blas. Se a produção das pessoas comuns foi, por muito tempo, esquecida pela História, mais ainda o foram os testemunhos produzidos pelas crianças.

O componente *Seminário metodológico*, conduzido pela Dra. Maria del Mar del Pozo, abordou aspectos formais e metodológicos do trabalho que os alunos do Mestrado realizariam. Participei por curiosidade em relação às diretrizes formais e teórico-metodológicas para a elaboração dos trabalhos adotados pelo curso, que, afinal, não diferem das nossas.

Em *Memória literária da escola*, componente também ministrado pela Dra. del Mar del Pozo, a memória escolar foi trabalhada a partir de registros históricos do romance, do teatro e do cinema, obtendo-se dos materiais arrolados informações carregadas de representações do mundo escolar e variados ideais escolares na História da Educação na Espanha.

Participei, ainda, do *XVI Seminário Interdisciplinar de Estudios sobre Cultura Escrita - SIECE*. A primeira sessão, *Efímeros callejeros*, ocorreu no dia 24 de janeiro de 2020, com apresentação de dois estudos de membros do LEA: *Pendiente de un clavo y un cordel. Bandos y pregones en las calles madrileñas del siglo XVII*, de Isabel Castro Rojas; e *Juan Cerezo (ca. 1755-1817): el ciego papalista que se convirtió en librero e impresor*, de Abel Iglesias Castellanos. A segunda sessão, *Escrituras periféricas*, teve lugar no dia 28 de fevereiro de 2020, quando foram apresentados os seguintes trabalhos: *Fasto, menudencias y saberes. Un trazado desde los bordes del archivo virreinal americano*, por Judit Farré Vidal, do Centro de Ciencias Humanas y Sociales; Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC e *Entre ídolos y mártires: transferencia y estudio del intercambio en los virreinos americanos*, apresentado pela professora Dra. Esperanza López Parada, da Universidad Complutense de Madrid.

A participação nesse seminário permitiu conhecer os resultados de algumas pesquisas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa LEA, bem como o trabalho de outros pesquisadores espanhóis. Os trabalhos apresentados chamaram a atenção para a diversidade de estudos e materiais que as práticas de escrita do passado suscitam nos pesquisadores da HSCE. Essa diversidade reforça a ideia de que esse é um campo fundamental para entender as maneiras

pelas quais as pessoas e as sociedades conceberam os atos de ler e de escrever, como essas práticas influenciaram as sociabilidades, como foram disseminadas e preservadas, e o modo pelo qual os sujeitos se apropriaram de tais habilidades. Embora em contextos sociais e temporais muito diferentes, isso me fez pensar no material de minha pesquisa e me faz pensar que o impulso que move homens e mulheres em direção ao ato de escrever, embora muito variado, tem em comum o desejo de apropriação de uma habilidade de interação social que destaca a pessoa na sociedade da qual faz parte.

Para além das atividades acadêmicas, participei de diversos eventos culturais na cidade. Frequentei bibliotecas, museus, restaurantes; visitei ruínas romanas, igrejas, sebos e livrarias. A própria cidade, que é Patrimônio Mundial da UNESCO, e a universidade, por si sós, já são objetos culturais muito interessantes. Inclusive, é a cidade onde nasceram Catarina de Aragão e Miguel de Cervantes.

Um dos resultados do intercâmbio, foi o Colóquio entre Castillo Gómez e grupo HISCULTE (História da Cultura Escrita no Brasil), atividade desenvolvida durante o período da pandemia. Participaram desse encontro, em que fui mediadora, estudantes e professores do grupo de Pesquisa HISCULTE e o professor Antonio Castillo Gómez. A sessão ocorreu no dia 26 de junho, das 11h45 às 13h45, horário do Brasil.

Apesar dos muitos desafios do período, em virtude do contexto pandêmico, da solidão que é estar longe de sua terra e de seus afetos num momento de tantas incertezas e de tanto sofrimento, o estágio doutoral foi uma experiência acadêmica que proporcionou reflexões relevantes em relação ao tema da pesquisa então em curso. Todas essas atividades, somadas às sessões de orientação com o professor Castillo Gómez, foram fundamentais para a compreensão dos *corpora* que compõem a Tese ora textualizada.

## 2 DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada foi do tipo descritivo-interpretativo, de caráter documental e abordagem qualitativa, tomando como fonte primária documentos de origem privada, ainda inéditos e sem tratamento analítico. A metodologia incluiu a análise dos escritos e a realização de entrevista semiestruturada, a partir de questões previamente elaboradas (APÊNDICE H), e de questões na modalidade não dirigida (MARCONI; LAKATOS, 2007), que favoreceram o diálogo com a guardiã do acervo.

O grupo familiar a que pertencem os escritos que compõem os *corpora* do estudo de que resulta esta Tese é formado pelos descendentes de Egydio Lopes d’Almeida, cidadão cujos atos de escrita, engendrados ainda no século XIX, abriram caminho para o estudo empreendido e, embora não se possa atribuir às práticas de um indivíduo ou grupo a representação de toda uma sociedade acerca da cultura escrita, tais gestos apontam direções para as quais podem se desdobrar os percursos, se não “da” longa história da leitura e da escrita no Brasil, certamente de “uma” longa história de práticas de escrita em terras baianas.

A escrita privada desse juazeirense letrado fomentou esse hábito em outros membros de sua família que o sucederam nas práticas de escrita. Como resultado dessas atividades, cujos textos atualmente se destacam na HSCE, configurou-se a composição de um raro acervo com inúmeros testemunhos da vida cotidiana dessas pessoas. Assim, no âmbito do tema da leitura e da escrita privadas, definimos o objeto de estudo que deu origem à Tese aqui textualizada: *as práticas de escrita privada e preservação de textos de um grupo familiar da Bahia*.

### 2.1 O acervo: um baú de guardados

A inquietação com as práticas de escrita dos Lopes d’Almeida me acompanhou depois da defesa de Mestrado. Ouvira de Agnes Oliveira Bezerra que sua avó havia queimado um baú de diários. Uma notícia assim, para quem trabalha com acervos privados, é sempre difícil de escutar. Insisti em saber se restava algo dessa volumosa produção e soube que havia dois cadernos que resumiam o baú de escritos. Essa era uma boa notícia, que gerou uma expectativa positiva. Consegui ser recebida por Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, a depositária do acervo, em sua casa no Centro da cidade de Salvador e tive acesso ao seu “baú de guardados”. Ali ocorreu o contato com os atuais documentos fonte da pesquisa da qual a presente Tese se originou. Aquilo que a guardiã chamava de quase nada e textos pouco interessantes revelou-se um pequeno e raro tesouro, adiante descrito.

Os documentos que compõem os arquivos pessoais e familiares, testemunhos do passado “despretensiosamente” elaborados, aguçaram minha vontade de contar as histórias desses partícipes ativos da HSCE. Digo sem pretensão no sentido de que, mesmo que algum deles tenha tido o desejo de sair do anonimato reservado às pessoas comuns, não creio que tenha sido para se tornar um literato ou para ocupar um lugar na história da escrita, o que se evidencia pela simplicidade dos textos e ausência de estética literária em seus escritos.

Para contar essas histórias, busquei o contexto em que se desenvolveram, investiguei funções e significados dessas práticas para os escritores, observei como as produções dialogam entre si e com outras manifestações socioculturais mantidas pelos sujeitos da pesquisa. Essa imersão partiu da seguinte problematização: as práticas de escrita dos Lopes d’Almeida ocorreram numa estrutura social matizada por avanços e recuos no desenvolvimento educacional brasileiro. No início do século XX, a educação formal, ainda que pouco acessível às camadas mais pobres, começava a se popularizar e a fazer parte do projeto de vida de outros sujeitos que não os da elite. No período posterior à Proclamação da República, pensava-se a construção de uma nação civilizada, feito que, segundo as ideias da época, só poderia ser alcançado com a superação do analfabetismo das massas, conforme disse o pesquisador José Augusto Luz (2009a). Investia-se, nesse momento, numa sociedade moral e intelectualmente desenvolvida, o que permitiu a proliferação das escolas, que então se consolidavam como espaços mais democráticos para o aprendizado da leitura e da escrita. A escola era símbolo de progresso, era o instrumento disciplinador dos indivíduos, convertendo-os em cidadãos (LUZ, 2009a). Apesar do grande número de pessoas<sup>6</sup> ainda fora desse espaço, havia um movimento em favor da educação que permitiu que mais sujeitos aprendessem a ler e a escrever, processo que favoreceu o aumento de sociabilidades ligadas às culturas do escrito na vida pública e na vida privada.

Ao observar esse contexto e tudo o que ele favorece em prol da escrita, cabe interrogar em que medida os movimentos externos, atinentes à vida pública, impulsionaram as práticas de escrita privada da família de Egydio. Ao longo desse século, milhares de documentos foram gerados nas repartições, nas escolas, nos jornais e em variados espaços da vida pública, que foram preservados pela necessidade de funcionamento das instituições, por força da legislação ou para seguir uma convenção relativa ao próprio espaço de produção. Mas o que leva uma família à elaboração, ao colecionismo e à preservação de documentos relativos ao correr dos

---

<sup>6</sup> Em conformidade com dados do Censo do ano de 1920, cerca de 71,2% da população de cinco anos ou mais era analfabeta (FERRARO, 2002).

dias e a suas inquietações existenciais? De onde surgiu o desejo de se elaborar por meio da escrita? Por qual motivo correspondências trocadas ao longo de anos são arquivadas e passadas de geração em geração? E que representações carregam os recortes de jornais, os calendários, os santinhos e outros tantos artefatos das culturas do escrito guardados como *souvenirs*? O que une esses atos de escrita e o que os distingue? De que forma o gesto escritor de Egydio perpassa, estimula e dialoga com as práticas de escrita de seus sucessores? Interrogo no sentido de elaborar uma interpretação para esses atos de escrita mantidos na vida cotidiana, preservados por tanto tempo em gavetas e armários e herdados por sucessores também com o desejo de escrita e de preservação de si e dos que os antecederam.

Propõe-se uma reflexão como modo de lançar luz sobre elementos que promovam uma compreensão dessas práticas, que se some a explicações sobre as formas de apropriação das culturas do escrito encontradas por outros pesquisadores da longa duração da história da escrita. Mais especificamente, uma compreensão que tire esses agentes do anonimato, trazendo seus textos à luz de uma leitura que não se pretende definitiva, mas parte das possibilidades de explicação sobre como esses sujeitos participaram da cultura escrita do Brasil ao longo do século XX, sob quais regimes, dando quais contribuições e usufruindo de quais direitos.

Considerando tal problema e os pressupostos teórico-metodológicos da HSCE, cheguei ao seguinte objetivo geral: *descortinar as práticas culturais tangentes à produção e à recepção de textos, de diferentes gêneros, mantidas pelos descendentes de Egydio Lopes d'Almeida ao longo do século XX, para compreender sua participação nas culturas do escrito*. Tal objetivo deu acesso às práticas privadas cultivadas em sociedade e valorizadas pelos membros dessa família e permitiu a compreensão dos significados atribuídos pelos autores aos textos de seus predecessores, assim como a dimensão da cultura escrita para o grupo. Isso foi possível com a definição dos seguintes objetivos específicos:

- a. *Situar os sentidos individuais e sociais atribuídos à escrita, no tempo e lugar de concepção dos textos, para apreender a relação dos sujeitos com as culturas do escrito nos contextos em que estavam inseridos.*
- b. *Explicitar os mecanismos persuasivos presentes no texto de irmã Maria Evangelina, para compreender o impacto de seu testemunho sobre sua família.*
- c. *Identificar as características das práticas de escrita privada mantidas por Célia Almeida Gil Ferreira, neta de Egydio Lopes d'Almeida, para compreender os mecanismos de seleção de memórias presentes em seu testemunho.*
- d. *Interpretar os gestos escritores de Egydio, Célia e Ana Elisabete em seus relatos de viagem, para conhecer a relação entre as práticas de escrita de três gerações dos Lopes d'Almeida.*

Os procedimentos empregados para o alcance desses objetivos consistiram na exploração do material, inicialmente, de modo a identificar o que os documentos exigiram em termos teórico-metodológicos. Assim, busquei interpretar os vestígios que demonstram os sentidos atribuídos às práticas sociais de escrita pelo sujeito escritor, o discurso que emerge da materialidade textual e, também, por meio dos sentidos inferidos dos silêncios e dos silenciamentos presentes nos textos. Adotei, para isso, uma perspectiva bakhtiniana de leitura (BAKHTIN, 2003), concepção interacionista sob a qual o ato de ler extrapola a materialidade do texto, considerando o autor em seu contexto de produção, com suas subjetividades. Li considerando minhas próprias subjetividades e conhecimento de mundo. Li em diálogo com outros leitores e escritores, costurando sentidos.

Realizei um retrato do período estudado, a partir de levantamento bibliográfico e por meio de pesquisa em jornais da época em questão, veículos dos *discursos* e *representações* sobre leitura e escrita então vigentes. Os jornais escolhidos foram o periódico *Jornal da Moças*, editado entre os anos de 1914 e 1961, pelo fato de reunir informações sobre o Brasil ao longo de boa parte do século XX; e *O Mensageiro do Apostolado da Oração*, por fornecer informações relativas ao Sagrado Coração de Jesus, instituição religiosa à qual alguns descendentes eram ligados. O acesso aos jornais ocorreu por meio de consulta à hemeroteca digital da Biblioteca Nacional<sup>7</sup>, que os têm digitalizados e oferece facilidade de busca por meio da entrada por vocábulo ou expressão.

Desse modo, identifiquei os descendentes de Egydio que deixaram testemunhos escritos e realizei um levantamento dos textos que produziram. Tais produções foram objeto de análise nos ensaios que adiante descreverei. Inventariei os textos, relacionando-os a seus autores/colecionadores, conforme quadro 1. Também fiz um levantamento dos textos recebidos de terceiros, mantidos sob a guarda de cada descendente. Organizadas as coleções com seus principais autores, prossegui com a identificação de outras coleções que compunham os arquivos de cada descendente: calendários, santinhos, postais etc. Investiguei o perfil social dos sujeitos, buscando, por indivíduo, sua origem, formação, locais onde viveu, atividades sociais que desempenhou, estado civil e todas as informações que contribuem para um delineamento sociológico mais preciso do escrevente, dados cujo detalhamento está nas seções que compõem este texto.

Além daqueles produzidos pelos descendentes diretos de Egydio, fazem parte do Acervo Lopes d'Almeida documentos elaborados por indivíduos que foram introduzidos no grupo

---

<sup>7</sup> <https://bndigital.bn.gov.br/>

familiar pelos laços de matrimônio, conforme quadro 2, os quais agregaram importância ao acervo, não só pela quantidade de textos, mas, sobretudo, pelo caráter do material produzido. Os quadros a seguir mostram uma síntese do trabalho desenvolvido nessa etapa:

Quadro 1 - Textos produzidos por Egydio Lopes d’Almeida e seus descendentes

NOME	PARENTESCO	FORMAÇÃO/ ATIVIDADE	GÊNERO/QUANT.	DATAÇÃO
Egydio Lopes d’Almeida	-	Topógrafo	Memórias (1)	Entre séc. XIX-XX
			Diário de viagem (1)	1909
Maria Elisabeth Lopes d’Almeida	Filha	Professora/Freira	Livro de Família (1)	1941
Eunice Lopes d’Almeida	Filha	-	Dedicatória	s.d.
Célia Almeida Gil Ferreira	Neta	Contadora	Conto (1)	Sem datação
			Diário parental (1)	1953
			Diário pessoal (6)	1991-1996
			Diário de viagem (1)	1984
			Livro de família (2)	1974, 1994
Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho	Bisneta	Engenheira	Diário de viagem (2)	2003; 2004
Antônio d’Almeida Gil Ferreira	Neto	-	Carta (1)	22/02/1965

Fonte: Elaborado a partir do acervo dos Lopes d’Almeida

Quadro 2 - Textos de terceiros preservados pelos descendentes de Egydio Lopes d’Almeida

AUTOR	RELAÇÃO	GÊNERO/QUANT.	DATAÇÃO
Padre	Padre da Igreja de Nossa Senhora das Grotas e amigo da família	Carta (1)	21/10/1923
Vladimir Gil Ferreira	Esposo de Elisabeth Lopes d’Almeida, filha de Egydio.	Carta (127)	Entre 1965-1966
Sônia Maria Bezerra	Esposa de Antônio d’Almeida Gil Ferreira	Carta (1)	Sem data
Eduardo Pinheiro Xavier	Primeiro esposo de Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, bisneta de Egydio	Diário pessoal (2) Caderno de anotações (2)	Entre 1966-1970

Fonte: Elaborado a partir do acervo dos Lopes d’Almeida

O documento mais antigo do acervo é o *Livro do papai*, datado de 1909. Nesse volume, estão as memórias e um diário de viagem escritos pelo patriarca. As informações contidas nas memórias remontam ao século XIX, com detalhamento acerca de eventos testemunhados e remissão à genealogia da família. O diário de viagem, por sua vez, parte dos *corpora* estudados no Mestrado, volta a ser analisado no atual estudo, agora tratado no âmbito do acervo de que é parte fundamental, visto que mais dois descendentes mantiveram esse gênero textual como prática de escrita.

## 2.2 Os descendentes: genealogia e testemunho

Em relação aos membros dessa família e a seus testemunhos, passo à apresentação dos indivíduos escritores, informando sua relação com o patriarca e fazendo uma breve descrição de sua contribuição para o acervo. Essa identificação é parte da resposta à pergunta *Quem escreveu?*, pergunta fundamental para a HSCE, conforme se destaca mais à frente, importante para situar o sujeito escrevente como senhor de sua prática, inserido num determinado contexto social. Responder a essa pergunta importa, sobretudo, pelo fato de que as práticas de escrita não podem ser pensadas com ignorância daquele que efetivamente planeja e escreve, sujeito imbuído de uma intenção comunicativa e afetiva. Vejam-se os perfis.

### 2.2.1 Maria Elisabeth Lopes d'Almeida: a filha

O documento remanescente mais antigo elaborado por um descendente de Egydio foi escrito por Maria Elisabeth Lopes d'Almeida, sua filha mais velha, nascida em 1º de maio de 1897, que se ordenou como freira da Congregação Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. O documento, com data de 22 de fevereiro de 1941, apresenta características do gênero *livro de família*, está organizado em um caderno de conselhos e recomendações sobre como manter uma vida pia, como se comportar nos dias santos, que orações realizar e que cânticos entoar. Ressalta, ainda, a importância do respeito aos sacerdotes, representantes de Deus na terra. O gesto de escrita de Maria Elisabeth remete àquilo que Lage (2014) denominou de letramento religioso, mas também parece estar fortemente associado às práticas privadas de sua vida familiar e, certamente, à sua formação de normalista.

### 2.2.2 Célia Almeida Gil Ferreira: a neta

O conjunto seguinte de textos pertence a Célia Almeida Gil Ferreira, contadora de formação, neta de Egydio. O documento de datação mais antiga que ela elaborou, no ano de 1953, é um *diário parental* no qual descreve o parto e os primeiros quatro meses de vida de sua primeira filha, Ana Elisabete. Célia tinha o hábito de escrever diariamente, mas devido a um mal-estar familiar decorrente da leitura dos diários pessoais de uma irmã que havia falecido, queimou seus escritos. Dos seus diários pessoais, sintetizou informações pontuais relativas à família, tais como datas de nascimento, de batismo, de casamento, escolas que frequentaram, entrada e saída de empregos, aprovações em concursos, doenças infantis e acidentes que

sofreram, cirurgias, falecimentos, aquisição de bens e um elenco extenso de atividades cotidianas que adiante será descrito. Ela voltou à escrita regular de diários pessoais no ano de 1988<sup>8</sup> e escreveu até o ano de 1996, deixando seis agendas que utilizava para sistematizar seus diários pessoais. Além dos diários pessoais, há um caderno com o diário de uma viagem realizada, no ano de 1984, para o Rio de Janeiro. Somados aos textos de próprio punho, Célia também colecionou impressos e textos variados, de ordem pública ou privada, recebidos de amigos, familiares e outras pessoas com quem interagiu. Nesse elenco, há convites, santinhos com orações ou textos religiosos, calendários, notas fiscais de compra, recibos de depósito bancário, faturas de conta telefônica, receitas médicas, guia de internação, recortes de jornais e revistas, páginas destacadas de palavras cruzadas - em cujos reversos há poemas -, documentos pessoais como carteira de trabalho, cartão do INSS, cartão de PIS, textos escritos por alguns de seus filhos e netos, carta de recomendação, carta de apresentação e diversos outros documentos que não foram catalogados, pois não foram objeto de análise<sup>9</sup>. Foram fotografados e mantidos junto ao material a que estavam anexados.

Dentre os documentos da coleção de Célia, destacam-se 127 cartas enviadas por seu pai, Vladimir Gil Ferreira, entre os anos de 1963 e 1966, quando ele morava no Rio de Janeiro. Há outras cartas, em menor número, recebidas de remetentes diversos, que ela guardou junto com seus papéis, consideradas como objetos-relíquia colecionados como *souvenir*. Nesse caso, foram inventariadas e, quando possível, destaquei o remetente e sua relação com a destinatária. É o conjunto mais volumoso e variado do acervo, tanto em número, quanto em relação à multiplicidade de gêneros textuais.

### 2.2.3 Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho: a bisneta

Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, Engenheira Mecânica, formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 1976, guardiã do acervo a que já fiz referência, bisneta de Egydio, é a interlocutora que dá informações sobre a família, pois, conforme disse em entrevista, conviveu com todos os membros descendentes cujos testemunhos são objeto da presente análise. Sua escrita consiste na transcrição de textos, trechos

---

<sup>8</sup> Não tive acesso aos diários dos anos de 1988 e 1989, pois não estavam entre os documentos do acervo.

<sup>9</sup> Neste estudo, priorizei a catalogação dos livros de família, dos diários pessoais e de viagem produzidos por Egydio e seus descendentes. Outros gêneros como cartões de felicitação ou postais, assim como impressos, calendários etc., colecionados por eles, não foram catalogados, mas foram considerados ao analisar as funções que a preservação de textos tem para o grupo.

de suas leituras, algumas vezes uma reflexão própria, mas, principalmente, citações. Seus textos estão organizados em um volume contendo dois *diários de viagem*, de sua autoria. Além desses escritos, Ana Elisabete guarda os diários pessoais de Eduardo Pinheiro Xavier, seu primeiro esposo. Trata-se de dois diários pessoais, dois cadernos com escritos contendo resenhas de jogo de futebol de botão, reflexões, poemas, listas de namoradas com *status* da relação etc., e folhas avulsas de um terceiro diário a cujo suporte não tive acesso. Os textos, produzidos na década de 60, foram escritos na adolescência de Eduardo e ficaram sob a guarda de Ana Elisabete após seu falecimento, no ano de 1986.

A filha de Ana Elisabete e Eduardo, Naira Bezerra Xavier, tataraneta de Egydio, também costumava presentear sua mãe com escritos avulsos e cartões de felicitações, que são por ela guardados. Esses existem em menor número, mas também são parte dessa prática familiar. Ela é representante da quarta geração de descendentes do patriarca, contudo seus textos não foram cedidos para a pesquisa.

Esses são sujeitos que, ao longo do século XX, deram sua contribuição individual para a composição desse raro acervo por meio do qual vislumbramos suas práticas cotidianas de escrita. Coletivamente, pela produção e preservação de seus escritos e pela criação de suas memórias, eles ajudam a contar a história das práticas de escrita na Bahia. Seus textos, cuidadosamente conservados, foram revividos pelo trabalho de produção de sentidos empreendido pela leitura aqui realizada. Cumpriram, assim, a sagrada missão dos escritos.

### 2.3 Para a textualização, ensaios

Escolhi, para textualização da pesquisa empreendida, a forma de ensaios. O caráter dos *corpora* e a sensibilidade dos testemunhos contribuíram para essa escolha, mas também sábias palavras de orientação. Jorge Larrosa (2003, p. 112), autor que problematiza a escrita acadêmica, diz que o ensaio é

[...] uma figura de caminho sinuoso, um caminho que se adapta aos acidentes do terreno. O caminho linear, retilíneo é o caminho daquele que sabe previamente aonde vai, e traça, entre ele e seu objeto, a linha mais curta, mesmo que para realizá-la tenha que passar por cima de montanhas e rios. O método tem a forma de uma estrada ou via férrea que ignora a terra. Ao contrário, o ensaísta prefere o caminho sinuoso, o que se adapta aos acidentes do terreno. [...] O ensaio é, também, sem dúvida, uma figura do caminho da exploração, do caminho que se abre ao tempo em que se caminha. [...]

Gosto da ideia de exploração, de reconhecimento do caminho, sobretudo na pesquisa documental. Embora haja uma metodologia pensada, também há o imprevisto das palavras que

se revelam ou se omitem nos exercícios de escrita dos sujeitos da pesquisa e que vai orientando os percursos.

A leitura de Larrosa (2003) me levou ao texto *O ensaio como forma*, de Theodor Adorno (2003), publicado em 1954. Dessa leitura libertadora, destaquei o seguinte trecho, por meio do qual explico a noção de ensaio utilizada e a concepção de leitura a que me filio:

Quem interpreta, em vez de simplesmente registrar e classificar, é estigmatizado como alguém que desorienta a inteligência para um devaneio impotente e implica onde não há nada para explicar. Ser um homem com os pés no chão ou com a cabeça nas nuvens, eis a alternativa. No entanto, basta deixar-se intimidar uma única vez pelo tabu de ir além do que está simplesmente dito em determinada passagem para sucumbir à falsa pretensão que homens e coisas nutrem em relação a si mesmos. Compreender, então, passa a ser apenas o processo de destrinchar a obra em busca daquilo que o autor teria desejado dizer em dado momento, ou pelo menos reconhecer os impulsos psicológicos individuais que estão indicados no fenômeno. Mas como é quase impossível determinar o que alguém pode ter pensado ou sentido aqui e ali, nada de essencial se ganharia com tais considerações. Os impulsos dos autores se extinguem no conteúdo objetivo que capturam. No entanto, a plethora de significados encapsulada em cada fenômeno espiritual exige de seu receptor, para se desvelar, justamente aquela espontaneidade da fantasia subjetiva que é condenada em nome da disciplina objetiva. (ADORNO, 2003, p. 17-18).

Adorno rechaça a leitura vinculada a uma concepção estruturalista de língua, mera expressão do pensamento daquele que enuncia, para a qual a leitura seria mera apreensão das ideias desse sujeito. Como Adorno, rejeito essa noção. Defendo e me afilio à ideia bakhtiniana (BAKHTIN, 2003) de língua como lugar de interação entre os sujeitos. Trata-se, nas palavras de Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias (2006, p. 10-11), de uma “[...] concepção interacional (dialógica) da língua” em que “[...] os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que - dialogicamente - se constroem e são construídos no texto”. Sob essa concepção, o texto existe para além de sua materialidade, e a leitura é “[...] atividade altamente complexa de produção de sentidos” resultante da interação autor-texto-leitor. Em anuência, digo com Adorno: é “[...] impossível determinar o que alguém pode ter pensado ou sentido aqui e ali” (ADORNO, 2003, p. 17).

Investida dessas concepções, realizei uma leitura atenta às situações comunicativas que geraram os documentos, com toda informação reunida acerca dos autores, considerando os vestígios na superfície textual, as sutilezas dos discursos imiscuídos em ditos e não ditos e o corpo de subjetividades que trago comigo, que permitiu a reconstrução de possíveis sentidos na concepção dos textos. Tal postura dialoga com a noção de ensaio proposta por Larrosa e por Adorno, que permite o passeio entre os lugares da literatura e da ciência, deslizando numa quase

*informalidade* que me desobriga da alternativa de caminhar “com os pés no chão ou com a cabeça nas nuvens”, tendo a liberdade do caminho sinuoso.

Proponho-me, desse modo, a buscar “uma” verdade nos testemunhos analisados e o faço em primeira pessoa - para imprimir minha subjetividade às leituras realizadas, para me irmanar com os sujeitos da pesquisa e para dialogar com outros estudiosos. O uso da primeira pessoa, conforme Sérgio de Freitas Oliveira (2014, p. 4), traz o pesquisador para a responsabilidade de sua fala, enquanto a impessoalidade “[...] recomendada pelos teóricos na abordagem do texto acadêmico torna-o frio e genérico, apagando o princípio da autoridade de quem propõe uma solução para o problema”. Concordo que assumir o risco é algo que o pesquisador precisa experimentar e vejo coerência nessa aproximação do sujeito com o objeto.

Além da primeira pessoa do singular, a primeira pessoa do plural surge na alusão aos interlocutores da pesquisa, quando em referência aos diálogos e encontros mantidos com a guardiã dos documentos que são fonte do estudo, mas também em um gesto de diálogo com o leitor implícito, que convido a caminhar comigo. Diálogo que se fará, ainda, com os teóricos que subsidiam meus argumentos ou pautam as minhas escolhas teórico-metodológicas.

Para recriar sentidos para a história das práticas de escrita de Egydio e de sua família, recorro à noção benjaminiana de tempo. Embora mantenha foco no acervo produzido ao longo do século XX, rompo com a noção do tempo linear e abraço a ideia de tempo irregular, descontínuo e capaz de conectar passado e presente. O passado, para Benjamin, não é o que ficou para trás. O passado é imagem dialética que irrompe no presente. Assim, “Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja” (BENJAMIN, 2005, tese VI, p. 65).

### 2.3.1 Plano de textualização

Esta Tese está organizada em oito seções, que incluem a introdução, seguida de uma seção na qual apresento aspectos teóricos que interessam à discussão, a seção 3, e quatro ensaios (seções 4 a 7) a partir dos quais exponho o adentramento nas práticas de escrita dos sujeitos, desvendando o caráter de seus testemunhos, de modo a pôr em evidência quem são os escreventes e a função da escrita em suas existências, elementos relativos ao problema da pesquisa e aos objetivos. Por fim, apresento, na seção 8, as considerações finais, em que são tecidas reflexões, de modo a destacar a tese defendida.

Na seção 3, abordo a escrita como uma expressão cultural perpassada pelo poder e discuto questões relacionadas ao alfabetismo e aos letramentos, além das relações de poder

presentes na eleição dos gestos culturais em detrimento de outros, desdenhados pela sociedade, de modo geral, e pela escola. Apresento aspectos quantitativos relativos à leitura e à escrita e o modo como as diferentes Constituições promulgadas ao longo do século XX se posicionaram sobre a educação no Brasil. Trata, essa seção, de reflexões sobre o *tempo da aquisição*, que diz respeito ao contexto social de obtenção da competência gráfica (CASTILLO GÓMEZ, 2003a).

Na seção 4, em atendimento ao primeiro objetivo específico - *Situar os sentidos individuais e sociais atribuídos à escrita, no tempo e lugar de concepção dos textos, para apreender a relação dos sujeitos com as culturas do escrito nos contextos em que estavam inseridos* -, apresento o ensaio *Escritos e guardados: o acervo dos Lopes d'Almeida*, a partir do qual discorro acerca da prática de escrita e preservação de textos desenvolvidas por esses atores sociais. Teço considerações sobre a escrita como instrumento da memória, com atenção para os gestos de *produção*, de *recepção* e de *conservação* dos escritos (CASTILLO GÓMEZ, 2003a). Para isso, discuto as sociabilidades da vida privada e da vida pública presentes em seus textos. Considero, ainda, os textos produzidos por terceiros e preservados pelo grupo.

Na quinta seção, está o segundo ensaio: *“La pluma de Dios”: o testemunho de irmã Maria Evangelina*. Aqui analiso os escritos de uma das filhas de Egydio, Maria Elisabeth (irmã Maria Evangelina), membro da primeira geração de descendentes do patriarca. Essa discussão está ligada ao segundo objetivo específico - *Explicitar os mecanismos persuasivos presentes no texto de irmã Maria Evangelina, para compreender o impacto de seu testemunho sobre sua família*. Teço considerações acerca do caráter autoritário do discurso religioso (BAKHTIN, 2003; CITELLI 2002) e do letramento religioso presentes nas práticas conventuais de escrita (LAGE, 2014). No bojo das reflexões aqui realizadas, discuto, ainda, a função social de seus escritos, buscando situar a autora frente ao contexto em que estava inserida e o motivo por que escreveu. Considero que, para além do ofício de freira, Maria Elisabeth também era professora formada pela Escola Normal da Bahia, o que remete a uma discussão sobre a educação feminina, num contexto em que nem sempre a mulher teve acesso à escolarização. Assim, investigo os mecanismos de *apropriação* da cultura escrita, bem como os *discursos*, as *práticas* e as *representações* (CHARTIER, 1991b) então vigentes sobre a educação da mulher na sociedade de que fazia parte.

Na sexta seção, apresento o ensaio intitulado *Entre ditos e não ditos, silêncio e silenciamento na escrita de diários*. Realizo uma discussão sobre os diários e os livros de família produzidos por Célia, neta de Egydio, membro da terceira geração de descendentes. Sua prática remete à *escrita de si* e ao letramento familiar, mas também revela uma censura autoimposta que “silenciou” sua escrita por um certo período (PERROT, 1989, 2005;

ORLANDI, 2007). Essa discussão está associada ao terceiro objetivo específico - *Caracterizar as práticas de escrita privada mantidas ao longo de uma vida, para compreender os mecanismos de seleção de memórias presentes no testemunho de uma descendente de Egydio Lopes d'Almeida.*

Na sétima seção, apresento o quarto ensaio, de título *A escrita que viaja, mas se mantém privada: os diários de viagem do acervo Lopes d'Almeida.* As reflexões aí apresentadas estão associadas ao quarto objetivo - *Explicar o relato de viagem nas práticas de três gerações dos Lopes d'Almeida, para conhecer os elementos que unem as práticas dos descendentes às de Egydio.* Além dos dois relatos de viagem de Ana Elisabete, bisneta de Egydio e representante da quarta geração de descendentes, considero o diário de viagem de Célia e o diário de viagem do próprio Egydio. Os diários de viagem são analisados na relação que mantêm com os relatos de seus antecessores na escrita desse gênero, sobretudo o de Egydio, que inaugura esse gesto de escrita em família, observando a produção de memória como o fio de Ariadne a unir o grupo familiar. Ainda nesse ensaio, na leitura do diário de viagem de Ana Elisabete, foi considerado o tempo da recepção (CASTILLO GÓMEZ, 2003a) e o conceito de *apropriação* (CHARTIER, 1994, 2000, 2001, 2004), pois seus escritos são reveladores de leituras que aparecem nas citações que fez em seu diário de viagem. De acordo com Petrucci (1999), um dos problemas que não se pode ignorar na investigação da cultura escrita é a relação entre as atividades de escrita e as de leitura nas diversas situações sociais, tanto do ponto de vista da aprendizagem, quanto dos usos sociais. O papel de guardiã do acervo também é objeto de discussão, pois é indicativo das representações individuais que a cultura escrita tem para si e aponta caminhos para a interpretação das representações da cultura escrita para os demais membros da família.

Nas considerações finais, oitava seção, apresento argumentações acerca da tese defendida, sintetizando respostas a questões levantadas e uma perspectiva de novos estudos com o acervo, dado o seu volume e variedade. Abordo também os caminhos para onde as práticas de escrita das últimas gerações de descendentes se direcionaram.

*O desejo do arquivo é um desejo que arde.* Antecipo aqui o título do próximo tópico para dizer do fascínio que o passado provoca no historiador social da cultura escrita, sobretudo diante da preciosidade da coleção que se tem em mãos. As possibilidades são amplas e justificam o estudo aqui textualizado por oferecer para a, ainda recente, pesquisa em torno da HSCE no Brasil, um conjunto de documentos manuscritos, datiloscritos e gráficos que permitem o rastreamento de vestígios do passado, revelando *práticas, discursos e representações* da época e sociedade de que procedem, podendo oferecer para a história uma visão diferente daquela facultada pelos documentos oficiais. Trata-se de fontes produzidas em

âmbito privado e guardadas, ao longo de um século, por um grupo familiar de pessoas comuns, fato que acresce de valor as coleções de documentos. Desse modo, espero que as reflexões oriundas da pesquisa permitam a ampliação da compreensão em torno das distintas maneiras como os sujeitos participavam e participam das culturas do escrito nas sociedades de que faziam/fazem parte e, também, para a compreensão das implicações socioculturais e econômicas que fomentam o desenvolvimento de tais manifestações da escrita.

#### 2.4 “O desejo do arquivo é um desejo que arde”

Para iniciar esta subseção, trago em epígrafe a eloquência de Jacques Derrida (2001), autor para quem principiar um texto com uma citação é direcionar para um determinado sentido. Assim, como pessoa que se arquivava em registros do cotidiano e como pesquisadora das culturas do escrito, imprimo o sentido da impulsão para a criação de memórias percebida na manutenção das práticas de escrita e arquivamento de uma mesma família, ao longo de cem anos, geração após geração. A descoberta de semelhante prática - por si só surpreendente e emocionante pela quantidade e variedade de textos produzidos - permite que particularidades da longa história da leitura e da escrita na Bahia, no século XX, sejam estudadas a partir de um *continuum* de práticas culturais mantidas por um mesmo grupo, dentro de um espaço temporal relativamente longo. Esse estudo ganha contornos ainda mais interessantes por conta da interdisciplinaridade do campo da HSCE, que permite uma abordagem teórico-metodológica diversificada, conforme a multiplicidade de textos e de discursos, como é comum nesse campo de estudos.

Philippe Artières, ao iniciar o artigo *Arquivar a própria vida*, em que problematiza os motivos pelos quais criamos e mantemos arquivos pessoais, como e a partir de quais práticas cotidianas o fazemos, diz que quase todos os acontecimentos geram um registro escrito:

[...] existem poucos acontecimentos que não deixam ao menos um vestígio escrito. Quase tudo, em algum momento, passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia (PEREC<sup>10</sup>, 1974 apud ARTIÈRES 1998, p. 9-10).

Essa observação pode ser relativizada ao se pensar nas sociedades ágrafas, que não podem ser ignoradas. Entretanto, mesmo essas comunidades têm documentos relativos a elas,

---

<sup>10</sup> PEREC, Georges. *Espèce d'espaces*. Paris: Galilée, 1974.

tais como documentos de natureza oficial, como títulos de demarcação de terras e leis, por exemplo. Todavia, considerando o grosso da sociedade, sobretudo nos espaços urbanos, desde o nascimento, as pessoas estão cercadas de papéis que dizem de sua existência: a certidão de nascimento, o cartão de vacinas, o batistério, a carteira de identidade, o prontuário do dentista, o diploma, as certidões de casamento e de divórcio, para citar alguns. Apesar de nem todas as pessoas terem todos esses documentos, afirmo, com Artières (1998, p. 3), que o “normal é ser com papéis”. Partindo dessa premissa, o arquivamento de si estaria condicionado a uma injunção social que impulsiona os indivíduos à organização do testemunho de sua existência, pulsão que alguns concretizam de forma mais disciplinada, e, no caso de outros, em registros efêmeros de sua existência.

Nas últimas décadas do século XX, textos produzidos por pessoas comuns começaram a interessar investigadores de diversas áreas, conferindo ao campo da HSCE um caráter interdisciplinar, com pesquisas que colaboram para a elaboração de conhecimentos em torno das práticas sociais ligadas à escrita. Esse campo se configurou a partir de múltiplas contribuições, pela renovação da História Cultural e da historiografia, e, é possível afirmar, continua em desenvolvimento, visto que as formas de expressão pela escrita têm se ampliado a partir do advento da internet, e se ampliam as possibilidades de recortes de pesquisa.

## **2.5 Cultura escrita no âmbito da História Cultural**

A NHC tem nas noções de *discursos*, de *práticas* e de *representações* ideias indispensáveis para que se examinem as estruturas de poder a que estão sujeitos os indivíduos e grupos produtores, consumidores e difusores de cultura. Tais noções, desenvolvidas por Roger Chartier (2002a), historiador com significativas contribuições à História do Livro e da Leitura, têm alicerçado diversas pesquisas no campo da História Cultural.

Conforme Castillo Gómez, a História da Cultura Escrita é uma instância da História Cultural dedicada à investigação dos usos e funções dos testemunhos escritos, que deve considerar os *discursos* e as *representações* acerca das *práticas* que vigoravam na época em que foram produzidos os textos. Essas noções - retomadas por Castillo Gómez em seu artigo *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*, publicado no Brasil no ano de 2003 - têm sido fundamentais para a compreensão dos mecanismos de poder associados à linguagem escrita e suas articulações numa determinada sociedade, com um olhar tanto para os textos como para os sujeitos que por meio deles interagem.

Castillo Gómez (2003a, p. 109-110), em sua leitura da proposta de Chartier, diz que as fontes do discurso dizem respeito ao “[...] conjunto de textos que la clase dominante o las personas socialmente *autorizadas* producen con el objeto de ordenar las relaciones y prácticas sociales”<sup>11</sup>. A função do discurso está imbricada na rede de relações sociais, e todos os membros de uma determinada sociedade e suas práticas estão submetidos à sua regulação. No tocante à cultura escrita, o historiador afirma que, se sacralizado, “[...] el discurso trata de legitimar las razones del acceso restringido y del monopolio ostentado por determinada casta o corporación”<sup>12</sup>. Por outro lado, associado a fatores de promoção social, subsidiará ações voltadas à democratização do acesso à escrita e aos processos de alfabetização extensiva. O discurso é, então, elemento que reflete as sociedades e os valores que lhes são intrínsecos, repercutindo aquilo que determina a classe dominante.

As representações, por seu turno, são “[...] matrizes de discursos e de práticas diferenciadas” (CHARTIER, 2002a, p. 18), traduzem os interesses e atitudes dos atores sociais e modelam os discursos e as práticas. Desse modo, o comportamento social dos indivíduos e dos grupos, aquilo que valorizam ou menosprezam, o que elegem como decente ou indecente, suas escolhas e sociabilidades são inerentes às representações. Contudo, vale esclarecer, as representações não se configuram como reflexos das sociedades, mas como formas de interpretá-las, afirma Chartier. As representações estão associadas aos códigos partilhados pelos sujeitos em suas interações e são historicamente determinadas pelas relações de poder. Elas estabelecem, em diferentes espaços, tempos e sociedades, o modo pelo qual a “realidade” é construída e dada a ler. Também as licenças, classificações e convenções que orientarão as práticas e as relações sociais de uma determinada sociedade (CHARTIER, 2002a).

Os mecanismos de poder a que os sujeitos produtores, consumidores e difusores de cultura estão submetidos passam pelas noções de *discurso*, de *práticas* e de *representações*. Tais noções, aliadas a uma concepção mais ampliada de cultura, configuram o campo de estudos denominado Nova História Cultural, que mantém diálogo estreito com outros campos de conhecimento, como a Antropologia, a Ciência Política, a Linguística, a Psicologia etc.

Os objetivos e temas franqueados pela NHC são tão amplos quanto as possibilidades de definição do termo Cultura, cuja abrangência é incompatível com os limites de um conceito. Castillo Gómez (2003a, p. 106-107) se alinha à definição proposta por Peter Burke (2014, p. 6-

---

<sup>11</sup> “[...] conjunto de textos que a classe dominante ou pessoas socialmente autorizadas produzem para ordenar as relações e práticas sociais”. Todas as traduções inseridas nas notas são nossas.

<sup>12</sup> “[...] o discurso tenta legitimar as razões do acesso restrito e do monopólio ostentado por uma determinada casta ou corporação”.

7), que tenta dar conta dessa amplitude: “[...] sistema de significados, actitudes y valores compartidos, y de formas simbólicas [espectáculos y objetos] a través de los cuales se expresa o se encarna”<sup>13</sup>. Trata-se de uma concepção cuja elaboração é contínua, mantendo-se sempre em discussão, e, por isso mesmo, tem sido, muito acertadamente, considerada como *noção* pelos pesquisadores da área.

A perspectiva introduzida pela NHC difere da abordagem tradicional em vários pontos, a saber: abandono da ideia de sociedades *com* e *sem* cultura; ampliação do sentido do termo cultura; assimilação da ideia de *recepção* e sua associação com os gestos de *apropriação* e suas circunstâncias; renúncia ao conceito marxista de superestrutura (CASTILLO GÓMEZ, 2003a). Com isso, corrige-se o equívoco histórico que via nas manifestações culturais meras cadeias de transmissão dos modelos ideológicos hegemônicos. A partir daí, as manifestações culturais populares passaram a ser consideradas como autênticos atos de resistência às pressões sociais, elevando os sujeitos a protagonistas ativos perante a ideologia dominante.

Na visão de Chartier, a *apropriação*

[...] visa a uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que [...] sustentam as operações de produção do sentido [...] é reconhecer [...] que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas [...] (CHARTIER, 1991a, p. 181).

Nesse sentido, Chartier contribui de forma muito objetiva para uma noção mais ampla de Cultura, quando chama a atenção para o fato de que os mesmos produtos culturais podem alcançar sujeitos com distintos repertórios, o que se modifica é a maneira como uns e outros se apropriam desses artefatos. A forma como concebe a noção de *apropriação* permite que se elabore uma história social das variadas interpretações presentes nas práticas dos diferentes atores sociais, sempre em conformidade com suas experiências e convicções. Desfaz-se, assim, a oposição entre cultura erudita *x* cultura popular (CHARTIER, 2002a).

### 2.5.1 Por uma História Social da Cultura Escrita: o aporte de Armando Petrucci

Uma das grandes contribuições para a constituição da HSCE, como é concebida atualmente, foi a ampliação dos estudos paleográficos tradicionais, sucedida a partir dos anos

---

<sup>13</sup> “[...] sistema de significados, atitudes e valores compartilhados, e de formas simbólicas (espetáculos e objetos) através das quais se expressa ou incorpora”.

60 do século XX. De acordo com Castillo Gómez e Sáez Sánchez (1994)<sup>14</sup>, a Paleografia, então comprometida com a dimensão material dos textos, abrangeu a dimensão social com a inclusão das questões *Quem?* e *Por que escreveu?*. Os estudos empreendidos pelo paleógrafo italiano Armando Petrucci (1999, 2003) estão na base dessa mudança, e ele é sujeito central nessa transformação. Segundo seu ponto de vista, é indispensável o conhecimento da difusão social das práticas de escrita, da quantidade de escreventes de uma determinada sociedade que sabe ler e escrever, a identificação dos destinatários dos textos produzidos, assim como a noção da função social desses escritos. A investigação desses elementos permite que a reconstrução da história das práticas lectoescritoras de uma dada sociedade seja conhecida de modo mais profundo, assim como o valor atribuído pelos diversos atores sociais à cultura escrita.

Até então, a Paleografia estava comprometida com as questões de orientação erudito-positivista *O quê?*, *Como?*, *Quando?* e *Onde?* o texto foi produzido, que não davam conta dos sujeitos nos contextos em que estavam inseridos, nem das formas de apropriação e difusão dos textos. Eram necessários questionamentos mais específicos, de modo que se conhecessem as funções sociais dos escritos e dos atos de escrita - *Por que escreveu?* - e a identificação dos indivíduos - *Quem escreveu?* De acordo com Castillo Gómez (2017, p. 59), era o momento de

[...] ir mais além com o propósito de aprofundar na própria escrita como tecnologia de registro e comunicação, na sua distribuição social, nos produtos nos quais se concretiza em cada momento (documentos, livros, escritas pessoais, inscrições, grafites, libelos etc.) e nas funções que estes desempenham. Havia de conhecer as políticas de alfabetização para saber quem e por que são capazes de usar a escritura em cada sociedade, em que medida o fazem e para quê.

Essa foi uma mudança revolucionária, crucial para a História da Cultura Escrita, que proporcionou a configuração de toda uma perspectiva de estudos, apta a extrapolar a análise material do texto e se imiscuir nas questões sociais envolvidas em cada exercício gráfico empreendido pelos sujeitos das mais diversas sociedades, sobretudo as pessoas comuns.

A abordagem proposta por Petrucci (1999, 2003) aprofundou determinadas ideias que se insinuaram desde a década de 30 do século XX, por influência dos marxistas Aleksander Gieysztor, historiador, e do paleógrafo húngaro István Hajnal (1959). Petrucci atribui a Hajnal as reais antecipações para o desenvolvimento de uma história da escrita que associa práticas de escrita e sociedade. Também o linguista Marcel Cohen (1958), autor de *La grande invention de*

---

<sup>14</sup> Há diversos textos desses autores que se referem a essa quebra de paradigma que estabeleceu uma nova abordagem das práticas de escrita, dos quais são exemplos: Castillo Gómez (1995, 2003a) e Sáez Sanchez, Castillo Gómez (1999).

*l'écriture*, defendia que a escrita existe em função da sociedade que a utiliza. Essa mudança, conforme Castillo Gómez (1995, 2003a), possibilitou a realização de pesquisas mais amplas, que extrapolam a mera identificação de símbolos gráficos, dos materiais e suportes da escrita e a simples descrição do testemunho escrito<sup>15</sup>. A identificação de datas, locais, materiais e processos de escrita, de cunho positivista, era insuficiente para solucionar os problemas relativos às práticas socioculturais de ler e de escrever, pois ignoravam o sujeito e o porquê de seus escritos. A inserção das questões *Quem?* e *Por que escreveu?* tornou possível uma HSCE que contemplasse os sujeitos e os contextos de produção, perspectiva capaz de lançar luz sobre os problemas que emergiram da NHC.

A compreensão das práticas e da importância atribuída à cultura escrita numa determinada sociedade exige que o pesquisador identifique e analise os espaços em que se forjaram os testemunhos (PETRUCCI, 2003). Ou seja, investigar o contexto sócio-histórico em que os textos foram produzidos é fundamental para compreender a relação do sujeito com a escrita. Essa tarefa é importante inclusive pelo fato de que “[...] a escrita no es algo compartido igualitariamente, no lo es ni siquiera hoy de todos, y en ciertas sociedades la escritura es solo de un grupo<sup>16</sup>” (CARDONA, 1994, p. 110). Essa desigualdade na distribuição dos usos da escrita evidenciará os condicionamentos de acordo com o modelo de sociedade e as pressões sociais a que está sujeita, assevera Petrucci (2003). Por isso, esse pesquisador considera impossível dissociar o sujeito do contexto em que se insere. É preciso compreender os liames e subjetividades presentes nas práticas, pois a mera quantificação dos que leem ou escrevem é insuficiente para uma apreciação qualitativa acerca dos usos que os indivíduos fazem dessas habilidades e para o conhecimento das práticas culturais envolvidas nesses gestos. Para Petrucci, é preciso investigar as distintas formas pelas quais os sujeitos se apropriam das habilidades de ler e de escrever, os distintos graus de alfabetização, bem como as responsabilidades sociais assumidas por quem adquire tais habilidades.

Relativamente ao “grau de alfabetização”, Petrucci (2003, p. 28-30) propõe seis categorias de classificação nas quais podem se enquadrar tanto os indivíduos de um passado mais distante, quanto aqueles de um passado mais recente ou contemporâneos:

- a) Cultos: dominam as tipologias gráficas e a produção de textos; conhecem outro idioma; receberam formação em nível superior; leem e escrevem ativamente.

---

<sup>15</sup> A esse respeito, vide: Sáez Sánchez; Castillo Gómez (1999).

<sup>16</sup> “[...] a escrita não é algo compartilhado de forma igualitária, nem mesmo nos dias de hoje, e, em certas sociedades, é acessível a apenas um determinado grupo”.

- b) Alfabetizados profissionais: utilizam a escrita com competência técnica, que pode ser alta, mas orientada apenas para atividades profissionais; capacidade de leitura inferior à capacidade de escrita; formação em nível médio-alto.
- c) Alfabetizados instrumentais: competências de leitura e de escrita em nível médio-alto, exercitadas de modo funcional, em atividade profissional ou relação social; grau de instrução médio-baixo e atividade de leitura constante e seletiva.
- d) Semianalfabetos funcionais: competência gráfica limitada; escrevem raramente e apenas em língua materna; leem pouco ou nunca.
- e) Semianalfabetos gráficos: reduzida competência gráfica, escrita de textos curtos ou contos; em geral, não leem e quando o fazem não conseguem compreender o lido; instrução elementar.
- f) Analfabetos: aqueles incapazes de ler ou escrever; instrução bastante rudimentar; cultura essencialmente oral e visual.

Embora necessária, a classificação para a identificação do grau de alfabetização do sujeito numa dada comunidade pode ser questionada, por exemplo, a partir da categoria “cultos”. É complexo dizer que um indivíduo, pertencente a um determinado local do passado, era ou não uma pessoa culta. No caso dos sujeitos a que esta Tese se refere, por exemplo, eu os classificaria todos como cultos, embora não atendam a todos os requisitos elencados para essa categoria conforme proposição de Petrucci. Como dizer que um topógrafo que mantinha uma prática de escrita diária, que utilizava citações em outros idiomas com pertinência, inclusive o latim, que frequentava o teatro e a biblioteca de sua cidade, em fins do século XIX, não era culto por não ter formação em nível superior? Ou ainda, que aqueles que obtiveram esse nível de formação, mantiveram uma prática ordinária de escrita, mas não utilizavam outro idioma não se encaixam nessa categoria? E o que dizer das práticas letradas exclusivamente orais, como a contação de histórias? Penso que os critérios de classificação devem atentar para os contextos, considerando a sincronia em que os textos foram produzidos e uma investigação acerca do que poderia significar ser culto nesse tempo e lugar em que o testemunho foi produzido. Ainda assim, só é possível obter uma visão opaca da realidade pretérita. Além disso, a ideia de classificar um sujeito como culto supõe a existência de outro “sem cultura”, o que vai de encontro às ideias que alicerçam a NHC, para a qual não há pessoas sem cultura.

Apesar da complexidade que envolve a relação língua escrita e sociedade, no Brasil, apenas nos últimos anos, os estudos em torno dessa tecnologia tão amplamente utilizada se desenvolveram no sentido de tentar compreender os modos por que os indivíduos participam da cultura escrita e se apropriam das habilidades de ler e de escrever, tarefa que deu origem a estudos acadêmicos, cuja emergência data da década de 80 do século XX<sup>17</sup>. Trata-se de um campo necessariamente interdisciplinar e que recebe contribuições da Sociologia, dos estudos

---

<sup>17</sup> Um dos trabalhos mais revolucionários dessa época, com grande impacto nas práticas pedagógicas das escolas brasileiras, foi *Psicogênese da língua escrita* (1986), das pesquisadoras Emília Ferreira e Ana Teberosky.

em Educação, da Antropologia, da Linguística, apenas para citar alguns, que têm colaborado para que o viés social seja a ótica pela qual as pesquisas se norteiam.

A pesquisadora Ana Maria de Oliveira Galvão, com o objetivo de mostrar as principais perspectivas pelas quais a pesquisa em torno da HCE tem se desenvolvido no Brasil, realizou um levantamento, que não se pretendeu exaustivo, das pesquisas realizadas nesse campo investigativo. Evidentemente, passados mais de dez anos desde a sua publicação, esse quadro já não é o mesmo, pois - desde o surgimento desse campo de estudos - o interesse dos pesquisadores por desvendar os caminhos do acesso às habilidades de escrita tem sido cada vez maior. Nesse demonstrativo, Galvão (2010) estabeleceu algumas entradas, a saber: as instâncias, os objetos, os suportes, os sujeitos e os modos de transmissão e produção. A pesquisadora utilizou o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Segundo informa, a escolha se deu pelo fato de a maior parte dos estudos que se vêm desenvolvendo desde os anos 80 do século XX ter sido produzida em programas de pós-graduação de universidades públicas. Embora seu estudo não seja representativo da produção desse tipo de pesquisa no Brasil, serve de base para que se discutam tendências, conforme ressaltou a autora. A tabela 1 apresenta uma síntese de seu levantamento:

Tabela 1 - Vias de entradas privilegiadas para o estudo da HCE no Brasil

<b>VIAS DE ENTRADA</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
OBJETOS	149	34,4
SUJEITOS	111	25,6
INSTÂNCIAS	111	25,6
SUPORTES	45	10,4
MODOS DE TRANSMISSÃO	17	3,9
<b>TOTAL</b>	<b>433</b>	<b>100</b>

Fonte: Galvão (2010, p. 225).

Em sua pesquisa, Galvão (2010) investigou também quais áreas do conhecimento têm recebido mais atenção dos pesquisadores da cultura escrita. Dos 237 trabalhos, 35,9% eram de Educação, 25,7% eram de Letras e Linguística e 21,9% de História. Há uma predominância de 83,5% de estudos dessas áreas contra 6,5% de áreas com pouca tradição de pesquisas nesse setor, conforme tabela 2.

Tabela 2 - Áreas do conhecimento que estudam a História da Cultura Escrita no Brasil

ÁREAS DO CONHECIMENTO	N	%
EDUCAÇÃO	85	35,9%
LETRAS E LINGUÍSTICA	61	25,7%
HISTÓRIA	52	21,9%
COMUNICAÇÃO	23	9,7%
ARTES	6	2,5%
CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	3	1,3%
DESIGN	2	0,8%
ANTROPOLOGIA	1	0,4%
ARQUEOLOGIA	1	0,4%
ARQUITETURA	1	0,4%
CIÊNCIAS SOCIAIS	1	0,4%
GEOGRAFIA	1	0,4%
TOTAL	237	100%

Fonte: Galvão (2010, p. 226).

Em relação ao período, o século XX foi contemplado com 59,1% do total de trabalhos realizados, seguido de 22,4% de trabalhos referentes aos séculos XIX-XX e 13,1% relativos ao século XIX. Sincronias anteriores tiveram apenas 5,5% do total das pesquisas, fato atribuído à dificuldade de acesso às fontes, que pode ser compreendida, também, pela complexidade em questionar os documentos existentes, sobretudo os oficiais. Tais documentos, que “habitam” os arquivos públicos - quer sejam do estado, quer sejam da Igreja - precisam ser devidamente questionados para que se constituam como fontes da HSCE. Assim, talvez não se deva falar em escassez de documentos, mas em observar os documentos existentes por outra ótica.

O levantamento realizado pela pesquisadora atesta o crescente interesse por esse campo de estudos no Brasil, o que se revela pelo número de trabalhos voltados à escrita e à leitura. Contudo, a autora afirma que ainda há lacunas a serem preenchidas com a exploração de outras instâncias, que não a escolar, em que se desenvolvam práticas de escrita que permitam a renovação de acervos. Os arquivos de origem privada se constituem, cada vez mais, em fontes privilegiadas, o que torna os diários pessoais, as cartas, os livros de família etc., documentos caros à pesquisa historiográfica. Nesse sentido, esta Tese de Doutorado apresenta relevante contribuição para o campo, pois, além de apresentar vasto acervo, o faz com uma produção escrita não escolar, contendo variados gêneros, desenvolvida por longo período, por pessoas comuns pertencentes a um mesmo grupo familiar.

Em que pese esse crescente interesse e maior visibilidade alcançada pela história da cultura escrita, no Brasil e no mundo, em artigo recente, publicado no ano de 2017, no qual discute as formas de se fazer História da Cultura Escrita - a saber: escritas, textos e leituras - Castillo Gómez informa que, quer no âmbito da História Cultural, quer no âmbito da disciplina histórica como um todo, a História da Escrita tem sido vista aquém da vasta produção das últimas décadas, diferentemente do que ocorre com a História do Livro e da Leitura:

[...] é ilustrativo que na obra *Historiographies. Concepts et débats*, publicada na França em 2010, sob a direção de Christian Delacroix, François Dosse, Patrick Garcia e Nicolas Offenstadt, não se recolha nenhuma entrada referida à dita linha de investigação ao passo que se faz um balanço das contribuições e desafios de muitas outras correntes: desde a História comparada à conceptual, a cultural, da arte, das mulheres e de gênero, das mentalidades, dos sentimentos ou a História do corpo, para citar somente algumas (CASTILLO GÓMEZ, 2017, p. 55-56).

Em conformidade com o historiador, a vasta contribuição dos recentes estudos em HSCE não tem recebido o reconhecimento devido, sobretudo com a importante transformação introduzida nos estudos paleográficos, que levou a pesquisa em torno das práticas de escrita a outro patamar. A revolução provocada pelas intervenções de Armando Petrucci permitiu a instauração da História da Cultura Escrita como um campo autônomo de pesquisa, apto ao diálogo, receptivo a trabalhos de variadas áreas do conhecimento, ocupados de aspectos fundamentais do testemunho escrito, que são: a difusão social da escrita, com as políticas de alfabetismo e de escrita de cada época e sociedade e, também, a função social da escrita, de modo específico, sobre o porquê e o para quê de cada escrita, pois todo escrito tem uma intenção, um propósito, que, conforme Castillo Gómez, só pode ser observado a partir de sua materialidade, do gênero, do suporte utilizado e de suas características gráficas. Tal empreendimento visava ao testemunho dos diversos atores sociais, nem sempre contemplados pela historiografia oficial. Todavia, para que a experiência da pessoa comum ganhasse espaço na reconstrução da história, ocupar o papel de agente histórico ao lado de grandes vultos foi uma proeza para a qual concorreram outras contribuições.

#### 2.5.2 A vez e a voz das pessoas comuns: por uma História Vista de Baixo

O sujeito comum, por muito tempo, foi ignorado pela historiografia oficial. Foi solenemente ignorado em seus saberes e como agente capaz de fornecer dados para a reconstrução histórica. O século XX foi marcado por muitos avanços no âmbito da ciência histórica, sobretudo pelos novos problemas que se formularam na década 60 (BURKE, 1992),

período marcado por inúmeros avanços sociais, quebra de paradigmas e questionamento do *status quo* estabelecido pelas elites científicas, socioculturais e econômicas.

Além do supracitado aporte de Armando Petrucci, nessa época, saíram à luz as primícias científicas da primeira geração de estudiosos da alfabetização e do letramento: a escrita começava a ser pensada como algo além de um sistema de sinais gráficos. A *Escola britânica marxista*, liderada pelo historiador Christopher Hill, trabalhou, no âmbito do materialismo histórico, na renovação da noção de cultura e se aliou ao grupo dos *Anais* no questionamento da história política tradicional. O inglês Eric Hobsbawm levantou o problema da "função social do passado", nas palavras de Jacques Le Goff (2008, p. 26), pesquisador para quem o passado é, comumente, tido como um momento anterior aos acontecimentos e como modelo do presente. Para ele, o historiador deve observar as brechas por meio das quais as mudanças se insinuam, interrogando e problematizando esse passado. É no bojo dessas discussões que Le Goff apresenta sua explicação sobre as relações entre monumento e documento, que, segundo o autor, são materiais da memória: “[...] os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador” (2008, p. 526). De acordo com Le Goff, o monumento tem a ver com a evocação da memória e pode ser um troféu, uma obra arquitetônica ou um texto, por exemplo, e está ligado à perpetuação do passado. É tudo aquilo que pode evocar o passado. O documento, por sua vez, evoluiu para prova, “papel justificativo”, e triunfou sobre os monumentos, sobretudo sob a tutela das ideias positivistas, que atribuíam grande valor ao documento (estritamente textual). O documento, sob essa perspectiva, também é monumento e atesta os fatos históricos abordados pela historiografia tradicional.

A grande revolução nesse modo limitado de ver o texto ocorreu com a contribuição dos *Anais*, na década de 30, mas foi nos anos 60 que a noção de texto se ampliou, apoiada nas revoluções da história quantitativa e econômica. Também a forma de questionar o documento foi fundamental para isso, e Foucault, historiador responsável pela introdução de “[...] alguns dos novos objetos ‘provocadores’ da história”, como a loucura, a sexualidade e o universo carcerário (LE GOFF, 2008, p. 103), contribuiu para que a leitura desses documentos fosse além do que informava sua materialidade.

Outro expoente de destaque da *Escola britânica marxista* foi Edward Thompson, historiador cujos estudos puseram em perspectiva as camadas populares. Com seu famoso texto *The history from below*<sup>18</sup>, o autor põe em evidência a experiência humana em detrimento da estrutura, reconhecendo no indivíduo o papel de agente efetivo da história, e não um mero

---

<sup>18</sup> Originalmente publicado no *The Times Literary Supplement*, em 7 de abril de 1966.

receptor das determinações de um superior. Para Thompson (2001), são as ações cotidianas de homens e mulheres que elaboram a história, de modo que inexiste uma estrutura sem sujeito. A História Vista de Baixo constitui-se, portanto, como uma corrente teórica que propõe a compreensão dos processos históricos a partir do olhar de atores que ocupam lugares sociais distintos daqueles cujos discursos, normalmente, têm protagonismo. O ponto de vista de homens e mulheres dos estratos mais baixos da sociedade - partícipes de eventos históricos tanto quanto líderes políticos, militares, membros de instituições religiosas, grandes proprietários etc., sujeitos valorizados pela historiografia oficial - é considerado pelo historiador ao “tentar compreender o povo no passado [...] à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência”, afirmou o historiador Jim Sharpe (1992, p. 42). A essa mudança de perspectiva, a pesquisadora Beatriz Sarlo (2007, p. 15-16) deu o nome de “guinada subjetiva”, que ela assim sintetiza:

[...] o olhar de muitos historiadores e cientistas sociais inspirados no etnográfico deslocou-se para a bruxaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o campesinato, as estratégias do cotidiano, buscando o detalhe excepcional, mas também se acentuou o interesse pelos sujeitos “normais”, quando se reconheceu que não só eles seguiam itinerários sociais traçados, como protagonizavam negociações, transgressões e variantes.

O indivíduo elevado a sujeito histórico, inserido em seu espaço social, passou a ser lido de forma diferente pelas disciplinas ocupadas em reconstruir a história, assim como seu testemunho escrito. Castillo Gómez, militante na defesa da perspectiva social na abordagem do texto escrito, tem desenvolvido diversos estudos em que os textos, produzidos pelas pessoas comuns, as chamadas mãos subalternas (2003b), são considerados para além da materialidade dos suportes e da forma. Suas pesquisas têm sido fundamentais para que as investigações em torno da linguagem escrita considerem sua complexidade e sua indissociável relação com as sociedades de que se origina.

Outro pesquisador que defendeu esse ponto de vista e que não pode deixar de ser mencionado foi Jack Goody<sup>19</sup>, para quem a escrita não pode ser concebida como uma entidade monolítica ou uma habilidade indiferenciada, pois se trata de mais que um instrumento gráfico ou comunicativo, devendo ser considerada em toda sua complexidade (CASTILLO GÓMEZ, 2003a). Assim, para os pesquisadores das culturas do escrito, a escrita é um artefato cultural cujas funções sociais e práticas devem ser investigadas, levando em conta o momento histórico,

---

<sup>19</sup> “[...] sus potencialidades dependen de la clase de sistema que prevalece em cada sociedad” (GOODY, 1996, apud CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 95).

o contexto de produção, os usos, a distribuição das capacidades de ler e de escrever, e, claro, o sujeito produtor do testemunho.

Tais sujeitos, quase sempre invisibilizados, são postos em destaque pelo dramaturgo alemão Bertolt Brecht (2000, p. 166), em seu belo e sempre atual poema *Perguntas de um trabalhador que lê*. Em seus versos, Brecht, nos idos anos de 1935, questionava a ocultação do trabalhador como partícipe nos grandes fatos históricos, quando ele é o verdadeiro executor dos feitos atribuídos aos grandes homens. Ele se refere às tensões estabelecidas pelas relações de poder existentes na estrutura social, em que certos homens ocupam lugar de destaque pela História Oficial em detrimento de outros que lhes dão lastro, e pergunta: “Quem construiu a Tebas de sete portas?/Nos livros estão nomes de reis:/ Arrastaram eles os blocos de pedra?”.

Embora as pessoas comuns, seu cotidiano e cultura tenham alcançado um lugar nas ciências, com os sujeitos comuns alçados a agentes históricos, é importante ressaltar o fato de que a historiografia não abandonou os temas ou as fontes da História Oficial a que estão associadas as personagens emblemáticas que se vinculam aos fatos históricos, o que mudou foi a forma de problematização e o olhar sobre o modo de participação dos sujeitos nesses eventos. A História Vista de Baixo, que não é um campo de estudos, mas, sim, uma perspectiva diferenciada do pesquisador frente ao seu objeto, acolheu a produção marginal, não oficial, não canônica, dando ao sujeito comum a oportunidade de ter seu testemunho reconhecido como um recorte da história tão valoroso quanto o dos representantes das elites. Grande parte da produção do sujeito comum provém da escrita ordinária, conforme acepção de Daniel Fabre (1993), elaborada em âmbito privado. O adentramento dos “sótãos” que abrigam documentos dessa natureza deu acesso, também, à produção de mulheres, quase sempre excluídas da vida pública, mas também a um outro tipo de escrita masculina, voltada para temas mais pessoais que aqueles relativos aos espaços públicos. A terminologia que denomina tais documentos é tão variada quanto os gêneros de textos produzidos pelos sujeitos. A seguir, conheçamos um pouco dessa nomenclatura.

## **2.6 Dando nomes aos documentos: da terminologia empregada**

Os documentos de âmbito privado são abordados por variadas áreas do conhecimento e têm nomenclatura bastante diversificada, sempre em conformidade com sua função social. Para esclarecer o uso da terminologia utilizada nesta Tese, recorri ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), tanto para a identificação de alguns gêneros, quanto para me aproximar de determinadas definições. Vamos a elas.

O primeiro termo, **acervo**, está definido no referido dicionário como “Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora” (p. 29). Entidade, no caso do presente estudo, remete ao grupo familiar que produziu os documentos presentes nos arquivos e que tem sua guarda, ou custódia.

Outro termo recorrente no texto desta Tese é **arquivo**<sup>20</sup>, que diz respeito a um “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (p. 27). Essa é uma definição muito importante para a caracterização da fonte, pois o arquivo familiar pode se referir a um indivíduo ou à família. No caso dos documentos em questão, eles foram gerados por indivíduos, de forma orgânica, mas também nas interações que mantiveram entre si, o que os aproxima de outro termo da arquivologia, **arquivo de família**, expressão dicionarizada como “Arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar” (p. 29). A partir dessa expressão, vê-se que o espectro de documentos que podem compor um arquivo de família se torna mais abrangente, incluindo documentos de caráter oficial, tais como os títulos de propriedade, que podem pertencer a mais de um sujeito. Contudo, se a documentação pertence a um indivíduo, ela é definida como **arquivo pessoal**, que tem entrada no dicionário como “Arquivo de pessoa física” (p. 34). Todos esses verbetes postos em destaque estão relacionados com os documentos que são fonte da pesquisa empreendida, que compõem aquilo que em Arquivologia se chama **arquivo privado**, expressão que vem assim definida no referido dicionário: “Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (p. 35).

Os arquivos também podem compor uma **coleção**, termo que se refere a um “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (p. 52). Toda **coleção** está associada a um **coleccionador**, “Entidade coletiva, pessoa ou família responsável pela formação de uma coleção” (p. 52). De acordo com Heloísa Liberalli Bellotto (2006), arquivo e coleção se distinguem na forma como são concebidos. Enquanto o arquivo tem origem orgânica, ou seja, vai sendo elaborado de maneira não intencional, a coleção é reunida de modo intencional, com documentos que guardam as mesmas características entre si, como, por exemplo, uma coleção de selos postais. Ao analisar os documentos que utilizei como fonte na pesquisa, pude observar que o conjunto compõe um arquivo, mas não uma coleção, pois os

---

<sup>20</sup> Embora muitas vezes sejam utilizados como sinônimos, acervo e arquivo têm significados específicos. Enquanto o termo *acervo* se relaciona ao conjunto de bens de um grupo ou indivíduo, o termo *arquivo* se refere à organização de documentos ou ao espaço em que eles se abrigam.

documentos foram reunidos por seus autores de forma orgânica e guardam características bastante heterogêneas entre si. Desse modo, no caso dos termos coleção, colecionismo e colecionador(a), os utilizo de senso comum para me referir ao conjunto de documentos pertencentes a um determinado indivíduo, mas sem remeter à forma como foram concebidos.

Tais termos são utilizados também para aludir ao instinto humano de preservação de arquivos pessoais e familiares ao qual Richard J. Cox (2017, p. 25-26) se referiu:

Esse aspecto da natureza humana pode ser visto no ato de colecionar, aparentemente inato em nós, talvez uma necessidade básica como comer, beber, buscar abrigo e dormir. Em outros termos, colecionar talvez derive de alguma forma nossos desejos de sobrevivência, ligados à procura por satisfazer outras necessidades de sustentação da vida.

A expressão colecionar presente na citação não é utilizada para se referir a uma caracterização técnica da arquivologia, mas para tratar do impulso que faz um sujeito reunir e preservar algo de sua vida ou de sua família como forma de sobrevivência. Cox (2017) afirma, em concordância com o que disse Dilworth<sup>21</sup>, a quem cita, que colecionar é uma forma de narrativa. E eu concordo com ambos. Tudo o que reunimos ao longo da vida, as preferências em relação a uma cor ou tipo de arte que penduramos na parede, os livros que compramos e toda sorte de elementos que selecionamos, incluímos e preferimos, tudo isso fala de nossa personalidade, compõe o enredo de nossas vidas.

Em relação aos verbetes supracitados, informo que não tenho a pretensão de realizar uma classificação exaustiva dos documentos pertencentes ao acervo, pois este não é um estudo sobre a natureza desses documentos. Meu interesse é pelo exercício de escrita, sobre as formas de inserção nas culturas do escrito e sobre a representação desses escritos para os sujeitos e para a sociedade de que fazem parte. Todavia, alguns esclarecimentos são necessários em relação à terminologia aqui adotada. Nesse conjunto de termos, que à primeira vista podem parecer sinônimos, interessa explicar as nuances que distinguem alguns deles. Os arquivos privados, assim considerados por seu caráter particular e da ordem da vida privada e cotidiana, incluem arquivos pessoais e arquivos familiares, conforme dito anteriormente. Esses, contudo, apresentam uma distinção que, compreendo, remete à sua função social e à sua origem, se individual ou coletiva.

---

<sup>21</sup> DILWORTH, Leah. *Acts of possession: collecting in America*, New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press, 2003.

De acordo com Fraiz (2002, p. 55), na tradição europeia, que remete ao Antigo Regime, os arquivos de família têm relação com aspectos socioeconômicos e culturais, compondo “o trinômio família, patrimônio e cultura, simbolizando poder”. Fraiz (2002) apresenta a hipótese de que, com a ascensão do individualismo moderno a partir do século XVIII e do Estado liberal instalado a partir do século XIX, o binômio família e propriedade foi se fragilizando, dando lugar ao indivíduo, que, como entidade, passou a guardar os documentos dos bens que lhe pertenciam, dentre outros de caráter íntimo e pessoal. Desse modo, continua a autora, os arquivos pessoais são a expressão do individualismo, um fenômeno moderno resultante da desagregação dos elementos que compunham “o trinômio família, patrimônio e cultura”. Com essa mudança, também mudou a natureza dos documentos acumulados, que passou a expressar os interesses individuais do sujeito, em detrimento da coletividade familiar. Conforme diz a pesquisadora,

Aos conjuntos documentais organicamente acumulados para o necessário desempenho das atividades do titular nas esferas pública e privada, somam-se (sic) uma abundância de material característico de uma guarda circunscrita ao íntimo, pessoal, particular - vestígios do passado familiar, registros das ações presentes da família nuclear e de um círculo amical restrito. Muitas dessas ações da vida privada, contudo, se interpenetram na vida pública, tornando problemáticas as ações de aquisição e tratamento arquivístico dos arquivos pessoais contemporâneos porque remetem ao público e ao privado, isto é, o direito à propriedade e à intimidade versus interesse público (FRAIZ, 2002, p. 55-56).

Apesar dessa distinção, Fraiz (2002) diz que os arquivos familiares, em suas características clássicas e funções primordiais, não deixaram de existir, e que é preciso haver mais pesquisas em torno dessa temática, necessidade que é compreensível para a Arquivologia, ciência auxiliar para a qual a classificação se constitui como problema. No entanto, a hipótese apresentada pela pesquisadora parece plausível e dialoga com o que diz Chartier (1991b) a respeito da ascensão da vida privada, a partir do século XVIII, e sobre como o homem começou a se enxergar como sujeito de direitos. Assim se enxergando, teve necessidade de se dizer por meio da escrita, tecnologia que permitia o registro “fiel” daquilo que se queria relatar, sem o risco de deturpação cronológica ou de conteúdo a que a informação estaria sujeita caso se mantivesse apenas na oralidade. Desse modo, por meio da escrita, em seus diversos gêneros, o sujeito se expressou do modo que queria e se imaginava, produzindo diversos documentos pessoais, mas também incorporando escritos de outros ao seu arquivo pessoal.

Os arquivos pessoais constituem-se, de acordo com a pesquisadora Mckemmish (2013), como “provas de mim”. Para essa autora, os registros testemunhais são elaborados como forma de comprovar o lugar do sujeito no mundo, a forma como se relaciona com seus pares, as

experiências vividas, sua identidade. São um modo de afirmar a individualidade, na medida em que se realçam características pessoais. Por outro lado, diz Mckemmish (2013), nos arquivos pessoais também se identificam semelhanças com outros sujeitos a partir daquilo que se seleciona para registro. É o que acontece, por exemplo, com citações de leituras anotadas em cadernos pessoais, trechos de músicas e outros textos que se coletam aqui e acolá, em busca daquilo que é semelhante ao outro, mas também daquilo que singulariza um determinado perfil. Então, arquivar a própria vida é exercício interação com o outro e com a sociedade.

A necessidade humana que o indivíduo tem de deixar pistas de sua existência, de dar seu testemunho em relação ao seu tempo, de deixar suas impressões acerca do contexto em que vivia e de dizer quem era nesse contexto, ou melhor, como se via nesse contexto, permite o reencontro com essa existência, inserida nesses “mundos” narrados por meio de testemunhos escritos. Esses documentos antigos, carregados de esperanças, de projetos, de emoções, de conflitos, de alegrias, de costumes e de sociabilidades as mais diversas, provocam de volta a sensibilidade, muita emoção e alguma reverência. O respeito aos indivíduos que se narraram é algo indispensável ao tomar qualquer documento em mãos, mesmo com uma certa sensação de invasão. Busco me transmutar, a cada leitura, naquele leitor implícito para o qual o relato foi feito, o leitor do futuro que o legado escrito alcançou.

Todavia, devo escutar o alerta de Ângela de Castro Gomes e ter cuidado com as “malhas do feitiço”. Posso, porém, mergulhar como

[...] um Macunaíma, mas sabendo que somos nós, os historiadores, os autores da história que escrevemos. Essa história certamente não é a única, nem mesmo a melhor. O fundamental é saber conviver com a seriedade e a diversidade, ambas virtudes da boa academia e da boa democracia (GOMES, 1998, p. 126).

Para refletirmos sobre como os sujeitos se apropriaram das habilidades que permitiram o adentramento em seu universo interior, fosse para expô-lo ao mundo ou para reelaborá-lo, é importante tratar dos modos pelos quais se manifestaram os discursos e as representações sobre a cultura escrita na sociedade de que faziam parte. É do que tratarei a seguir.

### 3 A ESCRITA: UMA EXPRESSÃO DA CULTURA AO LONGO DO SÉCULO XX

Nesta seção, apresentarei e discutirei concepções caras à compreensão dos discursos acerca da cultura escrita que circularam na sociedade brasileira do século XX, que se mantêm no século XXI, bem como as práticas e representações de que estão imbuídos indivíduos e sociedade. São reflexões que considero importantes para a compreensão dos usos da escrita mantidos pelos Lopes d’Almeida e a força significativa que as culturas do escrito têm para esses sujeitos.

Para compreender a escrita como artefato cultural do qual o indivíduo moderno se apropriou e por meio do qual mantém interação com seus pares, em diversificadas atividades de âmbito público ou privado, discutirei as formas de difusão e apropriação desse bem cultural. Assim, arrolarei as políticas de acesso à educação formal, viés escolhido pelo fato de que, conforme Thompson (1987), a legislação se constitui como um mecanismo legitimador das relações de classe, *locus* das pretensões de constituição da própria sociedade e de suas instituições. Para isso, discutirei como a educação aparece nos textos constitucionais e, ainda, apresentarei os dados estatísticos resultantes dessas políticas, revelados pelos dados dos censos<sup>22</sup>. O conhecimento desse contexto pode demonstrar a dimensão que a escrita tinha para o projeto de sociedade que se forjava e sua importância para os sujeitos escritores no período em que deixaram seus testemunhos. Vale frisar, no entanto, que nem todo discurso se converteu em práticas, de modo que a ideia de progresso presente em alguns trechos aqui destacados, nem sempre se consolidou em ações.

#### 3.1 Educação escolar e projeto de nação: discursos, práticas e representações

*O filósofo Kierkegaard me ensinou que cultura é o caminho que o homem percorre para se conhecer. Sócrates fez o seu caminho de cultura e ao fim falou que só sabia que não sabia de nada.*  
Aprendimentos - Manuel de Barros

“Cultura é o caminho que o homem percorre para se conhecer...” Manuel de Barros (2006) aprendeu com o filósofo Kierkegaard, eu... sigo aprendendo. E, semelhantemente a Sócrates, sigo consciente de minha incompletude. A cultura, em suas manifestações orais, esteve sempre ao alcance de todos, já a cultura escrita, seletiva, não incluiu a todos de modo

---

<sup>22</sup> Pelo fato de ter testemunhos produzidos por pessoas que se educaram no século XIX, incluí as Constituições e os dados dos censos realizados nesse período.

uniforme e segue desafiando as sociedades a fazê-lo. No entanto, como um fluxo que não pode ser contido, as habilidades de ler e de escrever não recuam, diversificam-se, vão além das representações de cada época, resistem ao poder simbólico (BOURDIEU, 2008) e se renovam juntamente com outros objetos culturais que o ser humano, esse inventor de caminhos, vai traçando ao longo do tempo. Sigo também me desafiando a compor de forma coerente as elucubrações que os testemunhos que tenho em mãos me provocam com seus discursos nem sempre formulados em palavras.

É quase hegemônica a notabilidade que as interações pela escrita ganharam nas sociedades ocidentais, de modo que o domínio do sistema alfabético, as habilidades leitoras e o efetivo exercício de leitura e escrita se tornaram aptidões capazes de destacar socialmente alguns sujeitos no seio de suas comunidades, distinguindo-os daqueles mais afastados das tecnologias de ler e de escrever. Embora seja uma perspectiva alinhada a uma ideologia na qual a escrita existe em detrimento da oralidade, o fato é que a cidadania plena passou a exigir, cada vez mais, uma participação social ativa nas culturas do escrito, ainda que os iletrados também estejam aí incluídos, ou melhor, integrados. No Brasil, como em outros países ocidentais, o desenvolvimento de tais habilidades, historicamente, tem ocorrido de forma desigual e marcadamente excludente. Os cidadãos pertencentes às elites, os representantes da classe média e as populações de baixa renda tiveram mais ou menos condições de ingressar e se manter na escola, feito que também foi distinto para homens e mulheres, negros, indígenas e brancos. Mesmo atualmente, o acesso aos níveis mais avançados da educação formal permanece difícil para alguns setores sociais que dependem de políticas afirmativas que lhes garantam educação pública, como é o caso das cotas sociais e raciais.

A educação básica ainda tenta sucesso no processo de inclusão das pessoas com deficiência, para citar alguns grupos para os quais a educação formal permanece como objeto de reivindicação, tanto no que diz respeito ao acesso, quanto à permanência. Sendo assim, no Brasil, há um longo caminho a ser trilhado para que haja equidade no acesso à escola pública e às habilidades lectoescritoras. É longo também o caminho em termos de políticas educacionais tangentes à qualidade da educação, de modo que os egressos ampliem sua participação na sociedade, ganhando autonomia em relação aos usos efetivos do sistema linguístico, tanto nas interações da modalidade oral, quanto nas interações pela escrita.

A despeito da importância atribuída aos modos de expressão pela escrita, a maioria das interações sociais, públicas e privadas, ocorre por meio da oralidade. Todavia, é inegável que as práticas sociais valorizadas atualmente ocorrem, em grande parte, por meio da palavra escrita, habilidade que, no mundo ocidental, é uma das mais fortes manifestações da cultura,

presente na quase totalidade das sociabilidades urbanas e no mundo do trabalho, mas que, contraditoriamente, se tornou um fator de exclusão social para aqueles que não têm autonomia para interagir por meio das competências gráficas e discursivas. No Brasil, a escola, instituição oficialmente encarregada de promover o desenvolvimento das habilidades de ler e de escrever, ainda se mostra insuficiente em sua função alfabetizadora e como agência de letramento, por conta da dificuldade no ingresso e permanência dos indivíduos<sup>23</sup>, pela crescente desvalorização do profissional de educação, fatos decorrentes das políticas educacionais mantidas pelo Estado.

### **3.2 Avanços e recuos no acesso à escolarização**

Embora não seja uma prerrogativa brasileira, no Brasil, desde o início da colonização, a apropriação das habilidades de ler, escrever e contar foi um desafio. Para os cidadãos das camadas mais baixas da sociedade, era difícil escapar à condição de analfabetos, visto que o projeto de colonização implantado no Brasil não parecia incluir a educação formal das pessoas dos estratos sociais mais baixos. Fora dos muros eclesiásticos, apenas os filhos dos grandes senhores tinham acesso à educação escolar, quase sempre concluída em Coimbra ou em outros centros europeus. Para os pobres que por obra do acaso conseguissem, formar-se tinha uma representação que os tornava singulares no meio da turba analfabeta.

A Independência do Brasil poderia ter inaugurado uma nova fase em termos de instrução para os cidadãos brasileiros e, de fato, houve muitas discussões nesse sentido, que, todavia, não se converteram em políticas públicas. Com a Independência, no ano de 1823, foi concebida uma Assembleia Constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do Brasil. Essa Assembleia, diante da recomendação de Dom Pedro I, teve uma comissão designada para tratar da Instrução Pública, que se encarregou de elaborar projetos educacionais que visavam à instrução da população. Entretanto, numa manobra política para preservação de seu poder, o Imperador dissolveu a Assembleia e atribuiu a um Conselho de Estado a tarefa de elaboração da Carta Magna. As discussões mantidas pela Assembleia não chegaram a se consolidar como contribuições para a Instrução Pública, de modo que essa primeira Constituição contempla superficialmente a educação, conforme assinalou a pesquisadora Sônia Lerche Vieira (2007). Naquele momento político, havia um sentimento de nacionalismo advindo da Independência e grande preocupação em demarcar a autonomia do Império em relação a Portugal.

---

<sup>23</sup> A esse respeito, vejam-se estatísticas educacionais do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O último censo escolar, de janeiro/2019, encontra-se disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 5 de abril de 2019.

Nesse primeiro documento constitucional, nos parágrafos 32 e 33 do artigo 179, dedicado aos direitos civis e políticos dos cidadãos, breves palavras aludem ao tema educação:

§ 32 A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.

§ 33 Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes (BRASIL, 1824).

Embora a gratuidade da educação para todos e a criação de colégios e universidades figurassem como direitos civis e políticos, essa primeira Constituição não deixa claro como isso se concretizaria. Somente no ano de 1827 foi publicado “[...] um documento legal que ficou conhecido como lei das escolas de primeiras letras [...]” (SAVIANI, 2013, p. 748), no qual, aí sim, foram postas as diretrizes da instrução pública:

LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827.

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléa Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.  
[...] (BRASIL, 1827)

Em seus 17 artigos, fica registrado o que o Império almejava em termos de instrução pública. Em seu artigo 4º, fica estabelecido que o Ensino Mútuo seria adotado pelas escolas “[...] nas capitais das províncias; [...] nas cidades, vilas e lugares populosos [...]”, inclusive para as meninas. Os professores e professoras seriam selecionados mediante exame para assunção de suas funções e aqueles que não dominassem o método teriam um prazo para formação, cujos custos correriam sob sua responsabilidade. Quanto à remuneração, mestres e mestras receberiam os mesmos ordenados e gratificações, como determinado em seu artigo 13.

Embora as meninas tenham sido contempladas pela política de instrução, a elas caberia um pouco menos do que aos meninos. Menos em termos de educação matemática e muito mais no tangente à economia do lar e prendas domésticas. Vê-se por aí que o discurso de educar a população estava impregnado das representações sociais do que cabia para homens e mulheres daquele início de século XIX.

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria

prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; **preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.**

[...]

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, **com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica;** e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º. (BRASIL, 1827)<sup>24</sup>

Essa lei era muito promissora e parecia que o direito à educação poderia se cumprir de modo mais efetivo para os cidadãos do Império, mas, em 12 de agosto de 1834, ela foi atravessada pelo ato Adicional à Constituição do Império, que transferia a responsabilidade do ensino primário para as províncias. De acordo com Saviani (2013), tal medida tinha a vantagem de agilizar a criação de escolas, mas, por outro lado, as províncias não dispunham dos recursos necessários para isso, o que acabou por dificultar o desenvolvimento da educação pública ao longo do século XIX. Entre os anos de 1840 e 1888, no Segundo Império, os recursos investidos em educação tiveram uma média 1,80% do orçamento do governo (SAVIANI, 2013). Assim, a educação, por mais que fizesse parte do discurso de desenvolvimento nacional, estava longe de ser amplamente ofertada.

Com a Proclamação da República, novas esperanças de educação para o povo, visto que havia um projeto de nação calcado no progresso e no avanço sociocultural da população. Contudo, a Constituição promulgada em fevereiro de 1891 não refletia esse desejo, pois o artigo 72, único dedicado à educação, se restringia a discutir seu caráter laico, matéria que, embora importante, não englobava as muitas necessidades da população.

A virada do século XIX para o século XX aconteceu sem que ocorressem as mudanças necessárias na educação nacional, sobretudo no sentido de incluir a população pobre e negra de forma mais ampla. Ainda havia um longo caminho a ser trilhado para que um número significativo de sujeitos tivesse acesso à educação. A inserção nas culturas do escrito, apesar das iniciativas implementadas, ainda estava longe de ser amplamente difundida. Contudo, esse foi um período em que o Brasil passou por profundas transformações sociais, culturais e econômicas e almejava passar a limpo a vergonhosa história da escravidão que manteve durante quase 400 anos, entrando, enfim, para o rol das nações em desenvolvimento. Para isso, havia um projeto em cujos objetivos estava a redução do analfabetismo e a escolarização das

---

<sup>24</sup> Grifos nossos.

mulheres. Em nome de tal projeto e com uma jovem República consolidada, diversas ações foram postas em prática, com destaque para a criação de escolas públicas, discussões acerca dos métodos de ensino adotados, sobre a estrutura física dos espaços escolares, criação dos Grupos Escolares e outras questões pertinentes ao bom funcionamento das instituições educacionais. Dentre esses discursos, destaco aqueles vindos dos médicos, que

[...] não se restringiam a defender uma bandeira genérica de educação e saúde como solução aos problemas nacionais. Há uma intensa discussão sobre qual saúde e qual educação. Não apenas uma saúde física, mental, moral, intelectual. Não apenas uma educação intelectual, mas física, mental, moral, sexual (STEPHANOU, 2005, p. 145).

Nesse início de século, os médicos estavam preocupados em contribuir para os conteúdos e objetos de ensino, para a salubridade do espaço escolar, sobre os pressupostos teórico-metodológicos etc., segundo Stephanou (2005), postura que era respeitada nos meios sociais pelo fato de se tratar de médicos sanitaristas e higienistas, sobretudo.

O envolvimento de médicos na educação não era um fato inédito na Bahia. Em meados do século XIX, José Lino Coutinho, médico e deputado, escreveu um tratado sobre a educação moral e religiosa de sua filha, Cora. Ali elencou recomendações acerca de como ela deveria ser educada no colégio em que era interna e em sua casa, até a idade do casamento. Dentre as orientações, havia o cuidado de alertá-la acerca dos perigos dos romances “amatórios”, pois tais

[...] composições, pintando o amor com vivas e brilhantes cores, como origem infável de gozos e prazeres, arroja o belo sexo em um pélogo de infortúnios e desgraças: são estas terríveis obras que pintando o homem e o amante como um anjo, e colocando a felicidade nos seus braços, perde a maior parte das mulheres quando, por assim dizer, seduzidas se entregam todas ao amor, porque depois só encontram seres defeituosos e fracos que as abandonam, ou, pelo menos, não correspondem ao justo a idéia que deles haviam feito (COUTINHO, 1849, p. 84 apud REIS, 2000, p. 169).

O médico indicava, como leituras saudáveis e edificantes, as biografias de pessoas ilustres, as máximas de moral pública e privada e textos de doutrina cristã. Esse modo de pensar, frise-se, não era exclusivo do Dr. Lino Coutinho.

Voltando ao início do século XX, naquilo que tange às demandas femininas, havia um forte apelo popular por escolarização, o que não ocorria apenas no Brasil. Em Portugal, por exemplo, local em que o índice de mulheres não alfabetizadas era tão grande quanto o nosso, também houve muitas tentativas de reverter a situação em favor das mulheres. Vejamos o que diz Abrantes a esse respeito:

A elevação da instrução feminina se tornou a bandeira dos que defendiam os direitos

das mulheres, tanto no Brasil como em Portugal na virada do século. As primeiras feministas defendiam a elevação da instrução das mulheres para que se tornassem melhores mães e pudessem sobreviver de uma atividade honesta em caso de necessidade, assim como, nos meios sociais mais elevados, os homens ilustrados encontrassem esposas mais cultas para serem suas companheiras no corpo e no espírito.

Na virada para o século XX, momento que antecedia o feminismo organizado e militante, em que o feminismo como ideia se disseminava nas sociedades brasileira e portuguesa, a palavra de ordem [...] era educar a mulher para todos os embates da vida, ou seja, a educação como fator de segurança econômica e para [...] melhor desempenho dos deveres de mãe.

Nesse contexto de mudanças políticas, urbanização e crise do patriarcado, portuguesas e brasileiras, nos dois lados do atlântico, representavam o maior percentual nas taxas de analfabetismo, em média 85%, o que restringia ainda mais suas possibilidades de participação ativa no meio social e suas perspectivas para escolhas profissionais (ABRANTES, 2017, p. 2).

Parecia haver um entendimento de que a mulher, se educada, podia dar uma contribuição “real” à sociedade. De um lado, havia o movimento feminista que, embora defendesse a necessidade de instrução para melhor desempenho das atividades maternas, também estava atento às possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e, imagino, não estava só nessa empreitada. Por outro lado, havia os que defendiam a instrução feminina, mas unicamente para o melhor desempenho das atividades do lar. Ao lado desses, devia haver também os que eram contra a educação formal da mulher.

De modo geral, a leitura e a escrita representavam o acesso a um modo de vida urbano, moderno e civilizado, que passou a ser ambicionado também pelas pessoas comuns. O não domínio da leitura e da escrita, por outro lado, relegava o sujeito não alfabetizado a uma condição infantilizada, de pessoa incapaz e sem discernimento suficiente para realizar um julgamento, por não conseguir se expressar por meio da escrita e não possuir o letramento escolarizado. Havia uma associação entre cognição e alfabetização como se escolarização fosse sinônimo de inteligência.

A figura 1, a seguir, é bastante ilustrativa do paradoxo existente entre a criação de novos prédios escolares e a exclusão da população mais pobre do processo de escolarização. O que se vê em primeiro plano, com destaque para sua fachada e suas bonitas janelas, é o prédio do grupo escolar. As pessoas, meninos e meninas (uma conquista que ainda poderia se considerar recente) acompanhados de sua professora. O grupo está formado, mas algo destoia dessa harmonia e meio que serve como denúncia da exclusão que desde essa época deixou suas marcas no sistema educacional brasileiro. Não me refiro especificamente a este jovem destacado na margem direita da foto, mas a outros anônimos que não tiveram acesso à escolarização, por variados motivos.

Figura 1 - Fotografia do Grupo Escolar Cel. Silvino Bezerra, Vila das Flores/RN (s.d.)



Fonte: Stamatto (2005)<sup>25</sup>

O discurso positivista de que estava impregnada a ideia de modernidade que reinou no país nos primeiros anos de República, a intenção de implantar uma cultura escolar e a necessidade de abrigar os Grupos Escolares que estavam sendo criados fizeram erigir diversos prédios escolares como o que aparece na foto. De acordo com Stamatto (2005), os prédios escolares deveriam ocupar lugar de evidência na cidade, ao lado de estabelecimentos públicos como a Intendência, a Igreja, a Casa Legislativa e outros espaços de destaque no município. Isso revela a importância da educação no projeto de nação forjado pelos republicanos.

A escola moderna contava com a figura do diretor, personagem novo na hierarquia escolar de então, de professores, de professoras e de estudantes dos dois sexos. Os métodos adotados eram diversos, conforme as inúmeras propostas que circularam nesse princípio de século. A política implantada visava à formação de cidadãos em condições de exercer o “direito sagrado do voto”, visto que a legislação em vigor impedia o analfabeto de votar ou concorrer a cargos públicos (STAMATTO, 2005). Desse modo, o prédio escolar, o fardamento, a presença da professora e o ato de registrar em fotografia são elementos que permitem que se percebam as representações acerca da cultura escolar que vigiam naquele momento. Nas palavras de Stamatto (2005, p. 77), é possível perceber a “[...] função da fotografia como um dos meios de produção, divulgação e afirmação da ideologia dominante”.

<sup>25</sup> “Fotógrafo anônimo, acervo pessoal de Flávio José de Oliveira, prefeito de Florânia (atual nome de Vila das Flores) mandato 2005. Este Grupo Escolar foi criado pelo Decreto n°. 341 de 23 de agosto de 1927. Em 1934 foi convertido em Escolas Reunidas da Vila das Flores. Atualmente, neste prédio funciona a prefeitura de Florânia” (STAMATTO, 2005, p. 76).

A foto, no entanto, além de revelar as representações sociais sobre a cultura educacional que estava sendo gestada e empregada, também revela uma das mazelas mais cruéis que até hoje assombram o sistema educacional brasileiro: a exclusão. Conforme está destacado, no lado direito inferior da figura 1 e na figura 2, é possível ver a imagem de um menino descalço que observa as crianças na porta da escola enquanto o fotógrafo faz seu registro. Embora seja impossível afirmar se ele fazia parte ou não do grupo escolar, sua presença parece ilustrar a exclusão das camadas mais baixas da população do acesso à escola. Sua presença na foto parece ser fruto do acaso. Ele olha na direção em que a cena se desenrola talvez querendo fazer parte do grupo que posa para aquela foto. Talvez fosse um pequeno trabalhador das imediações, um garoto que fosse buscar seu irmão mais novo, ou apenas um jovem que rondasse o prédio com desejo de saber como funcionava aquele espaço e sonhasse com a possibilidade de um dia fazer parte daquele grupo. Se for assim, podemos inferir que a escola tinha uma representação de um bem quase inalcançável para quem estava do lado de fora de seus muros e na base da pirâmide social. Essa leitura que faço é uma forma de problematizar a questão educacional da época, considerando os discursos e representações que circulam acerca da (falta) de educação a que as pessoas mais pobres estavam submetidas.

Figura 2 - Destaque da figura 1 - Fotografia do Grupo Escolar Cel. Silvino Bezerra, Vila das Flores/RN (s.d.)



Fonte: Stamatto (2005)

O discurso de progresso estava diretamente associado a práticas sociais típicas da vida urbana. As ideias de civilização, de desenvolvimento e de educação do povo tinham como meta forjar uma sociedade culta e embranquecida. Trata-se de um discurso que tem implícita a

superioridade do modelo europeu de civilização, que foi inserido desde o princípio da colonização e que oferecia modelos de cultura e sociabilidades acessíveis aos brancos ou àqueles predispostos ao “embranquecimento”, processo que não ocorria de fato, mas se realizava por meio da incursão nos modos de vida, na educação e nas atitudes semelhantes às do colonizador. Foi implantada a ideia de que tinha mais valor aquele que detinha determinados conhecimentos, que circulava por determinados espaços e que usufruía de determinados bens. Dessa forma, as representações de civilização foram incutidas nos sujeitos, que, mesmo após a Proclamação da República, permaneciam culturalmente colonizados. Contudo, mesmo que um certo “complexo de vira-latas”<sup>26</sup> esteja presente na autoimagem do brasileiro, de modo geral, a antropofagia modernista também marca os gestos culturais de Pindorama. O brasileiro comum vive momentos de redescoberta de suas raízes e de valorização daquilo que lhe é próprio, o que se revela na arte, na ressignificação da negritude, na revisão da história em busca dos excluídos dos grandes feitos. Desse movimento, personagens como Zumbi dos Palmares, Maria Felipa, Maria Firmina Reis e Heitor dos Prazeres, por exemplo, recebem reconhecimento pela participação que tiveram nos contextos de que são oriundos.

Conforme discussão de Abrantes (2017) e de outros pesquisadores da área, para que o projeto de desenvolvimento desse certo, a mulher também tinha que alcançar a intelectualidade que lhe permitiria ser uma “dona de casa completa”. Ou seja, para acompanhar a educação de seus filhos, a mulher não podia mais ser uma ignorante de tudo, tinha que adquirir, pelo menos, o básico de uma educação formal, o que incluía, claro, leitura e escrita. A despeito de haver um forte cerceamento acerca do que lia uma jovem, era preciso educá-la de acordo com o progresso almejado para a nação. Ampliavam-se as oportunidades no campo intelectual, que permitiam que a mulher se educasse e ingressasse no mundo do trabalho, discutisse a possibilidade de votar e outras benesses que a modernidade trazia e das quais as jovens poderiam usufruir. Entretanto, parecia haver um jogo de interesses divergentes em que forças antagônicas defendiam distintas perspectivas para o futuro da mulher. Ao mesmo tempo em que a instrução feminina era algo desejado para o novo modelo de sociedade que se queria forjar, discussão veiculada pelos periódicos da época e patenteada pelo número de normalistas matriculadas nas Escolas Normais e de mulheres na docência<sup>27</sup> (LOURO, 2004), havia, por outro lado, o discurso conservador, que não via com bons olhos a instrução das moças. Mesmo aqueles que defendiam

---

<sup>26</sup> Crônica de Nelson Rodrigues publicada na Revista Manchete Esportiva em 31 de maio de 1958 e republicada em 1993: RODRIGUES, Nelson. Complexo de vira-latas. In: RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 51- 52.

<sup>27</sup> De acordo com o Censo de 1920, 72,5% do total de docentes brasileiros eram do sexo feminino.

o ingresso das mulheres nas escolas eram contra aquilo que chamavam de “feminismo radical”, que defendia que as mulheres trabalhassem e votassem.

O fato é que, nos anos 20, já havia algum progresso nos números da alfabetização, como se discutirá a seguir, e com esse crescente número de leitores e leitoras, houve também um aumento no número de periódicos, inclusive muitos voltados sobretudo para o público feminino, tais como o *Jornal das Senhoras*<sup>28</sup> e o *Jornal das Moças*<sup>29</sup> entre outros. Era crescente também o número de seções nos jornais direcionados ao público feminino, que abordavam desde temas ligados à moda e à educação até etiqueta de comportamento em eventos e nas relações sociais. Havia, ainda, um maior número de anúncios voltados para esse público: produtos de higiene, saúde, beleza, moda, livros, filmes, utensílios domésticos etc.

O discurso sobre o modelo de mulher necessário ao progresso da nação estava presente também nos textos que circulavam socialmente, tal como no anúncio da figura 3, que vendia muito mais do que um composto capaz de trazer desenvolvimento, vitalidade e inteligência para as jovens - além da admiração dos homens. O principal produto desse anúncio era o ideal de mulher que cabia nesse novo século.

---

<sup>28</sup> As edições de 1852 a 1855 estão disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096>

<sup>29</sup> Revista carioca de periodicidade quinzenal de abrangência nacional. A revista circulou entre 1914 e 1961. As edições 7 e 8 a que se faz referência circularam, respectivamente, nos dias 13/08/1914 e 29/08/1914. Acervo disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>. Biblioteca Nacional.

Figura 3 - Matéria sobre o modelo de mulher em anúncio no Jornal das Moças

*Jornal das Moças*

**Uma mulher bem desenvolvida é a admiração de todos os homens.**



Faz alguns annos que toda mulher palida, delgada e de hombros caídos era considerada pelo vulgo como uma pessoa muito intelligente; porém isto, como já dissemos, acontecia ha alguns annos, quando não eram conhecidos nos collegios os sports athleticos, nem os exercicios phisicos antes de ter se descoberto que para ter uma mente robusta é preciso ter um corpo robusto. Hoje as coisas têm variado e a mulher que geralmente alcança os maiores successos em todos os campos da luta é a mulher bem desenvolvida. Para que V. S. se convença do que dizemos, observe as pessoas que lhe rodeiam, parentes, amigas

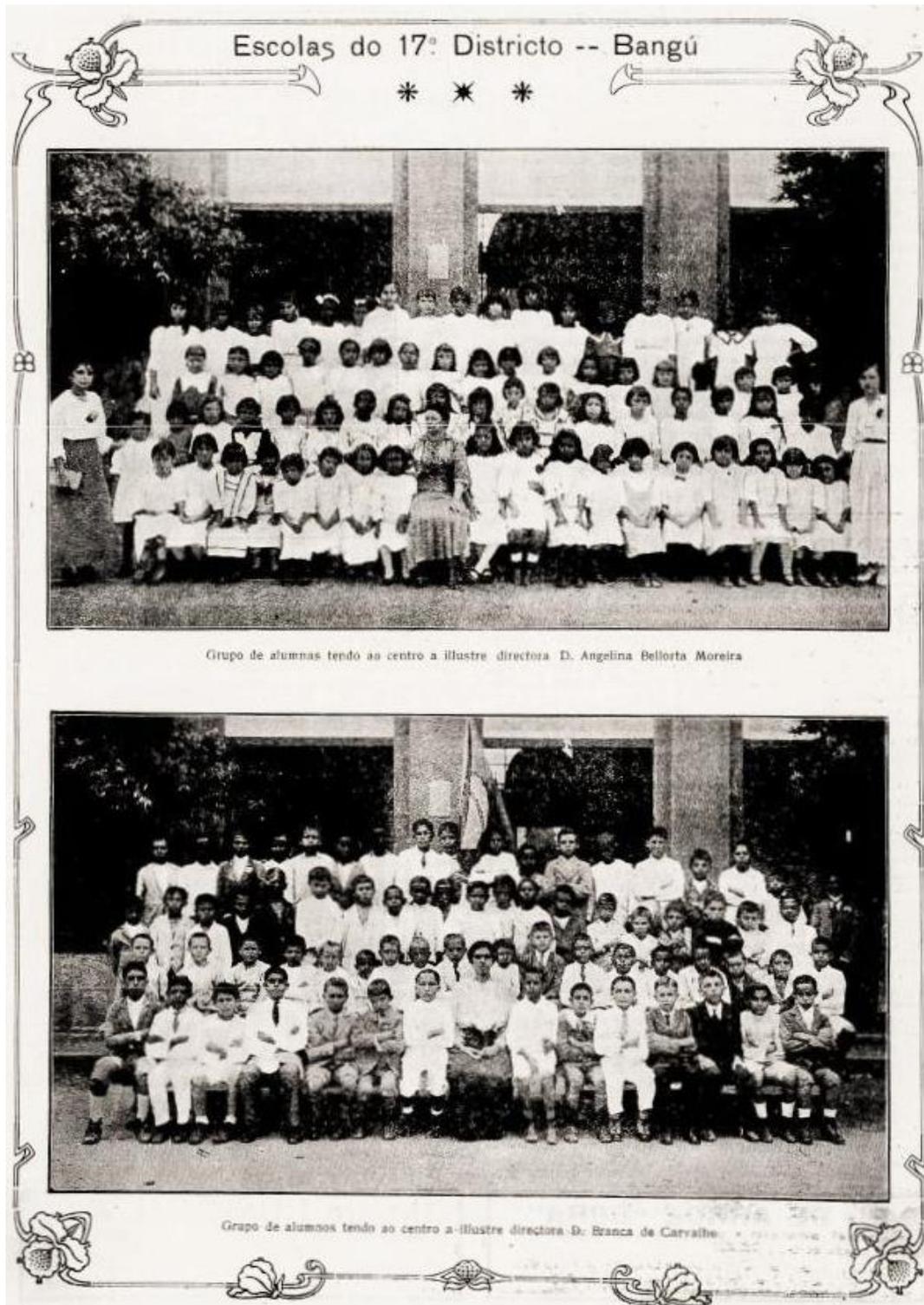
*Olhem para aquelle par de rachiticos, porque não tomarão Composto Ribott para engordar e fortalecer-se.*

e conhecidas, e V. S. verá que temos razão. Não queremos dizer com isto que as mulheres magras careçam de habilidade, intelligencia e até de certa energia, mas apesar de ser assim temos que confessar que ellas não têm o exito das mulheres bem desenvolvidas e que não se impõem com sua presença como acontece a estas ultimas. Uma mulher bem desenvolvida é o centro de attracção de todos os homens. Não importa o motivo de sua magreza, o COMPOSTO RIBOTT lhe será proveitoso; pode ser que V. S. seja magra de nascimento, por causa de desarranjos ou desordens, ou mesmo devido a alguma enfermidade, mas não importa qual seja a causa, o COMPOSTO RIBOTT é o tratamento garantido que lhe ha de trazer carnes, forças e vigor. Muitas pessoas têm augmentado de 5 a 10 kilos de carnes solidas tomando COMPOSTO RIBOTT, porque V. S. não faz o mesmo? O COMPOSTO RIBOTT vende-se em todas as drogarias. Unico depositario no Brazil: M. J. Capelleti, Caixa 1886 — Rio de Janeiro.

Fonte: *Jornal da Moças* - Anno 5, n. 133, 1º jan. de 1918, p. 15.

O *Jornal das Moças* também era assíduo na publicação de fotos de suas leitoras, que chegavam de todo o país. Mas havia uma categoria de fotos muito frequente em suas páginas, que eram as normalistas e as professoras (Figuras 4 e 5). Tal fato aponta para as representações acerca do alfabetismo de que estava imbuída aquela sociedade cada vez mais letrada. No que tange à escrita, a revista recebia poemas e mantinha uma seção de bilhetes postais (Figura 6), em que os diversos leitores publicavam recados, declarações de amor, indiretas, pensamentos etc. Isso representa um grande estímulo à escrita, pois destacava socialmente aquele que conseguia ter o texto publicado.

Figura 4 - Diretoras de escolas cariocas com suas turmas no ano de 1916<sup>30</sup>



Fonte: *Jornal da Moças* - Anno 3, n. 40, 1º jan. de 1916, p.12.

<sup>30</sup> Chama a atenção o fato de as duas escolas serem dirigidas por pessoas do sexo feminino. Na primeira fotografia, a diretora D. Angelina Bellorta Moreira com sua turma de meninas. Abaixo, a diretora D. Branca de Carvalho com sua classe de meninos. Os textos que estão abaixo de cada foto são: Grupo de alumnas tendo ao centro a illustre directora Angelina Bellorta Moreira; Grupo de Alumnos tendo ao centro a illustre directora D. Branca de Carvalho.

Figura 5 - Fotografias de normalistas no *Jornal das Moças*, 1917



Fonte: *Jornal das Moças* - Anno IV, nº 98, 2 de maio de 1917, p. 23.

Figura 6 - Bilhetes postais no *Jornal das Moças*

Fonte: *Jornal da Moças* - Anno 5, n.133, 1º jan. de 1918, p. 40.

Com tantos escritos voltados para o público feminino, não era de estranhar que as revistas, mesmo as mais conservadoras, fossem favoráveis à instrução da mulher. O *Jornal das Moças*, nas edições 7 e 8, publicou o artigo *A mulher e sua cultura intellectual*, de Adonias Lima, que defendia a educação feminina para que ela se tornasse uma *boa dona de casa e mãe*. Vejamos, por interessantes, os trechos a seguir:<sup>31</sup>

Apesar de ser o lar a sede das suas attribuições e principal esphera de acção, não se segue que ella lhe deva ficar reclusa e completamente estranha ao progresso e desenvolvimento das diversas actividades sociaes.

— Comquanto o seu prestigio moral tenha enchido o tempo e o espaço, a sua evolução jurídica tem sido lenta, retardada e, muitas vezes, nulla.

A' proporção que penetramos no acampamento da civilização presentimos, avultar, mais a mais, o seu erro e negligencia, aguardando resignada a posse dos seus direitos, por concessão e autorga voluntária do homem.

Emquanto permanecer assim, na posição humilde de quem solicita e escuta lisonjeada a grita sonora de poetas e sonhadores, não terá envolvidas as suas energias e aptidões.

<sup>31</sup> Sempre que se tratar de textos de outras sincronias, a ortografia e a pontuação serão preservadas.

Os povos e as nações que chegaram á conquista da sua independência e soberania, fizeram-no por iniciativa própria, traduzida na consciência da sua individuação jurídica e internacional (JORNAL DAS MOÇAS, 1914).

Por um lado, o pensamento de Lima exorta a mulher a sair da situação passiva de quem espera que seus direitos sejam reconhecidos e busque aquilo que lhe é devido. Tal discurso, vindo de um homem, parece muito surpreendente; alinhava-se, todavia, à ideia de civilização de que estavam impregnadas as pessoas desse novo século que se iniciava. Por outro lado, o discurso do patriarcado se manifesta quando o autor defende que a formação da mulher é necessária apenas *para que ela exerça melhor suas tarefas de mãe e dona de casa*, o que é bastante contraditório.

Em outro trecho, publicado na edição de número 8, o autor confirma as ideias de liberdade feminina, que defende da seguinte maneira:

A instrucção da mulher até aos nossos, se tem limitado a um prurido de noções rudimentares.

Quando a sua intelligencia, sahindo fóra do vulgar, reclama maior expansão, os paes fazem que as filhas se dediquem a estudos de musica, pintura, línguas, dança e declamação, de modo a lhes desviar os surtos intellectuaes nessa acquisição de conhecimentos de character esthetico e ornamental.

Encarregada da educação inicial dos filhos, facto de permanente e estável influencia na formação do character individual, a instrucção da mulher, se não deve restringir á superficialidade de « ler, escrever e contar ».

Para completo desempenho de tão nobre ministério lhe são imprescindíveis subsídios Sempre que scientificos que lhe assegurem a libertação do pensamento.

Possuída de noções cosmogonicas, metereologicas, physico-chimicas, as mães não inculirão no espirito dos filhos, numa phase de impressões tão duradoras, que o mundo tenha sido concluído no correr de uma semana; que o trovão e as tempestades ambientes sejam manifestações iracivas dos deuses celestiaes; que a multiplicidade da linguagem se tenha originado de um castigo divino; e que, a água precipitada das condensações atmosphericas, seja elemento simples de emanação sobrenatural (JORNAL DAS MOÇAS, 1914).

Como se vê, o autor é um homem de seu tempo, imbuído do cientificismo positivista que também caracterizava aquele momento histórico e impregnado dos ideais que a Igreja e o patriarcalismo defendiam para as mulheres daquela sociedade. No caso da revista, esta era claramente voltada para a defesa da mulher como mãe e dona de casa, mas também pela instrução feminina, o que fica claro nas demais publicações veiculadas pelo periódico. Apesar disso, duas publicações chamaram a atenção por contrariarem essa perspectiva. Na coluna *O que a mulher deve ser*, da edição n. 2<sup>32</sup>, há uma referência à instrução da mulher que contradiz a perspectiva da maior parte das matérias da revista. Dizia o trecho: “**Ser um pouco instruída.**

---

<sup>32</sup> Publicada no dia 1º de junho de 1914.

Conhecer bem, pelo menos, os rudimentos da arithmetica e da leitura” (grifo nosso). Para o autor, essa parca instrução serviria para que a senhora cuidasse bem das contas da casa e soubesse economizar o dinheiro de seu esposo. Também chama a atenção o fato de a escrita não ser mencionada ao lado das habilidades de ler e de contar. Sobre isso, sobrevive na memória coletiva a atitude do pai que não permitia que sua filha aprendesse a escrever para não enviar cartas para namorado.

Contrariando essa perspectiva, na edição publicada no dia 1º de julho de 1914, nas páginas finais, havia uma pequena e curiosa nota que dava conta de um levantamento estatístico realizado nos Estados Unidos, que demonstrava que as mulheres ocupavam diversos postos de trabalho:

Nos Estados Unidos a mulher goza dos mesmos direitos que o homem e pode até assumir altos cargos públicos” e segue: “[...] estão empregadas nos correios 7.000 mulheres, no ministério do interior 3.000, no da fazenda 2.000, no ministério da guerra outras 3.000. Existem naquele paiz 1.089 doutoras e muitas advogadas.

A nota, intitulada *As mulheres profissionais*, contraria o ponto de vista defendido pela revista nessa época, o que pode significar que havia entre os editores alguém que defendesse a plena cidadania feminina. O fato é que as mulheres, gradativamente, adentraram os espaços escolares e, aos poucos, o mercado de trabalho. Evidentemente, diante de muito embate, o alcance da plena escolarização permitiu que se profissionalizassem.

A década de 30 do século XX inaugurou um outro período de conflitos. De acordo com Palma Filho (2005), houve um embate entre os intelectuais da Nova Escola e os católicos e conservadores, cada qual defendendo reformas distintas na educação. Os pontos de maior divergência diziam respeito à oferta do ensino elementar para todos, gratuidade do ensino, currículo laico, currículo idêntico para ambos os sexos e classes mistas. O fato é que a Igreja sentia sua influência, cada vez mais, ameaçada. Desse embate, surgiu o “Manifesto dos Pioneiros”, documento que propunha a organização da educação nacional e que foi incorporado à Constituição de 1934. O artigo 149 dessa Constituição dizia que a educação seria um “direito de todos”, o que é um avanço em relação às políticas anteriores, embora isso ainda estivesse longe de se tornar realidade.

**Art. 149** - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Nesse contexto, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e vários avanços foram delineados para a Educação. Era um momento promissor em que o Estado assumia um compromisso formal de democratizar o acesso à escola e traçava diretrizes para a melhoria da qualidade de ensino. Contudo, com o golpe de 1937, uma nova Constituição passou a vigorar, reduzindo a responsabilidade da União em relação à formação dos sujeitos (PALMA FILHO, 2005). Observemos os artigos 128 e 129:

#### DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

**Art. 128.** A arte, a sciencia e o seu ensino são livres á iniciativa individual e á de associações ou pessoas collectivas, públicas e particulares.

E' dever do Estado **contribuir**, directa e indirectamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, **favorecendo** ou fundando instituições artisticas, scientificas e de ensino (BRASIL, 1937).<sup>33</sup>

**Art. 129.** À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Duas coisas chamam a atenção nos dois trechos. A primeira, conforme destacou Palma Filho (2005), é que ao Estado coube apenas *contribuir, favorecer* a Educação. Isso é muito menos do que prometia a Constituição de 1934. Já o artigo 129 revela uma clara distinção entre a educação destinada à elite e aquela destinada ao povo.

No ano de 1946, novo documento constitucional entrou em vigor. Dessa vez, os valores liberais e democráticos presentes na Constituição de 1934 foram retomados e um capítulo inteiro foi dedicado à educação (PALMA FILHO, 2005), o que representa um avanço e uma vitória dos envolvidos que conseguiram retomar valores fundamentais para a Democracia. Destacamos aqui dois trechos, o Art. 168, que se refere à “liberdade de Cátedra” e o Art. 173, que estabelece que “As ciências, as letras e as artes são livres”. Com base nessa Constituição, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 4.024/1961.

Com a Constituição de 1967, foram estabelecidos os princípios da educação e da legislação de ensino. A liberdade de cátedra, pelo menos no papel, ainda estava assegurada, mas a Emenda Constitucional de outubro de 1969 a revogou, substituindo por liberdade de comunicação de conhecimentos no exercício do magistério. Eram tempos difíceis aqueles em

---

<sup>33</sup> Grifos nossos.

que as liberdades individuais estavam ameaçadas e os professores eram censurados, vigiados e até punidos, à semelhança das ameaças que pairaram sobre as salas de aula entre os anos de 2018 e 2022, período de governo da extrema direita no Brasil.

A Constituição de 1988, chamada de a Constituição Cidadã, nasceu no momento de abertura política, quando a Ditadura Militar terminou. A nova Constituição representa um grande avanço nos direitos individuais. Logo no Capítulo II, dos Direitos Sociais, os artigos 6º e 7º abordam a educação como um direito social do cidadão:

**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

E segue...

**Art. 7º** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (BRASIL, 1988).

A leitura desses trechos remete à imagem do menino na frente do prédio escolar (Figuras 1 e 2). Eu fico pensando em quanto tempo se passou até que o Estado concedesse a outros como ele o direito social à educação. Muitas crianças, durante o longo século XX, permaneceram do lado de fora dos muros escolares - e, embora por motivos diversos, ainda ficam. Alguns jamais experimentaram, embora quisessem muito, a interação nos espaços formais de educação. Quando reflito acerca dos problemas que mantêm a juventude atual distante dos bancos escolares, imediatamente penso no que tem sido feito, de forma efetiva, para mudar esse estado de coisas. Penso também no que tem sido feito para que aqueles que, finalmente, ingressaram nas escolas recebam a educação a que têm direito. A qualidade da Educação é um problema de nosso tempo e, embora tenhamos avançado muito em diversos aspectos sociais, o atendimento escolar ainda continua muito aquém do que deveria ser oferecido. O fato de a Educação figurar como um direito faculta ao cidadão a possibilidade de reivindicar a educação que porventura não esteja recebendo. Com “Direito de todos”, rompe-se o viés elitista de documentos anteriores e, finalmente, com “Dever da família”, estabelece-se formalmente que a educação não consiste

unicamente em escolarizar-se. Entretanto, apesar de ser uma política de Estado e não de sujeitos, isso parece mais uma promessa de campanha política que nunca se efetiva...

No capítulo III, da educação, da cultura e do desporto, a educação é tratada na seção I. São catorze artigos que deixam evidente, ao menos em teoria, a intenção do Estado em prover a população do necessário à sua formação, desde a educação infantil à universidade. Destacam-se, no artigo 206, os termos igualdade, liberdade e pluralismo, que aventam possibilidades promissoras para a educação.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - *igualdade* de condições para o acesso e permanência na escola;  
 II - *liberdade* de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
 III - *pluralismo* de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...] (BRASIL, 1988).

Tais princípios parecem acenar para um contexto que finalmente tornaria universal o direito à escola e ao pleno desenvolvimento, o que, ao longo do século XX, não ocorreu. Nesse sentido, o artigo 214 promete, nos incisos I a III, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade do ensino. Parece que o velho desejo de progresso e civilização que se desenhou com a Proclamação da República ainda é algo para o futuro, embora os números dos censos demonstrem que houve uma queda nos percentuais de analfabetismo.

### 3.2.1 Evolução das taxas de alfabetização ao longo do século XX

Nos anos finais do século XIX, os índices de analfabetismo eram altíssimos. Dois censos realizados no fim desse século dão ideia da situação na Bahia, antes e depois da abolição da escravatura. Em 1872, os escravizados eram majoritariamente analfabetos. Dentre a população livre, 81,9% de um total de 1.379.616 cidadãos da Bahia era analfabeto. No censo de 1890, dos 1.919.802 que habitavam a Bahia, 91,3% estavam nessa condição.

Ao longo do século XX, houve uma redução nos percentuais de pessoas não alfabetizadas e uma escalada no número absoluto de pessoas analfabetas. Tal fenômeno está diretamente associado ao crescimento populacional e à desatenção que esta Nação tem para com seus cidadãos, mas também com a mudança nos critérios de avaliação desse fenômeno social (FERRARO, 2002). Desde finais do século XIX, reconheceu-se a necessidade de habilitar a população a ler, escrever e contar, como requisitos mínimos para a vida na sociedade

letrada. As diversas Constituições brasileiras promulgadas tentaram cuidar dessa questão. Diversos métodos foram propostos, mas o analfabetismo permaneceu um desafio quantitativo ao longo do século XX, tornando-se, atualmente, um desafio relativo à qualidade do ensino.

Entretanto, apesar dos baixos índices de alfabetização do início do século, alguns avanços foram percebidos, sobretudo em relação ao número de pessoas que ingressou nas escolas e em relação à ampliação da presença feminina. Conforme a *Estatística Educacional Brasileira de 1932*, publicada na *Revista Nacional de Educação*<sup>34</sup>, das 2.274.175 matrículas nos vários níveis de ensino, 1.052.133 eram do público feminino, um número surpreendente para os padrões da época. Já em relação ao número de docentes, a presença feminina foi muito superior à masculina: dos 76.009 professores alocados em instituições públicas e privadas, de todos os níveis de ensino, com exceção do ensino superior, 51.142 eram mulheres, número que representa mais do que o dobro do número de docentes do sexo masculino.

Apesar desses números, um grande contingente se encontrava fora da escola. De acordo com Ferraro (2002), a questão do analfabetismo no Brasil tem um viés político, que, com a lei da reforma eleitoral, Lei Saraiva, que tornava proibido o voto do analfabeto, se tornou mais evidente no fim do século XIX. Isso expõe o preconceito e a exclusão a que as pessoas não alfabetizadas estavam submetidas, e ainda estão, pelo fato de não terem escolarização. A exclusão da pessoa não alfabetizada dos processos eleitorais não era exclusividade nossa. Assim como ocorria no Brasil, era comum em outros países ocidentais que as pessoas que não dominassem a escrita e a leitura ficassem fora do processo eleitoral, e isso, de modo geral, estava associado às demandas do poder local. Na França, um dos primeiros países a permitir o voto da pessoa não escolarizada, o acesso desse público ao voto só ocorreu no ano de 1848, no bojo das revoluções que Hobsbawn chamou de “primavera dos povos”, movimentos ocorridos em diversas partes da Europa, que permitiram o avanço de movimentos democráticos em diferentes países desse continente.

Os analfabetos, grande contingente da porção ocidental do mundo no século XIX, eram considerados pelos líderes políticos como incapazes de escolhas coerentes, pensadas a partir de suas necessidades ou afinidades políticas. O principal argumento utilizado pelos que negavam esse gesto de cidadania pelo voto era o de que o analfabeto era incapaz de fazer sua escolha de modo eficaz, por não ter o domínio da leitura e da escrita. Ou seja, não ser escolarizado era o equivalente a não ser inteligente. No Brasil, houve quem se posicionasse contra essa ideia, mas apenas no ano de 1985 o sufrágio universal se tornou realidade em nosso país.

---

<sup>34</sup> Edições 18-19 de 1934.

Contudo, mesmo após essa conquista, uma pessoa que não sabe ler e escrever ainda enfrenta diversos tipos de violência por sua condição. São concepções que reduzem o sujeito à sua falta de habilidade. Paulo Freire era um crítico da ideia de alfabetização como “cura” de um mal. Era crítico ao ensino de palavras que não produziam sentido na realidade dos estudantes e que eram apresentadas como elementos mágicos com poder de dar significado à existência do sujeito que as dominasse, ou melhor, que as repetisse. Sua crítica é em relação à perspectiva que torna o aprendiz mero repetidor das palavras que lhe foram “ensinadas”. De acordo com esse pensador da Educação, o analfabetismo é tratado como um mal a ser extirpado e o analfabeto, por conseguinte, é reduzido a entidade vazia a ser preenchida por palavras e sons que, num ato mágico, a transformará em sujeito letrado, totalmente curado de sua ignorância.

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma "erva daninha" - daí a expressão corrente: "erradicação do analfabetismo" -, ora como uma "enfermidade" que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma "chaga" deprimente a ser "curada" e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de "civilização" de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da "incapacidade" do povo, de sua "pouca inteligência", de sua "proverbial preguiça" (FREIRE, 2001, p. 15).

O pensamento de Freire desvela o quão preconceituoso tem sido o tratamento dado às pessoas não alfabetizadas, muitas vezes sem que se perceba isso (ou de forma astuta, como disse Freire!). Passados alguns anos de sua morte, nada mudou nesse sentido. Freire também chama a atenção para o papel do alfabetizador, que pode ser um ingênuo que não percebe a “ideologia da acomodação” embutida em sua metodologia, ou pode ser um agente predisposto a obter sucesso na empreitada da servidão imposta, da educação para a docilidade. Freire dizia que “Mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos” (FREIRE, 2001, p. 17).

O *letramento autônomo* (STREET, 2014) naturalizou a escrita como algo inerente à cognição, e todo aquele que ainda não esteja inserido nesse “mundo civilizado” é inferiorizado nas interações sociais cotidianas, principalmente nos centros urbanos. O próprio sujeito guarda uma autorrepresentação de inferioridade e se envergonha de não ser alfabetizado, como tenho visto, em minha experiência como professora de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa, em diversas salas de Educação de Jovens e Adultos. O *modelo de letramento autônomo* exige do sujeito um desempenho para o qual, de modo geral, ele não está habilitado, pois não concebe

a língua como objeto cultural que é, heterogênea e sujeita a variações e mudanças no tempo e no espaço.

Observemos a tabela 3 em que se elencam os números do analfabetismo no Brasil. Para manter coerência com os dados do século XIX, serão mostrados os números relativos às pessoas de 5 anos ou mais, conforme se considerou nos censos de 1872 e 1890. Conforme dados da Diretoria Geral de Estatística<sup>35</sup> (BRASIL, 1920), no ano de 1920, havia 28,9% de homens alfabetizados e 19,9% de mulheres alfabetizadas em todo o país, o que representa um grande avanço em relação aos censos de 1872 e 1890. No Rio de Janeiro, Estado que alcançou grande desenvolvimento graças à presença da corte, 64,3% dos homens e 55,8% das mulheres liam e escreviam.

Tabela 3 - Evolução do número de analfabetos e da taxa de alfabetismo entre a população de 5 anos ou mais, segundo os censos demográficos do Brasil de 1872 a 2000

Ano do Censo	População		
	Total	Não alfabetizada	
		Nº	%
1872	8.854.774	7.290.293	82,3
1890	12.212.125	10.091.566	82,6
1920	26.042.442	18.549.085	71,2
1940	34.796.665	21.295.490	61,2
1950	43.573.517	24.907.696	57,2
1960	58.997.981	27.578.971	46,7
1970	79.327.231	30.718.597	38,7
1980	102.579.006	32.731.347	31,9
1991	130.283.402	31.580.488	24,2
2000	153.423.442	25.663.393	16,7

Adaptada de Ferraro (2002)

Os dados presentes na tabela 3 apresentam uma queda gradual nas taxas de analfabetismo. Contudo, em números absolutos, a quantidade é muito maior, o que aponta para uma situação mais grave do que os números revelam. De acordo com Ferraro (2002), os critérios a partir dos quais se obtiveram tais dados mudaram ao longo do tempo, o que faz pensar que, talvez, os dados estejam subdimensionados. Até o Censo de 1940, o Brasil tomava como parâmetro para atestar se um cidadão era ou não alfabetizado, a autodeclaração de que a pessoa sabia assinar o próprio nome, sendo considerada analfabeta a pessoa que declarasse não saber assinar. A partir do Censo de 1950, por influência da Unesco, o critério foi modificado e passou

<sup>35</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>

a ser considerada analfabeta a pessoa que declarasse não conseguir ler ou escrever um bilhete no idioma que conhecesse. Conforme citado por Ferraro (2002), o próprio IBGE, em publicação do ano de 1961, informou que adotou critérios mais rigorosos para determinar as habilidades de ler e de escrever do recenseado, o que prejudicou a comparação entre as duas épocas.

A comparação de números obtidos a partir de critérios tão distintos não dá segurança em relação aos dados e deixa no ar uma pergunta: existe de fato uma preocupação em educar as grandes massas ou vale o que valeu no período colonial? O projeto de civilizar a população existe apenas no discurso que encobre um projeto cruel de dominação e subjugação das massas? É necessário que a alfabetização seja tratada com o rigor ético que a questão exige e que a Educação como um direito de todos, conforme consta na Constituição de 1988, seja de fato oferecida de forma igualitária. Do contrário, a plena cidadania continuará sendo negada às pessoas que estão na base da pirâmide, o que torna este um problema não apenas educacional, mas político, social, econômico e cultural, sobretudo se cruzarmos esses dados com o perfil racial dos entrevistados. Numa sociedade tão marcada pela cultura escrita, importa, para sentir-se parte desta sociedade, interagir por todos os meios disponíveis para todos.

Se, no início do século, a falta dessas habilidades era sentida pelos cidadãos, muito mais atualmente, sobretudo no atual contexto das interações mediante recursos digitais. O exercício de letramento, embora não ocorra exclusivamente por meio das sociabilidades que envolvem a escrita, para ser pleno não pode prescindir desse domínio. Entretanto, a principal agência encarregada da difusão das habilidades de leitura e de escrita e de fomento ao letramento caminha a passos lentos no sentido de modernizar suas práticas e no sentido de compreender a historicidade inerente ao processo educacional. É tempo de os discursos se converterem em práticas mais efetivas e mais reais de educação.

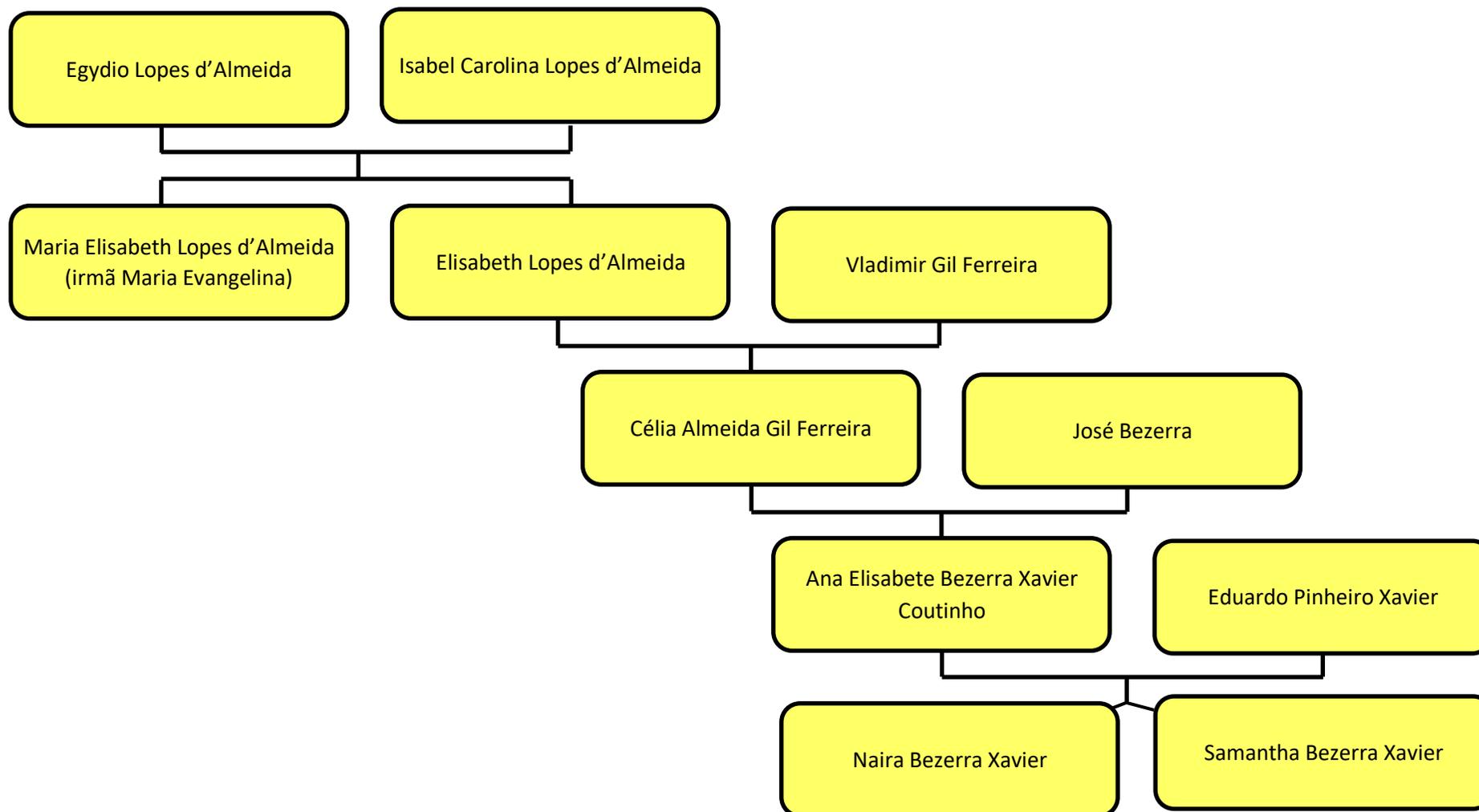
Tão importante como conhecer os números e as leis em torno de um determinado objeto cultural, é conhecer as concepções que regem as relações de poder historicamente estabelecidas. A partir do panorama apresentado pela estatística, registram-se dados que se convertem em ações ou em omissões, elementos a serem observados pelo investigador para compreender as políticas adotadas e as representações que delas emanam. O decorrer do século XX proporcionou ao Brasil uma transição de nação jovem e predominantemente rural, com um imenso número de pessoas sem acesso à escolarização, a um país que suplantou o desafio numérico do analfabetismo, mesmo que em parte. A democratização do acesso à escola permitiu que um número cada vez maior de pessoas se alfabetizasse, contudo, a escola não renovou suas propostas para esse novo público. O resultado se revela em novas e alarmantes estatísticas, dessa vez denunciando a falta de qualidade da educação ofertada. O analfabetismo

funcional é o atual desafio deste país, que ainda busca compreender qual o projeto de Nação que se deseja: se aquele que buscava civilizar as massas ou aquele que as quer dóceis e à margem dos processos civilizatórios.

Contudo, a despeito dos índices de alfabetização, o fato é que as pessoas foram se apropriando da leitura e da escrita, de modo formal ou informal, plenamente ou de forma rudimentar. Assim, gradativamente, as interações pela escrita foram preenchendo o cotidiano das pessoas, de forma direta ou indireta. Por necessidades da vida pública, como as demandas das atividades profissionais ou acadêmicas, ou pelas demandas da vida privada, como a comunicação com os familiares distantes, a elaboração de listas, o registro de despesas etc. Mas não apenas isso, outras anotações pessoais, pensamentos e reflexões, começaram a ocupar os suportes de papel. O indivíduo desenvolveu uma relação com a escrita que o ajuda a se constituir, a se instalar no mundo, construindo subjetividades, narrativas e miríades da imaginação. A escrita, sobretudo aquela de foro íntimo, ajuda o indivíduo a se situar como pessoa. Tais usos da escrita se acumulam em textos diversos, que atualmente chamamos de arquivos pessoais. Eu tenho os meus, você tem os seus, e continuamos produzindo esses escritos. Às vezes, de forma disciplinada; outras, não. Às vezes, guardamos; outras, jogamos tudo fora. O fato é que os escritos ajudam a compor nossa existência.

Foi desse modo desprezioso que o acervo dos Lopes d'Almeida parece ter sido concebido, organicamente, a partir das demandas sociais e íntimas de cada sujeito escritor. Agora, convido-os a descortinar os detalhes desses escritos, a olhar pelas janelas abertas para o século XX, por meio das quais espreitaremos o passado dessas pessoas, veremos suas práticas e observaremos além do que não viam, posto que seus atos eram espontâneos e os nossos são guiados a partir de determinados parâmetros metodológicos. Sigamos pela estrada de tijolos amarelos.

Quadro 3 - Árvore genealógica dos Lopes d'Almeida referente aos que têm parte no acervo

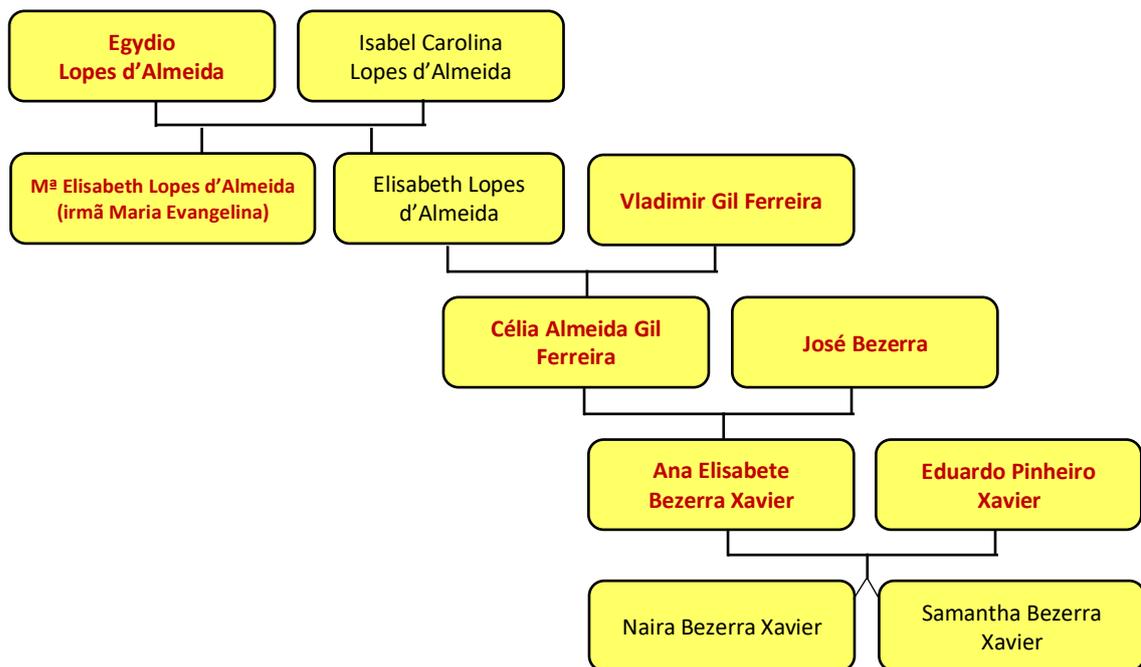


Fonte: Elaborado a partir do acervo dos Lopes d'Almeida

#### 4 ENSAIO I - ESCRITOS E GUARDADOS: O ACERVO DOS LOPES D'ALMEIDA

Ao iniciar cada um dos quatro ensaios que compõem esta Tese, apresento um recorte da árvore genealógica da família, destacando os sujeitos que participaram da constituição do acervo com algum material escrito. Contudo, as reflexões aqui realizadas não excluem contribuições de terceiros para as coleções identificadas.

Quadro 4 - Recorte da árvore genealógica dos Lopes d'Almeida que contribuíram para o acervo



Fonte: Elaborado a partir do acervo dos Lopes d'Almeida

Neste ensaio - associado ao objetivo específico de *Situar os sentidos individuais e sociais atribuídos à escrita, no tempo e lugar de concepção dos textos, para apreender a relação dos sujeitos com as culturas do escrito nos contextos em que estavam inseridos* -, trato da identificação e natureza dos arquivos privados dos Lopes d'Almeida e dos possíveis motivos que levaram o grupo a preservar tais documentos. Para isso, apresento as coleções do acervo, por descendente, identificado a partir da relação familiar com o patriarca. Assim, além do testemunho de Egydio, observo a contribuição de outros indivíduos que produziram textos ou atuaram como guardiães da memória escrita familiar. Trata-se de um material que se recobre de importância pelo fato de pertencer a pessoas comuns com práticas incomuns, que são a manutenção do exercício privado de escrita de variados gêneros textuais e sua preservação.

#### 4.1 O acervo Lopes d'Almeida

Pensar no passado, muitas vezes, remete ao fator tempo cronológico. De modo mais imediato, pensar o tempo leva aos objetos com os quais o demarcamos: o calendário, o relógio, o cronômetro... Mas quando pensamos no tempo que se foi, no passado vivido, nas pessoas desse passado, entramos em dimensões mais sutis do afeto - e do desafeto -, da saudade e até da curiosidade. Tais sutilezas levam à ampliação dessa lista, incluindo as reminiscências das coisas vividas, as experiências que são passadas de geração em geração pela oralidade, o instantâneo ou a pose forjada nas fotografias, os objetos biográficos que mantemos como representações do passado, os aromas da infância e, claro, os textos. E quando se trata de textos, na infinitude dos gêneros textuais, destaco as cartas trocadas, os cartões-postais recebidos, os diários escritos e tantos outros textos por meio dos quais interagimos e narramos quem somos.

Esse elenco nem de longe dá conta das muitas maneiras que criamos para registrar a passagem do tempo, individual ou coletivamente. De acordo com Larrosa (1994, p. 70), a subjetividade humana se consubstancia no tempo, e a consciência de si se dá no tempo da vida. Desse modo, o indivíduo “[...] se constitui para si mesmo em seu próprio transcorrer temporal. Mas o tempo da vida, o tempo que articula a subjetividade não é apenas um tempo linear e abstrato, uma sucessão na qual as coisas [...]” ocorrem sequencialmente. Para Larrosa, a articulação entre o que a pessoa é para si e a consciência de si é de caráter narrativo. Em síntese, ele afirma que é “[...] contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo”. Tal consciência de si é parte da longa história da relação dos sujeitos com os textos.

Para que as narrativas autorreferenciais alcançassem o *status* de que usufruem como instrumentos a partir dos quais as pessoas se constroem e se reconhecem, houve um longo caminho em que variados gêneros foram experimentados, distintamente, por homens e mulheres, não apenas na vida privada, mas também na vida pública. Foi num contexto de avanços e recuos da alfabetização que a escrita se consolidou como habilidade amplamente difundida, presente nas sociabilidades privadas do sujeito comum. De acordo com Ariès (1991), a partir do século XVI, o homem recolheu-se à esfera privada, cujo centro e refúgio era a família, então transformada em referência de afetividade. Em associação com a gradativa privatização da vida, surgiram novos valores e comportamentos sociais que contribuíram para o desenvolvimento das práticas de escrita privada, cujos marcos são o lento, desigual e progressivo acesso à alfabetização, a maior circulação de textos, impressos ou manuscritos e, sobretudo, a emergência da leitura silenciosa.

Chartier (1991b) também defende essa hipótese e considera que a introspecção facultada pela leitura silenciosa (junto com as reflexões daí decorrentes) e a maior intimidade com os textos (que passaram a circular em maior quantidade e diversidade) levaram ao desenvolvimento da escrita privada, fazendo surgir, a partir do século XIX, variados gêneros da *escrita de si*. Uma parte de tal legado perdeu-se pela destruição voluntária das mãos que os grafaram ou foram descartados como papéis inúteis por seus herdeiros, ignorantes de sua função e importância. Outra parte desse espólio tem vagado pelos armários de diferentes gerações como relíquias antigas, preciosas ou incômodas. A parcela que permanece oculta em gavetas e maleiros, sob a guarda de agentes históricos ainda não identificados, grita de seus refúgios: leia-me! São “lugares de memória” (NORA, 1993), esses agentes e seus arquivos, assim considerados porque imbuídos de simbologia e de rituais que os fazem sobreviver.

Essas vidas registradas por escrito conquistaram um lugar especial na escrita da história, quando transformações na forma de escrever a História direcionaram a atenção dos pesquisadores para grupos minoritários, que passaram a interessar aos adeptos dessa Nova História (BURKE, 1992), conforme me referi anteriormente. Com a quebra de paradigmas advinda dessa “guinada subjetiva”, os olhares voltaram-se para as margens da sociedade e ali encontraram o contraponto ao discurso oficial, “[...] o vestígio daquilo que se opõe à normalização e as subjetividades que se distinguem por uma anomalia (o louco, o criminoso, a iludida, a possessa, a bruxa), porque apresentam uma refutação às imposições do poder material ou simbólico” (SARLO, 2007, p. 15). No coro das vozes desajustadas e marginais, também as mulheres, ainda que sujeitos “normais”, galgam assento como agentes históricos, em função de seu papel nas diversas instâncias da vida privada, como esposas e como mães, mas, principalmente, como indivíduos dedicados à guarda da memória familiar.

Da ampliação do acesso das mulheres à alfabetização, em fins do século XIX, resultou sua maior participação nas culturas do escrito. Assim, o universo da vida privada foi registrado pelo punho feminino em variados gêneros da *escrita de si*, como diários pessoais, livros de família e cartas. E também em outros gêneros da escrita privada, mais impessoais, como listas, anotações esparsas, receitas e dedicatórias, dentre muitos outros, se não escritos, colecionados como *souvenir*, como relicários de outros tempos, retratos de outras existências e de um passado com o qual o presente dialoga. Também os homens, ocupando seu lugar de privilégio no acesso à escolarização, produziram seus testemunhos, que, ao longo do século XX, foram se tornando mais pessoais, adentrando o universo da *escrita de si*. É dessa pluralidade de escritos que se compõe o acervo dos Lopes d’Almeida, que passo a descortinar.

## 4.2 Egydio: “o culpado de tudo”

O material mais antigo que compõe o acervo foi elaborado por Egydio Lopes d’Almeida (quadro 5), o “culpado de tudo”<sup>36</sup>, a quem considero como responsável por inaugurar a prática de escrita privada em família. Trata-se de um conjunto de textos que funciona como instrumento de criação, preservação e difusão da memória desse grupo familiar. Foi retroalimentado a partir da escrita e colecionismo de textos diversos, por sujeitos de variadas gerações de descendentes de Egydio, e com a contribuição de pessoas de suas relações, ao longo do século XX. Os textos inaugurais do acervo, de autoria desse patriarca, estão no *Livro do papai*: memórias e diário de viagem<sup>37</sup>. Considerando a época em que esses textos foram produzidos, é natural que a composição desse acervo tenha, inicialmente, a mão masculina como escrevente, afinal, a participação nas culturas do escrito, de forma ativa, era privilégio desse público, como têm dito diversos estudiosos já citados<sup>38</sup>. Digo isso chamando a atenção para o fato de que em sua família, mesmo nessa época, as mulheres também escreviam, visto que sua esposa e filhas foram normalistas. Salvo por Maria Elisabeth (irmã Maria Evangelina), restaram poucos escritos de suas filhas. Contudo, defendo que a contribuição delas está para além dos textos que tenham ou não sobrevivido ao tempo.

Quadro 5 - Coleção Egydio Lopes d’Almeida

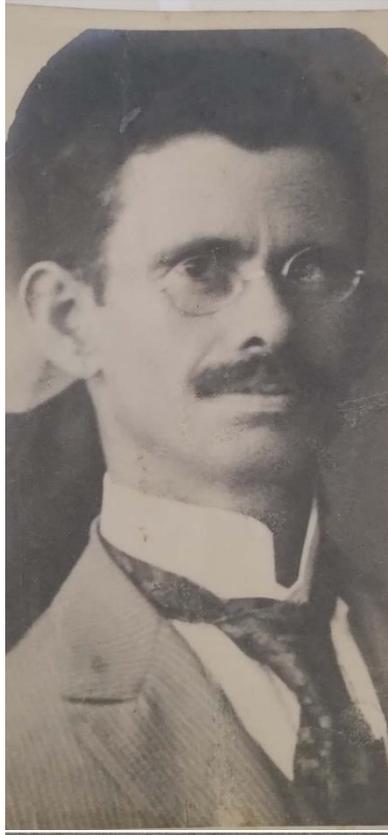
QUEM?	Egydio Lopes d’Almeida	NASCIMENTO:	1863	RELAÇÃO:	o próprio
		FORMAÇÃO:	Topógrafo		
O QUÊ?	Memórias	QUANDO?	Entre séc. XIX-XX	ONDE?	Juazeiro/BA
	Diário de viagem		1909		
TIPO:	Manuscrito	SUPORTE:	Caderno capa dura, 99 páginas pautadas, de 18,7x25 cm, 2cm de espessura		
GUARDIÃ	Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho				
CONDIÇÕES:	Caderno em bom estado de conservação, manuscrito com tinta ferrogálica, margens e pautas feitas à mão. Numeração de páginas inserida pelo autor.				
FUNÇÃO SOCIAL:	<b>Memórias:</b> sintetizar aspectos da vida pública; <b>Diário:</b> relatar viagem de Juazeiro/BA a Pirapora/MG. <b>Prática:</b> criar memórias do visto e do vivido para a posteridade.				
OBSERVAÇÃO:	Além dos dois gêneros escritos por Egydio, há uma nota inserida por uma de suas filhas, informando sobre seu falecimento (f13r-13v).				
Fonte: Elaborado a partir do acervo Lopes d’Almeida.					

<sup>36</sup> Tomo o termo de empréstimo do Museu da Língua Portuguesa, que, no ano de 2011, inaugurou uma exposição que propunha uma viagem no tempo para apresentar as ideias modernistas de Oswald de Andrade.

<sup>37</sup> O *Livro do papai* é suporte não apenas das memórias de Egydio, mas também de um diário de viagem, gênero abordado na seção VII, quando trato dessa prática de escrita desenvolvida por duas de suas descendentes.

<sup>38</sup> A presença hegemônica do público masculino nas práticas de escrita, sobretudo de ordem pública, tem sido atestada por autores já citados nesta Tese: Lins de Barros (1989), Cardona (1994), Louro (2004), Perrot (2005) etc.

Figura 7 - Fotografia de Egydio Lopes d'Almeida, s.d.



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida  
Coleção Egydio Lopes d'Almeida

No texto de suas memórias, gênero do discurso típico da esfera pública, cuja função social é armazenar narrativas de acontecimentos que podem ser recuperados individual ou coletivamente, Egydio conta de sua ascendência europeia, dos lugares onde morou, dos locais onde trabalhou, das funções que exerceu nesses trabalhos, de sua religiosidade e de seu caráter. Nas memórias, de acordo com Lejeune (2008), a existência do indivíduo se realiza em presença de um outro, de modo que é comum a inserção de nomes de outros sujeitos, com a função de lapidar a imagem idealizada, o que é recorrente no texto de Egydio.

Tinha eu sido nomeado Praticante do Correio Geral da Bahia - Portaria de 12 de Setembro de 1894, no ministerio João Felipe (da Viação) e presidencia da Republica - do Marechal Floriano Peixoto.

Tomei posse no dia 10 de Novembro do mesmo anno, na administração do Dr. Virgilio Cesar de Carvalho, que me designou para servir na 5ª. Secção de Registrados, dirigida pelo Dr. Virgilio Cardoso de Oliveira.

No desempenho d'este cargo estive até 20 de Outubro de 1895, quando fui exonerado pelo então Ministro Dr. Antonnio Olyntho, que fez questão das nomeações feitas sem concurso, por acto de Reforma.

Nessa occasião residia eu nas Portas do Carmo.

Fui sempre bem succedido nas funções do meu cargo, adquirindo boas relações e sympathias, não só dos superiores hierarchicos, como dos bons companheiros, entre os quaes houve sempre harmonia de vistas e mutua consideração.

Essa explicitação evidencia a elaboração da imagem que se quer perpetuada pelas memórias, cujo suporte é o *Livro do papai*, assim denominado por suas filhas, conforme datiloscrito afixado na capa. Sua narrativa apresenta o perfil forjado para a posteridade e para seus descendentes. Seu texto narra a vida de um homem íntegro, religioso, bom amigo, pai e esposo dedicado e com “idéas liberaes” diante da situação sociopolítica de sua época, tendo se declarado “anti-escravocrata”. São informações pessoais, mas esse não é um texto que trata da identidade do autor. A memória, como gênero do discurso, caracteriza-se por abordar fatos históricos que marcam a existência do sujeito, aquilo que ele testemunhou (LEJEUNE, 2008). A autobiografia, por sua vez, gênero com o qual guarda similaridades, essa sim está associada à personalidade, à individualidade do sujeito, podendo, inclusive, abordar aspectos íntimos e confessionais de sua existência.

Em seu testemunho, Egydio descreve diversos eventos históricos do fim do século XIX, como a Abolição da Escravatura (1888), a Proclamação da República (1889) e o bombardeio do Palácio do Governo (1912), em Salvador, de responsabilidade de J. J. Seabra, apoiado pelo então presidente Hermes da Fonseca. Essa alusão a fatos históricos é comum na narrativa de memórias, visto que os sujeitos se colocam como testemunhas de eventos reais (FOISIL, 1991), o que pode produzir um efeito de verdade para sua própria história.

As memórias de Egydio mostram traços de um amante das letras, que fez questão de que suas filhas estudassem, atitude ainda incomum na maior parte das famílias do início do século XX, no âmbito das quais a prioridade era que as moças tivessem o preparo adequado para se tornarem boas esposas e donas de casa (LOURO, 2004). As jovens Lopes d’Almeida, no entanto, estudaram na Escola Normal<sup>39</sup> de Salvador e três delas foram ordenadas como freiras, sendo duas do Sagrado Coração de Jesus.

Para além de sua vida pública, Egydio foi minucioso nas anotações de dados sobre seus filhos, tais como datas de nascimento, batizado, falecimento, nomes dos padrinhos, dos padres e das Igrejas em que foram batizados, conforme levantamento apresentado em Farias (2014):

---

<sup>39</sup> De acordo com informações constantes no *Livro do papai*, Maria Elisabeth formou-se, pela Escola Normal, no fim do ano de 1918 e Idália, sua irmã, no ano de 1919. Edith, Graziella e Elisabeth ingressaram na Escola Normal no início do ano de 1919. A esposa de Egydio, Isabel Carolina, também foi normalista e professora concursada do município de Juazeiro.

Quadro 6 - Filhos e filhas de Egydio e Isabel Carolina

NOME	NASCIMENTO	BATIZADO	FORMATURA <sup>40</sup>	MORTE
1 Maria Elisabeth (Lalinha)	1º/05/1897	06/06/1897	1918	-
2 Aristhenes (Tininho) <sup>41</sup>	18/07/1898	18/03/1899	-	18/04/1901
3 Aristhenes (Mineco)	10/08/1899	1º/09/1900	?	
4 Idália	13/03/1901	30/03/1902	1919	1921
5 Edith	03/07/1902	14/03/1903	192?	-
6 Graziella (Gazú)	17/12/1903	1º/12/1904	192?	-
7 Elisabeth (Bellinha)	24/04/1905	06/11/1905	192?	-
8 Eunice (Sizinha)	23/09/1907	25/10/1908	-	21/12/1911
9 Eunice (Nicinha)	05/10/1913	06/12/1913	?	-

Fonte: Farias (2014, p. 168)

O domínio da tecnologia da escrita tem sido, por longo tempo, uma eficiente estratégia de inscrição na história e de dar ciência às gerações futuras sobre o modo de vida, as sociabilidades e os eventos sucedidos em outros tempos. Contudo, a grande ambição de Egydio não era se tornar escritor ou atender a uma vaidade pessoal de quem tinha a habilidade de escrever. Seu propósito era o de registrar suas memórias, que eram o testemunho do indivíduo, mas também eram uma forma de amalgamar a história da família que ele conhecia até aquele momento, num suporte capaz de sobreviver à sua existência, de modo que seus filhos e netos tivessem acesso à “história” da família. Essa não é uma ambição exclusiva de Egydio, mas de muitos que conheceram a escrita como tecnologia capaz de materializar e conservar a memória dos dias. Castillo Gómez (2004, p. 55) nos dá notícia da intencionalidade presente na escrita cotidiana, ao citar um trecho do prefácio do diário que escreveu um doutor em Direito da Era Moderna, Jeroni Pujades<sup>42</sup>, que viveu na Espanha em fins do século XVI:

Y porque nuestra naturaleza es mortal, como nos enseña la experiencia [...] y así no podemos perpetuarnos para poder contar y hacer saber a nuestros hijos y sucesores lo

<sup>40</sup> As datas das formaturas de suas filhas foram obtidas na *Nota* inserida postumamente no *Livro do papai*, mas não são parte das memórias escritas por Egydio. Nos textos lidos, não há informações a respeito da formação de Eunice (Nicinha) e de Aristhenes (Mineco). De acordo com a guardiã, ele exercia a função de bibliotecário da Igreja de São Francisco, na capital baiana.

<sup>41</sup> Egydio e Isabel costumavam nomear os filhos com nomes de um outro já falecido, como no caso de Aristhenes (Tininho e Mineco) e de Eunice (Sizinha e Nicinha). Contudo, chama a atenção o fato de o segundo Aristhenes ter nascido quando o primeiro ainda estava vivo, conforme dados obtidos no *Livro do papai*, compilados no quadro 6 (apesar de curioso, isso pode ser resultado de registro errado da data). Além disso, havia duas filhas chamadas Elisabeth, nome que provêm do mesmo etno hebraico de Isabel.

<sup>42</sup> Trecho citado por Castillo Gómez (2004, p. 55) obtido de SIMON I TARRES, Antoni. *Cavallers i ciutadans a la Catalunya del Cinc-Cents*. Barcelona: Curial Edicions, 1991, para o qual dei a seguinte tradução: E porque a nossa natureza é mortal, como nos ensina a experiência [...] e assim não podemos perpetuar-nos para poder contar e dar a conhecer aos nossos filhos e sucessores o que se passa no nosso tempo, por isso é bom escrever e dar continuidade ao que acontece hoje, para que por meio da escrita se possa saber no futuro.

que pasa en nuestro tiempo, por esto es bueno escribir y dar continuidad a lo que hoy acontece, para que por medio de la escritura se puede saber en el futuro.

Tal tipo de depoimento é demonstrativo de uma intencionalidade de inscrição na história, do desejo de produzir memória e de consciência sobre a importância da escrita para que esse projeto se concretize. Mas essa ação realiza mais do que pretende o autor, pois dá unidade ao grupo, mais do que isso, dá aos indivíduos unidade como membros de uma mesma família, movimento que me parece ir além da intenção primeira de criar memória. Assim, a criação de memórias é, ao mesmo tempo, consciente e inconsciente, voluntária e involuntária, orgânica e organizada. Também vemos essa dualidade no acervo dos Lopes d’Almeida. Alguns gestos que são vestígios e outros que demonstram a intenção, o propósito e o valor dado à escrita e à criação de memórias. É o que se percebe quando ele introduz esta epígrafe, encabeçando o texto de suas memórias: “Le souvenir est pour chaque homme une parti de sa moralité; malheur a qui n’a pas de souvenir” (MEMÓRIAS, f. 2r)<sup>43</sup>. Com esse texto, Egydio deixa claro seu propósito de permanência nas lembranças de seus descendentes e seu desejo de inscrição no tempo e na história, com a imagem que construiu de si, evento bem-sucedido em seu grupo. Ele sabe da importância de seu texto, que sobreviverá para dar notícia dessa parte da família que ficou no passado, mas que é evocada nas reminiscências que ocorrem nas reuniões familiares, ou nas histórias que as avós contam para seus netos e netas<sup>44</sup>.

Outro aspecto presente na relação de Egydio com a escrita é a sua consciência em relação ao poder inerente a esse artefato cultural, objeto capaz de destacar socialmente quem dele se apropria e o utiliza efetivamente. Isso explica o fato de Egydio ter dado educação formal<sup>45</sup> ao filho - o que era comum para os filhos homens - e às filhas. A escolarização situava sua família num espaço de privilégio ainda acessível a poucos, sobretudo às mulheres, conforme discussão anterior. Em suas memórias, fica evidente sua consciência em relação à distinção

<sup>43</sup> Dei a seguinte tradução: A memória é para cada homem parte de seu caráter; ai daquele que não tem memória. Trata-se do trecho de um discurso proferido pelo filólogo francês Ernest Renan, no ano de 1891, por ocasião do encontro dos Félibres, nome dado aos membros do Felibritge, grupo que defende e promove a língua e a cultura do "País d’Òc", nos arredores da França. Disponível em: <https://www.lexilogos.com/document/renan/felibrige.htm>. Acesso em: 16 jan. 2023.

<sup>44</sup> Tais práticas sobrevivem nas famílias, ainda que as reuniões já não sejam tão frequentes. Penso que sigam ressignificadas pelo avanço tecnológico, que proporciona encontros familiares de outra ordem, nos quais reminiscências, fotografias, lembranças e histórias familiares são compartilhadas. Refiro-me aos grupos de WhatsApp, às páginas nas redes sociais do Facebook e do Instagram e dos muitos blogs que as pessoas, de modo geral, mantêm. São espaços reconfigurados onde as práticas de manutenção da memória permanecem em exercício.

<sup>45</sup> No *Livro do papai* não há referência a respeito de qual era a formação de Aristhenes. Contudo, a informação que sobreviveu na memória familiar é a de que ele era uma pessoa muito culta e que exercia a função de bibliotecário no convento de São Francisco, na cidade de Salvador, onde vivia como leigo.

proporcionada pelo domínio das habilidades de ler e de escrever e da responsabilidade social atrelada a isso: “Uma vez residente, não pude negar o meu concurso à sociedade Juazeirense, d’ella fazendo parte como bom cidadão” (MEMÓRIAS, f. 8v). Conforme narrou, foi pessoa ativa naquela sociedade, membro e cofundador de diversas agremiações locais.

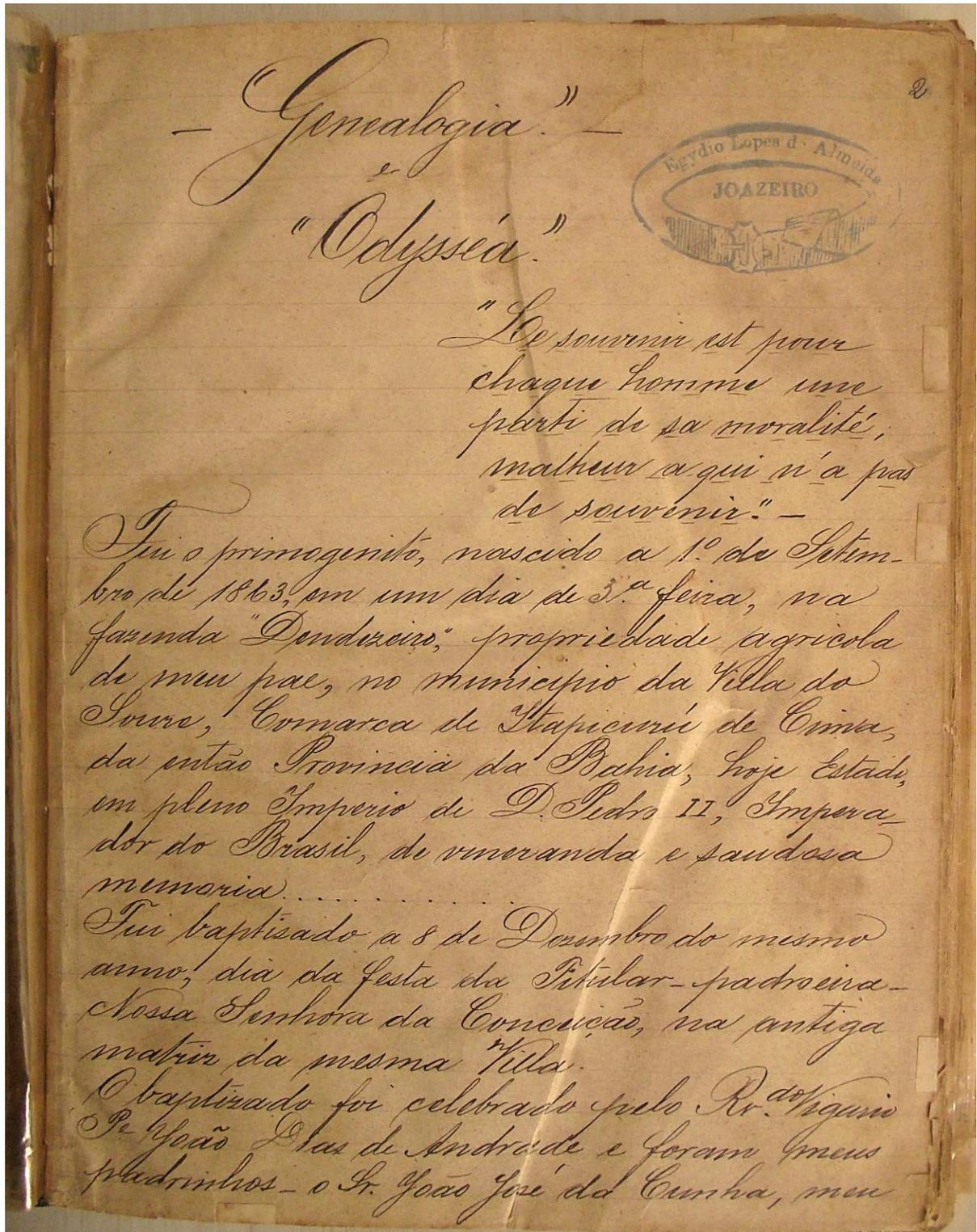
Para aquela Juazeiro da “lordêza”, como a cidade era carinhosamente chamada, a cultura escrita já não era o objeto de estranhamento que foi um dia, capaz de atrair a violência da destruição, da interdição, da vigilância e do cerceamento dos usuários não autorizados a darem seu testemunho (CHARTIER, 1991a, 1999). Nessa cidade baiana, nessa época em que Egydio viveu, um sujeito com o “poder” da escrita ocupava lugar de privilégio, como em todas as épocas em que a escrita exerceu seu “poder estruturante” (BOURDIEU, 2008). A partir do uso desse instrumento, esse sujeito pôde organizar suas ideias e inscrevê-las sobre suporte capaz de levá-las além do espaço e do tempo em que se originaram. Desse modo, Egydio se situava como usuário de um poder capaz de levar a seus descendentes a moral que defendia para o grupo. Consciente desse poder como um bem a serviço do discurso, Egydio cuidou para que a fortuna da escrita permanecesse entre os seus.

Foi por meio do texto materializado no *Livro do papai* e pelo simbolismo de seu gesto que sua vontade foi atendida. Por causa de seus escritos, o considero o “culpado de tudo”, aquele que, usufruindo do poder da linguagem escrita, difundiu essa prática na família, influenciando, especialmente, sua primogênita, uma adepta da criação de memórias e a seguinte a dar seu testemunho e a reproduzir o gesto de poder facultado pela escrita. Ela foi a primeira guardiã do *Livro do papai*<sup>46</sup>, de quem passo a tratar.

---

<sup>46</sup> De acordo com Ana Elisabete, o *Livro do papai* chegou às mãos de Célia após a morte de sua irmã, Clélia, que vivia no Rio de Janeiro. Acredito que o livro tenha sido entregue a Clélia por Maria Elisabeth (irmã Maria Evangelina), cujo convento era nesse estado.

Figura 8 - "Genealogia e Odyssea": as memórias de Egydio Lopes d'Almeida, f. 2r



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Egydio Lopes d'Almeida

### 4.3 “O meu desejo é que leiam essas páginas todos os dias”

O texto escrito por irmã Maria Evangelina apresenta a data de 22 de fevereiro de 1941, quando a freira tinha, portanto, 43 anos. Ela é o segundo membro da família a manter uma prática de escrita privada e a deixar um documento escrito como legado. Em seu caso, não se trata dos gêneros memórias, diário ou autobiografia. Ela organizou um caderno com conselhos e recomendações, que podemos identificar como *livro de família*. Há também orações e cânticos religiosos e um artigo de opinião denominado *A paz*, no qual ela discorre sobre esse “dom sublime” e apresenta seus argumentos sobre como ser pacífico e agradar a Deus.

Quadro 7 - Coleção irmã Maria Evangelina

QUEM?	Maria Elisabeth Lopes d’Almeida (irmã Maria Evangelina)	NASCIMENTO:	1895	RELAÇÃO:	filha
		FORMAÇÃO:	Professora/Freira		
O QUÊ?	Conselhos	QUANDO?	22/02/1941	ONDE?	Rio de Janeiro
	Artigo de Opinião				
TIPO:	Manuscrito	SUPORTE:	Caderno em capa dura, de 11,5x15,5cm, com 95 páginas pautadas, das quais 22 foram preenchidas pela freira.		
GUARDIÃ	Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho				
CONDIÇÕES:	Capa desgastada nas extremidades e na lombada, manuscrito com tinta ferrogálica sem manchas, margens e pautas íntegras. Numeração de páginas inserida pela autora.				
FUNÇÃO SOCIAL:	<b>Conselhos:</b> orientar comportamentos pios, conforme catolicismo; <b>Artigo de Opinião:</b> defender as virtudes da pessoa de bem. <b>Prática:</b> difundir e reafirmar valores católico-familiares; criar memória familiar.				
OBSERVAÇÃO:	Caderno dedicado à sua mãe, ao irmão, a duas irmãs e seus sobrinhos.				

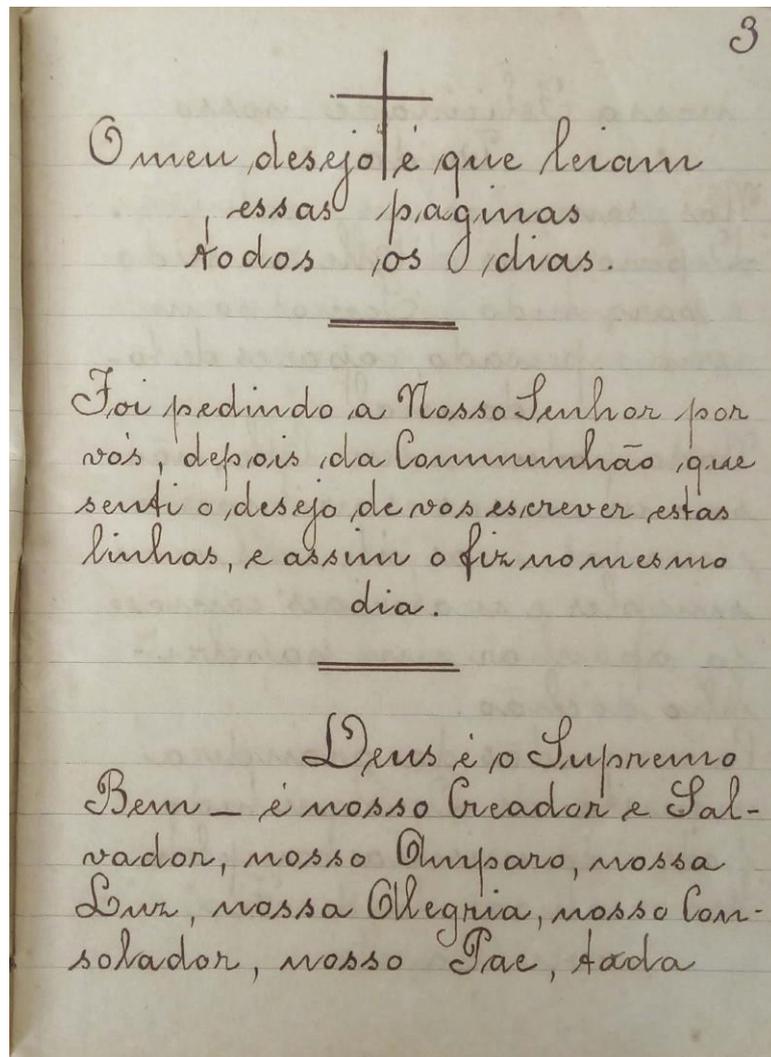
Fonte: Elaborado a partir do acervo Lopes d’Almeida

“O meu desejo é que leiam essas páginas todos os dias”! Essa declaração abre os escritos de Maria Elisabeth Lopes d’Almeida, doravante irmã Maria Evangelina. A utilização dessa epígrafe já deixa clara sua intenção persuasiva, marca presente em toda a produção textual organizada nesse volume. Contudo, não discutirei o conteúdo de seu texto, objeto de análise textualizada na seção 5 desta Tese. Tratarei aqui de sua contribuição para a composição do acervo e de sua prática como mecanismo de criação de memórias, da elaboração de um artefato que estará com seus familiares, dará notícia de quem foi sua autora, e, sobretudo, condensará valores presentes em sua família e que ela quer que permaneçam nas práticas de seus descendentes.

O seu apelo para que “**leiam essas páginas todos os dias**” é evidência do seu desejo de permanência na memória familiar, como religiosa e filha exemplar, com a “garantia” dada pelo registro escrito, de que sua mensagem não se deturpará. Dentre seus conselhos, ela recomenda: “Vivei como catholicos que tendes a felicidade de ser. Praticae as virtudes que são tão fáceis

de praticar com a graça de Deus. Assim sereis felizes nesta vida e o Céu será vossa morada para sempre, Deus vossa eterna alegria. Que felicidade!”. O lugar de onde ela fala é espaço privilegiado, visto ser uma religiosa, e, por isso mesmo, uma “especialista em comportamentos adequados aos olhos de Deus”. Sua palavra está investida do poder sacerdotal de que sua entrega à religião a imbuíu, tornando-a, aos olhos comuns, uma interlocutora distinta entre o céu e a terra. De acordo com Gimeno Blay (2001, p. 280), a escrita permite a fixação gráfica da informação, “[...] gerar um discurso e uma memória subjetiva do acontecido [...]”, todavia, diz o autor, é preciso que alguém realize a leitura para que haja a sobrevivência dessa memória. Com seu pedido, irmã Maria Evangelina estava criando as condições para a permanência de suas memórias.

Figura 9 - Trecho com expectativa de irmã Maria Evangelina acerca da leitura de seu texto, f. 2r



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção irmã Maria Evangelina

Com sua atitude, a freira operacionaliza, por meio da palavra escrita, o poder simbólico, aquele capaz “[...] de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 14). Trata-se de um recurso quase irresistível, pois está associado ao discurso religioso e equivale em força a qualquer outra forma de poder. De acordo com Bourdieu (2008, p. 15), aquilo “[...] que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”. No caso da palavra escrita, daquele que as enuncia. Assim, o texto escrito carrega essa acreditada legitimidade que a palavra grafada sobre um suporte faz supor. Isso corresponde ao que popularmente se diz em sociedade: vale o que está escrito! Talvez por conta da crença nas escrituras sagradas, a palavra escrita tenha tanto valor entre indivíduos e coletividade.

O texto de irmã Maria Evangelina, impregnado do discurso religioso, configura-se como veículo de uma instituição modeladora de comportamentos. Ela apresenta os parâmetros a partir dos quais a devoção deveria se manifestar em relação às divindades, a maneira de se relacionar com os representantes da Igreja, com a comunidade e com seu íntimo (a consciência). Para isso, aponta comportamentos, indica leituras doutrinárias e destaca o modelo de vida ideal (do seu pai), capaz de satisfazer ao céu e à terra. Para além das orientações sobre como proceder para agradar e se tornar um bom filho de Deus, a freira indica, em mais de uma passagem, a leitura do livro *Imitação de Cristo*.

Fugi das más companhias e também das muitas companhias, porque está escrito no livro da *Imitação de Cristo* ‘Quantas vezes estive entre os homens e menos homem voltei’. (f. 10r-10v)

- A hora que puderdes fazei uma leitura espiritual na *Imitação de Cristo* ou em um livro piedoso. (f. 11v)

[...] o primeiro e grande obstaculo à paz, é o pecado porque nos priva de Deus; mas ainda que não estejamos em pecado mortal, temos um nós outros obstaculos a esta paz do coração, que é preciso tiral-os de nós, e são, segundo a “*Imitação de Cristo*”: a actividade nos desejos e nas acções, a pressa nos negocios, a preocupação com os negocios alheios, o desanimo depois de alguma falta que se comette, a alegria demasiada, que os santos chamam vã alegria, a tristeza nos sofrimentos que eles chamam de má tristeza e a fraqueza em vencer as tentações (21v-22r)

Numa busca na internet, localizei essa obra do século XV, cuja autoria é atribuída ao padre alemão Thomas Kempis. Trata-se de um clássico na formação de católicos, que orienta a imitação da vida de Jesus Cristo para que o religioso alcance a perfeição. Dessa atitude da freira, pode-se notar que a estratégia modeladora ocorria também a partir da leitura de obras edificantes, tal como recomendava a Igreja, que indicava para seus fiéis leituras capazes de

fortalecer e dar manutenção aos valores cristãos. Percebem-se aí, também, pistas sobre o tipo de obra que compunha a biblioteca da família. Uso a palavra biblioteca com alguma ressalva, pois, embora haja referência ao livro, isso não significa que eles mantivessem uma biblioteca. Por outro lado, nada nega isso. Como se trata de uma família de pessoas religiosas, cuja mãe era professora e as filhas normalistas, e cujo pai demonstrava ilustração e citava outros autores, os vestígios apontam para uma prática de leitura *extensiva*<sup>47</sup> (CHARTIER, 1991b). O *Clube Comercial*, uma agremiação cultural da cidade, inclusive, tinha vasta biblioteca (RIBEIRO, 1968).

Além de mostrar-se como pessoa que orienta, ela também era herdeira e portadora de memórias e valores mais antigos, que estão na família há mais de uma geração e que lhes foram transmitidos por seus antepassados. Isso fica demonstrado ao se referir às memórias do pai. Ou seja, os escritos do genitor, cujos propósitos eram criar uma memória familiar, foram lidos por ela, que agora os recomenda aos irmãos e sobrinhos: “Lembrae-vos sempre do exemplo e dos ensinamentos de nosso Pae, de santa e saudosa memoria, e lêde a sua ‘Odisseia’, para que a sua vida sirva de norma à vossa” (f. 15r). Interessante observar que ela utiliza a palavra memória, que, mesmo sendo um uso do senso comum, ratifica o que vem sendo dito acerca da intencionalidade na criação de memórias como veículo de valores familiares.

A memória tem relação com a construção da identidade, individual ou coletiva e, nesse processo, aquele que a elabora seleciona o que é importante para o grupo, aquilo que lhe dá unidade, que distingue os indivíduos e os caracteriza como sujeitos, de forma processual, considerando as representações presentes em suas práticas. A memória, a “ilha de edição” a que o poeta Wali Salomão (1996) se referiu em seu poema *Carta aberta a John Ashbery*, resulta de constante (re)organização de fragmentos, de evocações e de apagamentos, voluntários ou não.

Recomendar a leitura foi a maneira encontrada por irmã Maria Evangelina para se projetar no futuro, mas também uma tentativa de garantir a apropriação das memórias que herdou pelas gerações seguintes. Ao se referir a essa transmissão entre gerações, Myriam Moraes Lins de Barros (1989, p. 36) ilustrou de modo interessante como esse resgate pode ocorrer. Suas palavras foram: “Lembrar dos avós quando se abrem para falar de si mesmos como avós é o momento da integração de dois períodos de um ciclo de vida”. No caso aqui discutido, trata-se de uma filha remetendo ao pai, mas sua ação permite igualmente que se

---

<sup>47</sup> Diz respeito à leitura de variados gêneros textuais, em oposição à leitura *intensiva*, referente à prática exclusiva de leituras devocionais.

perceba o processo de rememoração. Ainda a respeito da difusão da memória, a pesquisadora afirma:

A transmissão de bens simbólicos às gerações seguintes situa a família como o lugar dessa passagem, fazendo de cada descendente o alvo e ao mesmo tempo o veículo da preservação dos valores familiares. Em torno dessa idéia de transmissão de valores está presente a noção de um tempo que se repete, de um tempo cíclico. Para essas pessoas, preocupadas em marcar seu lugar social e sua identidade pela inserção na grande família, o tempo do ciclo dessa grande família é a referência temporal. Há, assim, um plano moral que acaba por definir também a inserção das famílias na sociedade mais ampla, não em termos econômicos, mas como representantes de uma camada social que compartilha de um mesmo discurso de representação da família (LINS DE BARROS, 1989, p. 36).

Irmã Maria Evangelina cumpriu seu papel de guardiã da memória, exercendo uma função muitas vezes destinada à avó. Contudo, penso que o papel de guardiã nem sempre fica centralizado num mesmo indivíduo, podendo se alternar com outros no mesmo trabalho de manutenção da memória. O que posso dizer de seu esforço é que os valores essenciais de sua família se presentificaram nos textos resultantes das práticas de escrita de seus descendentes ao longo do século XX, como pôde ser observado nas práticas de outros sujeitos que a sucederam nos atos de escrita privada.

O exercício de escrita de irmã Maria Evangelina dá continuidade às práticas de outros que a antecederam. A prática de Egydio, por sua vez, recupera informações detalhadas de seus ascendentes, remonta ao século XIX, quando coletou - creio que de fonte escrita - e registrou tais informações reunidas em suas memórias. Ao lado disso, anotou datas de nascimento, batizado e morte de seus filhos, juntamente com outras datas e eventos eleitos para incorporar em seu texto. Irmã Maria Evangelina, sua filha, testemunha de sua prática e conhecedora do *Livro do papai*, deu continuidade à criação de lugares de memória, sistematizando os escritos que dedicou à família, recomendando que os lessem todos os dias e que também lessem os escritos de seu pai. Essa conduta sela um pacto de preservação da memória familiar e provoca o ato de rememorar, que corrobora Nora (1993, p. 13) ao se referir aos lugares de memória, que “[...] nascem e vivem do sentimento [de] que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. As lembranças existem porque nós as criamos e os momentos de rememoração são parte das sociabilidades das famílias. Lembrar é exercício constante de quem vive no presente e essa ação mantém o passado vivo, porque não esquecido, porque evocado.

#### 4.4 Entre uma escrita e outra, diversos textos, muitas histórias

Quando irmã Maria Evangelina produziu seus escritos, em 1941, ela já havia ingressado no Convento do Sagrado Coração de Jesus, no Rio de Janeiro. Seu pai havia falecido desde o ano de 1920 e, no ano seguinte, sua irmã Idália também faleceu. Uma de suas irmãs mais novas, Elisabeth (doravante Bellinha), também formada pela Escola Normal, foi pedida em casamento, no ano de 1923, por meio de uma carta escrita pelo padre Francisco Ayres, enviada a pedido de Vladimir Gil Ferreira, o pretendente. Depois do consórcio entre Bellinha e Vladimir, ocorrido na cidade de Juazeiro, no ano de 1924, eles fixaram residência em Salvador. Tiveram três filhos: Célia, Antônio Carlos e Clélia. Enquanto isso, Isabel Carolina, então viúva de Egydio, foi nomeada “[...] Diretora das Escolas Reunidas” de Juazeiro, no ano de 1930, conforme registro de Cunha (1978, p. 126).

Bellinha, infelizmente, teve vida breve. Faleceu em 1942, com apenas 37 anos, quando Célia estava com 15 anos. Isso foi apenas um ano após irmã Maria Evangelina ter lhe dedicado seus escritos, cuja data e local são: “*Bahia*<sup>48</sup>, 2 de fevereiro de 1941”. Essa localização pode indicar que a freira estivesse visitando sua irmã na época em que escreveu os textos, pois, segundo disse a guardiã Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, na entrevista realizada para este estudo, Bellinha morreu de “tristeza”, o que pode ser entendido, *talvez*, por um estado depressivo desencadeado antes de seu falecimento. Chama a atenção também que o livrinho de conselhos não tenha sido dedicado a Bellinha *e família*, mas a Bellinha *e filhos*, de modo que seu cunhado, Vladimir, foi excluído como destinatário de seus escritos. Somado a isso, de acordo com informação da guardiã, durante longos anos, Célia esteve de relações cortadas com o pai, pois o culpava pela morte da mãe. Esses vestígios podem indicar que a união dos dois talvez não tenha sido feliz para Bellinha, como um dia acreditou o padre que pediu sua mão para se casar com o jovem juazeirense.

---

<sup>48</sup> Grifo nosso.

Figura 10 – Fotografia de Isabel Carolina Lopes d’Almeida, s.d.



Fonte: Acervo Lopes d’Almeida  
 Coleção Isabel Carolina Lopes d’Almeida

Depois da morte da filha, Isabel Carolina mudou-se para Salvador, para cuidar dos netos. Por essa ocasião, é possível que o colégio da família em Juazeiro tenha encerrado suas atividades, pois irmã Maria Evangelina e Graziela estavam no convento no Rio de Janeiro, Edith ingressou num convento em Petrolina e Aristhenes, o único filho homem, era bibliotecário e vivia e trabalhava no convento de São Francisco, em Salvador, como leigo.

O único texto possivelmente escrito por Isabel Carolina é a legenda de uma fotografia (Figura 12) ofertada a um casal de amigos, cuja dedicatória, embora não esteja assinada, faz referência a suas “filhas”. Todavia, considero que teve atuação fundamental na manutenção da memória do grupo, papel comumente assumido pelos avós e, nesse caso, especialmente desempenhado por ela, visto que se encarregou da criação dos netos depois do falecimento de sua filha, sendo portadora da memória familiar e constituindo-se como o elo entre os sujeitos do passado e esse núcleo agora sob sua responsabilidade. De acordo com Ana Elisabete, que soube pelo relato de Célia, Isabel Carolina contava muitas histórias do passado da família em Juazeiro para seus netos. Nessa atividade de rememoração, Egydio era descrito como uma

pessoa muito inteligente, religioso e que gostava de saraus. De acordo com Ana, Célia dava muito valor a essas histórias de família.

Materialmente, a primeira contribuição de Isabel Carolina para o acervo é a carta por meio da qual sua filha foi pedida em casamento, que, embora esteja endereçada à “Sra. Elizabeth”, se destinava a ela (Isabel Carolina), esposa de Egidio e mãe da jovem, o que fica evidente no seguinte trecho: “Conheço aqui um rapaz de optimo procedimento e de família muito bôa que ha tempos gosta da *sua filha*. Devo dizer que a sua sua querida Bellinha corresponde ao mesmo affecto que elle lhe dedica” (Figuras 13a e 13b). Além da carta, sua coleção é composta, ainda, por outro documento que lhe é contemporâneo: comunicado de casamento (Figura 14) de casamento entre Bellinha e Vladimir (Figura 11), que também foi preservado.

Figura 11 - Fotografias de Bellinha e Vladimir, s.d.



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Figura 12 - Fotografia de irmã Maria Evangelina e irmã Edith (1938)



Legenda: à esquerda, sentada, irmã Maria Evangelina, ao seu lado, irmã Edith

Dedicatória: “Á querida Milu e Sr. Ramos, ofereço os retratos de mi<sup>as</sup> filhas Irmã Maria Evangelina e Edith como prova de estima e sincera amizade.  
19-11-938”

Fonte: Acervo Lopes d’Almeida - Coleção Isabel Carolina Lopes d’Almeida

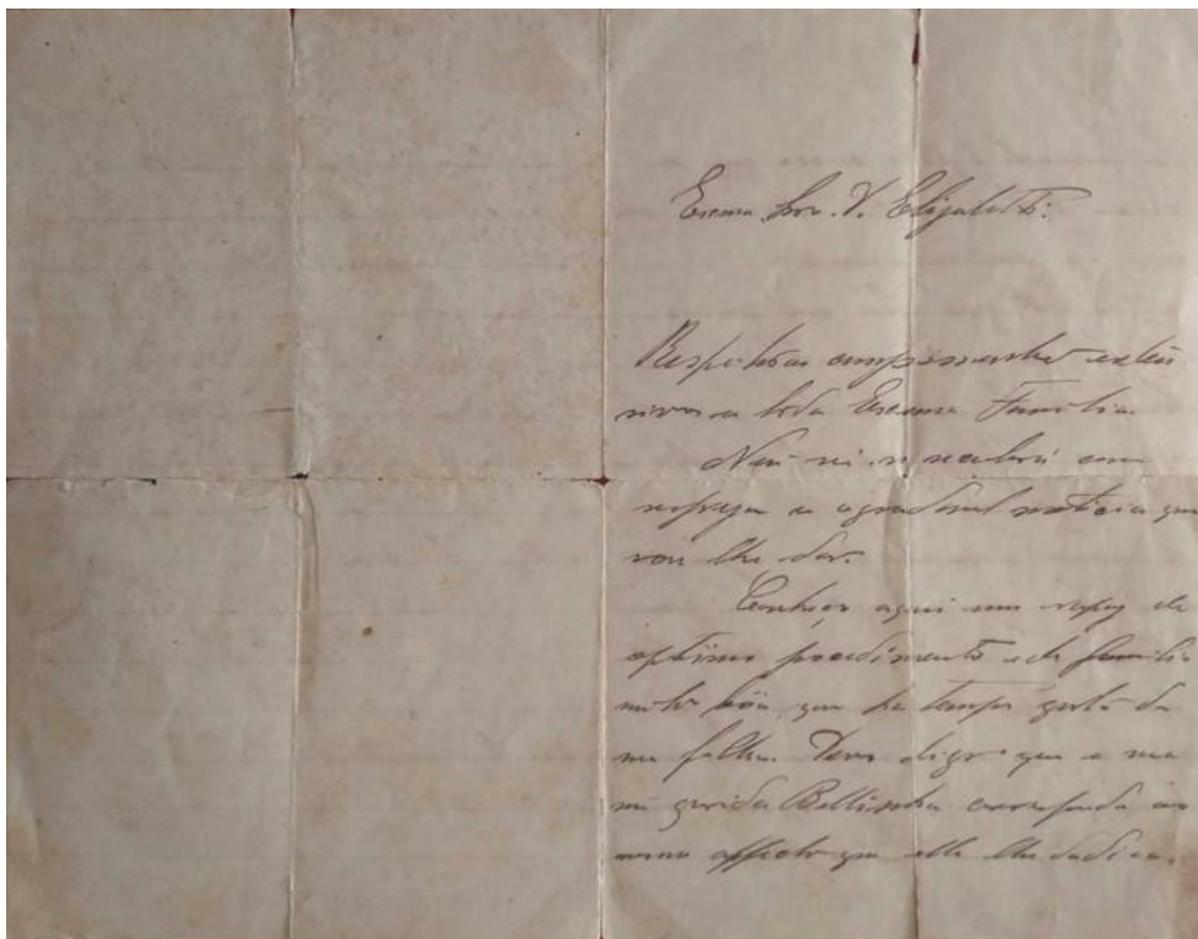
Isabel Carolina, com os recursos que estavam ao seu alcance como avó e matriarca, realizou sua atribuição de guardiã da memória, cuja função primeira é

[...] ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória. Os “objetos de memória” são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais, etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos o próprio grupo (GOMES, 1996, p.23).

Os rumos do acervo começam a se diversificar, pois um novo teor de escritos irá marcar profundamente sua composição. A grande responsável por essa guinada no caráter dos escritos é Célia, filha de Bellinha, neta de Egydio, sobrinha da irmã Maria Evangelina e fruto do século

XX, com tudo o que ele representa em termos dos avanços que a sociedade experimentava naquela primeira metade de século, o que incluía a ampliação do acesso à educação formal, o desenvolvimento dos meios de comunicação e um pouco mais de liberdade para a mulher, que passou a ocupar mais postos de trabalhos e conquistou o direito ao voto, no sufrágio de 1932.

Figura 13a - Carta de pedido de casamento de 1923, f. 1r



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

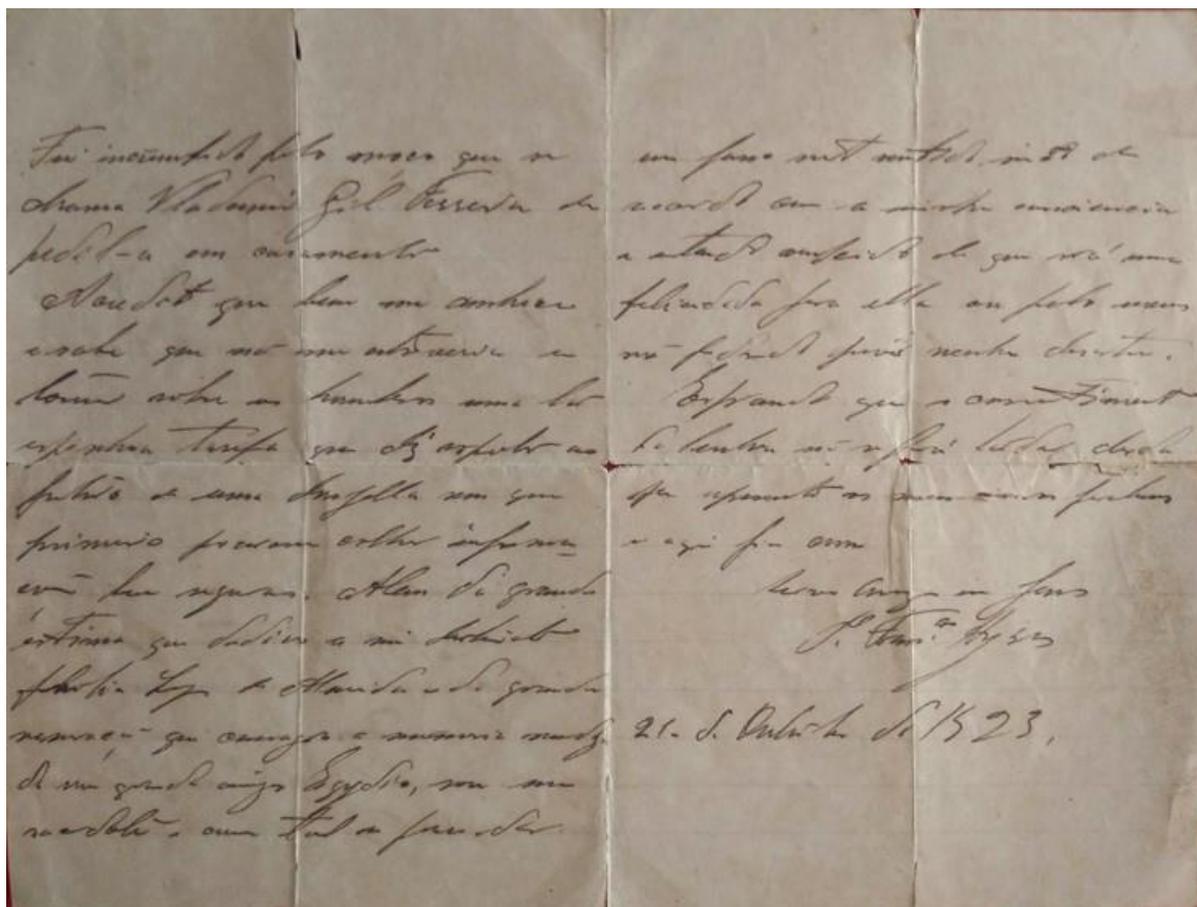
Excelentíssima Sra. d. Elizabeth:

Respeitosos cumprimentos extensivos a toda Excelentíssima Família.

Não sei se receberá com surpresa a agradável notícia que vou lhe dar.

Conheço aqui um rapaz de optimo procedimento e de família muito boa que ha tempos gosta da sua filha. Devo dizer que a sua sua querida Bellinha corresponde ao mesmo affecto que elle lhe dedica.

Figura 13b - Carta de pedido de casamento de 1923, f. 1v



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Fui incumbido pelo moço que se chama Vladimir Gil Ferreira de pedi-la em casamento

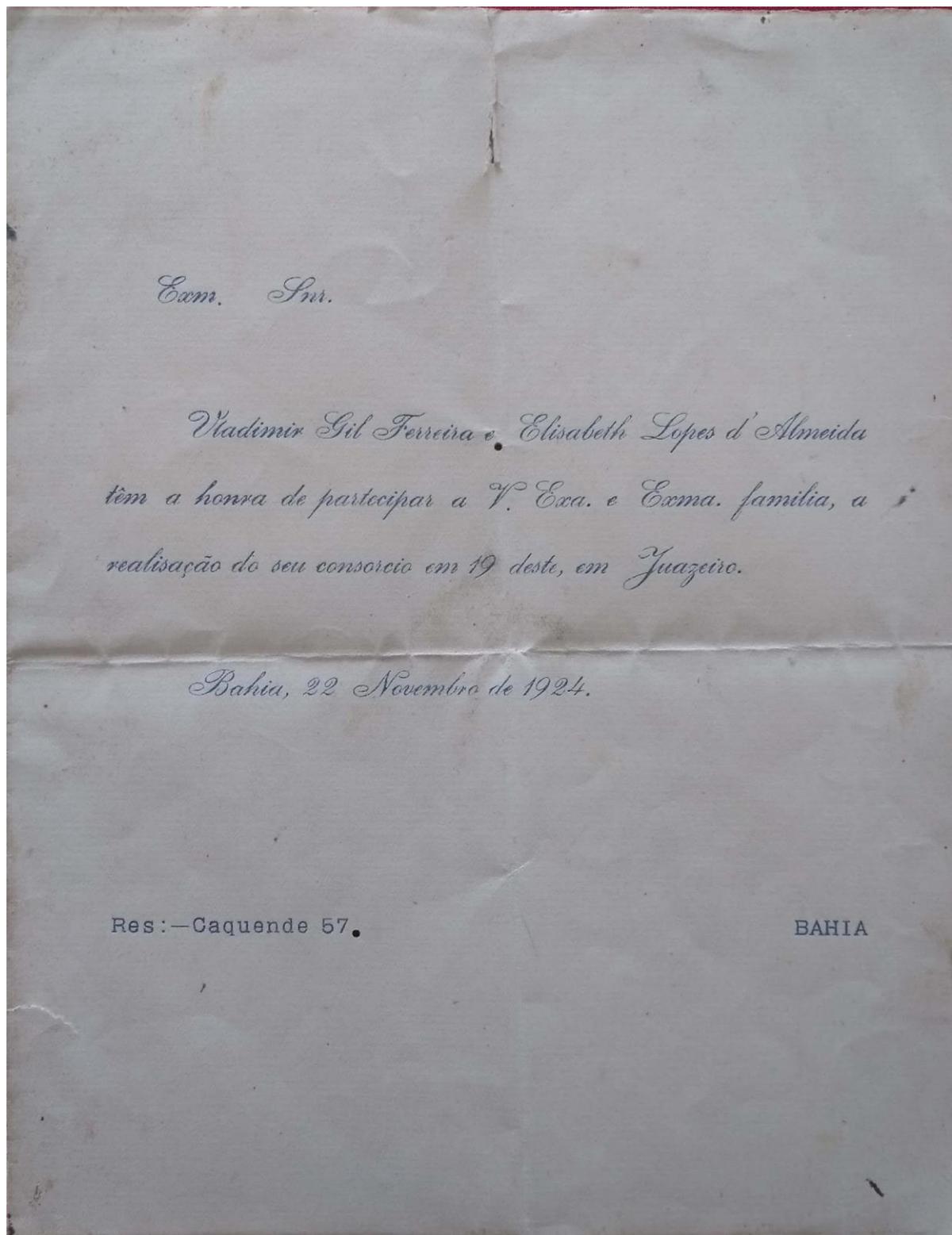
Acredito que bem me conhece e sabe que não me atreveria em tomar sobre os hombros uma tão espinhosa tarefa que diz respeito ao futuro de uma donzella sem que primeiro fizessem colher informações bem seguras. Além da grande estima que dedico a mui distincta família Lopes de Almeida da grande veneração que consagro a memória [ilegível] de meu grande amigo Egydio, sou um sacerdote e como tal [ilegível]

(um passo muito sentido?) [ilegível] de acordo com a minha consciencia e estando convencido de que será uma felicidade para ella ou pelo menos será [ilegível] [ilegível] minha [ilegível]

Esperando que o consentimento da senhora não se fará tardar desde já apresento os meus sinceros parabens [ilegível] [ilegível]com

[ilegível] Cruz em Jesus  
Padre Francisco Ayres

Figura 14 - Comunicado do casamento de Bellinha e Vladimir (1924)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

#### **4.5 Vestígios do cotidiano: entre mil nadas, um pouco de tudo**

Nascida no ano de 1927, Célia Almeida Gil Ferreira é a descendente de Egydio que mais incorporou a escrita em suas atividades cotidianas. Essa habilidade foi sua companheira diária, ao longo de muitos anos, e creio mesmo que a auxiliava a pensar, a se organizar nas ações e nas relações que mantinha com as diversas pessoas de seu mundo agitado de afazeres. Seus escritos informam de seu gosto pela leitura, de sua impulsão para a escrita diária, de seu gosto musical, de suas atividades cotidianas em casa, de seus passeios na rua ou no shopping, de seus compromissos com parentes, amigos ou em instituições públicas, de sua saúde, de seus aborrecimentos e de suas alegrias, de sua religiosidade, de seus valores, dos nascimentos e mortes em sua família ou entre conhecidos, da política nacional e mundial, de sua vida financeira, de seus filhos e netos, de seus sonhos, de suas memórias e de toda sorte de assuntos, pois ela escrevia sobre quase tudo. Omitia sua intimidade e seus medos. Nunca disse se pretendeu se casar novamente após ter se separado de seu esposo e nunca citou claramente alguém por quem tivesse interesse. Omitia muito mais, sabemos bem, inclusive porque a realidade é impossível de ser apreendida totalmente.

Célia tinha formação técnica em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas e teve a carteira de trabalho assinada no ano de 1944, com apenas 17 anos, na função de Auxiliar de Escritório. Isso é mostra da determinação de uma jovem que ingressou no mercado de trabalho numa época em que as pessoas ainda discutiam se as mulheres deveriam ou não trabalhar fora de casa. Além disso, ela exercia uma atividade distante das “vocações” femininas, o que devia causar espanto numa sociedade talvez ainda apegada a ideias do século XIX.

Figura 15 - Capa do álbum de formatura dos Contadores de 1946



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 16 - Célia com sua beca de formatura do curso de Técnico em Contabilidade (1946)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida  
Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Ao estudar o comportamento escritor da mulher do século XIX, as manifestações do silêncio e do silenciamento socialmente impostos às mulheres, Michelle Perrot (2005, p. 37) identificou que elas confiavam suas memórias sobretudo ao mundo das coisas caladas que compunham “mil nada”. Assim, as “roupas brancas” da intimidade privada, os estojos, as joias, as lembrancinhas de viagem, as mechas de cabelos recebidas de pessoas queridas etc., eram objetos-memória que preenchiam a existência das jovens, que timidamente se apropriavam das habilidades lectoescritoras. Mesmo após a apropriação da escrita de forma mais ampla, penso que esse gosto pelos objetos-relíquia permaneceu no universo da vida privada, e, portanto, no universo feminino, paralelamente às práticas de escrita que passaram a desenvolver. O cotidiano do espaço privado tornou-se objeto de descrição e de reflexão em que esses “mil nada” continuaram a preencher suas gavetas, sendo suporte para uma parte de suas memórias. Assim, se pensarmos esses “mil nada” nos registros escritos, encontraremos breves textos nas dedicatórias de fotos, em breves listas de compras ou afazeres, anotações nas margens de livros. Pequenas ações que podiam coexistir com manifestações escritas mais complexas, como os diários e as cartas, por exemplo. A gradativa relação com as culturas do escrito permitiu que pequenos registros do correr dos dias passassem a compor o universo das pessoas comuns, um público cada vez mais interessado na leitura, na escrita e na preservação da vida privada.

Célia foi uma colecionadora desses “mil nada”, objetificados nas mais simples relíquias em forma de texto, mas também foi além das miudezas desses relicários e textualizou experiências cotidianas, assim como eventos esporádicos. Escreveu um diário de viagem, foi assídua produtora de diários pessoais, sistematizou informações em livros de família e guardou papéis de suas atividades, importantes ou corriqueiras. E justamente por serem materiais escritos, com textos carregados de significados, os “mil nada” somam-se às milhares de palavras com as quais arquivou sua existência (ARTIÈRES, 1998). Dessa maneira, o trabalho de constituição de memória foi sendo tecido por Célia, mostrando faces de seu perfil, elaborando sua visão de mundo, reti-ratificando posturas com base nos valores que herdou.

De sua coleção, para além daquilo que textualizou, outros elementos dão mostras dessa herança familiar, tal como sua religiosidade católica, marca evidente de sua família presente no acervo até então composto. Esse é também um traço de seu perfil, fundado pelo regime sob o qual foi criada. Os vestígios dessa herança se manifestam em sua escrita, conforme se vê em seus diários e livros de família, mas também em relicários que guardou como mostra de sua devoção, como os que apresento adiante.

Destaco a imagem a seguir (Figura 17), oferecida a Célia por sua tia, irmã Maria Evangelina, com os seguintes dizeres:

Minha Célia,

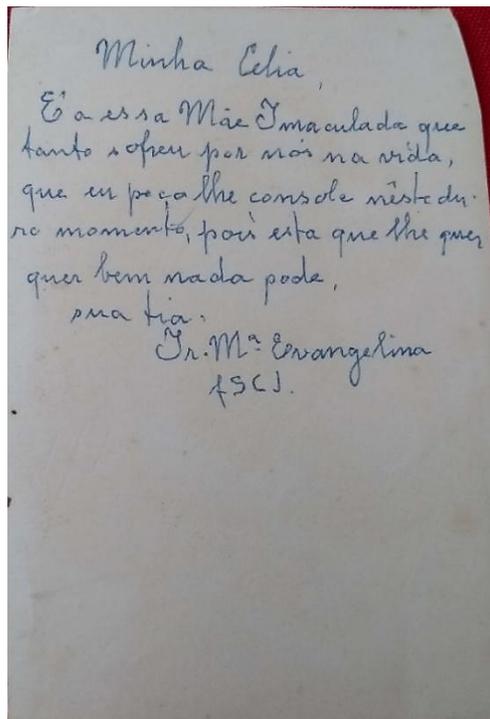
É a essa Mãe Imaculada que tanto sofreu por nós na vida que eu peço lhe console neste duro momento, pois esta que lhe quer bem nada pode.

sua tia,

Ir. M<sup>a</sup> Evangelina  
ISCJ.

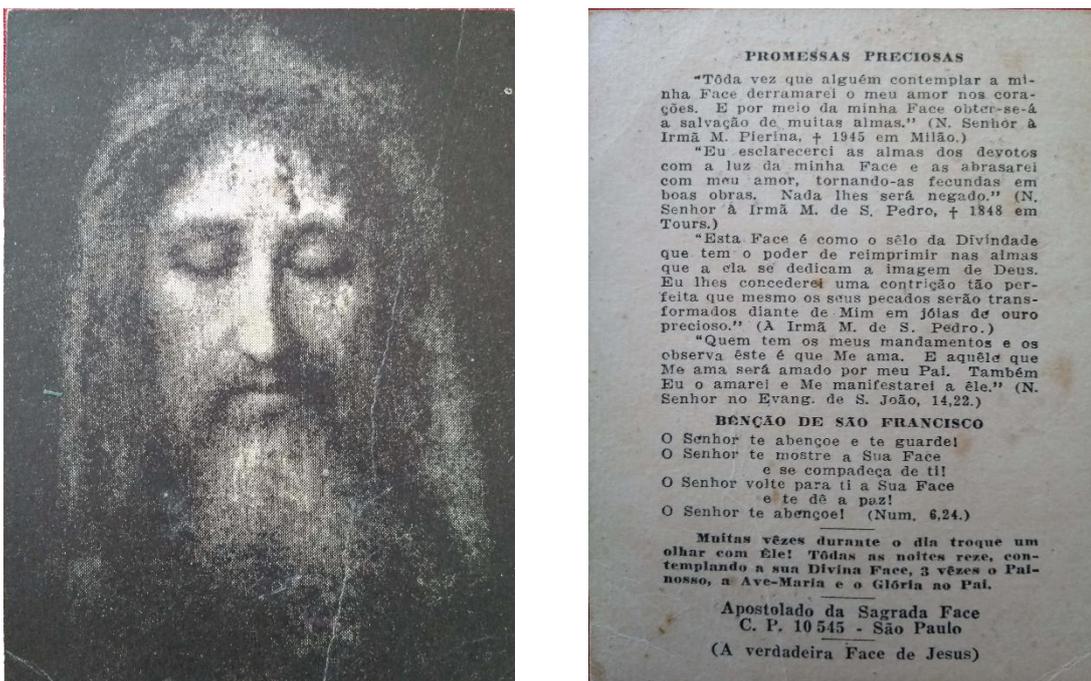
Embora não haja registro de data, pelo conteúdo da dedicatória, escrita com letra trêmula, a imagem da Virgem Maria foi enviada a Célia na época do falecimento de seu filho Zezinho, morto no dia 24 de setembro de 1972, aos 18 anos, por disparo de arma de fogo. Foi uma perda terrível para ela, registrada no *Livro de família 1*, em que reunia informações sobre todos os filhos e netos. No alto de seus 75 anos, irmã Maria Evangelina ainda era presença forte na família, mesmo morando em outro estado, o que mantinha acesos os vínculos com o passado testemunhado pela freira.

Figura 17 - Imagem da Virgem Maria com o Menino Jesus (frente e verso)



Fonte: Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 18 - Imagem de Jesus Cristo e mensagem religiosa (frente e verso)



Fonte: Acervo Lopes d’Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Célia mantinha entre as páginas de seus diários diversas imagens religiosas, frequentava a Igreja e assistia à Santa Missa todos os domingos, pelo canal 11 da TV, exceto se houvesse algum imprevisto que a impedisse, conforme registrou no dia 21 de abril de 1996: “Com a confusão aqui não assisti missa. Só a benção de N. S. Aparecida”. Quando saía, sempre que possível, entrava numa Igreja. Ela também gostava de ir à Igreja de São Francisco receber a benção às terças-feiras, evento religioso bastante concorrido naquela época como agora. Com esse comportamento, de forma consciente ou não, Célia atendia a algumas recomendações de sua tia, irmã Maria Evangelina, que pediu em seus escritos:

Sahindo à rua, nunca deixeis de entrar numa Egreja que esteje aberta para adorar a Jesus, ainda que por poucos minutos. Elle ali vos espera, e está tão só!.. (f. 12r)

[...]

Ide a Santa missa assistindo inteira e com devoção. Si for possível comungae nella. Assisti também nos domingos a Benção do Santissimo. (f. 12v)

[...]

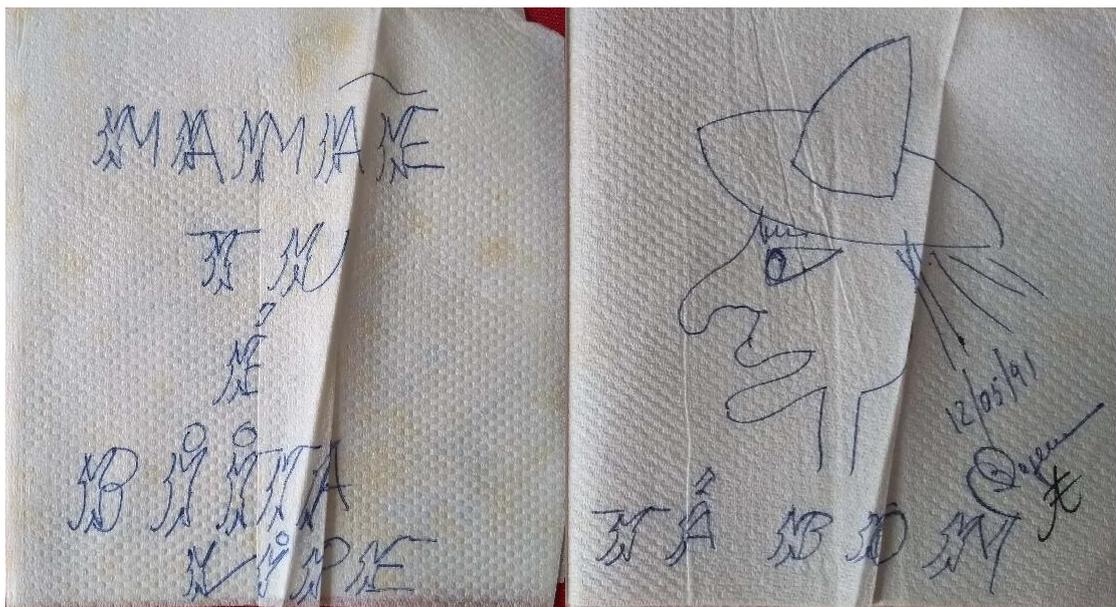
Assisti à Santa Missa nos Domingos e dias santos (f. 13v)

Seu cotidiano era marcado por atividades rotineiras, que ela gostava de descrever: 06-03-1993 - “Passei o dia em casa. Acabei a saia vermelha. Rita e Valdemir estiveram aqui. Ele botou o chuveiro novo. Agora já tenho banho morno...”. Quando em casa, ela anotava as visitas que recebia, os telefonemas que dava ou recebia, o que comia, horários em que acordava ou dormia, como se sentia. Quando saía, o que era frequente, dava detalhes:

23/04/1996 - O dia hoje amanheceu sem as nuvens carregadas. Ainda tem, mas poucas.  
 Dia de São Jorge! Que ele nos abençoe e proteja. De força e coragem para vencer.  
 Fui a casa de Gal cedo corrigir provas.  
 Voltei 17 horas com Yuri, Yeddo e Papita.  
 A chuva continua. A cidade está acabada de buracos e deslizamentos.  
 Depois da 5 horas a chuva engrossou. Engarrafamentos, desabamentos  
 Cado ficou preso no transito e só chegou em casa as 9 horas (21).  
 Ana Teve de ir para Lauro de Freitas porque não tinha condições em Piatã. A casa toda vazando agua das lages. (Diário 6 1996)

Sua coleção também é marcada por variadas manifestações de afeto que lhe chegaram, em escritos ordinários e bem-humorados, em suportes improvisados ou convencionais. Alguns repletos do afeto com que o grupo, muitas vezes, interagiu. O acervo de Célia tem esse traço interessante, de permitir que a enxerguemos por meio de seus papéis, de suas escolhas, das interações descritas, mas também pela forma como as pessoas se dirigiam a ela.

Figura 19 - Bilhete bem-humorado assinado por dois de seus filhos no Dia das Mães de 1991



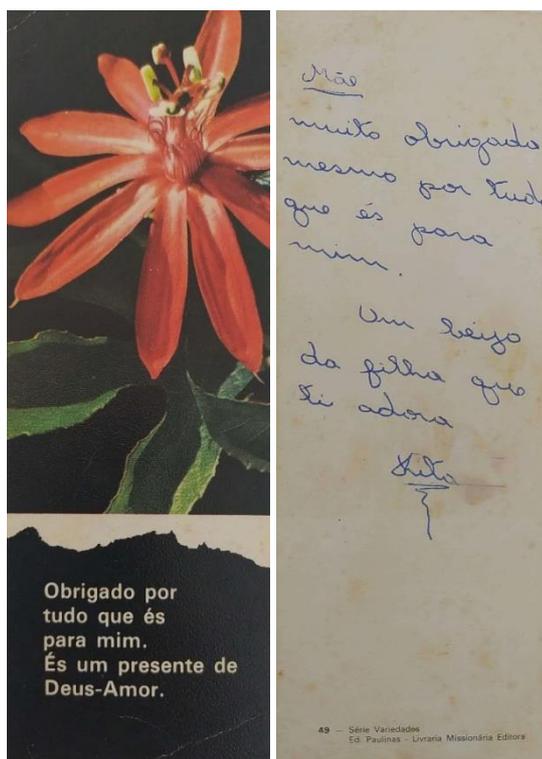
Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 20- Cartão de Natal feito por seu genro, Eduardo Xavier, para Célia e seu esposo José Bezerra



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 21 - Cartão assinado por Rita (frente e verso)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida  
Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

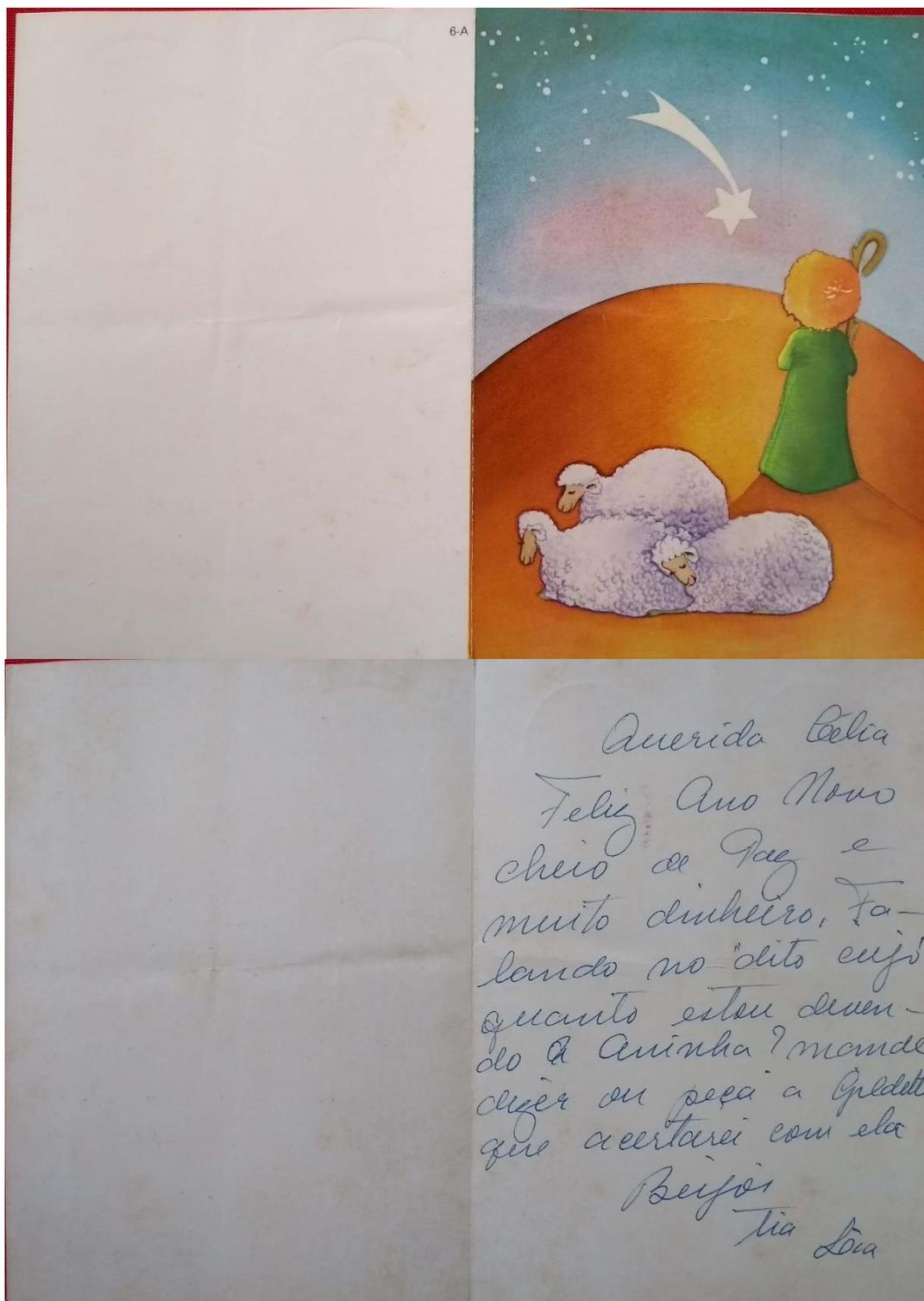
Figura 22 - Cartão assinado por Regi (frente e verso)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida  
Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Alguns cartões curiosos, além de felicitações, também tinham recados para terceiros, tratando de assuntos financeiros, como no cartão a seguir, assinado pela tia Lia:

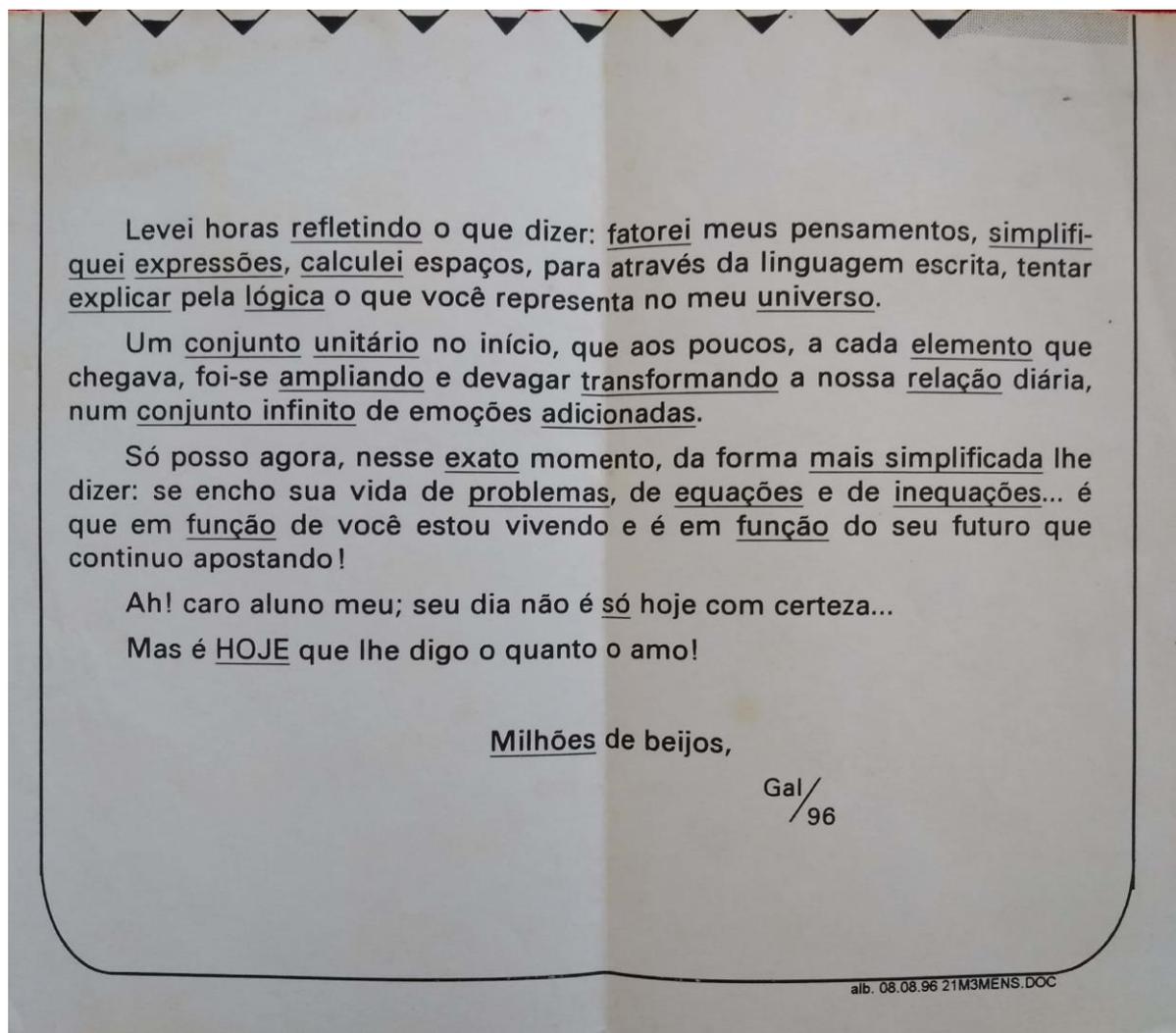
Figura 23 - Cartão assinado por Lia (frente e verso)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Célia recebeu e guardou muitos escritos, mas também colecionou textos destinados a terceiros, como no caso da mensagem escrita por sua filha Gal, professora de matemática, que utiliza a metalinguagem para compor um texto para seus alunos:

Figura 24 – Mensagem escolar elaborada por Graça (Gal)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Embora a autoria não possa ser atestada com certeza, visto que pode se tratar de uma transcrição, pelo teor do texto, parece que Célia escreveu o conto abaixo, o que demonstra que, apesar da dessacralização de sua escrita ordinária, talvez ela tivesse alguma ambição literária.

Figura 25 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 1r

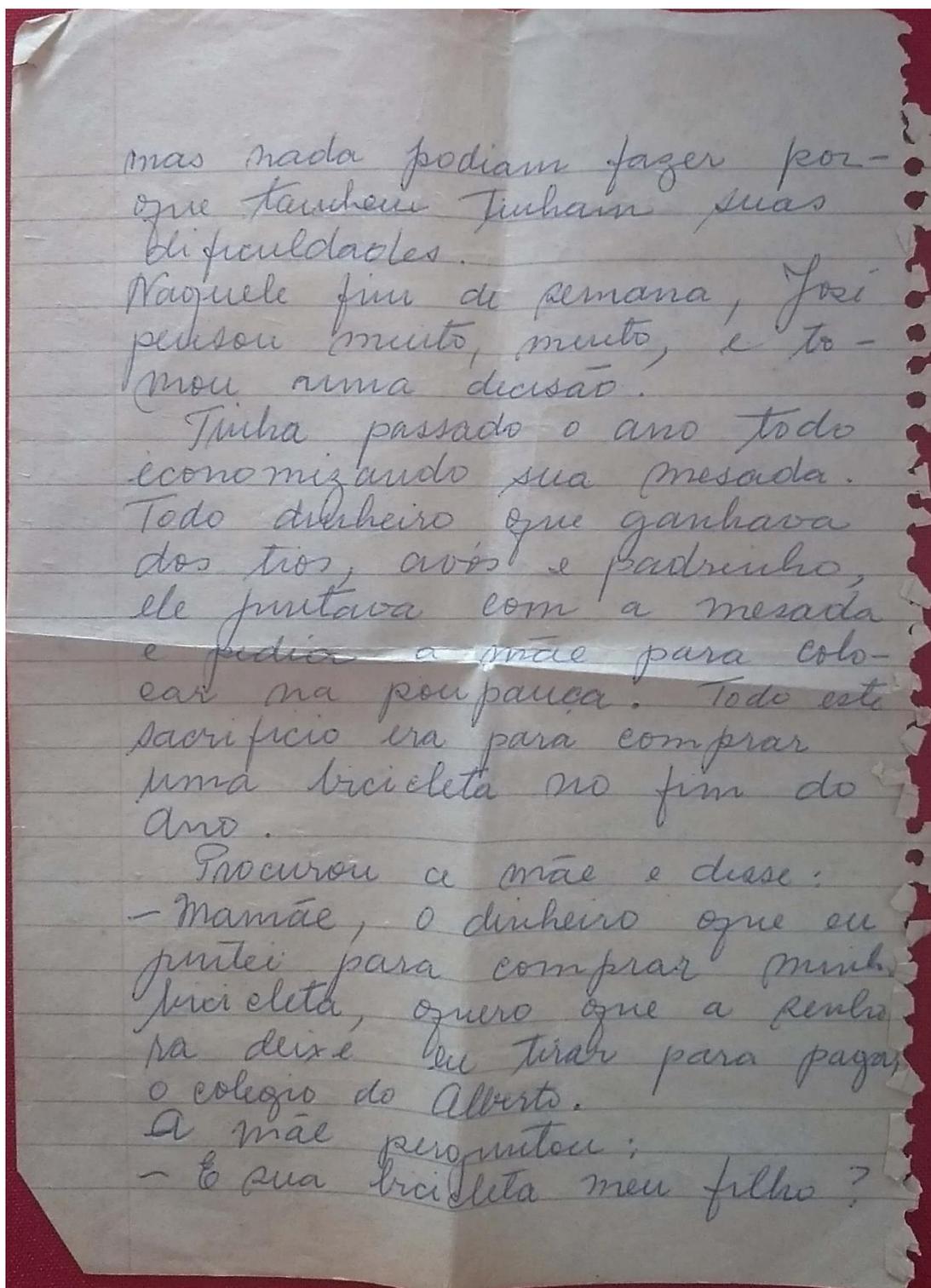
1

Eu tinha um colega na 5ª série,  
Era um bom menino, sempre pronto  
a ajudar e cooperar com todos.  
Mas José não era muito inteligente.  
Tinha dificuldade para raciocinar.  
Todos tinhamos pena dele. Então  
Alberto que era o 1º aluno da sa-  
la, começou a ajuda-lo. Estu-  
davam juntos e ficaram a-  
migos.

Um dia José descobriu notou  
que Alberto andava meio triste.  
Perguntou o que estava aconte-  
cendo e Alberto disse que o  
pai estava desempregado e ele  
teria que deixar o colegio. José  
ficou horrorizado! Faltavam só  
2 meses de aula, e Alberto era  
tão bom aluno! Pensaram, pen-  
saram e não acharam saída.

José foi para casa muito  
triste. Contou a estória aos pais.  
Estes também ficaram comovidos.

Figura 26 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 1v



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 27 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 2r

2

— Bem mamãe, comprarei no próximo ano. Tenho outros brinquedos. Um ano perdido para os estudos vai fazer muito mais falta para Alberto.

A mãe de José, ficou muito comovida com a atitude do filho. Conversou com o marido e fizeram o que José queria. A escola foi paga, os dois meninos continuaram amigos e passaram em 1º e 2º lugares nos exames.

O Natal chegou. Muita expectativa, muita alegria.

Na casa de José, tudo era trabalho. O pai junto com os filhos amarraram as arvores de Natal e o Presépio.

A mãe fez comidas gostosas, à noite a casa se encheu dos parentes.

Leada um que chegava, dava presentes às crianças.

Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 28 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 2v

Mas ninguém deu nada a José. Ele ficou admirado e um pouco triste. Porque ninguém lhe deu nada? Leou certeza ~~se~~ porque já estava ficando grande. A noite foi festiva e alegre e José se distraiu. Enfim o pai disse que era hora das crianças irem para cama. José achou muito engraçado. Na hora de ganhar presentes era grande. Na hora de ir para cama era criança. Ficou confuso e disse para si mesmo: Quando eu ficar homem, entenderei o jeito de pensar dos adultos.

Despediu-se de todos, beijou e pediu a bênção aos pais, e foi para o quarto. Já ia trocar de roupa, quando viu que sua cama estava esquentada. A co-

Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

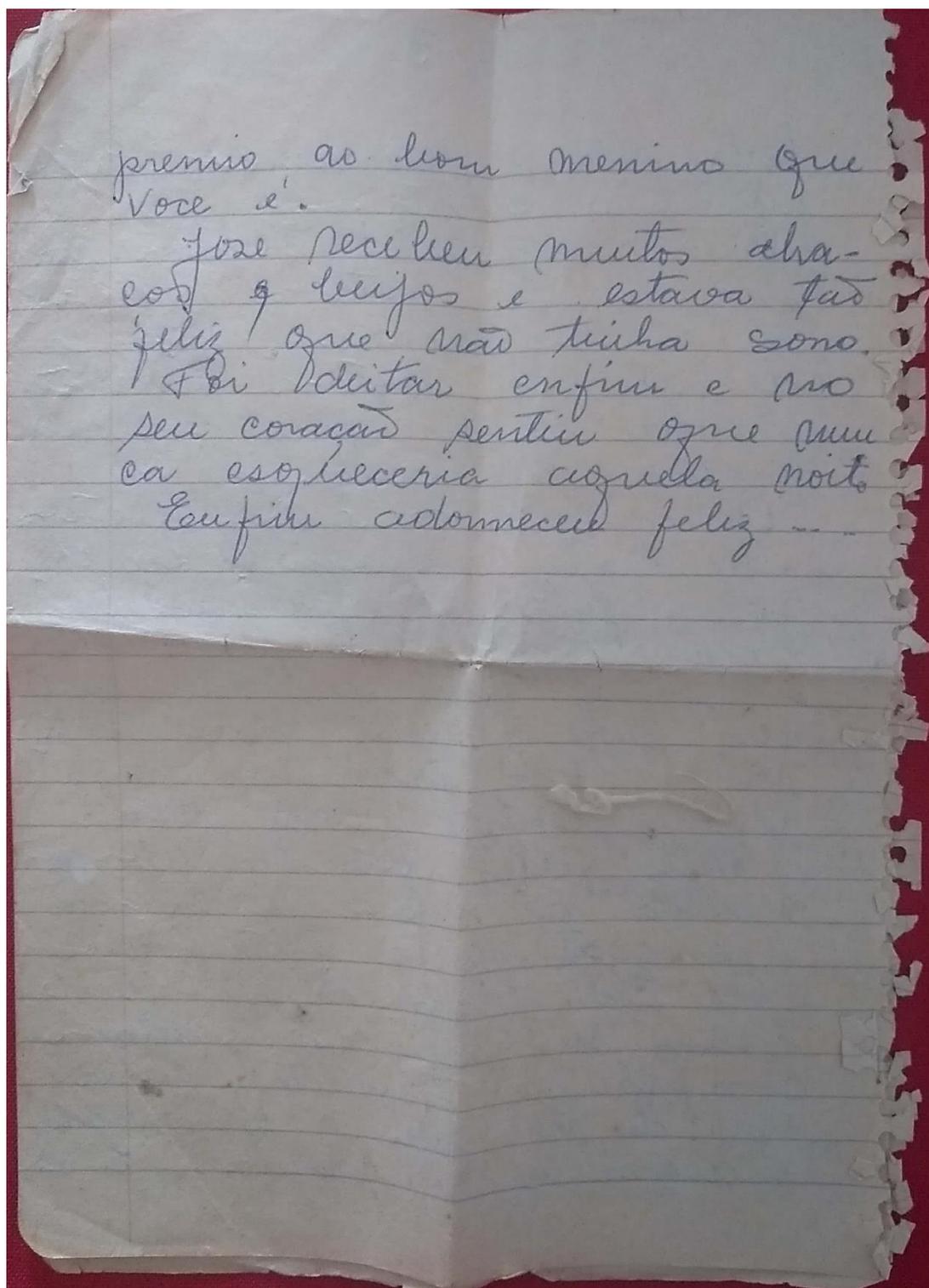
Figura 29 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 3r

3

berta alta e desarrumada. Curioso puxou a coberta. Que surpresa! Deitada na sua cama, estava a bicicleta de seus sonhos! Leu de alegria, botou-a no chão, prontou e foi para a sala mostrar aos pais.

Os pais, avós e tios estavam esperando, e quando ele chegou, bateram palmas! Assustado, José ficou olhando para todos e viu que sua avó e sua mãe estavam com lágrimas nos olhos. Então o vovô disse: - Meu filho esta bicicleta representa a nossa admiração e emoção, pelo gesto que voce teve para com Albert. Como seus pais não podiam comprar a bicicleta, cada um de nós deu o que podia e assim a compramos. É meu

Figura 30 - Texto literário produzido por Célia: Conto, f. 3v

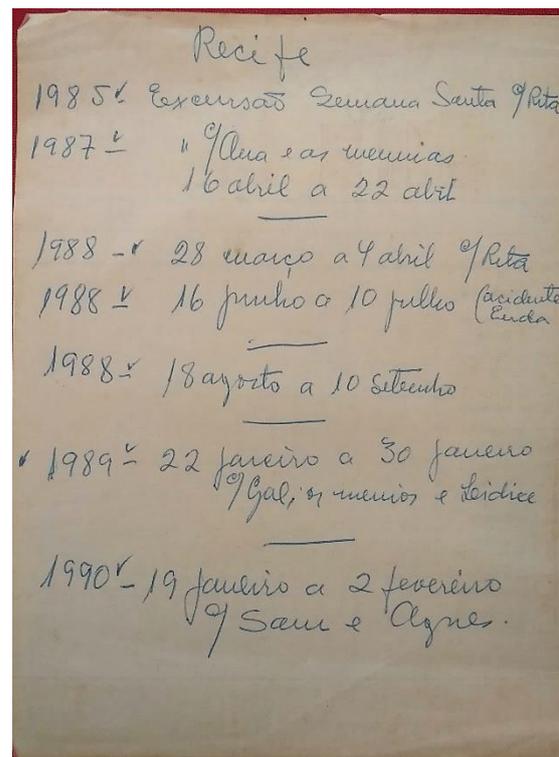


Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 31 - Lembrança escolar do dia da vovó



Figura 32 - Lista das viagens realizadas a Recife



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 33 - Cartão natalino confeccionado por Clélia



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Dos descendentes de Egydio, Célia é a que mais encarna as palavras de Artières (1998) ao se referir à injunção social que leva a todos nós a mantermos nossos arquivos. Somos sujeitos com papéis, organizamos nossas vidas por meio de textos, agimos dentro da normalidade socialmente prescrita que nos impele a produzir e guardar documentos. Seguimos a ordem do dia e o sujeito que escapa a essa injunção está fora da normalidade,

[...] é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico. Arquivamos portanto nossas vidas, primeiro, em resposta ao mandamento “arquivarás tua vida” — e o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade.

Desde o desenho escolar em homenagem ao dia da avó pintado por uma criança, aos textos mais sensíveis da *escrita de si* e àqueles escritos corriqueiros da vida privada, Célia manteve relação íntima com seus papéis, os produziu e preservou ciosamente ao longo de sua vida. Fez lista das vezes em que esteve em Recife, listas de presentes, listas das disciplinas cursadas por seus filhos nos cursos que faziam, listas de contas a pagar, listas de telefones e de compras a serem realizadas. Registrou o sorvete que tomou, o meio de transporte com que se deslocou, os remédios que ingeriu ou dos quais se esqueceu, muitas vezes descreveu a roupa que usou, os filmes a que assistiu, os sintomas que experimentou, se fez frio ou calor, se choveu ou fez um lindo dia. Quando já estava adoecida e hospitalizada, seu impulso para o registro do cotidiano permaneceu vivo. Muitas vezes escreveu apenas: “Hospital”. Mas estava ali, ansiosa pela escrita, grata à sua professora Ana, aquela que lhe ensinou a escrever com as duas mãos, habilidade muito útil quando teve que enfaixar a mão direita. Célia colecionou muitos e diversificados textos. Singelos cartões que recebeu de familiares e cartas, muitas cartas de seu pai, que adiante lhes apresentarei.

#### 4.5.1 A presença do ausente: as cartas de Vladimir

Enquanto lia as cartas deste acervo e refletia acerca de sua historicidade como instrumento de comunicação largamente utilizado nas interações escritas ao longo do século XX, nas relações de ordem pública ou privada que os textos desse gênero medeiam, imediatamente recordei como se inicia a trama de *Central do Brasil* (SALLES, 1998). O filme é ambientado nas últimas décadas do século XX e começa mostrando pessoas comuns circulando na estação de trem *Central do Brasil*, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Dora,

personagem interpretada magnificamente pela atriz Fernanda Montenegro, trabalha oferecendo suas habilidades de escrita para pessoas não alfabetizadas, que pediam que escrevesse cartas para seus parentes distantes. Tal prática se insere naquilo que Petrucci (1999) denominou de *escrita delegada*. Esse é o primeiro elemento que me atrai no filme, porque mostra pessoas comuns em sua relação com as culturas do escrito, revelando como uma determinada realidade pode se construir entre quem tem o domínio da escrita e quem é analfabeto, no caso da relação entre Dora e seus clientes. É um microcosmo que ilustra como podem se dar socialmente as relações de poder no que tange à cultura escrita e escancara a circularidade da microfísica do poder, conforme Michel Foucault (MACHADO, 2017)<sup>49</sup>. Ao observarmos a relação das personagens com a linguagem escrita, metonimicamente vemos retratada uma parcela de brasileiros, socialmente invisibilizada e estatisticamente revelada em dados educacionais, sujeitos de um Brasil profundo para o qual ainda falta o básico e a tão sonhada autonomia em relação ao uso da língua, sobretudo escrita, tarefa da escola cujo compromisso foi selado constitucionalmente.

Um outro recorte da situação das personagens mostra Dora, uma professora aposentada que, apesar de ter o domínio desse bem simbólico (BOURDIEU, 2008) e “desfrutar”, naquele pedaço de universo, dos benefícios da posição de poder que esse conhecimento lhe favorece, sobrevive miseravelmente após a aposentadoria. São práticas a partir das quais podemos observar que os discursos sobre a Educação que queríamos não têm se concretizado de forma ampla, excluindo desse direito uma parcela grande de indivíduos comuns, que nem sempre têm noção do que lhes é sonogado. Mas voltemos àqueles que tiveram seu direito atendido e, fazendo uso das habilidades que a escola lhes favoreceu, utilizaram a escrita na composição de tão rico acervo.

A prática social de se corresponder por cartas já estava bastante consolidada ao longo do século XX, sobretudo em função do avanço da alfabetização. No âmbito da vida privada, circulavam mais cartas de amor, mais cartas com narrativas de viagem - em função do desenvolvimento dos meios de transporte -, mais cartas de leitores, que escreviam para jornais e revistas, e uma variedade grande que não será elencada aqui.

A mobilidade demográfica também determinou a troca de cartas entre os ausentes, como no caso de Vladimir e Célia, que viviam em estados diferentes. Sua correspondência é responsável pela maior parte das cartas que compõem o acervo Lopes d’Almeida (127), todas elas redigidas por Vladimir Gil Ferreira, entre os anos de 1963 e 1966, tendo Célia, sua filha,

---

<sup>49</sup> Publicação organizada por Roberto Machado (2017).

como destinatária. O conjunto total de cartas, em número de 132, tem contribuições de outros membros da família, algumas com data e outras com poucas informações. Célia e o pai tinham um negócio informal de venda de roupas femininas, masculinas e infantis e de miudezas, como isqueiros, sombrinhas, produtos de *toilet* etc., cujas remessas eram feitas regularmente do Rio de Janeiro, onde Vladimir morava, para Salvador, onde Célia vivia. Em geral, os despachos eram feitos por companhias aéreas, como se fossem produtos de pessoa física. Isso ocorria de forma clandestina, de modo a evitar os impostos devidos por uma entidade comercial. Contudo, o pai insistia bastante para que Célia abrisse uma “firma” e regularizasse a situação de sua “boutique”.

Figura 34 - Vladimir e Maria, sua esposa (madrasta de Célia), s.d.



Acervo Lopes d’Almeida - Coleção Celia Almeida Gil Ferreira

Vladimir parecia ser metódico e organizado. Suas cartas, geralmente, eram datiloscritas em papel personalizado com seu nome e endereço comercial. A julgar pela presença de uma cópia entre os documentos, Vladimir arquivava suas cartas, mesmo quando destinadas à sua filha. Num manuscrito do dia 2 de maio de 1964, Vladimir diz: “[...] Você está sempre cobrando a encomenda de Adelaide e não me diz que encomenda é essa. *Suas cartas anteriores estão*

*arquivadas* em pacotes do ano passado e difícilimo é localizar aquela que menciona a tal encomenda. Veja o que é e mande dizer [...]”. Em outra carta desse mesmo ano, em 12 de agosto, nova referência a essa prática: “Mandei para você uma cópia desse telegrama para que você tomasse conhecimento e o devolvesse logo depois. E até hoje nada. Perdeu? Se isto aconteceu não tem importancia mas o *meu arquivo fica desfalcado*”. Seu gesto tem relação com a produção de um outro tipo de memória, de ordem comercial, que as instituições da vida pública ainda adotam, mesmo em tempos de arquivos digitais.

O correspondente de Célia gostava de orientar o comportamento mais adequado nesta ou naquela situação, sempre oferecendo soluções para problemas reais ou passíveis de se sucederem. Ele também se preocupava com aspectos formais das cartas, demonstrando um saber escolarizado e, talvez, seguindo o que apreendeu de um manual epistolar. A esse respeito, Verónica Sierra Blas (2015, p. 101), nos estudos que realizou acerca da história epistolar na Idade Contemporânea, diz que a carta é um gênero de tradição própria, com regras milenarmente estabelecidas e se apoia em modelos historicamente determinados e voltados a concretizar um discurso. Os manuais epistolares, por sua vez, ocupam-se do discurso, de regular a escrita de carta e difundir a política associada ao gênero. Visavam, ainda, a resguardar a herança clássica presente nas fórmulas epistolares. Segundo a autora, o ponto alto da normalização e do controle sobre a escrita de cartas ocorreram na Idade Contemporânea,

[...] pues fue en este momento cuando aconteció lo que A. Petrucci ha denominado como la “democratización de lo escrito”<sup>50</sup>, es decir, cuando gracias al aumento de la alfabetización hasta niveles antes imposibles e insospechados, todas aquellas personas que habían vivido al margen de la escritura pudieron por fin acceder a ella, utilizarla en su día a día; siendo, sin duda, la carta, como práctica de escritura cotidiana por antonomasia, como herramienta al alcance de todos, uno de los indicadores más evidentes de este ingreso masivo de escribientes en el mundo de la cultura escrita<sup>51</sup>.

A entrada massiva de pessoas comuns no seletto clube dos que escreviam fez com que aumentasse a circulação dos manuais epistolares, a fim de preservar a herança clássica do gênero carta. Esses documentos, contudo, estavam comprometidos com muito mais do que a escrita, eles ofereciam normas de civilidade, ditavam os comportamentos aceitáveis a serem

<sup>50</sup> De acordo com a autora, o termo foi cunhado por Armando Petrucci nesta obra: PETRUCCI, Armando. *Scrivere e no*. Politiche della scrittura e analfabetismo nel mondo d'Oggi. Roma: Editori Riuniti, 1987.

<sup>51</sup> [...] pois foi neste momento que aconteceu o que Petrucci chamou de “democratização da escrita”, ou seja, quando graças ao aumento da alfabetização a níveis antes impossíveis, as pessoas sem acesso à escrita puderam finalmente acessá-la, utilizá-la no seu dia a dia; sendo, sem dúvida, a carta, como prática de escrita cotidiana por excelência, como ferramenta ao alcance de todos, um dos indicadores mais evidentes desta entrada massiva dos escribas no mundo da cultura escrita.

adotados pelas pessoas “educadas”, civilizadas. Assim, o sujeito comum que pretendesse utilizar este meio de comunicação, além de saber escrever e conhecer as fórmulas epistolares, deveria se apropriar de determinados códigos das relações sociais e de determinadas normas de civilidade.

No Brasil, de acordo com Cunha (2005), desde as primeiras décadas do século XX, os manuais eram amplamente divulgados nas instituições escolares, a quem cabia formar o cidadão do futuro. O mais conhecido era *O tratado de civilidade e etiqueta*, utilizado nas Escolas Normais.

Polissêmicos em seus usos, plurais na sua composição, vulgarizados de prescrições para vários aspectos da vida em sociedade, os manuais são livros difíceis de se classificar convencionalmente: nem totalmente práticos, nem somente literários, mas sempre com determinações e objetivos pedagógicos, estavam estreitamente ligados ao mercado do livro escolar, o que pode ajudar a entender a frequência com que se fizeram presentes nas bibliotecas escolares (CUNHA, 2005a, p. 124)

Esse discurso normatizador parece ter sido incorporado por Vladimir, que se ressentia da ausência de determinados elementos nas cartas que recebia de sua filha e apontava a necessidade e importância de informações como a data correta, por exemplo, conforme esclarece em sua carta de 13 de agosto de 1963:

A proposito, quando estiver escrevendo, ponha a data no dia em que a terminar. Porque este negócio de começar uma carta em 1º de janeiro e leva-la ao correio tres mezes depois deixa a gente sem saber se deve xingar o correio ou queixar-se de quem escreveu enganadoramente. É de grande conveniência não datar a carta antes de termina-la. Assim quem a recebe fica, pelo memos, sabendo o dia que foi levada ao correio (Carta de 13 de agosto de 1963).

Recebi ontem uma carta sem data, acompanha do pedido Nº7. Presumo que ela tenha sido escrita em 22/8 e posta no correio no dia imediato. (Carta de 29 de agosto de 1963).

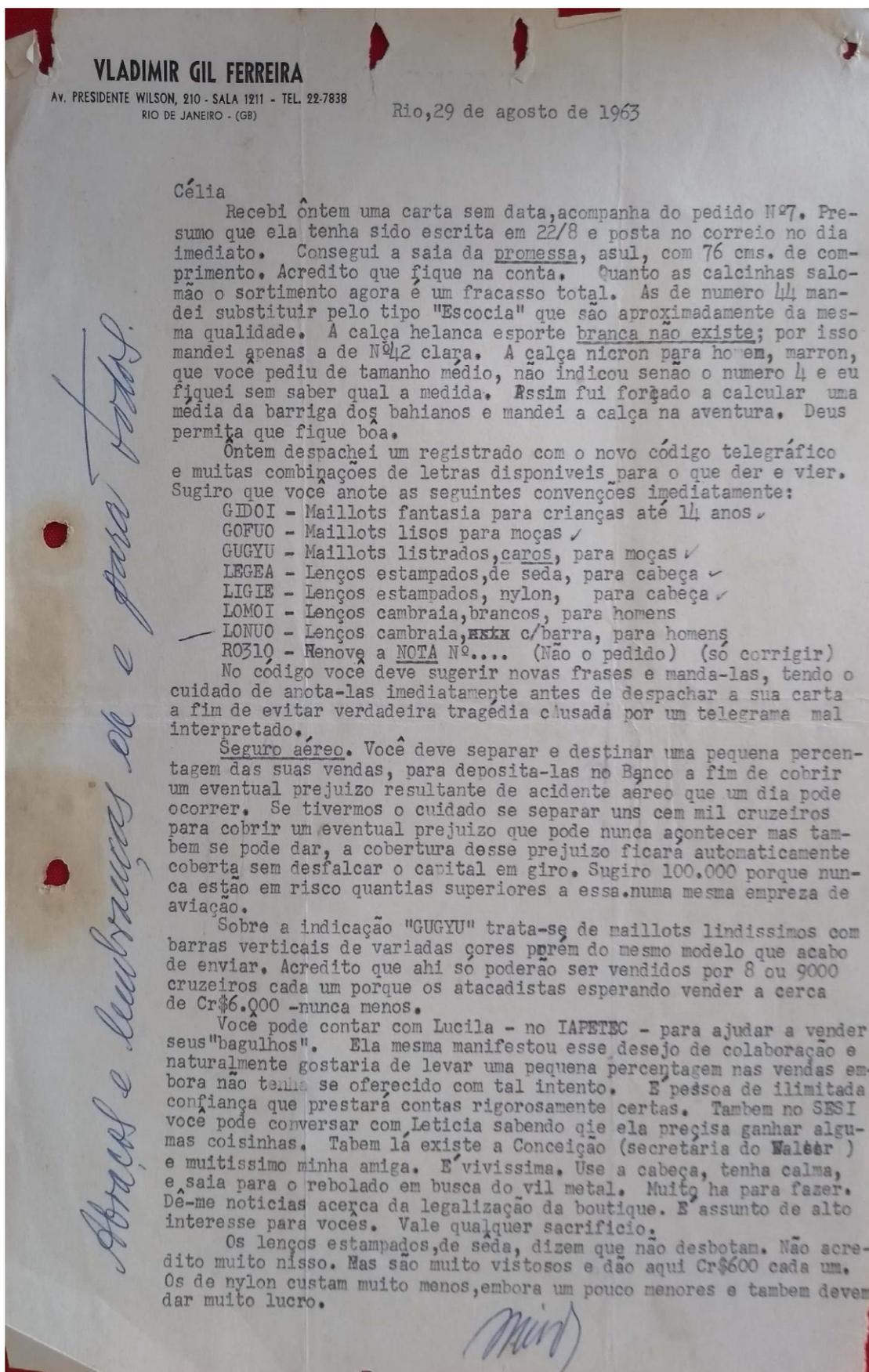
Ele dizia também que todas as perguntas constantes de uma carta deveriam ser respondidas, por mais simples que fossem, a fim de evitar qualquer falha em seu entendimento sobre como proceder em determinadas situações, como na escolha dos itens a serem comprados etc. A esse respeito, inseriu observação manuscrita na lateral da carta de 10 de setembro de 1963: “Todas as perguntas merecem resposta para minha orientação. Não quero correr o risco de repetir uma remessa indesejável”. No dia 10 de julho de 1963, o pai criticou, com as seguintes palavras, a dificuldade que via na filha em escrever cartas: “Suas dificuldades para escrever são fáceis de explicar. Quer fazer enormes relatórios, explicar mil coisas e no final fica toda embaralhada (só na sua cabeça) mas eu entendo tudo direitinho”.

Historicamente, a principal representação da correspondência por carta está situada na ideia de fazer presente aquele que está ausente, em promover um diálogo entre autor e destinatário, ideia presente nas *Epistulae ad Atticum*, de Cícero: “Eu, apesar de nada ter para te escrever, ainda assim escrevo, pois parece que falo contigo” (apud TIN, 2005, p. 21). Para Cícero, a comunicação por carta era uma forma de conversação entre pessoas ausentes mediada pelo texto escrito. Como o gênero mais popular nas interações da vida pública ou da vida privada ao longo de séculos, o gênero carta esteve sempre a serviço da comunicação entre sujeitos espacialmente afastados e que tinham um reencontro, desejado ou não, promovido pela carta.

Tal representação de presença do ausente, no entanto, só se dá mediante o pacto epistolar entre remetente e destinatário, que, conforme descreveu Sierra Blas (2015), fundada nos estudos de Claudio Guillen (1998), consiste na admissão mútua da ausência do outro. Selado o pacto e lida a carta, a ausência pode então se converter em presença. Penso que tal processo é que permite que Vladimir diga para sua filha: “[...] *mas eu entendo tudo direitinho*”. A carta não é uma simples reunião de palavras, mero instrumento de comunicação a levar e a trazer notícias. Ela corporifica o ausente com suas características, sua maneira, e, quanto mais o *outro* lhe é próximo, mais é possível ler as entrelinhas, as omissões e possíveis confusões que seu interlocutor porventura apresente.

As cartas deveriam funcionar como um instrumento de comunicação eficiente naqueles tempos em que as ligações telefônicas eram caras e o serviço de má qualidade, sendo constante objeto de queixas. Além das missivas, eles também utilizavam o telégrafo, meio ao qual aludiam nas cartas que trocavam. Vladimir se referia também a bilhetes enviados com os materiais despachados. Alguns eram tão longos, que me pareceram outras cartas, desta vez manuscritas, sobre os mesmos assuntos que discutiam.

Figura 35 - Carta de Vladimir para Célia de 29 de agosto de 1963



#### 4.5.1.1 *O privado e o passado inscritos nas cartas*

As cartas a que tive acesso estão situadas numa época em que o Brasil sofria as consequências da Ditadura Militar então implantada. Anos difíceis para quem se alinhava à esquerda do regime. No caso do remetente das cartas, eram anos de esperança, visto que, sob sua ótica, o que ele chamou de “Revolução” poderia melhorar a situação difícil que o país vivia. Daqui de onde estou, já posso dizer que estava enganado, como estão os que ainda hoje flertam com a Ditadura, ignorantes da página cruel e vergonhosa para a história da Democracia no País.

Para disfarçar a atividade comercial, os interlocutores utilizavam códigos nas mensagens telegráficas, o que preocupava Célia, diante do contexto violento e persecutório da época. Vladimir não tinha essa preocupação e, em mais de uma passagem, deixa clara a confiança que tinha em dias melhores, mesmo diante das dificuldades que relatava. No trecho abaixo, retrato da vida privada e de aspectos socioeconômicos e políticos, é possível ver algumas mazelas enfrentadas pela população e o ponto de vista do remetente:

NOSSO CÓDIGO. Não vejo inconveniente o uso do código principalmente porque *não políticos nem comunistas*. Também existem as cópias que esclarecem lá e cá o sentido dos telegramas. [...] O que acho indispensável é o aviso de dinheiro (pelo código) e o aviso de recebimento das encomendas que de agora em diante levarão uma palavra convencional para avisar-me do do recebimento. Assim, ao receber a nota, você encontrará a palavra de confirmação e mandará apenas essa palavra para que eu durma tranquilo (Carta de 4 de junho de 1964).

Maria e todos cá de casa estão passando muito bem. Antônio no último sábado esteve lá em casa e o neto Ricardo deu impressionante demonstração do seu vigor. O pimpolho parece uma bobina em movimento ininterrupto. Coisa louca. Como pula o fedelho! Sônia está gordinha e não espera nem quer nada mais. Tem muito juízo. A vida aqui está pelo preço da morte e isso cabe dizer porque os pobres já não tem o direito a [rasura] cemitério devido ao preço extorsivo dos sepultamentos. Um defunto sem eira nem beira terá de pagar mais de 20.000 cruzeiros se quiser terra em cima do corpo. Um quilo de carne para os vivos custa 1000 cruzeiros se for chan, ou patinho. A alcatra é de 1200 cruzeiros. O filé mignon 1500 até 1800 cruzeiros. Batatas 115,00 - ovos 300,00 - Xarque 1200 cruzeiros e bacalhao 2000 cruzeiros. O açúcar já subiu para 216 cruzeiros e o leite vai para mais de 200 cruzeiros. Isto que parece uma tragédia ha de trazer salutares reações favoráveis à bolsa do povo quando a inflação for vencida como creio firmemente que o será. *Com governo honesto tudo se consegue* (Carta de 13 de outubro de 1964).

Era vã a esperança então depositada. Era falsa a “honestidade” propalada pelos golpistas de então. A Comissão Nacional da Verdade, instituída formalmente pela Lei 12.528/2011, - aprovada pelo Congresso Nacional no governo da Presidenta Dilma Rouseff -, foi sancionada como o objetivo de “[...] examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos

praticadas no período (de 1946 a 1968) [...], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011, p. 20).

É sempre difícil abrir uma janela para uma época de sofrimento, mas para isso também serve a memória. Não esquecer é importante para que um tal capítulo não se repita em nossa história. Isso é compromisso republicano de todos nós que defendemos a Democracia.

Embora as cartas de Vladimir para Célia tivessem como tema, sobretudo, a compra e venda de roupas, atrasos de entrega, valores devidos, recebidos ou pagos a comerciantes, dados do despacho aéreo, portador etc., a vida privada estava sempre presente, sobretudo no fechamento de suas cartas. Nesse momento, Vladimir se ocupava em buscar notícias dos netos e aconselhar a filha, em saber informações sobre a saúde do genro, combinar visitas dele à Bahia ou dos netos ao Rio de Janeiro, indicar medicamentos, falar de sua própria saúde e de outros temas do cotidiano. Costumava se referir aos netos com palavras carinhosas, como *pintinhos, ninhada, traquinas* etc.

Estou premeditando escrever muitas cartas para a ninhada mas tenho andado tão ocupado com mil coisas que não me sobra tempo para nada. Duas vezes por semana estou indo ao gabinete médico para fazer um condicionamento geral do esqueleto para não envelhecer muito depressa. Já fiz intensíssimo tratamento anti-sifilítico e tive alta. Encontro-me bastante forte, graças Deus, durmo bem, não tenho problemas de dinheiro nem de saúde e por isso me considero rico (Carta de 4 de junho de 1964).

É interessante observar que, em sua forma de se expressar, Vladimir poderia ir da formalidade da mesóclise: “Comprei hoje um pequeno sortimento de blusões que devem dar bom lucro. Amanhã *despacha-los-ei* pela Cruzeiro” (Carta de 17 de junho de 1963), até a linguagem mais dessacralizada presente na escrita ordinária, inclusive com o uso de gírias e de expressões jocosas:

Use a cabeça, tenha calma, e *saia para o rebolado em busca do vil metal* (Carta de 29 de agosto de 1963).

Por enquanto continuo parado por falta de *gaita*. As obras realizadas em casa *rasparam a caixinha* [...] (Carta de 14 de outubro de 1963).

O meu novo neto Ricardo é bem valente. Dá *mijadas* a um metro de distância. Diariamente estou com Antonio porque o local de trabalho é, praticamente, minha passagem forçada. De Clélia não tenho notícias acerca de um mês. [...] Mas, também não sou de morrer de saudades (Carta de 19 de fevereiro de 1964).

Além desses aspectos, é possível ler outros vestígios nessas cartas, que dizem respeito, por exemplo, ao vocabulário utilizado para nomear as roupas, tanto em relação aos materiais, quanto em relação aos modelos. Assim, tínhamos: *blusas cristal, calça helanca, calça de*

*nicron, calça tropical, calçola espuma, calçola Salomão, camisola gaúcha, camisa volta ao mundo, conjunto bonlon, vestido de Jersey* e mais uma variedade da qual já não se ouve falar.

As cartas de Vladimir mostram um “tom” que ainda não havíamos visto no acervo, o que pode estar associado ao fato de que os temas de suas cartas girem em torno de negócios da vida pública. A escrita de Célia, por outro lado, é fortemente marcada pela introspecção própria da escrita de si, ainda quando aborda atividades da esfera pública. Contudo, a escrita sensível não é exclusividade feminina e, a depender do gênero e da instância, também pode ser mantida por homens, conforme se verá na coleção de Ana Elisabete, adiante descrita.

#### **4.6 Ana Elisabete: a guardiã de memórias**

A atual guardiã do acervo Lopes d’Almeida é bisneta de Egydio e de Isabel Carolina, neta de Bellinha e de Vladimir, filha mais velha de Célia e de José. Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho é formada em Engenharia Mecânica pela UFBA (1976) e foi a primeira mulher a ter esse título nessa universidade. Ela trabalhou como funcionária pública até se aposentar.

Ana Elisabete, conforme contou em entrevista, teve contato com todos os descendentes cujos textos fazem parte do acervo e, assim como as mulheres que a precederam nessa função, é a encarregada da preservação da memória do grupo, autorizada a reelaborar essa memória, preservando sua essência ao acrescentar ou descartar elementos. Trata-se de um trabalho de reunião de bens simbólicos que carregam a imagem e os valores familiares, impregnados de afeto, que têm o poder de contar a história dos indivíduos e do grupo. Essa função foi exercida por Egydio, por Isabel Carolina, pela freira irmã Maria Evangelina e pelas irmãs Clélia e Célia. Egydio sistematizou suas memórias no *Livro do papai*; Isabel Carolina, sua viúva, foi a guardiã desse suporte, que passou para a guarda da freira irmã Maria Evangelina, que o legou a Clélia. De acordo com Ana Elisabete, apenas após a morte de sua tia Clélia, sua mãe, Célia, passou a ser responsável pelo suporte. Logo que recebeu o *Livro do papai*, Célia o repassou para Ana Elisabete, pois ela “era a mais curiosa sobre a história familiar”, conforme disse em entrevista. Com sua morte no ano de 1996, Ana Elisabete assumiu a responsabilidade do posto. Contudo, as memórias familiares continuaram a ser construídas, independentemente do *Livro do papai*, com acréscimos e descartes, a partir das subjetividades dos sujeitos escreventes e colecionadores de textos. Foi com as mortes desses guardiães que o acervo, antes disperso, foi se concentrando nas mãos de um mesmo guardião. Por outro lado, os arquivos pertencentes a Célia sofreram alguma dispersão, pois seus oito filhos receberam alguns de seus diários e sua biblioteca foi doada. Tais documentos não fazem parte dos *corpora* desta Tese.

Questionada sobre a importância do *Livro do papai*, Ana Elisabete disse que só o conheceu após a morte de sua tia Clélia, no ano de 1986. Isso mostra que esse volume ficou uma época desagregado desse núcleo familiar. Conforme disse, o material é bastante valorizado pela família e sempre faz muito sucesso entre os amigos. Em suas palavras: “[...] para mim é muito importante, eu adoro a história da família”. Ela também disse que “é muito importante resgatar as origens da família”. A visão que Ana Elisabete tem do “livro do vovô”, como chama o *Livro do papai*, é de que se trata de uma “obra de arte”, de modo que, depois da cópia que recebeu de minhas mãos, após a pesquisa que desenvolvi no Mestrado, não mostrou o original a mais ninguém, como forma de preservar o suporte. Entre os membros mais jovens da família, algumas pessoas dão uma atenção especial ao *Livro do papai*, sua filha Naira e sua sobrinha Agnes, principalmente.

Ana Elisabete guarda muitas recordações de sua mãe, que definiu como “uma mulher retada”, “avançada”, “com ideias feministas” e um pouco “dura”. Ela era extremamente “exigente em relação aos estudos” dos filhos e dizia que “só seriam alguém, se pusessem o anel no dedo”. Quando eram crianças, a mãe lhes dava reforço escolar, a fim de garantir o bom desempenho dos jovens. Esse valor dado à Educação é uma marca da família que permaneceu cultivado nesse núcleo. Célia também fazia artesanato como forma de complementar a renda familiar e ensinou algum tipo de habilidade aos filhos, de modo que pudessem recorrer a esse saber em caso de necessidade financeira. Ana Elisabete disse que Célia contava muitas histórias sobre os familiares, sobre sua educação escolar e disse que a filha tinha esse nome em homenagem à sua primeira professora, Dona Ana, que mantinha uma escola em sua casa, no bairro do Tororó, onde moravam.

Segundo disse em entrevista, escrever em seu diário era algo muito natural para sua mãe, que fazia pequenas anotações durante o dia e sistematizava o texto à noite. Essa prática deixou alguns vestígios, conforme podemos ver na figura 36, em que uma observação sobre o assentamento de um piso aparece na parte superior e o relato sobre a obra foi desenvolvido, na mesma página, na parte de baixo. Além de Célia, sua tia Clélia também mantinha disciplina na escrita de seu diário. Pelo que pude apurar, dos filhos de Célia, apenas um mantém a produção do gênero diário, mas preferiu não doar seus documentos, pois é muito crítico com sua escrita. Ana Elisabete disse que gosta de registrar suas viagens, mas costuma descartar os textos, tendo preservado apenas o suporte *Livro da tribo*, abordado na seção 7.

Em meio aos muitos textos, encontrei uma mecha de cabelo presa por um pedaço de fita, sem identificação de quem foi retirada. Possivelmente pertence a um dos filhos ou netos de Célia, visto que estava entre as páginas de um de seus diários. Ainda que não haja a

identificação de sua origem, a simbologia que uma mecha carrega, faz com que essa relíquia permaneça no grupo. A memória ali presente está além da identidade do sujeito a quem pertence, pois é um objeto da memória da família, cujo significado sai do singular que é o indivíduo, para significar o coletivo familiar. É como se representasse todos os filhos e netos, inclusive os que cresceram sem que ela tivesse guardado essa recordação de quando eram crianças.

Figura 36 - Terceiro diário de Célia Almeida Gil Ferreira, 9 de março de 1993

MARÇO 9 1993 (068 - 297) 10.ª SEMANA 10.ª SEMANA 10th WEEK 10. WOCHÉ

TERÇA MARTES TUESDAY DIENSTAG

ANOTAÇÕES IMPORTANTES

Colocação piso de Parquete

8 Os homens chegaram as 9:30. Já estava pensando que não viriam mais.

9 Deus tome conta. S<sup>to</sup> Antônio que para que fique tudo legal. Amém.

10

11 Mando meio ajudar Valdemir

12 no meio dia e Tom a tarde. Valdemir deu um duro

13 chamado,

14 O apartamento está muito bom. Agora é que vejo quanto o

15 carpete pareceu, Valdemir está alegre.

16

17 Dei \$200,000,00 de gratificação ao homem que trabalhou.

18

FEVEREIRO 1993

D	S	T	Q	O	S	S	D	S	T	Q	O	S	S	D	S	T	Q	O	S	S	D	S	T	Q	O	S	S	D	S	T	Q	O	S	S	D	S	T
1	2	3	4	5	6		7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28									
			1	2	3		4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30				

ABRIL 1993

Ana Elisabete, além dos diários de viagem que escreveu, mantém sob sua guarda quatro cadernos contendo os escritos de Eduardo Pinheiro Xavier, seu primeiro esposo e pai de suas filhas, já falecido. Em dois cadernos, estão os diários pessoais e, nos outros dois, escritos diversos. Os textos foram elaborados na década de 60 do século XX, na adolescência do jovem Eduardo, quando era aluno de uma importante e tradicional escola no centro da cidade do Salvador. Conheçamos os escritos desse jovem.

#### **4.7 A escrita privada do jovem Eduardo: escrita de si e sociabilidades nos anos 60 do séc. XX**

A década de 60 do século XX foi, mundialmente, marcada por profundas mudanças em diversos setores da sociedade. No Brasil, foi uma época de avanços culturais que incluem o surgimento de manifestações como o Cinema Novo e a Tropicália, para citar alguns, mas, pesando negativamente a balança das transformações sociais, foi uma época também marcada pela censura e pela violência da Ditadura Militar, então implantada em nosso país. Eduardo Xavier, um jovem estudante soteropolitano, nascido em 22 de novembro de 1952, estudante do Colégio Estadual da Bahia - Central, registrou suas impressões a respeito desse período em seu diário, gênero que, de acordo com Calligaris (1998, p. 43), é produzido por uma necessidade “[...] de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam”.

Eduardo foi o primeiro esposo de Ana Elisabete, com quem teve duas filhas, Samantha e Naira. Ele gostava de escrever e deixou seu testemunho em quatro cadernos: o primeiro é suporte de um diário, cuja entrada inaugural foi realizada em 07 junho de 1966 e a última em 1º de dezembro desse mesmo ano. O segundo caderno também contém um diário, que dá sequência ao primeiro, escrito entre dezembro de 1966 e julho de 1968. Desse modo, seus escritos foram elaborados quando ele tinha entre 13 e 16 anos. No primeiro caderno, houve uma frequência quase diária de registros; no segundo, as anotações foram ficando mais esparsas até que ele escreveu, no dia 3 de abril de 1967, que encerraria essa prática. Depois disso, apesar de pretender cessar com os relatos, ele ainda fez mais alguns registros:

Assim se acaba um diário. A gente não sente mais aquela necessidade de escrever que antes sentia.

Isso aconteceu comigo. Minha vida chegou a uma fase algo mais notável que a fase narrada nestes dois cadernos. Descobri meu grande defeito, “meu ex-amigo

Egoísmo”, e agora luto contra Êle, por um “eu” melhor. Para alegria minha, estou ganhando a luta.

Apesar de não ter deixado de ser a criança que era, estas férias marcaram época na minha vida. E a mudança foi para melhor [...] (Diário dos dias 2 e 3 de abril de 1967).

No que diz respeito ao contexto sociopolítico da época, embora ainda fosse muito jovem, Eduardo estava consciente da situação política que o país vivia naquele momento e se posicionava contrariamente à repressão. Em diversas passagens de seu diário, faz alusão àqueles dias em que a liberdade do cidadão era cerceada pelo regime militar. O primeiro registro de seu diário, em 07 de junho de 1966, diz respeito à questão política, e, em outras entradas, o jovem deixa clara a perspectiva ideológica com a qual se alinhava, conforme trechos destacados:

*Continua nossa greve de solidariedade ao Central; junto conosco vários outros colégios também entraram em greve*, que acabará amanhã. Tivemos, assim, 2 dias de férias forçadas, que muito me preocupam, pois essa semana tenho que fazer os murais: de História (6º feira) e de Português (Sábado); o 1º parece que não vai sair. Estou ansioso para a chegada das férias para ter um pouco de descanso (Diário 1: 07/06/66).

[...] *Para evitar complicações com a 6ª região militar foram postas faltas em todos, nos dias da greve*. Não gostei; sujou mais minha caderneta (Diário 1: 10/06/66).

Não tivemos a última aula, porque *todas as faculdades foram para lá, prontas a apanhar e a bater. O “armamento” é composto de paralelepípedos e paus enormes, que serão jogados sobre os guardas (“fantas”) através das grades do muro*. Só quero ver em que vai dar a coisa (Diário 1: 21/09/66).

[...] Fomos dispensados da última aula por causa da *confusão da faculdade*, que *continua firme* (Diário 1: 22/09/66).

[...] As duas últimas aulas foram *assembleia geral, com os colégios Central e Severino* (Diário 1: 26/09/66).

Feriado Nacional. Eleições p/ presidente. *Foi “eleito” S. Excelência o Marechal costa e silva. (c/ letra minúscula)* (Diário 1: 03/10/66).

A escola está em confusão, pois diversas salas foram requeridas para os trabalhos, ou melhor, para *farsa eleitoral* (Diário 1: 14/11/66).

A greve no Central foi uma resposta dos estudantes à proibição à encenação da peça *Aventuras e desventuras de um estudante*, de Carlos Sarno, então estudante do Colégio Estadual da Bahia - Central. De acordo com Dias (2014), a direção da escola proibiu a encenação da peça, que passou a ser ensaiada no Mosteiro de São Bento, com o apoio do abade D. Timóteo Anastácio<sup>52</sup>. Em solidariedade aos secundaristas, os estudantes universitários propuseram realizar o espetáculo na residência universitária, que na época funcionava no bairro da Vitória.

<sup>52</sup> De acordo com Dias (2014), o Mosteiro de São Bento, na pessoa do abade D. Timóteo Anastácio, contrariava a cúpula da Igreja na Bahia, comandada pelo Cardeal da Silva, de tendência conservadora.

Isso também não deu certo e culminou com a polícia militar invadindo a residência e espancando os estudantes. Esse fato gerou revolta na cidade, no estado e no país, fazendo com que contassem com a solidariedade de várias instituições, inclusive a Igreja. O fato é que os estudantes secundaristas e os universitários eram suficientemente politizados e se uniram em prol da liberdade de expressão e, sobretudo, contra o regime autoritário. Mantiveram-se em assembleia e realizaram diversas passeatas em protesto ao cerceamento que sofriam. Foi um momento de fortalecimento do movimento estudantil, que se identificava com a ideologia de esquerda de então.

Eduardo, como deixa claro em seus registros, mesmo ainda muito jovem, com apenas 13 anos, defendia ideais democráticos, posicionando-se contrariamente ao regime militar. Essa postura, ao que parece, era fomentada nas relações domésticas por seus tio Sylvio e amigos da família, como Olavo. No dia 20 de dezembro de 1966, ele escreveu: “Quando cheguei aqui em casa, encontrei Olavo. Não jogamos porque *êle estava narrando a Bice certos assuntos importantes, e depois foi ler para nós trechos do livro Liberdade, Liberdade*”. Bice era o apelido de sua irmã mais velha. Penso que, naqueles tempos de repressão e sendo um estudante do Colégio Central, ele não tinha liberdade para citar os *assuntos importantes* a que se refere. Quanto ao livro lido por Olavo para os jovens, *Liberdade, liberdade*, trata-se de uma peça<sup>53</sup>, de autoria de Millôr Fernandes e de Flávio Rangel, que tem como tema a Ditadura Militar implantada no Brasil. Imagino que se tratava de uma leitura considerada subversiva para aqueles dias de opressão, mas isso promoveu uma formação que os jovens não teriam em outro espaço de forma segura.

Além da situação política de seu tempo e de aspectos da ideologia estudantil daqueles anos duros, os diários de Eduardo mostram outros vestígios do cotidiano daquele menino de 13 anos. A escola era assunto frequente de seus escritos, inclusive mostrando a dissonância entre seu exercício de escrita e seu desempenho na disciplina Português, cujas notas não eram das melhores que obtinha: “Hoje houve aula. Tirei 5,55 na prova de Português e resolvi fazer um gráfico de minhas notas” (Diário 1, 08-06-66); “[...] Amanhã terei prova de português sobre um assunto que não foi bem explicado e não tem no livro. Acho que não vou fazer muito boa, não” (Diário 1, 17/06/1966). É contraditório seu desempenho na matéria, quando faz um uso social tão interessante das habilidades de ler e de escrever. As práticas pedagógicas relativas ao ensino de língua materna eram incapazes de apreender os usos sociais que esse jovem efetivamente

---

<sup>53</sup> A peça é um clássico brasileiro do chamado “teatro de resistência”. Depois de ter sido censurada, estreou no dia 21 de abril de 1965, no Teatro Maria Della Costa. Seu elenco era composto por Cláudio Mamberti, Nara Leão, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Autran e Teresa Rachel.

fazia da leitura e da escrita em ambiente extraescolar. Apesar do pessimismo, Eduardo era um aluno muito inteligente, que relatava sempre um bom desempenho e era elogiado por seus professores e colegas. Fazia parte do coral da escola, tinha habilidades manuais que utilizava em seus trabalhos escolares, como o desenho, a colagem, a serigrafia e a xilogravura. Era criativo, bastante competitivo e gostava de boas notas.

De sua vida privada, a relação com seus tios era bastante valorizada. Ele frequentemente ia a Barra do Gil, Ilha de Vera Cruz, Feira de Santana e Dias d'Ávila, onde seus parentes viviam ou tinham casa. Quando saía da cidade, sempre levava o diário ou um pedaço de papel para fazer suas anotações e depois o colava nas páginas do diário: “Bem, acabou-se o passeio. Aí está o papel que eu levei, isto é, o original” (Diário 1, 02/11/66). Mas quando se esquecia, improvisava com o que desse, conforme registrou no dia 22 de julho de 1966: “[...] Estou fazendo estas anotações em papel de embrulho, pois esqueci de trazer o meu diário”. Na verdade, ele colava no diário qualquer texto que recebesse de alguém. Era um colecionador de escritos.

Figura 37 - Anotações avulsas coladas no primeiro diário Eduardo Pinheiro Xavier (1)

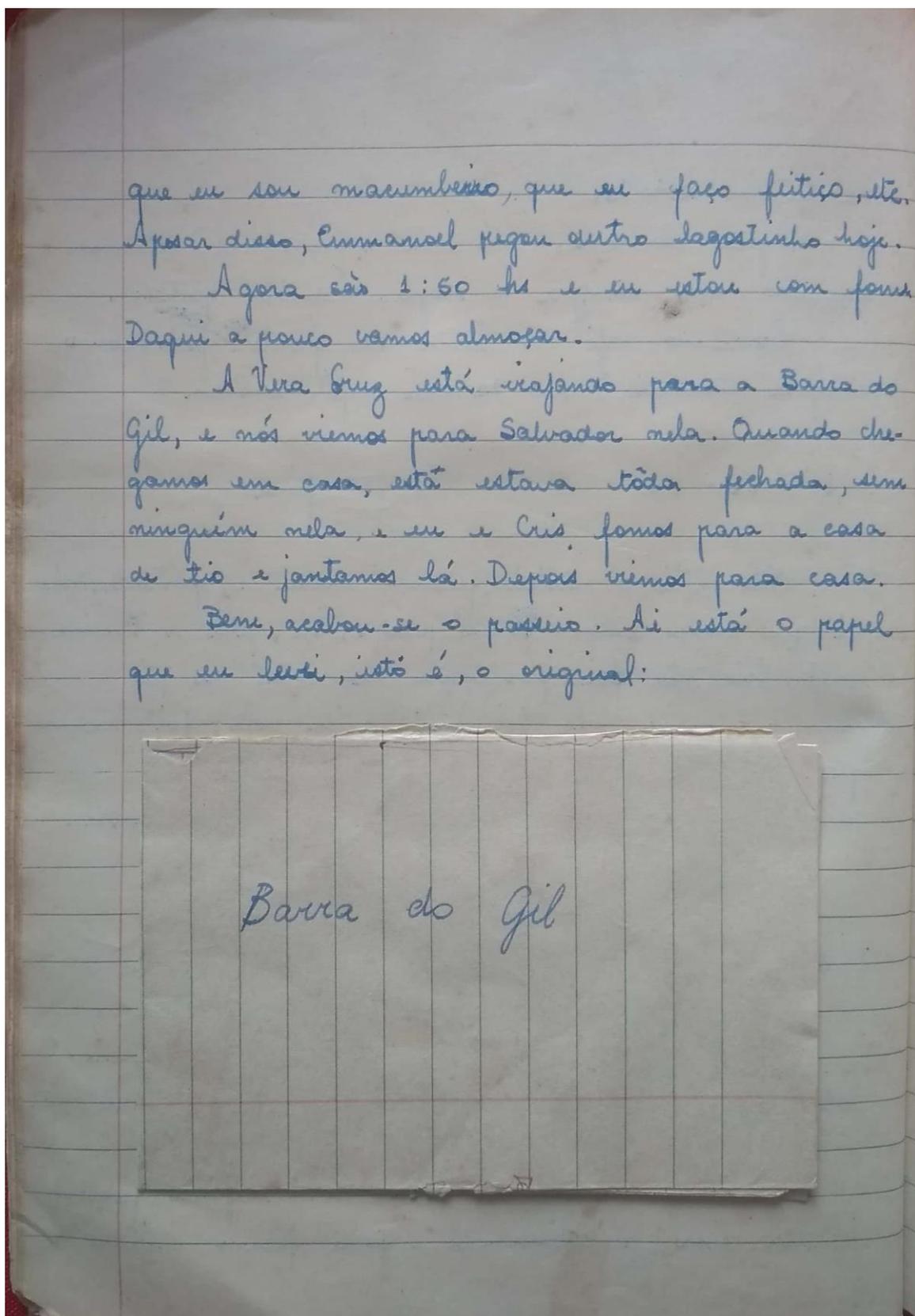
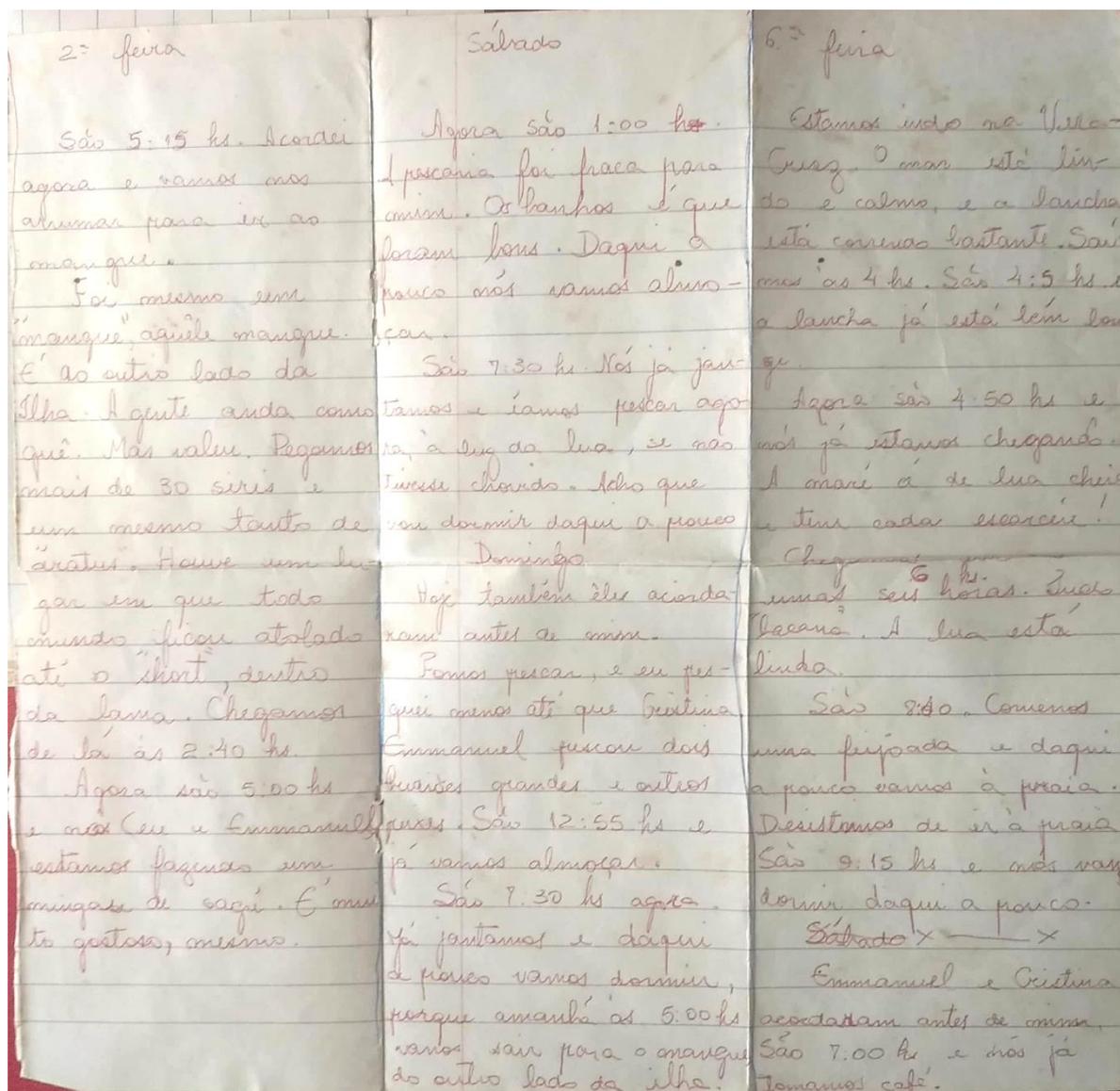


Figura 38 - Anotações avulsas coladas no primeiro diário Eduardo Pinheiro Xavier (2)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Das sociabilidades urbanas de que gostava, o cinema estava em primeiro lugar. Mas ele também amava a leitura, gostava de brincar com os amigos, de jogar xadrez, basquete e futebol de botão, de escrever poemas, de conversar com os colegas, de estudar, de andar de bicicleta, de assistir TV na casa da vizinha, de pescar, de montar aeromodelos e de colecionar livros, gibis, selos, figurinhas, revistas enciclopédicas em fascículos, como Tecrirama, com conteúdo de tecnologia, Física e Química; Naturama, voltada para a Biologia, e Conhecer, de conhecimentos gerais. Era um jovem eclético e ansioso pelo futuro.

Seus escritos também deixavam entrever a angústia de quem começava a se conhecer e a constituição de uma identidade. O desejo de corrigir traços indesejados de sua personalidade por meio da escrita e o reconhecimento de suas muitas qualidades. Em mais de uma ocasião,

escreveu no diário relatos de comportamentos inadequados e manifestou o desejo de “se corrigir”:

Tive uma explosão agora. Acumulou os 4000 que me roubaram e um livro que sumiu, e eu explodi. Que raiva! Por que eu sou assim? (Diário 1 14/12/66).

Tive outra explosão hoje. Essa foi contra Jorge. Puxa, eu preciso me controlar! Assim não é possível! Vou fazer tudo para me controlar. Eu quero, a questão é que eu não consigo (Diário 1 - 15/12/66).

[...] E eu me achando muito importante por minhas boas notas em desenho, feri Daniel moralmente quando êle, contente por ter tirado dez, veio me procurar para dividir comigo, dar-me oferecer-me uma parte de sua alegria. E eu, intolerante ante uma competição, desmereci sua alegria, pela repetição constante, para êle era uma coisa quase que sublime.

E êle é só um exemplo; da mesma forma, eu feri muitos outros (Diário 2, 28/01/66<sup>54</sup>).

Esses dois trechos apontam uma prática de escrita de quem busca se lapidar a partir da reflexão sobre seu dia e sobre seus atos. Essa confissão e a “consciência” sobre a necessidade de se conhecer e de aparar as arestas daquilo que não é próprio despertou minha atenção para duas leituras citadas por Eduardo em seu diário, assim registradas:

Comecei a ler “O Diário de Ana Maria”, de Michel Quoist. Que garôta problemática! Terrível” (Diário 1, 15/11/66).

São 9:45 hs. Acabei de ler o diário de Ana Maria agora. Tem muitas passagens que eu gostaria de anotar, mas tenho preguiça. Vou procurar ler agora o diário de Dany (Diário 1, 17/11/66).

Investiguei o autor desse livro e descobri que Michel Quoist era um padre francês, autor de muitos livros para o público jovem. As leituras realizadas por Eduardo me fizeram questionar em que medida o conteúdo desses livros - o discurso católico - pode tê-lo levado ao exercício de reflexão que registrava. Essa ideia foi reforçada ao ler o artigo da pesquisadora Maria Teresa Cunha (2005b), em estudo sobre a prática de escrita de duas jovens de Florianópolis. Ela identificou que ambas leram o *Diário de Ana Maria*, leitura que, segundo a autora, na década de 60 do século XX, era comum entre jovens católicos. No caso de Eduardo, independentemente do gesto confessional que pode ter resultado dessas suas leituras, a *escrita de si* surgia de forma genuína em diversas passagens em que seus escritos revelavam suas angústias juvenis:

---

<sup>54</sup> Aqui ele se equivocou e grafou 1966 em lugar de 1967.

Estou melancólico esta tarde. Penso no futuro. O que causou isto foram os balões. Sei que me aperfeiçoei mais um pouco quando meu balão de 2,20 mts. queimou, fiz meus planos para o próximo ano. E penso que não quero perder o interesse por essas coisas que podem ser chamadas de “coisas de criança”. Eu quero ficar velho e viver muito, mas só se eu conseguir conservar meu espírito jovem. Confesso, eu tenho uma pontinha de medo do futuro..... decidi que é melhor não pensar nisso. Deus proverá. Deve-se viver sempre o momento presente (Diário 1, 24/06/66).

Desse modo, a escrita diarística, comumente associada ao público feminino, sustentou os dias desse jovem durante um período importante em que foi moldando sua personalidade, se conhecendo um pouco mais e se dando a conhecer. A breve existência que tinha experienciado até aquele momento foi registrada em atendimento ao mandamento número 1 das culturas do escrito: “arquivarás tua vida” e

[...] o farás por meio de práticas múltiplas: manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinarás o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade (ARTIÈRES, 1998, p.3).

E assim Eduardo Pinheiro Xavier o fez, conforme vislumbramos ao ler seus escritos.

Figura 39 - Fotografia de Eduardo na ficha de inscrição na Olimpíada Baiana da Primavera, s.d.



Fonte: Acervo Lopes d’Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Os escritos de Eduardo são parte da coleção de Ana Elisabete, guardiã ocupada em preservar seus textos, mas também responsável por tirá-los do fundo de suas gavetas ao permitir a realização do presente estudo. Esse é o papel do guarda-memória, manter vivos os textos, operação que se concretiza quando eles são vistos, manuseados e suas palavras ganham vida pela produção de sentidos que realizamos ao lê-los. Essa operação mágica dá-lhes nova vida ao

mesmo tempo em que o passado se recolore em imagens que recriamos em nossas mentes quando nos transportamos para os cenários narrados.

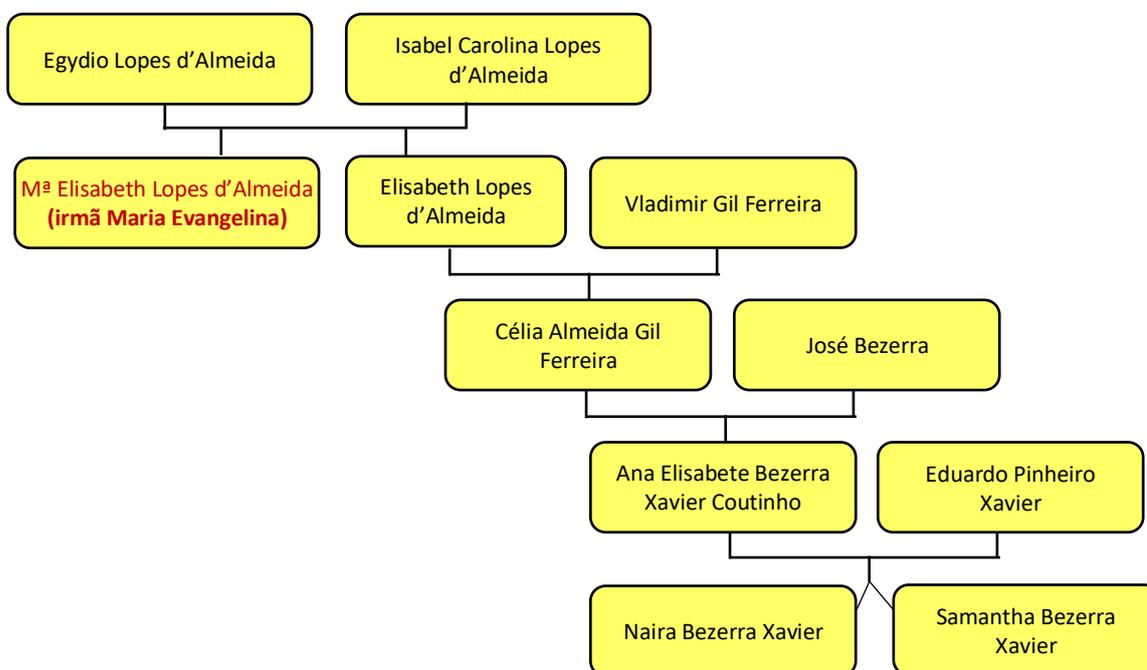
Documentos dessa espécie apontam para outras estratégias de visibilidade da época e permitem observar que enquanto os arquivos públicos calavam, os privados [...] fornecem informações e indícios sobre o cotidiano, formas de ver o mundo através de fatos comuns da experiência humana, hábitos, costumes. Contêm, sim, coisas menores, mas com grande poder de lembrança (CUNHA, 2005b, p.5).

A atividade de guardião das memórias familiares é uma atribuição social voltada para a coletividade, pois a memória preservada não é do indivíduo, mas do grupo. Assim, os gestos de colecionar e de preservar são um privilégio, mas também um trabalho. Ana Elisabete, como guardiã do Acervo Lopes d'Almeida, tem cumprido seu papel de forma adequada, inclusive incorporando novos documentos, como os de Eduardo. É nisso que consiste seu papel: descartar, acrescentar, divulgar e preservar a memória da família.

## 5 ENSAIO II - “LA PLUMA DE DIOS”: O TESTEMUNHO DE IRMÃ MARIA EVANGELINA

No organograma a seguir, destaco a posição ocupada por Maria Elisabeth Lopes d’Almeida na árvore genealógica dos Lopes d’Almeida. Filha mais velha do autor do *Livro do papai*, dentre os descendentes, foi a primeira guardiã desse volume, após a morte do pai. Ela também fez uso da escrita e deixou como legado um *livro de família*, resultado de uma prática de escrita privada que será objeto de discussão neste ensaio.

Quadro 8 - Recorte da Árvore Genealógica dos Lopes d’Almeida com destaque para Maria Elisabeth



Fonte: Elaborado a partir do acervo dos Lopes d’Almeida

As reflexões acerca da prática de escrita de irmã Maria Evangelina estão associadas ao objetivo específico de *Explicitar os mecanismos persuasivos presentes no texto de irmã Maria Evangelina, para compreender o impacto de seu testemunho sobre sua família*. Observaremos o modo pelo qual a jovem freira se *apropriou* da cultura escrita, com atenção para a manifestação dos mecanismos de poder em seu texto.

“O meu desejo é que leiam essas páginas todos os dias”

Essas palavras em epígrafe estão no caderno de conselhos e recomendações espirituais escrito pela irmã Maria Evangelina, que o dedicou, no ano de 1941, à sua mãe e aos seus irmãos “Aristenes, Bellinha, e seus filhos, e Nicinha”. A filha mais velha do topógrafo Egydio Lopes d’Almeida e da professora Isabel Carolina Lopes d’Almeida, Maria Elisabeth Lopes d’Almeida, carinhosamente apelidada de Lalinha, nasceu na cidade de Juazeiro da Bahia, às 11h do dia 1º de maio de 1897, um sábado, e foi batizada no dia 6 de junho desse mesmo ano, pelo padre Oliva. Seus padrinhos foram o Dr. José Ignacio da Silva, médico, político e intelectual proeminente da cidade, e sua avó materna, pessoa sobre quem não há informações mais detalhadas. Esses dados estão nas memórias de seu genitor, no *Livro do papai*. De acordo com informações obtidas na congregação de que fazia parte, Maria Elisabeth faleceu no dia 07 de agosto de 1976, aos setenta e nove anos<sup>55</sup>. A filha de Juazeiro da Bahia, depois de ordenada, passou a se chamar irmã Maria Evangelina, freira da Congregação Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus, localizada no estado do Rio de Janeiro. Neste ensaio, utilizarei Maria Elisabeth - ou Maria Elisabeth Lopes d’Almeida, seu nome familiar -, quando me referir a eventos de sua vida que antecederam sua ordenação. Quando me referir a eventos posteriores à sua ordenação ou que digam respeito à sua vida conventual, a tratarei por irmã Maria Evangelina, nome pelo qual atendia depois de ordenada e com o qual assinou o manuscrito do qual tratarei nesta seção.

Conforme relatado por sua descendente e atual guardiã do acervo da família, em entrevista, Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, três de suas tias, filhas desse patriarca, foram ordenadas como freiras: Maria Elisabeth, Edith e Graziela. Edith foi para um convento em Petrolina (PE), margem esquerda do rio São Francisco, oposta àquela em que nasceu e se criou. As duas outras, Graziela e Maria Elisabeth, foram para o Rio de Janeiro.

---

<sup>55</sup> Informação prestada por telefone após pesquisa empreendida pela irmã Cândida nos arquivos da Congregação Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus do Rio de Janeiro.

Figura 40 - Irmã Edith e irmã Isabel em fotografia dedicada à Bellinha (1936)



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

A partir do testemunho presente no *Livro do papai*, posso dizer que a pequena Maria Elisabeth cresceu num ambiente favorável ao desenvolvimento de práticas sociais ligadas aos escritos. Sua mãe, que havia sido aluna-mestra<sup>56</sup> da Escola Normal da Bahia, tornou-se professora de primeiras letras da primeira escola municipal de Juazeiro (CUNHA, 1978). Embora não tenha tido acesso a escritos provenientes da professora Isabel Carolina que indiquem que ela mantinha uma produção escrita privada, um cenário em que ela ensina as primeiras letras a suas filhas não é algo distante das práticas de escrita privada de sua casa, muito menos do cenário socioeducacional da época. Era muito comum, não apenas no início do século XX, que as crianças fossem alfabetizadas em casa, de modo informal (FRADE; GALVÃO, 2016), fossem ou não a uma escola posteriormente. Desse modo, não é estranha a imagem da pequena Maria Elisabeth sendo alfabetizada em casa, por sua mãe. Isso, contudo,

<sup>56</sup> A expressão aluna-mestra era utilizada para se referir à estudante que se preparava para a docência; Isabel Carolina de Carvalho era o nome de solteira de Isabel Carolina Lopes d'Almeida, citado por Egdio em suas memórias: “[...] tendo contractado casamento com a Alumna-Mestra D. Isabel Carolina de Carvalho [...]” (LIVRO DO PAPAÍ, f. 5r apud FARIAS, 2014, p. 253).

não exclui a possibilidade de ela ter sido alfabetizada numa escola, sendo sua mãe uma mulher que lecionava numa instituição pública e, talvez, não dispusesse do tempo necessário a essa atividade. Nessa época, também podia ocorrer, sobretudo entre as meninas, que jamais se alfabetizassem, o que torna as mulheres da família Lopes d'Almeida figuras femininas distintas de grande parte de suas contemporâneas, mesmo entre as mulheres das classes sociais mais altas. Embora essa mentalidade começasse a mudar nessa virada de século, conforme discutido em seção anterior, e com as novas ideias republicanas, ainda era grande o número de meninas sem instrução formal. Todavia, cinco das seis filhas de Egydio e Isabel Carolina que chegaram à idade adulta se formaram pela Escola Normal da Bahia.

Conforme já dito, Maria Elisabeth e duas de suas irmãs, Edith e Graziela, depois de formadas, entraram para a vida religiosa. Sua irmã Idália, que chegou a ingressar na congregação Filhas de Maria<sup>57</sup>, faleceu em 1921, um ano após a morte do pai, e Elisabeth se casou. Houve duas filhas, ambas de nome Eunice, que morreram prematuramente: Eunice (Sizinha) morreu em 1911, com um ano de idade, e Eunice (Ncinha) morreu ainda jovem, na primeira metade do século XX, conforme relatou a guardiã Ana Elisabete.

---

<sup>57</sup> Filhas de Maria era uma congregação de leigas também ligada ao Sagrado Coração de Jesus. Caso vivesse, talvez Idália também tivesse se tornado freira como suas três irmãs.

Figura 41 - Eunice (Ncinha) - fotografia (s.d.) com dedicatória



Dedicatória: Aos primos Amelia e Ramos, [um] sorriso de Nicinha  
 Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

A rede de relações e o contexto em que a família estava inserida são instâncias que não podem ser ignoradas ao pensarmos em como a jovem juazeirense se apropriou das habilidades que lhe permitiram deixar seu testemunho para o futuro por meio de seus escritos. Também como parte desse contexto sociocultural em que a família se inseria, estavam a Escola e a Igreja, duas grandes instituições que permitiram maior participação nas culturas do escrito e às quais as mulheres da família Lopes d'Almeida estavam fortemente ligadas. Passemos, então, a conhecer um pouco dessa tríade.

..

## 5.1 As peculiaridades dos Lopes d’Almeida

Egydio, pai de Maria Elisabeth, era uma figura rara entre os homens de seu tempo, que valorizava a cultura letrada como bem essencial à formação dos sujeitos - inferência feita a partir da relação que esse homem do século XIX demonstrava ter com a escrita e com a educação. Era apreciador das línguas e aludia a outros idiomas em seus textos, incorporando citações em latim, em francês e em inglês. Gostava de viajar e de escrever. Foi pessoa de ativa participação social por meio das habilidades lectoescritoras que dominava e não se furtou a interagir por meio da escrita na sociedade de que fazia parte e, também, nas práticas culturais de sua vida privada. Egydio trabalhou como topógrafo da “Empresa Borges, Faria & Accioly”, no ano de 1889, em Villa Nova; em 1890, na capital do estado, foi escriturário na “Empresa de Assentamento da Via Permanente, Construção de Edifícios & de Villa-Nova ao Juazeiro”; de 1891 a 1894, de volta a Villa Nova, dirigiu os trabalhos das oficinas da “Empresa de Assentamento da Via Permanente, Construção de Edifícios & de Villa-Nova ao Juazeiro”; retornando a Salvador no ano de 1895, trabalhou como praticante do Correio Geral da Bahia; já em Juazeiro, de 1896 a 1912, exerceu as funções de 1º e 2º escriturário, chefe de escritório e chefe da contabilidade na “Empresa Viação do São Francisco”; na empresa Pimenta, Alencar, Saboia & Cia, conduziu os trabalhos da “Construção da Estrada de Ferro do Bomfim a Sitio Novo”; e sua última colocação no mercado de trabalho foi como gerente da “Casa Commercial de L. Costa e Cia”. Além dessas atividades, cuidadosamente registradas em seus escritos, consta em suas memórias que ele era proprietário de algumas terras, sítios, como ele as chamava, entretanto, não houve referência a algum tipo de renda proveniente desse setor.

Além dessas atividades, para as quais suas habilidades de homem letrado foram fundamentais, Egydio foi membro do conselho municipal nas administrações de José Ignácio da Silva, de 1904 a 1907 - seu compadre, padrinho de Maria Elisabeth -, e, entre 1908 e 1912, quando Ramiro José Ribeiro assumiu a intendência. Nessa última gestão, Egydio foi eleito presidente do conselho municipal. Em vista disso, quando Ramiro José Ribeiro teve que se afastar de suas funções por motivo de enfermidade, Egydio ficou responsável pela intendência municipal, no período de 1º de janeiro de 1910 a 31 de dezembro de 1911. Essa atividade se constituiu como sua mais alta participação na vida pública de Juazeiro, à qual se referiu com orgulho em suas memórias.

A mãe de Maria Elisabeth, cujo nome de solteira era Isabel Carolina de Carvalho, prestou concurso para lecionar na primeira escola municipal de Juazeiro, sendo empossada no dia 7 de abril de 1896, ano de seu matrimônio com Egydio, quando adotou o sobrenome do

marido. Mais tarde, em 1930, foi nomeada diretora das Escolas Reunidas (CUNHA, 1978, p. 126). A professora também lecionava no Colégio Elisabeth, inaugurado por Egydio no ano de 1919, um ano após a formatura de sua primogênita. Alguns filhos da terra, ao narrar suas memórias, fizeram referência à instituição: “Bem defronte da Escola da Professora Bella dona Isabel Lopes de Almeida onde centenas de mocinhas juazeirenses, sob a proficiência dessa grande educadora, conquistaram seus diplomas do curso primário havia um lindo pé de Flamboyant [...]” (DIAMANTINO, 1959, p. 12). Não tenho certeza se o autor faz referência à escola municipal onde Isabel Carolina ensinava, ou ao “Colégio” que Egydio mandou construir para suas filhas, no ano de 1919, e onde Maria Elisabeth foi docente, antes de ingressar no convento. Em sua pesquisa sobre a biografia de Judite Leal Costa, Luís Osete Ribeiro Carvalho alude à escola dos Lopes d’Almeida, a partir de uma entrevista concedida por essa professora para um jornal escolar<sup>58</sup>, no ano de 1966:

[Judite Leal Costa] Nasceu em Juazeiro-BA. Filha de Domingos Alves da Costa e Pastora Leal Costa. Aos quatro anos, perdeu a mãe. A partir dos seis anos, foi matriculada na Escola Primária da Piranga, que era regida desde 1912 pela professora Emília de Matos Cajé. Ainda no primário, frequentou a escola do professor Vitor Cousin de Moraes e outras escolas particulares, até terminar o curso Elementar com a professora *Maria Elisabeth Lopes de Almeida*<sup>59</sup> (CARVALHO, 2016, p. 111).

O nome de Egydio foi citado também por Dourado (1983, p. 64), ao se referir a uma das empresas que cuidou da navegação no velho Chico: “Quanto à Empresa Viação, foi aberta uma Agência em Juazeiro, com a seguinte direção: Gerente - Leônidas Gonçalves Tôrres; Agente - João Evangelista Pereira de Melo; guarda-livros - José Petitinga; *1º Escriurário - Egídio Lopes de Almeida* [...]”.

Como podemos ver, embora sejam, em certo sentido, pessoas comuns, a família de Maria Elisabeth era bastante singular e se destacava naquela sociedade em que havia ainda um grande contingente não alfabetizado. Das 10.693 pessoas, entre filhos da terra e alguns poucos estrangeiros, vivendo em Juazeiro quando foi realizado o censo de 1890, apenas 996 homens e 431 mulheres liam e escreviam, o que não era nada distante do cenário estadual, cujo percentual era de 91,3% de pessoas ainda não alfabetizadas (BRASIL, 1920).

<sup>58</sup> Carvalho obteve acesso à entrevista por meio do jornal “O Apriginho”, sobre o qual apresenta os seguintes dados: COSTA, J. L. O Apriginho entrevista delegada escolar: depoimento. [30 de novembro, 1966]. Juazeiro-BA: Jornal O Apriginho. Entrevista concedida aos estudantes James Cadidé, Alberto dos Santos, Maria Coêlho e Regina Ribeiro.

<sup>59</sup> Grifo nosso.

Mas o que diferenciava a família de Maria Elisabeth num contexto em que se educar formalmente era um mecanismo de reforço do *status* da alta elite? É verdade que essa família não era exatamente de pessoas pobres, mas as informações obtidas em seus escritos dizem que eles sobreviviam da força de seu trabalho. A mãe, uma professora concursada e dona de casa que chegou a ter nove filhos, o pai, um homem letrado que exerceu diversas atividades que requisitavam o uso das habilidades de ler e de escrever. Entretanto, é preciso pensar no significado desses símbolos para aquela sociedade e aquele local. O poder simbólico (BOURDIEU, 2008) intrínseco aos gestos dos sujeitos alfabetizados nessa comunidade de maioria analfabeta certamente os colocava num patamar bastante elevado na sociedade local, dando às suas práticas um véu de importância que nosso distanciamento histórico-espacial não nos permite ver em sua real dimensão, mas podemos imaginá-lo. Ser professora nesse início de século guardava significados que permaneceram no imaginário popular por muito tempo, sobretudo entre os mais pobres, como algo fora do comum e envolto numa aura de respeito. Vai longe o tempo em que as coisas eram assim! Lembro-me, em minha própria família, do orgulho de minha avó por ter duas filhas que eram professoras, feito que ganha ainda mais importância por se tratar de mulheres negras, para as quais a educação formal era ainda mais difícil. Embora o descaso com a profissão não seja propriamente uma novidade, no imaginário popular havia respeito a uma pessoa que se tornava mestra, pois ser professor ou professora estava associado à “posse” de conhecimentos, a um saber que extrapolava o senso comum da maioria. Desse modo, o que um professor ou professora falasse ganhava um certo valor de verdade, dentro ou fora da escola. O que mais poderia um professor em locais mais afastados e recuados no tempo? Atuava como mediador de conflitos externos à escola? Atuava como escriba em sua comunidade? A que participações sociais professoras e professores eram instados e que nos escapa pela falta de registro? Tornavam-se jornalistas?

É instigante pensar que uma cidade do interior da Bahia, estado imerso nas dificuldades de acesso à educação formal que caracterizava o país naquela virada de século, abrigava uma família com habilidades lectoescritoras que destoava do que a maioria das pessoas tinha conseguido obter. E, para além do acesso aos meios formais, o que movia esse casal a um pensamento divergente das ideias positivistas que prevaleceram no século XIX, que o fez dar educação formal a suas filhas e a seu único filho? Que o rapaz, Aristhenes, tenha frequentado a escola não surpreende, mas proporcionar escolarização para as moças, que tiveram que se deslocar para a capital do Estado, não era exatamente um comportamento corriqueiro, o que oferece algumas pistas sobre a singularidade dessa família. Por outro lado, será possível pensar que a educação era mais difundida entre a população urbana local do que se pode imaginar?

Será possível pensar em uma elite intelectual vivendo às margens do rio São Francisco no início do século XX, usufruindo de bens culturais próprios dos grandes centros urbanos daquela época? Questiono de forma retórica, pois considero essa uma possibilidade real.

A rede de relações favorecida pelo ambiente escolar, pela vida social e religiosa desse grupo facultou o desenvolvimento de um ambiente doméstico impregnado de possibilidades de práticas culturais vinculadas aos escritos ou a práticas da oralidade mais sofisticadas, proporcionadas pela interação com pessoas letradas, perfazendo um capital social da mais alta importância para a formação do indivíduo inserido nesse contexto. Ao lado da educação formal, esse ambiente relaciona-se ao *tempo da aquisição*, que se refere ao desenvolvimento da competência gráfica, guardando atenção particular às condições sociais, à função atribuída à escrita nessa época e sociedade, bem como às políticas de alfabetização (CASTILLO GÓMEZ, 2003a), mas também à rede de relações que ajuda a formar os indivíduos compondo o seu capital cultural (BOURDIEU, 2007).

Se a casa se constitui como o microespaço em que se desenvolvem práticas vernaculares de letramento (STREET, 2014), inclusive as práticas ordinárias de escrita, a cidade é um macroespaço que oferece diversas sociabilidades das quais os sujeitos participam na medida de suas necessidades, mas também na medida do conhecimento de mundo que detêm, das habilidades que lhes permitem interagir com seus pares e com os saberes historicamente construídos. Ir ao teatro exige mais que a habilidade de escuta, pois acompanhar uma narrativa, a sequência de cenas, o crescer da trama e os eventos de desfecho que levam ao final de uma composição exige atenção, correlação, diálogo, distinção entre verossimilhança e realidade e outras habilidades que nos parecem muito naturais, acostumados que estamos a acompanhar narrativas. Desse modo, o cinema, o teatro, a Igreja, as agremiações, a casa dos parentes e dos amigos, as bibliotecas, as praças, os museus, os clubes desportivos e a escola, para citar alguns, são espaços que oferecem sociabilidades que ajudam a tecer as personalidades, ao mesmo tempo em que são ambientes para o exercício de habilidades já desenvolvidas. Constituem-se, ainda, como locais em que outras competências são forjadas, num ciclo contínuo de formação. São espaços procurados por pessoas pertencentes a um determinado perfil, mas que, ao mesmo tempo, têm seus perfis delineados por essas práticas. Mas afinal, o que a Juazeiro de então oferecia para a formação daqueles sujeitos?

## 5.2 Juazeiro da Bahia, a “côrte do sertão”

Conforme partição proposta por Braudel em *O Mediterrâneo*, o tempo geográfico - ao lado do tempo social e do tempo individual -, é um elemento fundamental nas análises de longa duração. Braudel (1996a, 1996b, 1996c apud RIBEIRO, 2015), investigador das interrelações entre tempo e espaço, dedica grande atenção às transformações socioeconômicas, políticas e culturais que caracterizam a vida moderna, o que, em termos geo-históricos, significa compreender a transição do modo de vida agrário para uma vida mais urbana e industrial. Embora este não seja um estudo de cunho geo-histórico, e guardadas as devidas proporções entre o objeto de estudo de Braudel e aquele a que este ensaio se refere, penso que é muito importante ter uma noção do espaço no qual as práticas de escrita dos Lopes d’Almeida se desenvolveram, quais elementos políticos, sociais, econômicos e culturais estiveram envolvidos nas práticas de leitura e escrita dos cidadãos que ali viviam.

Petrucci (2003) também destaca a importância da investigação espacial. De acordo com o pesquisador, para compreender as práticas locais, é preciso haver uma investigação do ambiente e das atitudes de quem, de forma direta ou indireta, participa da cultura escrita de uma determinada sociedade. Isso permitirá ao historiador avaliar a importância atribuída às práticas culturais mediadas pelo texto escrito nessa dita comunidade. Petrucci, referindo-se às questões que envolvem a metodologia da HSCE - *O quê?, Quem?, Quando?, Onde?, Como? e Por que escreveu?* -, diz que conhecer o *Onde* é tão importante como saber *Quem* escreveu, necessidade que leva o pesquisador a investigar o local em que o testemunho, fonte ou objeto de sua pesquisa, foi produzido e o que proporcionou sua conservação, quais eram os espaços de produção do escrito e as modificações a que estavam sujeitos e quais eram as funções dessa escrita, além das responsabilidades sociais daqueles que detinham as habilidades de ler e de escrever (PETRUCCI, 1999, 2003). Desse modo, faço o convite para, brevemente, conhecermos um pouco do que foi a margem direita do rio São Francisco em que se encontrava Juazeiro, a “côrte do sertão”, conforme a denominou Sampaio (1905, p. 36).

A estrada de ferro com sua linha que ligava Juazeiro à capital, transportando víveres e inspirando sonhos, certamente teve sua influência na conformação daquela sociedade. O porto, ancoradouro de navios que levavam e traziam mais do que materialidades, com apitos despertavam o desejo do desconhecido. O rio, a cujas águas foram se somar lágrimas de alegria e de tristeza, com a chegada ou com a partida dos afetos, também marcou profundamente o caráter das pessoas desse lugar.

Investigar os aspectos associados às circunstâncias que interferem no momento de criação de um produto da cultura escrita - inclusive os aspectos materiais e gráficos - e as circunstâncias históricas que envolvem cada testemunho, é ocupar-se do tempo da produção, diz Castillo Gómez (2003a). Assim, importa problematizar as questões ideológicas de que se revestem os escritos e as circunstâncias históricas envolvidas em cada produção, o que nos faz avançar para além da materialidade dos textos, alcançando o campo das subjetividades das quais insurgem discursos em vigor nas sociedades de que os escritos emergiram. Portanto, interessa pensar que sociabilidades se desenvolveram à margem direita do rio São Francisco e que ajudaram a marcar a existência de Maria Elisabeth e de sua família.

A navegação no Rio São Francisco, também conhecido como rio da integração nacional, por atravessar diversos estados, promoveu o surgimento de vários núcleos populacionais, a exemplo de Juazeiro. Localizada num ponto estratégico por onde passavam as boiadas, Juazeiro era rota comercial para outras Capitânicas coloniais e, posteriormente, Províncias do Império, fato que atraía forasteiros vindos de variados locais. Era também um importante entreposto comercial, estrategicamente situado na “[...] porta de entrada para os sertões do Piauí, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Goiás e Minas Gerais, além de estabelecer ligação com outras regiões da Bahia, inclusive o seu Recôncavo açucareiro” (GARCEZ; SENA, 1992, p. 57). No ano de 1872, o levantamento censitário computou 7.863 habitantes vivendo nessa cidade.

Teodoro Sampaio, em seu diário de viagem pelo rio São Francisco, encantado com o lugar e com a impressão que a gente da cidade<sup>60</sup> lhe causou, a chamou de “côrte do sertão”:

Juazeiro [...] tinha então para nós que acabavamos de percorrer uma região áspera, atrazada e tão pouco favorecida pela natureza, o aspecto de uma côrte do sertão. As suas construcções em que se procuram observar certo gosto architectonico, a sua nova e boa igreja matriz, o teatro, uma grande praça arborisada, ruas extensas commercio animado, porto profundo e amplo, exhibindo uma verdadeira frota fluvial, população alegre e activa de mais ou menos três mil habitantes davam-nos uma impressão tão favorável de progresso, de riqueza, e de actividade que nos alegrava e nos ajudava a mudar o conceito que vinhamos fazendo deste rio e dos seus adustos sertões. Tudo, com effeito, concorre para tornar esta cidade um centro de activas transacções. [...] Notamos na população de Juazeiro a mais obsequiosa atenção e urbanidade. [...] Notamos-lhe ao par de muita affabilidade e correcção de maneiras, o sincero desejo de obsequiar e de servir (SAMPAIO, 1905, p. 35-36).

A cidade abrigava importantes espaços que a tornavam bastante promissora, se comparada a outras cidades baianas. Havia o porto, praças, teatro, quatro escolas, ruas extensas e casas elegantes. A partir do ano de 1886, com a chegada da iluminação pública a querosene,

---

<sup>60</sup> O elogio de Sampaio é à sede do município, o que não incluía seus distritos. Isso se evidencia, inclusive, pelo número de habitantes a que faz referência.

as noites dos juazeirenses ganharam um ar de modernidade. A via férrea, que fazia o trajeto de Salvador a Juazeiro, chegou ao local dez anos depois, em 1896. A navegação e a via férrea contribuíram para a consolidação da cidade como polo comercial. O setor de comunicações também crescia a olhos vistos, com a instalação das linhas telegráficas, no ano de 1898, e com a presença dos serviços dos correios, durante anos sob o comando da senhora Ana de Oliveira Ferreira (DOURADO, 1983), que também foi professora do primeiro Ginásio e vereadora municipal por diversas gestões (CUNHA, 1978). Desse modo, a “côrte do sertão” era

[...] uma cidade encantadora, plantada à margem do rio, com cerca de vinte ruas paralelas a ele, sete travessas e cinco praças, casas caiadas ou coloridas, uma suntuosa Igreja Matriz; ponto terminal da linha férrea que liga o médio São Francisco à Capital do Estado e com uma intensa atividade mercantil, graças às vias férreas e fluvial que lhe asseguram o invejável título de Entrepoto Comercial da região (GARCEZ; SENA, 1992, p. 57).

Do fim do século XIX para o início do século XX, com o desenvolvimento da navegação e a chegada da via férrea, Juazeiro tornou-se um espaço de mais alta importância para a Bahia, alcançando grande progresso.

O primeiro navio a vapor a sulcar as águas do Velho Chico foi o Saldanha Marinho, no ano de 1871, mas, antes disso, a navegação, feita em pequenas embarcações, já movimentava a região. No tocante à educação formal, a cidade ganhou, desde o ano de 1832, a primeira escola de primeiras letras, quando a responsabilidade com a educação passou à esfera municipal. Conforme Rodrigues (2009), historiador da educação em Juazeiro, o primeiro professor a ocupar a cadeira de primeiras letras dessa escola foi Manoel de Melo Afonso. No ano de 1834, havia 30 estudantes matriculados, dentre os quais apenas duas meninas. Contudo, no ano de 1853, por meio do decreto-lei nº 469, de 25 de abril de 1853, foi criada a segunda escola, dessa vez exclusiva para meninas, o que é interessante de observar, visto que, historicamente, as mulheres estiveram aquém dos homens em relação à escolarização. A nomeada para essa segunda escola foi Hermelinda Custódio de Lima, professora leiga, tal como o professor anterior, afirma Rodrigues (2009). Só houve professores diplomados a partir do ano de 1865, quando foram nomeados Francisco José do Nascimento e Rosalina Maria do Nascimento, que eram cônjuges (CUNHA, 1978).

Para além da formalidade institucional, a educação ocorria também em espaços privados, com aulas ministradas por professores leigos, como foi o caso das aulas mantidas, a partir de 1883, pelo médico José Ignácio da Silva (padrinho da jovem Maria Elisabeth), cidadão bastante atuante na comunidade, que mais tarde viria a ser intendente do município. O médico

ministrava aulas preparatórias para o ingresso, mediante exames, no curso ginásial oferecido na capital (DOURADO, 1983).

Conforme consta nas memórias de Egydio, o Clube Comercial da cidade, fundado em 1893, também empreendeu uma iniciativa educacional. Ali, por obra de José Mercês dos Santos e Cirilo Sales, funcionou uma escola de alfabetização de adultos, cursos de língua portuguesa e educação profissional, com o objetivo de preparar mão de obra para o comércio. Os cursos eram oferecidos para pessoas sem recursos, nos turnos diurno e noturno, e todo o material era cedido pelo clube.

No ano de 1896, o intendente Ramiro Antônio Ribeiro, seguindo diretrizes nacionais, sancionou lei municipal - Resolução n. 5 do Conselho Municipal - criando uma escola cuja professora nomeada foi Isabel Carolina de Carvalho, a mãe de Maria Elisabeth:

#### A PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

Em vista da referida Resolução e seu respectivo regulamento, o Intendente, logo no dia imediato - 4 de fevereiro de 1896, baixou ato nomeando a Aluna Mestra ISABEL CAROLINA DE CARVALHO, professora pública da primeira Escola Pública Municipal, verificando-se a sua posse a 7 de abril de 1896. Essa professora veio a apresentar-se em 1930, como Diretora das Escolas Reunidas (CUNHA, 1978, p. 126).

Apesar das iniciativas de ordem pública, segundo Rodrigues (2009), o serviço educacional em Juazeiro era oferecido, sobretudo, por escolas privadas, como era o caso do “Colégio Elisabeth”, dos Lopes d’Almeida. No início do século XX, mais precisamente no ano de 1911, havia apenas quatro escolas públicas na cidade, sendo que, em 1912, mais duas foram criadas para atender aos filhos dos operários da viação férrea e da Viação Baiana do São Francisco. O fato é que os filhos de Juazeiro pareciam ter uma vocação para as sociabilidades beletristas, e o Clube Comercial, do qual Egydio era associado e membro da administração, exercia um papel fundamental nas atividades culturais da cidade. Ali também funcionou uma biblioteca com um acervo que, nas primeiras décadas do século XX, contava mais de cinco mil volumes, entre nacionais e estrangeiros, em sua maioria doados pelo conterrâneo Antônio Ribeiro da Costa, que os enviava do Rio de Janeiro. Os sócios podiam realizar as leituras no espaço destinado para isso ou tomar o livro emprestado e levá-lo para casa. O clube “[...] se projetara como uma força propulsora de bons intuitos, criando-se através de serviços sociais de grande valia. [...] Transpôs as fronteiras do Estado da Bahia e manteve adeptos e sócios correspondentes em diferentes Estados da Federação” (DOURADO, 1983, p. 57).

Juazeiro das primeiras décadas do século XX desfrutava de uma efervescência cultural que favorecia variados gestos de letramento. Havia um teatro com capacidade para 400 pessoas,

que oferecia diversos espetáculos em que companhias locais ou de fora da cidade se apresentavam (GARCEZ; SENA, 1992.). A Sociedade Filarmônica 28 de Setembro, a Setembrina, fundada em 1897, promovia bailes onde a fina flor da sociedade local dançava ao som do maestro Abílio Barbosa e orquestra (CUNHA, 1950 apud GARCEZ; SENA, 1992). Já a Filarmônica Apollo, tocava para um público mais popular (DIAMANTINO, 1959, p. 47). As duas entidades tocavam em festas religiosas, em comemorações cívicas, em festas particulares e em “Passeios de Recreio” realizados a bordo de navios saídos do porto.

Durante um curto período, a cidade teve um hipódromo, o “Coliseu Juazeirense”, espaço que também funcionava como estádio de futebol e que foi destruído pela enchente de 1926, segundo Dourado (1983, p. 84). Nas sociabilidades do turfe, tinham presença marcante “[...] as senhoras e senhores da alta sociedade local e da simpática cidade fronteira (Petrolina), exibindo suas ‘toilettes’ de alto custo, empunhando, já, custosos binóculos [...]” (DIAMANTINO, 1959, p. 50). Segundo o autor, os cavalos eram “sangue impuro, mas de boas pernas”. Havia, ainda, o Cine-Teatro Ideal, criado por Afonso Cavalcante, espaço no qual eram exibidos filmes e séries, tais como: *O Homem Leão*, *O Fantasma da Ópera*, *O Homem de Aço*, entre outros. Além dos filmes e séries importados da Europa ou dos Estados Unidos, o espaço também servia para as apresentações das produções locais, relata Diamantino, como a peça *Anjo e Satã*, que protagonizou, aos nove anos de idade, ao lado de Mariette Lacerda, de treze anos.

Juazeiro tinha uma tipografia em funcionamento desde fins do século XIX, de propriedade de um cidadão de nome Egídio Plácido Puccini, empresa que Dourado (1983) supõe que tenha posto em circulação o primeiro jornal de Juazeiro da Bahia, *A Cidade de Juazeiro*, no ano de 1896. Contudo, Cunha (1978) conta uma história diferente. Para esse autor, o periódico *A Cidade de Juazeiro*, projeto antigo de seu idealizador, Raimundo Azevedo, circulou depois de *O Sertanejo*, que, embora tenha tido vida breve, foi o primeiro jornal a circular na cidade. De acordo com Cunha (1978), Raimundo Azevedo comprou um equipamento tipográfico e contratou Clóvis de Oliveira Mudo para realizar serviços de impressão enquanto trabalhava em seu projeto, mas qual não foi sua surpresa quando o dito funcionário, no dia 15 de setembro de 1895, pôs em circulação o semanário *O Sertanejo*, com redação confiada ao professor Atanázio de Aquino Nazareno. Indignado por ver frustrado seu plano de inaugurar a circulação de jornais impressos na cidade, Raimundo Azevedo demitiu seu funcionário e suspendeu a circulação de “*O Sertanejo*” e, meses depois, no dia 1º de maio de 1896, com a colaboração do poeta José Petitinga, fez circular o seu periódico *A Cidade de Juazeiro*. O jornal circulou por apenas um ano, mas vários outros se seguiram a ele. Esse episódio nos leva a refletir sobre as representações implícitas em tal gesto e pensar na

importância que as culturas do escrito tinham para esse sujeito que arriscou tudo para ter seu nome escrito na história da imprensa local como o editor do primeiro jornal da cidade. O que, além do emprego e da dignidade, ele arriscou para ocupar esse lugar? E por que nem todos os autores lhe fazem referência? O fato é que esse evento oferece pistas para que pensemos na importância que a cultura e a escrita tinham para esses sujeitos e para essa comunidade.

Outros jornais se sucederam a esses. Apenas nas três primeiras décadas do século XX, Cunha (1978) cita: *O Comércio*, sob a responsabilidade de Constantino Hermilo do Nascimento; *A Pérola*, sob a tutela de Joaquim Luiz de Queiroz e Francisco Evaristo de Figueiredo; *O Palinuro*, dirigido pelo poeta Eugênio Lima; o *Correio do São Francisco*, de Jesuíno d'Ávila e Raimundo Azevedo; a *Folha do São Francisco*, de Francisco Neto; a *Folha do Povo*, de Raul Alves e Américo Alves; o *Diário de Juazeiro e O Juazeiro*, ambos de Olegário de Assis; *Correio do Juazeiro*, fundado por Orestes Lima; a *Folha do Povo*, dirigido por Américo Alves de Souza; *A Luta*, de Joaquim de Matos Quinaud; *O Eco*, dirigido por Aprígio Araújo e *O Direito*, sob a responsabilidade de José Hermenegildo Ferreira Neto. E esses não são os únicos. A existência de tantos jornais chama a atenção para o fato de que havia muitos sujeitos ocupados com o trabalho de escrita e desejosos de produzir informação para a população. Em contrapartida, a existência de tantos jornais entre fins do século XIX e início do século XX aponta para a formação de um público interessado nos escritos locais, o que faz pensar que esses veículos tinham leitores, possivelmente mais concentrados na parte urbana, que talvez tenham tido mais acesso à educação formal. Tal informação, entretanto, carece de investigação acerca dos dados educacionais entre campo e cidade na região em questão, o que não foi realizado em minha pesquisa, mas, interessante que é para a história da cultura escrita local, merece investigação posterior.

Essa efervescência cultural parece-me carregada de significados sociais. A oferta de tantos produtos culturais alarga determinadas sensibilidades intelectuais que, certamente, descambam em sociabilidades mais refinadas no cotidiano privado dos sujeitos. Ter conhecimento era estar alinhado às ideias de progresso que chegaram com a República e com o novo século que se iniciava. A “ignorância do passado” não combinava com os novos tempos, nem com a modernidade implantada com a via ferroviária, com o porto por onde chegavam novidades do mundo e que também levava a outros caminhos. As novas perspectivas que chegavam com o novo século fizeram com que Juazeiro também almejasse progresso e educação formal para seus cidadãos. O Código de Posturas idealizado na gestão do Intendente Municipal Aprígio Duarte Filho, no ano de 1912, dispunha, no art. 82 do Capítulo 6 - Polícia Geral do Município - sobre a obrigatoriedade de as crianças maiores de seis anos frequentarem

a “[...] escola, punindo os pais ou responsáveis em caso de desobediência”. O art. 88 desse mesmo código trazia uma rica informação sobre duas práticas de escrita historicamente marginalizadas, que são o pixo e o grafite. Em seu texto, constava que “[...] aqueles que rabiscarem com tinta ou carvão, as frentes das casas, muros ou outros lugares públicos” (GARCEZ; SENA, 1992, p. 245) seriam punidos. Essa é uma manifestação cultural que corrobora a ideia de urbanidade e uso social da escrita naquela cidade para além das práticas formalmente instituídas.

A “côrte do sertão” (SAMPAIO, 1905, p. 36) era, assim, entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, um centro cultural no qual as práticas sociais se diversificavam e atraíam a população local para sociabilidades que envolviam, de forma direta ou indireta, atividades relacionadas com o ler e o escrever. Juazeiro era uma cidade em ascensão que imprimia seu nome na longa história da escrita.

A observância dos eventos que se sucediam nesse espaço-tempo oferece pistas da cena sociocultural da cidade em que Maria Elisabeth nasceu e cresceu e proporciona elementos para pensarmos as condições extraescolares de aquisição das habilidades que favoreceram sua produção escrita. Ainda que ela não participasse de forma direta de determinadas atividades da vida pública, o ambiente sociocultural do lugar certamente exerce influência, ainda que indireta, sobre os comportamentos dos sujeitos. Foi nesse cenário, de modo geral, que se desenvolveram as habilidades lectorscritoras dessa jovem.

O espaço social é um aspecto de suma importância para o desenvolvimento de autonomia em relação aos usos da língua, mas sua formação não se restringiu às possibilidades oferecidas por esse espaço ou às sociabilidades da vida privada. Para melhor compreender o chamado *tempo da aquisição*, é preciso considerar as políticas de formação voltadas para o público feminino nesse início de século na Bahia. Maria Elisabeth foi aluna de uma instituição muito importante na instrução feminina: a Escola Normal da Bahia. Vejamos de que modo e com que propósitos essa instituição preparava as moças de então.

### **5.3 Escola Normal: educação, cultura e controle social**

No capítulo I de sua Tese de Doutorado, denominada *A Bahia a caminho dos anos 20: política, economia e crise educacional*, José Augusto Ramos da Luz (2009a), historiador da educação na Bahia, apresenta a situação política e socioeconômica em que o Estado baiano se encontrava nesse início de século. Era, segundo o autor, um contexto dominado por

oligarquias<sup>61</sup>, sobretudo chefes políticos do interior, que representavam um poder paralelo ao governo instituído. Trata-se de um cenário de fragmentação que atrapalhava a gestão política ao dificultar a implantação e consolidação de leis, pois os distintos centros econômicos estavam associados a estruturas oligárquicas cujos representantes defendiam seus interesses na Assembleia Legislativa da Bahia. O pesquisador argumenta que a diversidade de interesses presente nesse contexto - interesses que se punham acima das demandas coletivas - pode ser uma explicação, ainda que parcial, para a falta de investimentos na educação que caracterizou esse momento, ainda que se tratasse de uma sociedade em que a maior parte da população era analfabeta. De acordo com Luz (2009a, p. 25), nesse início de século, houve poucos investimentos direcionados “[...] à educação, à construção de prédios escolares, compra de mobiliário e ao pagamento de professores. Em razão disso, o estado da educação baiana era lastimável e a situação das poucas escolas existentes atestava tal fato”. A situação política estava bastante acirrada entre os oligarcas provincianos e se tornou ainda mais difícil com a entrada de uma nova personagem no cenário político, que até então não fazia parte do centro de poder local: José Joaquim Seabra, o J. J. Seabra. Eleito para governador com o apoio do ex-presidente Rodrigues Alves (1902-1906), de quem havia sido ministro da justiça, e de Hermes da Fonseca (1910-1914), então presidente, J. J. Seabra, no dia 10 de janeiro de 1912, bombardeou a cidade de Salvador, a partir do Forte de São Marcelo (SARMENTO, 2009). Essa ação garantiu sua posse como governador do Estado da Bahia, numa vitória sobre o grupo liderado por Ruy Barbosa, que já havia perdido a eleição para a presidência para Hermes da Fonseca. Esse foi um forte golpe na elite econômica local, que contribuiu para que se rompesse o modelo oligárquico de então, mas com postura tão elitista quanto aquelas que vinha “substituir” (LUZ, 2009a).

Contrariamente a essa realidade, o discurso republicano que circulava nesse início de século era o de que a instrução do povo era uma necessidade para o progresso da nação. Para construir a nação almejada, era necessário instruir a população, em grande parte ainda analfabeta. Não era possível ter uma nação forte e desenvolvida com uma população “amorfa e doentia” (LUZ, 2009b, p. 234). Nesses moldes, a escola tornava-se um dos principais meios de controle social, de acesso à cultura e de disseminação da ordem, um instrumento da política

---

<sup>61</sup> Conforme citação apresentada por Luz (2009a apud TEIXEIRA, 1988), cinco estruturas oligárquicas exerciam poder nas primeiras décadas da política baiana: o coronel do Nordeste, cujo representante mais emblemático foi João Sá; o coronel da Chapada Diamantina, representado pela figura de Horácio de Matos; o coronel do Recôncavo, que teve como representante Frederico Costa, tido como grande manipulador da política baiana. Além desses, havia o coronel do Cacaú e o coronel do São Francisco, a cujos nomes não se fez referência. Seus interesses estavam mais ligados aos lucros do que a política.

higienista que então se desenvolvia. Uma escola voltada para a conformação de mentes e comportamentos sociais condizentes com a sociedade que se desejava forjar naquele início de século. Ordem e progresso eram lemas a serem disseminados pelas instituições escolares e a falta de instrução

[...] passou a ser vista como um problema de saúde pública. A cultura escolar deveria moldar hábitos, valores e comportamentos das classes populares encarados como vícios que deveriam ser tratados na escola, dando forma a uma população vista pelas elites como amorfa, doentia. O discurso médico se referia à sociedade como “corpo social” à espera de intervenção, e à sala de aula como espaço para diagnosticar os alunos através de testes que medissem a sua capacidade cognitiva (LUZ, 2009b, p. 234)

De acordo com a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2004, p. 447), desde as últimas décadas do século XIX, a educação da mulher estava vinculada “à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens”. Fazia parte de sua educação, além de uma consistente formação cristã, habilidades de costura, de culinária, gestão do lar e, no caso das mais abastadas, “mando dos criados”<sup>62</sup>, piano e francês, sendo as duas últimas ofertadas por professores particulares, em suas residências. Uma mulher deveria saber se comportar perfeitamente em eventos sociais, que eram, quase sempre, vinculados à Igreja ou a situações domésticas, motivo pelo qual era aprovada mais por sua educação do que por sua instrução. Era uma sociedade ainda muito fechada à emancipação feminina. O conhecimento formal que adquirissem, ao lado de uma sólida formação moral, era a base sobre a qual seus lares seriam construídos e seus filhos seriam educados. A mulher era, então, o instrumento por meio do qual as ideias de progresso e modernidade se concretizariam na sociedade.

Foi no bojo desse ideal que as Escolas Normais, criadas ainda no século XIX<sup>63</sup>, se expandiram e incorporaram o padrão de organização necessário à formação de professoras e professores. Além de preparar docentes para serem multiplicadores desse modelo, cabia à Escola Normal, naquele momento, formar as jovens dos estratos sociais mais altos para o bom desempenho de suas atribuições domésticas, como esposas e mães exemplares. Nascia, desse modo, a mítica vocação feminina para a educação, pois era muito conveniente que as mulheres, “naturalmente” vocacionadas para o cuidado e a educação doméstica, também pudessem assumir a instrução das novas gerações. De acordo com Louro (2004), o público feminino já

---

<sup>62</sup> Habilidade de administração do trabalho dos empregados da casa, no caso das pessoas com poder aquisitivo para manter cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, jardineiros etc.

<sup>63</sup> A primeira Escola Normal brasileira foi criada pela Lei n. 10, no ano de 1835, no Rio de Janeiro. A segunda, da Bahia, foi criada no ano de 1836, a partir da Lei n. 37 de 14 de abril de 1836.

compunha a maior parte dos diplomados pela Escola Normal desde fins do século XIX. Conforme a pesquisadora, as escolas normais se converteram em “[...] escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras” (LOURO, 1997, p. 454).

Nesse momento, era muito forte a discussão sobre a emancipação feminina e a conquista da cidadania plena - que incluía direito ao voto e ao trabalho fora de casa. Isso no que se refere às mulheres das classes privilegiadas, pois, de acordo com o censo de 1872, as mulheres das classes populares já estavam inseridas nesse mercado e correspondiam a 78,3% da mão de obra fabril e a 70% das prestadoras de serviços (BRASIL, 1920).

As mulheres, que historicamente estiveram alijadas das práticas de leitura e de escrita, tinham, nesse momento histórico, uma confluência de condições que favoreciam o acesso à instrução: havia a necessidade de suprir uma carência de docentes ocupando as salas destinadas às meninas, que, cada vez mais, iam à escola. Havia, ainda, o apoio das feministas, que reforçavam o discurso vocacional em relação ao magistério feminino, estrategicamente, a fim de que mais e mais mulheres ingressassem nas escolas normais (LOURO, 2004). A escola normal, entretanto, não foi o único modo de acesso à educação formal. Ao lado dessa instituição, havia os conventos e recolhimentos da Igreja católica, espaços que ofereceram as condições para que as mulheres se alfabetizassem e exercitassem as habilidades de ler e de escrever.

#### **5.4 A Igreja: agência de letramento e de controle de corpos e mentes**

A Igreja, não é novidade, sempre exerceu poder de controle sobre as sociedades, de modo que a disseminação da cultura escrita teve que se submeter, em diferentes épocas e sociedades, aos caprichos castradores do poder clerical. A palavra escrita, exceto a Bíblia, também foi, historicamente, rejeitada por letrados e iletrados. Roger Chartier, em sua compilação de estudos referentes à leitura e à escrita na Europa do século XVI, nos dá notícias da impressão negativa que os sujeitos não alfabetizados tinham da escrita, em função de essa habilidade representar o exercício de poder dos letrados sobre os iletrados. De acordo com o autor, apenas os textos sagrados eram aceitos sem desconfiança por esse público. Já os letrados, rejeitavam a ideia da difusão da escrita, por esta se constituir como elemento transformador da ordem social então imposta (CHARTIER, 1991b).

O padre dominicano, Fillipo Strata, dizia que a invenção de Gutenberg difundia textos corrompidos, postos em circulação prematuramente, com a mera intenção de lucrar. Para o religioso, a difusão de textos heterodoxos pervertia os espíritos e dava acesso a ideias que fugiam do controle eclesiástico. Assim, no Ocidente, em diferentes épocas e sociedades, a expansão da cultura escrita teve que conviver com a ideia de que a disseminação do conhecimento era algo negativo. Estava em jogo o poder inerente à escrita, o que fez com que a Igreja mantivesse vigília sobre esse bem.

A despeito da vigilância e controle sob os quais a Igreja manteve seus fiéis, sobretudo as mulheres, esse foi, também, um espaço em que o público feminino pôde exercer algum tipo de liberdade, fosse por ter se livrado de casamentos indesejáveis, fosse pela oportunidade de instrução que tinha nos conventos e recolhimentos. Mais do que a possibilidade de instrução, o claustro foi um espaço que concedeu acesso às atividades de leitura e de escrita às mulheres, conforme Leila Mezan Algranti (2001) - pesquisadora que se dedicou à investigação da leitura e da escrita em ambientes conventuais do Brasil e de Portugal, em sua Tese de Livre Docência. Contudo, embora fossem importantes lugares de produções lectoescritoras da mulher, não havia liberdade acerca das temáticas de produção escrita ou de leitura. A escrita, prerrogativa masculina (CARDONA, 1994) da qual a mulher se apropriava, era exercitada sob severa vigilância nesses espaços, onde prevalecia o que Castillo Gómez (1999) chamou de “la pluma de Dios”, expressão que tomo de empréstimo para intitular este ensaio. O texto produzido por irmã Maria Evangelina está profundamente marcado pelo discurso religioso, prevalentemente injuntivo, tipo textual associado ao estabelecimento de normas orientadoras das práticas sociais, ou seja, intrinsecamente vinculado ao caráter ideológico da escrita (BAKHTIN, 2003). Tal tipologia está presente nos textos religiosos que compõem o cabedal de “leitura intensiva” (CHARTIER, 1991b) dos que professam alguma religião. Como pessoa educada nos preceitos da Igreja Católica, irmã Maria Evangelina teve muito contato com essa tipologia, fosse em práticas orais ou escritas. Mas de que forma o catolicismo, seu discurso e dogmas se inseriram nas atividades da jovem Maria Elisabeth? Conheçamos um pouco desse contexto.

#### 5.4.1 O Apostolado da Oração em Juazeiro

Conhecer a conjuntura que atua no *tempo da recepção*, os textos em circulação e os possíveis significados a eles atribuídos é elemento importante para a reconstrução da história da cultura escrita. Castillo Gómez (2003a), em diálogo com o campo da crítica literária,

retomou ideias dos pesquisadores Hans Robert Jauss<sup>64</sup> e Wolfgang Iser, que defendem que os textos são concebidos para consumo de um determinado público. Assim, sua forma material, os discursos que veiculam, sua historicidade e sua temporalidade são fundamentais para a compreensão desse tempo, a partir do qual o leitor assume o protagonismo, ascendendo ao primeiro plano da representação, dando um sentido particular ao texto, diferente daquele previsto pelo autor. Esse processo revela uma distinção entre o leitor implícito, aquele que atende ao universo de expectativas presente na obra, e o leitor real, aquele que subverte o horizonte de expectativas, recriando imagens e sentidos. Em relação a essas duas categorias de leitor, Castillo Gómez, referindo-se às ideias de Wolfgang Iser<sup>65</sup>, afirma que o primeiro

[...] identifica “un proceso de transformación, mediante el cual se transfieren las estructuras del texto, a través de los actos de representación, al capital de experiencia del lector”; en tanto que el segundo es aquel que pone en funcionamiento una determinada cantidad de experiencia para reconstruir las “imágenes” de que el texto es portador (CASTILLO GÓMEZ, 2003a, p. 121).<sup>66</sup>

Embora concorde com o processo de autonomia do leitor na reconstrução dos sentidos do texto, lembro que o texto religioso, de característica monológica, não está “aberto” a interpretações, de modo que a jovem Maria Elisabeth, leitora de obras pensadas para a formação de um determinado caráter de pessoas, para uma “sólida” formação moral, foi fortemente marcada pelo discurso religioso. Assim, num contexto intrinsecamente ligado à tradição católica e considerando sua vocação, é possível que as sociabilidades da jovem, sobretudo aquelas vinculadas a leituras, estivessem profundamente ligadas às atividades religiosas de sua comunidade.

No ano de 1903, no dia 12 de junho, o padre Manoel Raimundo Nonato Pita, vigário da paróquia de Juazeiro, fundou, nessa cidade, o Apostolado da Oração (DOURADO, 1983). Trata-se de uma confraria “[...] leiga que nasceu na França em 1844 e foi aprovada pelo papa Pio IX em 1849, também conhecida como Associação do Sagrado Coração de Jesus” (NOBRE, 2013, p. 384). A criação desse tipo de associação tem relação com o controle social da Igreja sobre as comunidades. No caso do Brasil,

<sup>64</sup> JAUSS, Hans Robert. *La historia de la literatura como provocación* (1970), Barcelona: Península, 2000.

<sup>65</sup> ISER, Wolfgang. *El acto de leer. Teoría del efecto estético* (1976), Madrid: Taurus, 1988.

<sup>66</sup> [...] identifica “un proceso de transformación, mediante o qual se transferem as estruturas do texto através dos atos de representação, ao capital de experiência do leitor”; o segundo, põe em funcionamento uma determinada quantidade de experiência para reconstruir as “imagens” de que o texto é portador.

Com a Proclamação da República [...], a Igreja católica brasileira enfrentou também um embate que colocava em xeque sua postura diante do Estado, pois, por um lado, cessava o regime do padroado régio que até então mantinha os sacerdotes como "assalariados", além de dar o direito à Coroa de criar dioceses e indicar os bispos. Por outro lado, a laicização do Estado destituía da Igreja a exclusividade sobre alguns "direitos" dos católicos [...]

Não obstante os conflitos entre a Igreja e o Estado, em 1890, foi divulgado o texto resultante da Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, no qual a Igreja jurava fidelidade ao novo regime. Nesse contexto da reforma eclesial, a organização das mulheres em associações femininas controladas pela Igreja foi fundamental para que se destituisse do laicato qualquer tipo de poder no campo religioso. A ação religiosa foi centrada nos sacramentos e os leigos foram organizados em associações de piedade dirigidas por sacerdotes (NOBRE, 2013, p. 389).

Maria Elisabeth era criança quando essa associação foi criada em sua cidade e, sendo sua família católica, é possível que ela e suas irmãs tenham passado parte da infância e juventude participando das atividades propostas pela organização e pela Igreja local, o que devia incluir atividades como quermesses, preparação para cumprimentos de rituais como a crisma e a primeira comunhão etc. Sua vocação para freira da Congregação Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus pode ter se originado a partir de sociabilidades promovidas pelo Apostolado da Oração de Juazeiro, instituição também vinculada ao Sagrado Coração de Jesus. Para conhecer mais sobre o Apostolado da Oração, realizei uma busca por documentos associados a essa instituição na base de dados da Biblioteca Nacional e encontrei um acervo referente a uma publicação mensal da igreja católica, o *Mensageiro do Coração de Jesus: Orgam Mensal do Apostolado da Oração (SP)*. Esse jornal era impresso em Itu, São Paulo - local em que foi fundada a primeira congregação dessa ordem no Brasil, conforme consta em suas páginas -, e distribuído para todo o país, mediante assinatura. Nessa base de dados, se encontram quarenta e nove volumes, editados entre os anos de 1896 e 1900. De acordo com o que li no volume 16, de 1897, a Igreja continuava a regular as leituras das moças, avaliando e indicando os livros que ofereciam “segurança” moral para as jovens leitoras e os jornais que eram considerados bons para os católicos, de modo geral. Tal recomendação estava em praticamente todos os volumes.

Embora já fosse longe o gesto de queimar livros em praça pública, nessa época a Igreja ainda distinguia as boas das más leituras, definindo o que era recomendado para seus fiéis, sobretudo as moças – como era feito em tempos remotos, quando a posse e a leitura de determinados títulos poderiam custar até a vida do leitor, do livreiro e do editor (CHARTIER, 1991b; DARNTON, 1998; VILLALTA 1997, 1999; ABREU, 2012). Às mulheres, indicavam-se textos edificantes, o que excluía os romances, sobretudo os amatórios, conforme destacado antes, e outros gêneros da “leitura extensiva” (CHARTIER, 1991b).

Além da crítica às leituras profanas, a educação laica também era muito criticada nessa publicação, que se encarregava, ainda, de indicar os títulos, com o local de venda: *A vida de Santo Agostinho*, *Manual do Apostolado da Oração*, *Vida da B. Margarida de Alacoque*, *Manual da devoção a São José*, *Ramalhete Espiritual à Maria Santíssima*, *Directorio das reuniões dos Zeladores e Zeladoras*, *Instrucção sobre os catechistas voluntários* e *Mestra e Mãe*, de Amélia Rodrigues, conforme figura 42. Como se pode ver, com exceção do livro de Amélia Rodrigues, todos os outros são religiosos.

Figura 42 - Mensageiro do Coração de Jesus, ed. 24, tom. II, maio 1898, p. 2

**Boa imprensa** — E' com agrado que annunciamos a appareição de mais um jornal religioso, que dá esperanças de uma boa carreira; tão insinuante se manifesta por sua forma e pelos escriptos que traz. Pelo que, o enumeramos desde já na lista que continuamos a publicar, para orientação dos catholicos, afim de conhecerem quaes os bons jornaes que podem assignar e lêr. E' a *Estrella*, periodico que começou a ser publicado em Corytiba (Paraná). Assignatura por anno — 10\$000; por 6 mezes — 6\$000. Publica-se uma vez por semana. Escriptorio — Rua do Carmo n. 13.

— Com este recommendamos tambem a *Verdade*, hebdomadario, de doutrina sã, variado em diversas secções, bem redigidas, tornando-o assaz apreciavel. Conta já 9 annos de vida, o que é um attestado de importancia para um jornal catholico nesta terra de tibios e indifferentes. Assigna-se a 10\$000 por anno na Capital do Ceará. Para o interior 12\$000. Dirigir-se ao P. Francisco de Assis Pinheiro — Palacio Episcopal — Ceará.

**Mestra e Mãe** — E' o titulo de um elegante livro que muito recommendamos ás mães de familia e ás directoras de collegios. E' um verdadeiro mimo ás jovens que se educam; com o qual receberão lições de boa moral, a par de uma leitura que encanta pela bella simplicidade das narrativas, variadas e apropriadas á imaginação das meninas. E' sua auctora a distinctissima professora D. Amelia Rodrigues, já muito conhecida por suas produções litterarias. Preço cartonado — 2\$000. Idem, impressão e encadernação de luxo — 5\$000.

Vende-se na *Livraria dos Dous Mundos*, Bahia.

**Livros á venda na Administração do « Mensageiro do Coração de Jesus** — Ytú, Estado de S. Paulo.

— *Manual do Apostolado da Oração* — 1\$000, 1\$500, conforme o papel, 3\$000, encadernado em percalina.

— *Vida da B. Margarida M. Alacoque*, com seu retrato — 1\$000.

— *Manual da devoção a S. José* — 1\$000.

— *Ramallete espirital á Maria Santissima*, ou novo mez de Maria — 1\$000.

— *Ramallete espirital ao Coração de Jesus* — ou novo mez do Coração de Jesus — 1\$000.

— *Directorio das reuniões dos Zeladores e Zeladoras* — 200 rs.

*Instrução sobre os catechistas voluntarios* — 500 rs.

— *Vida de S. Agostinho* pelo P. J. Barberis, com gravuras — 3\$000.

Havia um debate no início do século, que perdurou até os anos 60/70 do século XX, que dizia respeito ao trabalho feminino. Naquele início de século, alguns segmentos, inclusive a Igreja, passaram a defender a instrução feminina como necessária ao progresso da nação, ideia veiculada na imprensa escrita e nos círculos sociais. Por outro lado, se a Igreja era favorável à escolarização da mulher, mostrava-se contra seu ingresso no mercado de trabalho, sobretudo em funções “incompatíveis com o belo sexo”, o que não incluía a docência, a partir da qual poderia atuar como difusora dos ideais católicos.

Conforme Barreiros e Silva (2013), a baiana Amélia Rodrigues também se alinhava contra a saída das mulheres do lar, conforme deixava claro em seus livros:

Quero a mulher dona de casa, modesta, trabalhadora. A mulher forte, que leio na Escritura. É ir contra o progresso? Paciência. Mas creio que tirar a mulher desta posição que Deus e a natureza lhe marcaram não é progredir, é retrogradar. E estou nisto com todos os homens sensatos do século. Aprecio as belezas da educação moderna e detesto seus defeitos. Fazer da companheira do homem um manequim de salão é atrofiá-la, torcer o seu destino, mudar o seu papel, preparar o descabro da família (RODRIGUES, 1929, p. 36).

Neste trecho de *Mestra e mãe* (RODRIGUES, 1929), percebe-se a defesa da educação feminina: “Aprecio as belezas da educação moderna”. Afinal, Amélia Rodrigues era professora! Mas também há uma crítica à emancipação feminina, caso as mulheres pretendessem abandonar “[...] a posição que Deus e a natureza lhe marcaram”. Para a autora, e para a Igreja, a educação feminina era importante para habilitá-las, de forma eficiente, para as tarefas de mãe e dona de casa. A educação, de preferência católica, serviria para incutir os valores católicos nas jovens.

A leitura era para a Igreja uma forma de controle dos comportamentos dos fiéis, papel que se evidencia a partir do que era autorizado pela instituição. Ao mesmo tempo em que as leituras consideradas profanas deveriam ser banidas dos interesses dos bons cristãos, aquelas indicadas pelo clero deveriam ser incorporadas às práticas dos leitores. Assim, além de livros, a Igreja recomendava a leitura de jornais da “boa imprensa”<sup>67</sup>. Com isso, a instituição tentava manter distantes impressos feministas, protestantes, amatórios ou de qualquer outro tema mundano que pudessem corromper comportamentos ou que contrariassem os dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana.

---

<sup>67</sup> Com boa imprensa, eles estavam se referindo à imprensa católica, ocupada em proteger e divulgar os dogmas da religião. Além disso, havia, entre outras preocupações, uma atenção especial à expansão do protestantismo. Nas primeiras décadas do século XX, foram criados o Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa e mais órgãos encarregados de cuidar da questão (MARIN, 2018).

Apesar dessa disposição da Igreja em manter as mulheres longe da cultura escrita, houve uma ordem religiosa, as clarissas, para a qual saber ler e escrever era fundamental, pois, além do voto de pobreza, elas fizeram voto de silêncio, manifestando sua devoção por meio da escrita. Eram freiras que tinham o que Lage (2014, p. 111) chamou de letramento religioso:

Para o caso das práticas de leitura e escrita nos conventos e recolhimentos, pode-se trabalhar com o conceito de um letramento religioso, aqui compreendido por meio dos usos sociais da leitura e da escrita para a formação de uma cultura entre as mulheres que habitaram as instituições religiosas femininas. Torna-se um modelo que pretende definir quem é alfabetizado/letrado e quem não é alfabetizado/não letrado. No caso das irmãs clarissas, considerava-se que, quanto maior o letramento voltado para o conhecimento religioso, maior seria a aproximação com Deus. Deve[m]-se levar em consideração as diferenças entre os grupos sociais quanto ao material escrito disponível, quanto aos valores atribuídos à escrita e quanto aos usos que são feitos da escrita e da leitura. No caso do letramento religioso, compreende-se uma indicação de determinados livros e comportamentos necessários para o fortalecimento das práticas devocionais.

De acordo com Lage (2014, p. 109), os letramentos estão “[...] associados com diferentes domínios de vida e são padronizados pelas instituições sociais, têm propósitos e se encaixam em metas e práticas sociais mais amplas e devem ser historicamente situados”. Saber ler e escrever era condição para se tornar uma perfeita filha de Deus, mas nem todas as clarissas tinham essas habilidades. Santa Clara de Assis foi uma seguidora de São Francisco que fundou uma ordem, na época medieval, que, inicialmente, tinha como prerrogativa o domínio das habilidades de ler e de escrever<sup>68</sup>. Dentre as regras da ordem, destaca-se a seguinte:

As irmãs que sabem ler, rezem o Ofício Divino segundo o costume dos Frades Menores, lendo-o sem canto. Por isso podem ter Breviários. Aquelas que, por motivo razoável, não puderem recitar o Ofício Divino, rezem os Pai-nossos, como as outras irmãs. E as que não sabem ler, rezem vinte e quatro Pai-nossos por Matinas; cinco por Laudes; sete por Prima, Tércia, Sexta e Noa; por Vésperas doze e sete por Completas (SANTA CLARA, s/d:24, apud LAGE, 2014, p. 112).

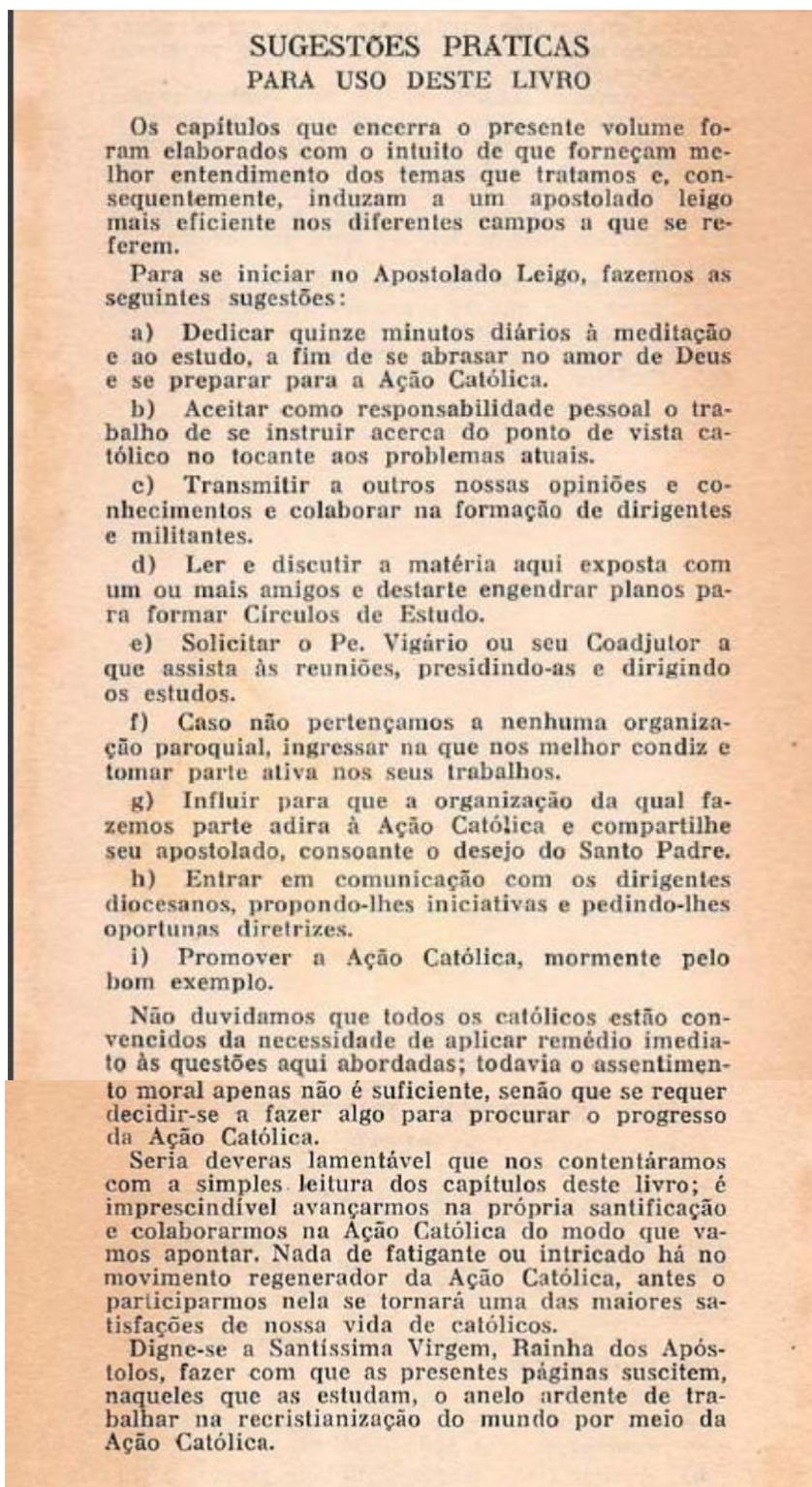
A quantidade de orações que uma freira dizia de memória parece substituir a prática de outras leituras pias que as que sabiam ler realizavam. Aquelas que, eventualmente, soubessem escrever podiam também praticar a escrita confessional e outras escritas referentes ao funcionamento do espaço, conforme Lage (2014).

Conquanto o letramento não fosse pré-requisito da ordem em que Maria Elisabeth ingressou, *o Apostolado da Oração* era uma organização que demandava muitos gestos de

---

<sup>68</sup> De acordo com a Primeira Regra de Santa Clara, aprovada pelo papa Inocêncio IV, no ano de 1247, as religiosas ligadas à ordem das clarissas deveriam saber ler. Posteriormente, no ano de 1263, o papa Urbano IV aprovou uma Segunda Regra que flexibilizava os critérios de ingresso na referida ordem (LAGE, 2014).

leitura de seus membros. A publicação mensal *O Mensageiro do Apostolado da Oração*, além de ser lida, indicava leituras e apresentava um perfil para os membros da instituição. Conforme podemos ver na figura 43, embora não esteja exposto, saber ler e escrever parece ser um pré-requisito, se não exigido, ao menos necessário para iniciar o apostolado leigo, o que fica evidente nos seguintes tópicos: a) “dedicar 15 minutos diários à meditação e ao estudo”; b) Aceitar como responsabilidade pessoal o trabalho de se instruir do ponto de vista católico [...]. Se nesses dois itens não há menção direta à necessidade de ler, adiante isso fica patente: d) “**Ler e discutir** a matéria aqui exposta com um ou mais amigos e destarte engendrar planos para formar **Círculos de Estudo**” (CIVARDI, 1948, p. 5-6). Além de a leitura figurar como uma habilidade necessária à formação dos membros do apostolado, observa-se que a formação de grupos de estudo aparece como recomendação. O manual do apostolado no qual obtive essas informações foi editado no ano de 1948, em sua segunda edição. Contudo, a primeira edição remonta ao século XIX, conforme texto citado no jornal católico *O Mensageiro*, do ano de 1896, que publicou uma citação de um texto do ano de 1885, de autoria de Antonio Macedo da Costa, Bispo do Pará, que diz: “Aprovamos, pois, de muito bom grado, o livrinho intitulado *Pequeno Manual do Apostolado da Oração, Liga do Sagrado Coração de Jesus*, destinado a espalhar entre nós o conhecimento e a prática do fecundo *Apostolado da Oração*” (O MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS, 1896, p. 89). Ou seja, este manual já existia na época em que Maria Elisabeth vivia em Juazeiro.

Figura 43 - Trecho do *Pequeno manual do apostolado da oração*

Fonte: Civardi (1948)

Ler e escrever são habilidades que, na longa história dessas práticas, sofreram muitos reveses, bem como a difusão dos impressos, ocorrida sob forte oposição do povo, inicialmente, e dos letrados, sobretudo os eclesiásticos - que protegiam a fé e a moral da influência veiculada

por obras profanas. De um lado, estava o povo, que recusava a escrita por entendê-la como um instrumento de dominação; do outro, os instruídos, que se recusavam a partilhar um saber reservado às elites. Foi nesse cenário antagônico que a leitura, a escrita e os impressos, bens culturais até então reservados a poucos, conquistaram espaço, físico e subjetivo, nos ambientes privados e na sociedade como um todo (CHARTIER 1991b; 1999).

Se tal cerceamento era ferrenho nas sociedades extramuros, no interior dos conventos, o rigor era ainda maior. Algranti (2001) apresentou algumas considerações acerca das atividades relacionadas à leitura e à escrita em ambientes conventuais muito interessantes para que pensemos nas práticas de escrita de Maria Elisabeth enquanto freira da Congregação Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. A autora afirma que, fora dos conventos, a instrução religiosa ocorria, sobretudo, por meio da oralidade, o que incluía orientações do confessor, sermões, leituras coletivas. Já nos claustros, havia a necessidade de acompanhar os serviços por meio da leitura silenciosa. Em relação a isso, a pesquisadora faz duas ressalvas: o exercício de leitura silenciosa não exclui as leituras vozeadas, e, ao lado das que liam, havia as irmãs que não sabiam ler. Se era assim com a leitura, com a escrita não devia ser diferente.

Apesar do controle clerical, os espaços conventuais eram locais privilegiados de contato com a leitura e com a escrita, diz Algranti (2001), e consigo mesmas, acrescento. Entretanto, a leitura e a escrita não ocorriam de forma livre ou como deleite. Havia um objetivo sacrossanto nesses gestos que antecediam a confissão. Segundo a pesquisadora, a escrita conventual poderia ser: de ordem doméstica ou institucional, relacionada ao cotidiano e à administração da casa; as correspondências de foro privado, aquelas de teor auto/biográficas, e as morais e edificantes, que poderiam ser de ordem privada ou destinadas à circulação em outros espaços religiosos. A vida conventual, conforme Algranti (2001), permitiu o desenvolvimento da leitura e da escrita associados à formação de uma cultura religiosa e de uma instrução formal necessária para as interações com o conhecimento existente no lugar, para cumprimento das obrigações clericais e acompanhamento dos serviços religiosos, o que incluía a leitura silenciosa, a organização de bibliotecas e a escrita confessional ou de vidas exemplares<sup>69</sup>. Eram requisitos necessários para o alcance da perfeição religiosa.

---

<sup>69</sup> Conforme Lage e Oliveira (2019), os textos das vidas exemplares, que não devem ser confundidos com as hagiografias, abordavam as vidas de mulheres que tiveram conduta considerada impecável, que poderiam servir de exemplo na formação de outras religiosas. Eram, em geral, obras escritas por freiras tratando de suas próprias vidas (autobiografias) ou escritas por outras freiras que tivessem convivido com irmãs de vida exemplar, ou, ainda, por um confessor (biografia). Eram textos escritos por iniciativa própria ou eram uma forma de exercício espiritual. Esses textos circulavam dentro do próprio convento ou em outras instituições conventuais.

No que tange à escrita de Maria Elisabeth, essa se caracteriza por ser de natureza edificante, embora não se refira à *vida de uma pessoa exemplar*, conforme aceção da Igreja, mas apresenta conselhos e recomendações sobre como manter uma vida sem pecados e atendendo à vontade de Deus. Trata-se, portanto, de uma escrita impregnada de sua formação religiosa e dos valores católicos que a formaram em sua vida leiga ou na condição de freira da Congregação Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. Conheçamo-la!

### 5.5 “Aos meus a quem muito quero”

Figura 44 - Egydio, sua esposa, cuja imagem está cortada, suas filhas e filho



Legenda: Ao centro, Egydio e sua esposa Isabel Carolina, cuja imagem está cortada; à esquerda, próxima ao pai, Maria Elisabeth (irmã Maria Evangelina); na sequência, a seu lado, Idália; na frente de ambas, a caçula, Eunice. Do lado direito da foto estão: ao lado da mãe, Edith; atrás, Aristhenes, com a mão sobre o ombro de Graziella (ordenada como irmã Isabel) e, no canto mais extremo, Elisabeth.

Fonte: Acervo Lopes d’Almeida

Os textos escritos pela irmã Maria Evangelina, com data de 22 de fevereiro de 1941, encontram-se num pequeno volume de 11,5x15,5cm, com 95 páginas pautadas, das quais 22 foram preenchidas pela freira. Constam nesse volume alguns conselhos e recomendações sobre

como ser um bom católico e um bom filho de Deus (f. 1v-14v), guiando-se pelos dogmas da Igreja Católica, orações (f. 15r-16v), hinos (f. 17r-17v) e um pequeno artigo de opinião intitulado “A Paz” (f. 17r-22r).

Além dos escritos, o caderno está ilustrado com duas imagens de Jesus Cristo coladas na contracapa e no fólio 19r. No alto do fólio 2r há uma cruz desenhada à mão. A imagem da contracapa, é Jesus Cristo como pastor de ovelhas (figura 45). A escolha dessa imagem num caderno com conselhos e orientações para viver conforme a vontade celeste pode ser sugestiva de que a própria autora, movida pelo poder divino de que estava imbuída, assumia o papel de pastora de seu rebanho familiar, de condutora privilegiada de seus destinos na terra, poder facultado pela ordenação como freira. Ela era membro de uma comunidade “mais próxima” de Deus, que detinha, então, autoridade para orientar os seus sobre como viver melhor e sobre como alcançar a salvação de suas almas. Seu texto é dedicado à sua mãe, irmãos e sobrinhos. Trata-se de um texto identificado com sua rubrica, marca de autoria deixada com sua grafia de traços seguros de quem estava habituada ao gesto de escrita.

Figura 45 - Contracapa e dedicatória do livro de irmã Maria Evangelina



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção irmã Maria Evangelina

Mas, antes de dialogarmos a respeito do teor de sua escrita, convém conhecer a irmã a partir de seu contexto de formação. Maria Elisabeth era uma jovem diferenciada. Antes de se

ordenar como freira, estudou na Escola Normal da Bahia, trabalhou como professora numa escola construída por seu pai, pertencia a uma família de pessoas letradas, cujo círculo mais próximo também era de letrados. É possível que tenha participado de duas congregações religiosas em sua cidade, já citadas: *Apostolado da Oração e Filhas de Maria*; essa última foi referida numa nota no *Livro do papai*, pois Idália Lopes d’Almeida chegou a ser membro e, talvez, também tivesse se tornado freira, caso não tivesse morrido:

Em 1921, um ano depois da morte de Papai e vitimada pelo paludismo do São Francisco e os sofrimentos por que passou com a morte d’ele, falecia também a nossa querida Idalia, com um ano apenas de formada e no início de sua brilhante missão de Filha de Maria e Professora dedicadíssima, confortada com os últimos Sacramentos e entregando-se à vontade do bom Deus (LIVRO DO PAPAÍ, f. 14v, apud FARIAS, 2014, p. 270)<sup>70</sup>.

As duas congregações estão ligadas ao Sagrado Coração de Jesus, ordem que mantém escolas em diversos estados do país. Posteriormente, em data que não posso precisar, Maria Elisabeth ingressou na Congregação Franciscanas do Sagrado Coração de Jesus. Por tudo isso, o testemunho de irmã Maria Evangelina parece ocorrer em coerência com a formação da jovem, que, inclusive, como filha primogênita que era, conviveu por longo tempo com a prática privada de seu pai.

Sabe-se que a autora era uma pessoa de formação culta para os padrões femininos da época, que teve acesso à cultura escrita em ambiente privado e que sua escrita, privada e ordinária, resultou na produção de textos que deixou de herança para seus descendentes. Terá deixado também a prática social de escrita como legado familiar? Como filha mais velha, imagina-se que essa jovem tenha usufruído de muitos momentos de formação idealizados por seus pais. Não que às filhas costumassem dedicar privilégios que, em geral, cabiam aos filhos varões, mas um casal letrado certamente pôde oferecer momentos de formação cultural, quer da escrita, quer da oralidade, mais frequentes que outros sujeitos desprovidos dos conhecimentos socioculturais de que eles dispunham. A reflexão sobre semelhante contexto ajuda a compreender como irmã Maria Evangelina se insere nessas práticas, ainda que seu espaço de escrita tenha sido o convento onde vivia na época em que redigiu o texto de seu caderno, fato, entretanto, que não descarta a possibilidade de ela ter produzido outros textos ao longo da vida familiar ou conventual. Vamos investigar o seu texto e descobrir as surpresas que sua escrita nos reserva.

---

<sup>70</sup> Trecho de nota póstuma no *Livro do papai* - Coleção Egydio Lopes d’Almeida.

Ao ler o texto desse caderno, cuja materialidade por si só desperta o espírito de bisbilhotice do historiador da cultura escrita, o que chama a atenção, de forma mais imediata, é sua natureza injuntiva, que diz respeito ao tipo textual caracterizado por estabelecer normas que orientam as práticas sociais (BAKHTIN, 2003), elemento que também vai aguçar o olhar investigativo, por sua associação à natureza ideológica da escrita. Assim, algumas perguntas acompanham a leitura desse texto, desde o primeiro contato, são elas: que características marcam esses escritos? Qual o perfil da pessoa que concebeu esses textos? Com qual intenção os textos foram idealizados? Quais as funções sociais a eles vinculadas? Esses textos dialogam com o acervo de que faz parte? A reflexão sobre tais questões pode levar à compreensão desse gesto de escrita como parte de uma manifestação familiar que remonta ao século XIX, pois se associa às práticas de Egidio e, possivelmente, a de seus antecessores.

A tipologia injuntiva presente nos textos em questão é identificável em diversos gêneros textuais da vida privada, como as receitas culinárias, os conselhos e as regras de jogos, para citar alguns mais triviais, mas também está presente em anúncios, em advertências e nos textos religiosos. Desse modo, imagino que, de acordo com sua formação católica, essa tipologia tenha estado presente em grande parte de suas leituras e nas interações por meio da oralidade que mantinha com os sacerdotes de sua Igreja e com seu confessor.

Tipos textuais são definidos por Marcuschi (2008, p. 154), em bases bakhtinianas, como “[...] uma espécie de construção teórica [...] definida pela natureza linguística de sua composição”. Isso significa que os elementos que caracterizam uma determinada tipologia se revelam na materialidade textual, conforme a intencionalidade do autor. Isso inclui suas escolhas lexicais, sintáticas, estilísticas etc. A injunção circunscreve a escrita de irmã Maria Evangelina de forma evidente, expressando-se sobretudo em verbos no modo imperativo afirmativo, flexão própria dos verbos predominantes nesse tipo textual, conforme se vê nas recomendações a seguir:

- Cada dia,  
 - **levantae**-vos cedo com a intenção de agradar a Deus.  
 - **Fazei** vossa oração da manhã com os atos de ‘Fé’, Esperança e Caridade, relembrando os mandamentos da Lei de Deus e da Igreja. -  
 - **Tomae** um bom livro e **fazei** uma pequena meditação (f. 11r).

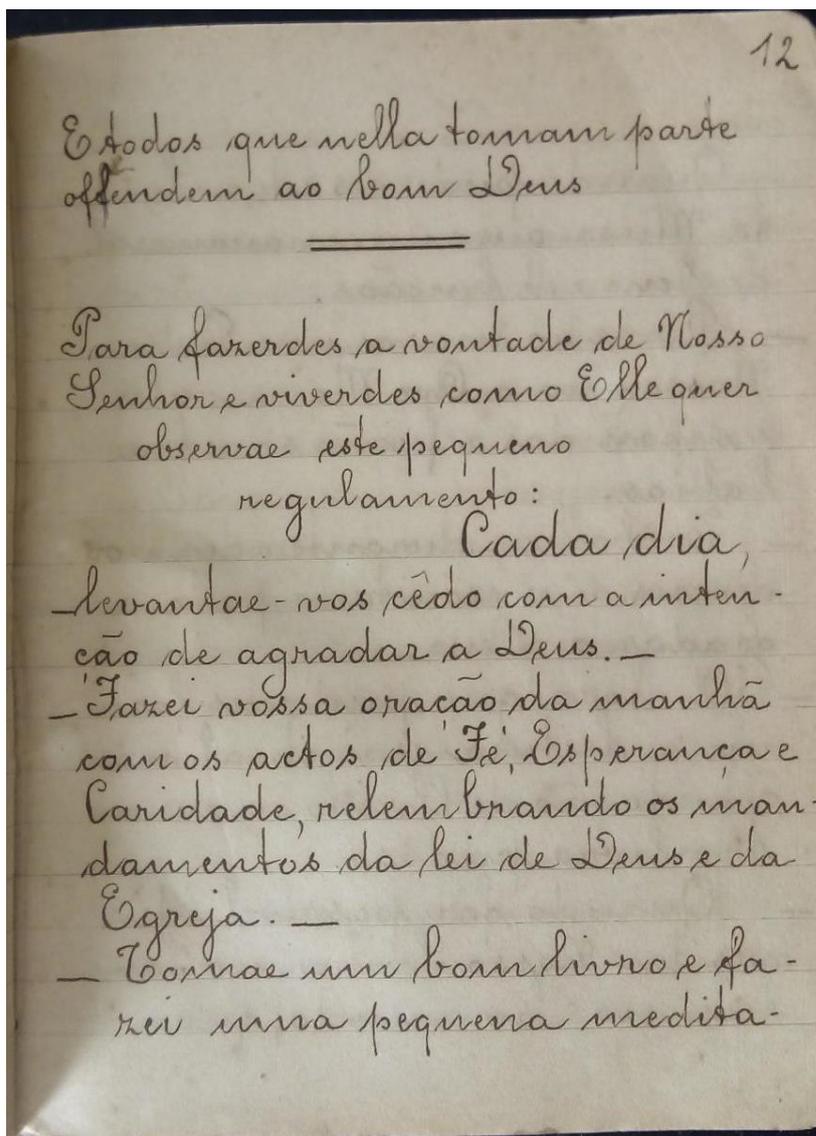
Para além do uso de verbos no modo imperativo, cuja carga semântica evidencia a intenção da autora em aconselhar e orientar seus leitores de forma direta, também há outras construções que sugerem os passos que os leitores devem seguir para alcançar determinado objetivo, deixando-lhes a “autonomia” da escolha, ou o livre arbítrio - para usar uma expressão

do contexto religioso. Assim, a irmã escreveu: “Para fazerdes a vontade de Nosso Senhor e viverdes como Elle quer observae este pequeno regulamento” (f. 11r). Ainda que o enunciado possa dar a impressão de que a recomendação é algo opcional para o leitor, essa escolha não é real, embora o conjunto de palavras possa dar essa ideia. O discurso religioso revoga essa alternativa, pois se trata de seguir uma norma celestial e sacrossanta. Aquele que crê não pode refutar o conteúdo da palavra de Deus. Percebe-se aí um apelo à formação cristã dos destinatários e o alçamento da freira à interlocutora privilegiada entre o céu e a terra.

Citelli (2002, p. 21) chamou esse recurso de raciocínio retórico, aquele “[...] capaz de atuar junto a mentes e corações, num eficiente mecanismo de envolvimento do receptor”. De acordo com esse autor, as formações discursivas de âmbito religioso são as mais persuasivas e atuam de modo a impedir a contra-argumentação. A voz do locutor é amalgamada à voz de Deus, impedindo o fluxo dialógico, restando apenas a noção de dogma.

Bakhtin (2003, p. 401) afirma que o pensamento dogmático é “[...] como um peixe no aquário, choca-se com o fundo e as paredes, não pode ir além e mais fundo”. Com isso, Bakhtin se refere ao discurso monológico, aquele destituído de alternância. O discurso monológico se opõe ao discurso dialógico, pois não espera resposta e não dá margem para discussão, é o discurso autoritário, que não pode ser retrucado e chega ao fundo do “aquário” sem enunciado-resposta que lhe permita fluir. O fluxo de enunciados que ocorre nas interações discursivas constitui o discurso dialógico. O discurso religioso não está aberto a interpretações muito amplas e muito menos ao questionamento, operando no modo de recepção como aceitação do dito, que expressa a vontade daquele que escreve, mas, sobretudo, a “vontade de Deus”. Sendo os destinatários crentes da palavra de Deus, o discurso torna-se incontestável. Nessa mesma linha de raciocínio, Eni Orlandi (1987, p. 244) diz que o discurso religioso é autoritário e tem a si mesmo como referência, o que lhe confere um aspecto monossêmico. Para a autora, todo discurso é inacabado e seu sentido se realiza na “[...] relação com outros discursos, é constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social, e se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas”. Desse modo, os sentidos do discurso estão além do locutor. O discurso autoritário subverte a dinâmica de produção de sentidos que confere aos discursos não autoritários um caráter polissêmico.

Figura 46 - Livro de conselhos de irmã Maria Evangelina, f. 11r



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Maria Elisabeth

Um outro aspecto que caracteriza o texto de irmã Maria Evangelina e que também está no texto religioso é a modéstia. A pesquisadora Lígia Bellini (2006/2007), investigando a vida conventual no Antigo Regime, faz referência à modéstia das freiras místicas quando se referiam a suas visões. Essa humildade permaneceu nos gestos das freiras quando em referência a seus escritos de cunho autobiográfico, conforme Bellini. Assim procedia a irmã Maria Evangelina, que, em seu discurso, não se colocava num patamar acima daqueles a “quem tanto queria”, nem buscava enaltecer suas virtudes. Mesmo sendo uma freira e estando “mais perto de Deus”, coloca-se como pobre criatura sujeita aos deslizes a que todos estamos sujeitos. Vejamos:

Nós somos pobres creaturas. Dependemos d'Elle em tudo e para tudo. Somos só miséria e peccado, capazes de todo mal.

Nada podemos sem Elle, não só nas cousas espirituaes e elevadas, mas até nas mais simples e materiaes como seja apanhar um papelinho no chão.  
Convencidos da grandeza infinita de Deus que tudo pode e da miséria completa das criaturas, tende Fé e vivei da Fé (f. 2v).

O ato de escrita não reflete aquilo que ela pensa, mas a palavra de Deus. Desse modo, não é a freira, a irmã ou a filha quem os aconselha, visto que ela é apenas uma pessoa sujeita às mesmas faltas terrenas. O que se recomenda em seus escritos não é obra sua, mas de Deus. Suas palavras são reforçadas com trechos da bíblia: “Vêde os passarinhos do céu que não semeiam nem colhem e os lírios dos campos que se vestem melhor do que Salomão” (f. 3v). Trata-se de trechos do *Sermão da montanha*, que aparece em Mateus 6:25-34 e em Lucas 12:26-34. A palavra de Deus é trazida para reforçar a recomendação feita por ela.

Seu texto segue exaltando o amor a Deus, a importância de seguir Sua palavra, a necessidade de cultivar sentimentos de Fé, Esperança, Caridade e Perdão. É interessante vê-la entrar numa discussão mundana, quando diz: “Não faleis mal de ninguém, nem façais mau juízo, porque só Deus pode julgar” (f. 7v). Como franciscana, a irmã recomendava as virtudes da pureza, da humildade e da pobreza: “Por meio da Fé, da Esperança e da Caridade procurae praticar outras virtudes para agradar ao bom Deus, principalmente a pureza, a humildade e a pobreza” (f. 8r).

Neste trecho, a irmã se dirige mais aos jovens sobrinhos que propriamente à mãe ou aos irmãos:

Sabeis bem como Jesus ama a santa Pureza. Praticae-a, pois, evitando tudo que pudesse diminuir-lhe a beleza. Fugi das más companhias e tambem das muitas companhias [...] Fugi das festas ou passeios, onde possaes ofender o bom Deus, e entre todas as festas detestae o Carnaval, esta diversão que tantos males causa às criaturas, porque arranca a Deus do coração de muitos e esfria o amor [...] Lembrae-vos que esta festa é a que mais cruelmente renova a Paixão de Nosso Senhor. E todos que nella tomam parte offendem ao bom Deus (f. 10r-10v).

Havia recomendações para os dias, as semanas, os meses e os anos. Tudo em conformidade com o calendário da Igreja católica.

Cada dia, levantaes-vos cedo com intenção de agradar a Deus.  
Fazei vossa oração da manhã com os atos de Fé, Esperança e Caridade [...] (f. 11r)  
Fazei vossa oração da noite, pedi a Deus perdão dos pecados daquele dia [...] (f. 12r)  
Por fim, deitae cedo e raramente ide às diversões à noite por melhores que sejam (f. 12v)  
Cada semana, ide á Santa Missa, assistindo inteira e com devoção. Se for possível, comungae nella. (f. 12v)  
Procurae um só Confessor e confessae-vos toda semana, toamndo sempre o seu sábio conselho [...] (f. 12v)

Cada dia da semana offerecei ao Padre Eterno em união com uma passagem da vida de Jesus (f. 13r)

Cada mez, Honrae o Sagrado Coração de Jesus, fazendo, com devoção e amor, a Primeira Sexta-feira de cada mez. (f. 13r)

Honrae ao Coração Imaculado de Maria nos Primeiros Sabados de cada mez, pedindo pelas vocações sacerdotaes (f. 13v)

Cada anno, Fazei a Paschoa confessando e comungando. (f. 14v)

Fazei três dias de retiro; si for possível escolhei para isso os tres dias do Carnaval. (f. 14v).

O catolicismo, como religião cristã, está ocupado da salvação das almas pela mudança de comportamento, pelo disciplinamento das ações e pelo compromisso com a verdade, que deve ser confessada. O cristianismo, diferentemente das religiões ditas pagãs, tem a “[...] missão de conduzir o indivíduo de uma realidade a outra, da morte à vida, do tempo à eternidade. Com esse fim, o cristianismo impõe um conjunto de condições e de regras de conduta que têm por objetivo uma certa transformação de si” (FOUCAULT, 1988, p. 15). Conforme sua fé, essas atitudes podem garantir a salvação de suas almas. Ela recomenda profundo respeito à religião, aos sacerdotes e à Igreja. Orienta ela:

Vivei como catholicos que tendes a felicidade de ser. Praticae as virtudes que são tão fáceis de praticar com a graça de Deus. Assim sereis felizes nesta vida e o Céu será vossa morada para sempre, Deus vossa eterna alegria. Que felicidade!.. (f.14r)

Honrae, respeitae e amae muito aos Sacerdotes, Ministros tão queridos de Nosso Senhor. Orae por elles, e sêde gratos pelas graças que por suas mãos sagradas recebeis todos os dias do bom Deus.

São elles, que por ordem e pela graça de Jesus Christo nos abre as portas do Céu. (f.15v)

Nos seguintes trechos, percebe-se a manifestação da voz de Maria Elisabeth, em lugar da freira, quando alude aos escritos de seu pai. Isso parece remeter à sua vida privada, para as sociabilidades mantidas em sua rede de relações familiares e ao seu lugar de origem, Juazeiro da Bahia. Também é a voz de quem cumpre as funções de guarda e difusão dos valores familiares presentes nos escritos do *Livro do papai*.

Lembrae-vos sempre do exemplo e dos ensinios de nosso Pae, de santa e saudosa memoria, e lêde a sua “Odisseia”, para que a sua vida sirva de norma à vossa. (f. 15r)

[...]

Como nossos Paes, não consintae que diante de vossa presença se diga a menor cousa contra um Sacerdote. (f.15v)

Nesses trechos, em que ela faz referência aos pais, os interlocutores são seus irmãos. A freira exalta os genitores como modelos de comportamento perante a Igreja, aí representada pelos sacerdotes, pessoas que sempre foram tratadas com deferência e cordialidade na família.

O trecho em que ela remete ao texto das memórias do pai, sua “Odisseia”<sup>71</sup>, pode conter os sentidos de sua prática de escrita. Tal como ocorre com as internas que se instruem e se inspiram a partir da leitura das hagiografias dos santos e santas (ALGRANTI, 2001; LAGE, 2014), ela indica que o texto das memórias de Egydio seja lido e que a vida do pai sirva de “norma”, palavra utilizada por ela, a partir da qual as vidas dos “seus” serão balizadas. A trajetória de seu pai é tida como um modelo a seguir. Percebe-se aí que os escritos do patriarca são mais do que meros papéis engavetados. Antes, constituem-se como documento difusor dos valores da família. Desse modo, quando buscamos explicação para o *Por que escreveu?*, podemos perceber nesse gesto uma intenção clara de sua escrita, comprometida com a manutenção e difusão de valores familiares. Penso que essa intencionalidade é partilhada com seu pai, autor do *Livro do papai*, embora Egydio não tenha se manifestado nesse sentido. Irmã Maria Evangelina, por sua vez, não apenas pede para que o texto do pai seja lido, mas também o seu: “O meu desejo é que leiam essas páginas todos os dias”! (f. 2r). Esse desejo oferece indícios para a função social de seu escrito, que visa a oferecer “normas” para uma vida pia, com recomendações expressas abrangendo o cotidiano, as semanas, os meses e os anos. Sobretudo, orientações para uma vida que possa garantir a “entrada no céu”, conforme a crença católica. Tais leituras devem ser reforçadas, ainda, com os escritos de seu pai, “homem santo” de vida exemplar! Seu desejo remete ao que Pierre Nora (1993) chamou de “lugares de memória” e demonstra ciência do valor da escrita como “suporte da memória” que se quer preservar (CASTILLO GÓMEZ, 2003b, p. 223).

Conforme Castillo Gómez (2003a, p. 122), ao se referir ao *tempo da conservação*, o escrito tem vida além dos momentos de produção e de consumo. Assim, cabe ao historiador da cultura escrita buscar nos discursos, as pessoas e as instituições que, na longa história da leitura e da escrita, exerceram a competência sobre o patrimônio escrito e trazer à luz seu testemunho. É preciso conhecer a história e a função das “instituições memorizadoras”, que são os arquivos, as bibliotecas e os museus responsáveis pela conservação das memórias escritas, mas também importa conhecer as variadas formas de destruição, casuais ou estratégicas, conforme também defende Petrucci (2003). Os arquivos pessoais e familiares, como documentos que sobrevivem nos pequenos círculos familiares, nos fundos de baús e armários, são uma parte importante das histórias que permitirão que a HSCE seja uma disciplina comprometida com o conhecimento das sociedades pretéritas através do prisma constituído pelas diferentes formas de produção, de uso e de conservação da produção escrita, (CASTILLO GÓMEZ, 2003a). Assim, deixo aqui

---

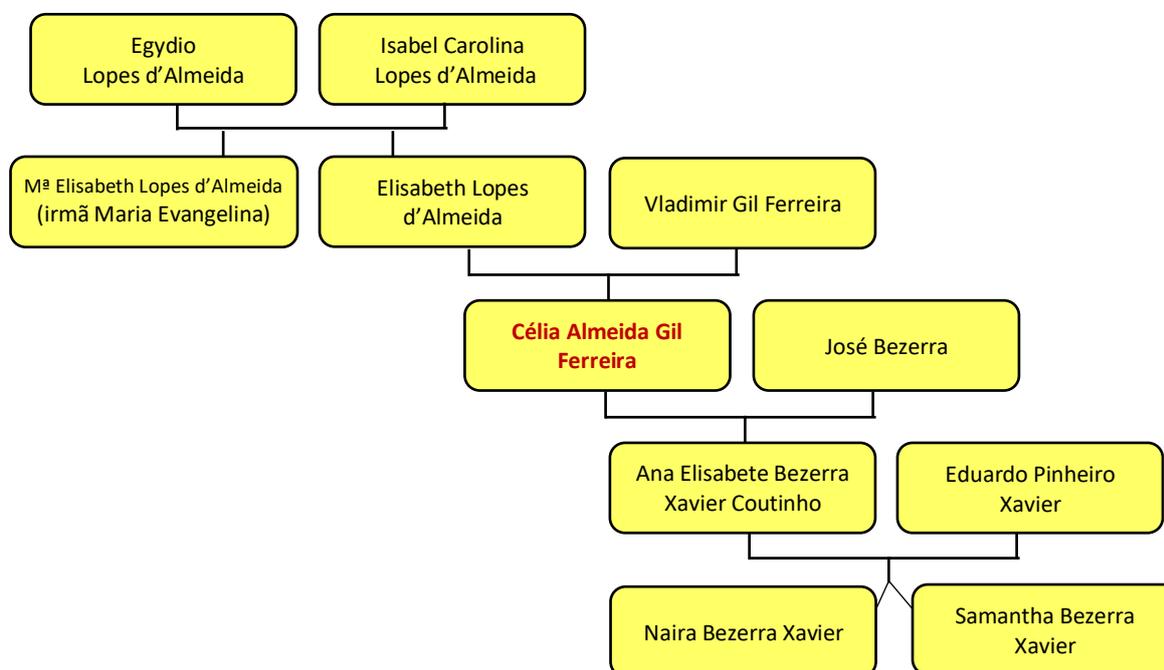
<sup>71</sup> Título atribuído por Egydio Lopes d’Almeida ao texto de suas memórias.

uma pequena contribuição para a reconstrução da história das práticas de escrita na Bahia do século XX, ao tempo em que cumpro o desejo expresso pela irmã Maria Evangelina, trazendo a público seu texto inserido na longa história da leitura e da escrita na qual ela está para sempre inscrita.

## 6 ENSAIO III - ENTRE DITOS E NÃO DITOS, SILÊNCIO E SILENCIAMENTO NA ESCRITA DE DIÁRIOS

A escrita privada, como um legado que difunde os valores, permanece na família Lopes d'Almeida, desta vez no cotidiano das netas de Egydio: Clélia Almeida Gil Ferreira - a segunda guardiã do *Livro do papai* - e Célia Almeida Gil Ferreira. Elas eram filhas de Elisabeth Almeida Gil Ferreira e de Vladimir Gil Ferreira. No presente ensaio, será abordada a prática de escrita de Célia, que se tornou a terceira guardiã do *Livro do papai* e enriqueceu o acervo familiar com uma vasta produção escrita de caráter ordinário, conforme acepção de Fabre (1993). Conquanto ela tenha uma das coleções mais diversificadas, aqui serão postos em evidência seus escritos relativos aos gêneros *diário parental*, *livro de família* e *diário pessoal*. Assim, os documentos colecionados e outros gêneros textuais produzidos pela autora não serão explorados neste ensaio, embora possam ser aludidos para ilustrar alguma reflexão. No organograma a seguir, destaco sua posição na árvore genealógica dos Lopes d'Almeida.

Quadro 9 - Recorte da Árvore Genealógica dos Lopes d'Almeida com destaque para Célia



Fonte: Elaborado a partir do acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

## 6.1 Célia Almeida Gil Ferreira: a terceira guardiã

De acordo com descrição constante de sua carteira de trabalho (Figura 47), Célia Almeida Gil Ferreira era uma mulher branca, de 1,60m, cabelos e olhos castanhos, nascida em 30 de abril de 1927, na cidade de Salvador. Conforme consta nesse documento, seu nível de instrução era secundarista, mas ela obteve formação técnica em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Econômicas, no ano de 1944. Nesse mesmo ano, a jovem teve sua carteira de trabalho assinada pela primeira vez. A empresa que a contratou, CIA Construtora Pederneiras S.A., tinha sede no Rio de Janeiro e mantinha uma filial na capital baiana. O vínculo durou até o ano de 1953.

Embora haja outros registros em sua carteira de trabalho, de acordo com sua filha Ana Elisabete, esse foi o único emprego formal de Célia. Os registros seguintes foram realizados para que ela, recolhendo os impostos, tivesse direito à aposentadoria. São eles: Agência de Navegação H. Chagas, no período de 4 de maio de 1953 a 25 de outubro de 1959. De 12 de dezembro de 1959 a 19 de janeiro de 1962, trabalhou na empresa Ananias Pereira dos Santos. Depois, foi admitida na Cervejaria Brasil, de 22 de março de 1962 a 13 de julho de 1967, sempre na função de Auxiliar de Escritório. De 01 de março de 1971 a 29 de janeiro de 1974, foi Chefe de Escritório da Alpes Guinchos Especializados Ltda. Em 1º de janeiro de 1984, foi contratada como Secretária Executiva da empresa INCORPLAN - Incorporações e Planejamentos Imobiliários S/A. Vemos aí um exemplo objetivo daquilo que Ângela de Castro Gomes (1998) chamou de “as malhas do feitiço”. Se o documento oficial carteira de trabalho fosse tratado como portador da “verdade”, teríamos um “fato”: Célia se manteve no mercado de trabalho ao longo de anos, mesmo tendo uma família grande para cuidar. Em seus registros de diários não há referências a atividades laborais fora de casa... nas cartas trocadas entre ela e seu pai, há referências a atividade informal de venda de roupas, por meio de uma “boutique” que ela manteve, dentro de sua casa, na década de 60... Sua filha oferece uma versão que não pode ser confirmada por Célia... O que temos de mais concreto nesse caso, é o fato de que os registros na carteira de trabalho são resultado da apropriação da escrita como um instrumento capaz de criar realidades, de forjar uma identidade, tanto para órgãos oficiais para os quais foram geradas as informações, quanto para seus leitores atuais.

Célia tinha um perfil de mulher independente, com formação que fugia às “vocações femininas” e que, curiosamente, começou a trabalhar aos 17 anos, numa época em que o trabalho feminino era muito debatido na sociedade e visto com maus olhos pelos segmentos mais conservadores, sobretudo pela Igreja. Talvez tenha havido uma necessidade de ajudar em

casa, pois sua mãe morreu muito cedo (1942), quando Célia tinha apenas 15 anos, e o pai casou-se novamente (1945). O fato é que, nessa época, nem toda jovem branca e oriunda da classe média a que a família parecia pertencer tinha a liberdade para trabalhar fora, muito menos nessa idade - Célia se manteve ativa no trabalho por longos anos, em atividades informais que mantinha paralelamente às atividades domésticas, como a “boutique” que manteve em sua casa nos 60 do século XX.

Não se pode ignorar o fato de que a jovem provinha de uma família em que as mulheres trabalhavam, como foi o caso de sua avó, dona Isabel Carolina, professora concursada do município de Juazeiro, e de suas tias, que, a despeito de terem se tornado freiras, foram docentes proprietárias de uma escola nessa cidade. Mas essa era uma família que tinha suas peculiaridades e que se posicionava, de forma efetiva, ao lado dos ideais progressistas desse novo século, conforme se depreende de seus testemunhos e de suas práticas.

Célia encarnava a mulher emancipada, que vivia no centro da capital baiana, instruída e sustentada com seus próprios recursos. Apesar do histórico familiar com a educação, esse não é um fato corriqueiro num país em que a falta de instrução das massas era um dos mais graves problemas sociais desse meado de século. Conforme já discutimos, de acordo com o Censo de 1940 (BRASIL, 1940), 55,9% da população de 15 anos ou mais ainda não era alfabetizada, percentual que se alarga quando se observam as faixas etárias de 10 anos ou mais, cujo percentual era de 56,7% e a de 5 anos ou mais, com 61,2% de analfabetos. É verdade que o número de alfabetizados vinha crescendo desde o Censo de 1872, sobretudo entre as mulheres (FERRARO, 2002; LOURO, 2004), mas a falta de instrução ainda era um grave problema nessa sociedade que, a passos muito lentos, democratizava o acesso à educação formal.

Era desejo da jovem Célia estudar Engenharia, mas isso nunca chegou a acontecer, visto que se casou e constituiu família com o agente de navegação José Bezerra, ficando impedida de conciliar as atividades domésticas, o cuidado com os filhos, o trabalho fora de casa e os estudos. Embora não tenha conseguido o nível de instrução almejado, ela foi uma obstinada na formação de seus filhos, principalmente suas filhas. Ela deu “reforço escolar” a eles quando crianças, tarefa que compartilhou com sua filha mais velha, logo que ela teve idade para tal. Célia deu-lhes todo apoio para que estudassem e tivessem autonomia financeira, acompanhando de perto e registrando em seus diários cada sucesso obtido por sua prole.

Figura 47 - Carteira de trabalho de Célia Almeida Gil Ferreira, f. 3r e f. 3v

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO  
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

**Carteira Profissional**

Número 0842 Série 55

28-7-945

POLEGAR DIREITO

Assinatura do portador  
Célia Almeida Gil Ferreira

Amb. S. Jorge

4

Nome do portador... Célia Almeida Gil Ferreira  
Gil Ferreira  
Altura... 1,60 Cór... branca Olhos... castanhos  
Cabelo... castanho Barba... x Bigodes... x  
Sinais particulares... x

País de nascimento... Portugal  
Cidade... Lisboa  
Estado civil... solteira Instrução... secundária  
Profissão... Atividade do empregador  
Serviço Militar...  
Residência... Lundolfo Rocha, 28  
Matrícula nº... do Sindicato...  
Documentos apresentados... atividade do empregador  
Observações...  
Bahia, 3 de Agosto de 1953  
Hermano J. Amorim  
(Assinatura do funcionário)

Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

## 6.2 A coleção Célia Almeida Gil Ferreira: atos de memória

Como membro da terceira geração de descendentes de Egydio, Célia fazia jus à sua “herança” e mantinha vivo o hábito de escrever diariamente, prática que é marca de sua família. Seu conjunto de textos é bastante variado, tanto do ponto de vista da produção quanto do ponto de vista do colecionismo e arquivamento de textos de terceiros, fossem de ordem pública ou privada. O documento de datação mais antiga elaborado por ela, é do ano de 1953. Trata-se de um *diário parental* no qual descreve os primeiros meses de vida de sua primeira filha. O último documento produzido foi um diário pessoal, cuja última anotação é do dia 4 de outubro de 1996, ano de seu falecimento.

Quadro 10 - Gêneros textuais produzidos por Célia Almeida Gil Ferreira

GÊNERO	TEOR	PERÍODO
Diário parental	Sobre o nascimento de sua primeira filha	1953
Livro de família 1	Datas e fatos importantes 1	1974-1995
Livro de família 2	Datas e fatos importantes 2	1974-1995
Diário de viagem	Viagem ao Rio de Janeiro	15/09/1984-22/10/1984
Diário 1	Cotidiano familiar	01/01/1991-31/12/1991
Diário 2	Cotidiano familiar	01/01/1992-31/12/1992
Diário 3	Cotidiano familiar	01/01/1993-31/12/1993
Diário 4	Cotidiano familiar	01/01/1994-31/12/1994
Diário 5	Cotidiano familiar	01/01/1995-31/12/1995
Diário 6	Cotidiano familiar	01/01/1996-31/12/1996
Conto	Literário	Sem data

**Fonte:** Elaborado a partir de dados do acervo Lopes d'Almeida

Célia escrevia regularmente e com temática de abrangência diversificada, sobretudo temas relativos ao correr dos dias: afazeres cotidianos fora de casa, atividades domésticas, visitas que recebia, clima, saúde, finanças, lazer, músicas, leituras, religião e, principalmente, sua relação com os filhos e netos. A presença de tal profusão de temas é demonstrativo do caráter híbrido que os gêneros da escrita privada podem adquirir, sobretudo o gênero *livro de família*, que tanto pode servir para o controle de contas, como um *livro de razão*, para guardar datas de nascimentos e registrar vínculos familiares, quanto pode conter registros afetivos e confessionais, como um *diário íntimo*.

Para além das atividades cotidianas, Célia escrevia também sobre eventos esporádicos, as realizações de seus filhos e netos, bens adquiridos ou vendidos, viagens, nascimentos, batizados, aniversários, formaturas, casamentos, doenças, cirurgias, mortes... quase nada escapava ao seu olhar. De acordo com a historiadora francesa Michele Perrot (2005), os registros femininos estão associados ao lugar ocupado pela mulher na família e na sociedade de que faz parte, à memória da família e da vida cotidiana. A produção escrita de Célia - e, também, a preservação de documentos seus e de terceiros - a punha no lugar de narradora da memória familiar dos Lopes d'Almeida, transformando-a, em sua maturidade e já no papel de avó, na *guardiã de memórias* da família, conforme denominação de Lins de Barros (1989). O primeiro registro dessa narrativa, que é individual, inicialmente, mas se consubstancia para o coletivo familiar, está sistematizado no *Diário parental*. Conheçamo-lo.

### 6.2.1 Diário parental: a chegada da bebê

O *Diário parental* contém relatos sobre o parto e os eventos que se sucederam nos primeiros meses de vida de Ana Elisabete, primeira filha de Célia com o agente de navegação José Bezerra. O casal teve três filhas e cinco filhos, mas apenas os escritos relativos ao nascimento da primogênita foram preservados. Melhor dizendo, só tive acesso aos escritos referentes a ela. Sobre a infância dos demais, apenas informações sintetizadas nos *Livros de família 1 e 2*.

Figura 48 - Fotografia de Célia e sua bebê Ana Elisabete (1953)

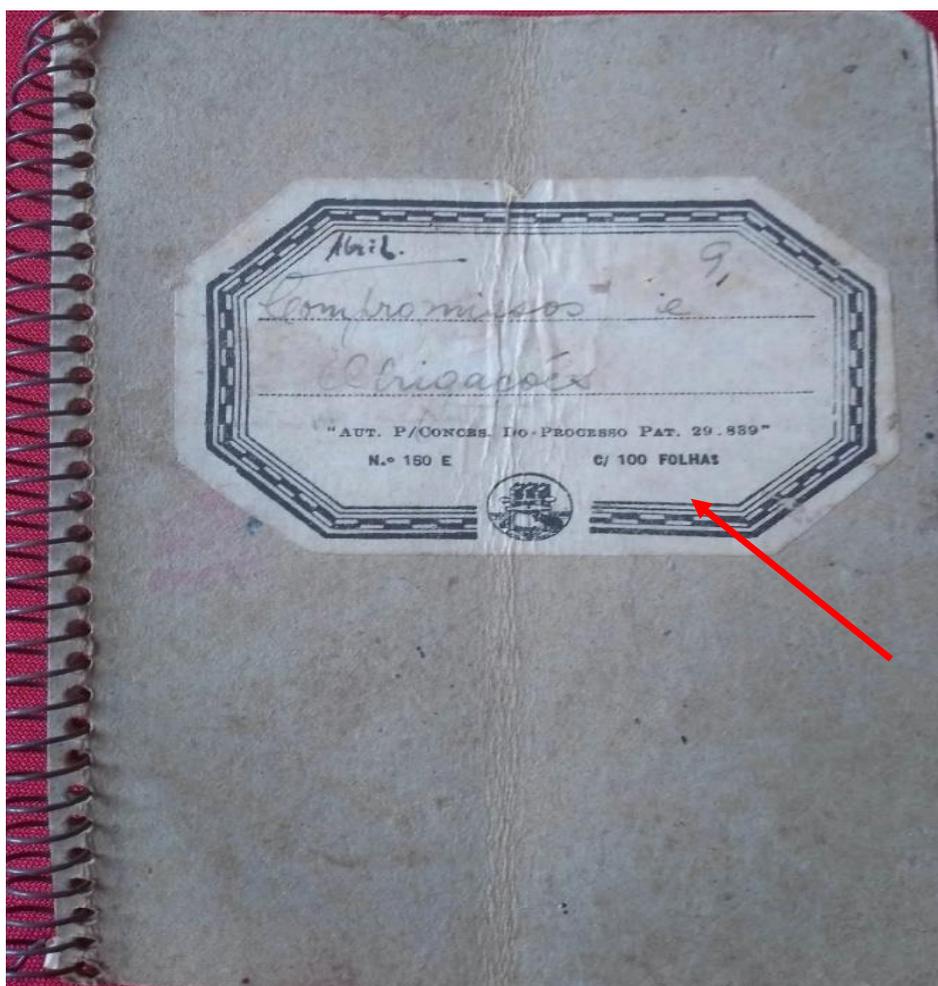


Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

O texto do *Diário parental* foi sistematizado numa pequena caderneta em espiral, medindo 16cm x 11,5cm, com 100 folhas pautadas, das quais foram preservadas apenas 12. As páginas não têm numeração, estão amareladas pela ação tempo, mas, de modo geral, estão íntegras, com poucos furos ou rasgões. O fólio 1 está parcialmente destacado da espiral, na parte inferior; o fólio 3 está rasgado no meio da página, próximo à espiral; os fólios 6 e 8 têm um furo na parte direita superior; o fólio 11 está manchado num tom de amarelo mais escuro. Na capa de papel cartonado de cor cinza há um adesivo, no centro do qual há duas linhas pontilhadas nas quais está escrito, à lápis, “Compromissos e Obrigações”. Um pouco acima, do lado esquerdo, grafado à tinta, a indicação do mês: “Abril”. Na parte direita superior, escrito de

forma aleatória e destoando das demais informações, o número 9, escrito também a lápis. Na contracapa, alguns números anotados e uma conta de dividir grafados a lápis. O adesivo tem forma octogonal, é contornado por uma borda graficamente ornamentada e nele é possível ler, na parte inferior: “AUT. P/CONCES. DO PROCESSO PAT. 29.839”. Logo abaixo, a indicação de um código numérico e do número de páginas - N.º 150 E; C 100 FOLHAS. Também há um logotipo que não foi possível identificar, mas percebe-se que é resultado de arte gráfica. O título “Compromissos e Obrigações” assim como a indicação do mês, “Abril”, oferecem indícios de que sua prática extrapola o evento extraordinário que o nascimento de uma criança representa. Esse título denota um exercício de escrita atinente aos afazeres típicos do correr dos dias, aos eventos, rotineiros ou esporádicos, que fazem parte da vida das pessoas, mas também é demonstrativo de organização, de senso de responsabilidade e remete a práticas de escrita típicas da vida privada, em que as receitas e as despesas demandam registro e controle gráfico.

Figura 49 - Capa do Diário parental



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Se o conteúdo de um texto pode ser demonstrativo da relação do indivíduo com a leitura e a escrita e fornece outras informações de ordem subjetiva, a análise da materialidade sobre a qual o texto foi sistematizado é algo importante, também, para que se observem vestígios da relação do sujeito com os suportes e com os instrumentos na produção de seus textos. A caderneta utilizada parece ter sido aproveitada de outras atividades, possivelmente de seu trabalho como contadora, conforme se pode inferir pelas informações constantes no adesivo de identificação. O seu uso como suporte de escrita ordinária, privada e carregada de afetividade subverte a função para a qual o artefato estava destinado no âmbito das atividades relacionadas à vida pública, dentro do setor contábil de uma determinada empresa. Sua escrita ressignificou o suporte, convertendo-o em objeto biográfico portador da memória daqueles dias de alegria intensa. O reaproveitamento desse material aponta, ainda, para questões de ordem socioeconômica, visto que a posse e o uso dos suportes e instrumentos da escrita nem sempre foram facilmente acessíveis, havendo situações em que materiais estranhos a esse universo serviram às práticas de escrita. As pesquisadoras da cultura escrita Isabel Cristina Alves da Silva Frade e Ana Maria de Oliveira Galvão, ao investigarem os usos prescritos e não convencionais dos instrumentos e os suportes da escrita escolar em Minas Gerais, na primeira metade do século XX, destacaram a importância de se fazer uma história material da escola relacionada aos usos, a fim de se compreender o papel que suportes e instrumentos desempenham nas práticas escritas dentro e fora da escola. De acordo com seus estudos, no contexto brasileiro, “[...] a escolarização pode explicar parte do acesso aos bens simbólicos e materiais envolvidos na cultura escrita bem como a vulgarização de seus instrumentos/suportes” (FRADE; GALVÃO, 2016, p. 301). Penso que, de modo semelhante à escola, o mundo do trabalho também acaba por dar acesso a esses bens simbólicos, tornando íntimos materiais como blocos de notas, agendas, canetas e tantos outros artefatos da cultura escrita.

O registro sistematizado no volume em questão descreve o nascimento e os primeiros quatro meses de vida da primeira filha de Célia - Ana Elisabete. Na página inicial, o título “Nossa Ana Elizabeth” abre o texto que descreve as características da bebê e o sucesso de seu parto. Sobre a filha, ela escreveu: “Alva, olhos escuros, cabelos castanhos. Nasceu no dia 6 de Janeiro de 1953” (DP f. 1r). Esse foi o primeiro registro de Célia sobre sua família que identifiquei no acervo a que esse livro pertence. Nos anos seguintes ela fazia muitos outros, deixando diversos testemunhos de seu cotidiano familiar, conforme levantamento organizado no quadro 10.

No pequeno volume deste primeiro documento, ela falou sobre seu parto, que aconteceu em casa, pelas mãos de uma parteira, como ainda era costume na Bahia *midisecular*:

Meu parto foi feito por D. Mercedes Soares, que nos foi indicada pelo Dr. Exupério Braga, meu médico. [...] Quem ajudou o parto foi meu querido Jose. Nunca pensei que êle tivesse tanta calma e paciencia. Graças ao Senhor do Bonfim, tudo correu muito bem. Não tive routuras nem desfalecimentos. Até o coração procedeu bem” (DP f. 1r-1v).

Interessante observar que, a despeito de se ter um médico que a acompanhava, a tarefa do parto era atribuição da parteira. “Depois de cuidar dela, D. Mercedes entregou-a a José e foi cuidar de mim. Dois dias depois botei dois pedaços de placenta [...]. Disse D. Mercedes que fui muito feliz pois poderia ter tido uma seria infecção e nada tive. Graças a Deus” (DP 1, f. 1v-2r). Essa foi uma das raras vezes em que identifiquei referência ao seu esposo em seus escritos. Quando isso ocorreu em outras ocasiões, foi para informar de seu falecimento, indicar a numeração de um documento ou de algum bem que tinham em comum.

Sua filha veio ao mundo às 3h35min, horário de verão em Salvador, conforme registrou. Já nasceu chorando, mas era um choro interrompido, por isso levou a clássica palmada até chorar continuamente. Por essa ocasião, viviam no Tororó, tradicional bairro do centro da capital baiana. A presença dos visitantes e os presentes que levaram foram anotados:

Tia Cici, Yazinha e Didi vieram ver Ana Elizabeth e trouxeram de presente pela ordem: um talco em caixa, uma fazenda para vestido e uma caixa de sabonetes trevo. Depois de olharem-na a acharam muito parecida com a vovó Alzourina, embora a testa e o queixo pareçam de José.

Dazinha veio visitar-me no dia 7 e teve a surpresa de encontrar a neném. Ficou de voltar.

Aida deu uma argolinha de ouro com perola. Ela já a está usando. Foi muito boa para nós a Aida. Veio a semana toda passar o dia aqui em casa e toma conta de tudo. Ficamos muito agradecidos.

Roberto veio conhecer a afilhada no sábado a noite. Achou que ela lembra muito José. Trouxe um estojo Jhonson tamanho grande.

Adelaide estava fora e demorou alguns dias de voltar. Está encantada com a afilhada, trouxe um estojo Jhonson pequeno.

Ganhou dos vizinhos: 2 talcos Jhonson e 1 cx. de sabonetes.

Petit: veio de Camaçari ver a nenen. Já tinha trazido um medalhão do anjo da guarda para pindurar no berço. Estou esperando o Luiz. (DP, f. 2v-3r).

Tais informações sobre os presentes ofertados, as visitas, a busca da identificação familiar nos traços da criança e os comentários sobre seu desenvolvimento revelam sociabilidades relativas à maternidade e à primeira infância entre a classe média dos anos 50 do século XX. Seus gestos de escrita, suas memórias, dão acesso a práticas culturais mantidas naquela época e a uma rede de saberes e valores de um determinado grupo. Esse livro foi

inteiramente dedicado à primeira filha, mas outros foram organizados a partir de eventos sucedidos no cotidiano familiar durante a criação de seus oito filhos. Vejamos o que apresentam.

### 6.2.2 Livro de família 1: “Meus filhos - datas e fatos importantes”

O *Livro de família 1* é resultado da compilação de vários diários pessoais, escritos paralelamente a esse documento. Isso pode ser afirmado pelo fato de que, conforme Célia relatou, o documento começou a ser elaborado no ano de 1974. Contudo, apesar de datado, contém inúmeras referências a eventos ocorridos anteriormente, entre as décadas de 50 e 70, com indicação de datas e de horários, como é o caso do nascimento dos seus filhos. Desse modo, podemos afirmar que os dados concisos foram retirados de outras anotações realizadas, possivelmente, em seus diários pessoais.

Tais diários tiveram destino trágico! Quando sua irmã Clélia faleceu, em 1986, a família teve acesso aos seus escritos. A leitura desse material gerou algum um mal-estar que levou Célia a queimar os próprios diários, temendo que, no futuro, quando morresse, sua intimidade fosse exposta como ocorreu com sua irmã. É possível que os diários de Clélia tenham tido o mesmo destino, pois não estão entre os documentos do acervo a que tive acesso e, conforme disse a atual guardiã, Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, os documentos “encontram-se extraviados”. Apesar de não haver confirmação de que foram queimados junto aos diários de Célia, não há notícia de que estejam sob a guarda de algum membro da família. Depois da morte de sua irmã, que era solteira e sem filhos, Célia herdou os diários de Clélia e o *Livro do papai*, tornando-se a terceira guardiã dos escritos de Egydio<sup>72</sup>. Depois da destruição dos diários no ano de 1986, Célia ficou um tempo sem realizar seus registros pessoais. Apenas no ano de 1988 ela voltou a produzir diários, conforme escreveu no *Livro de família 2*, no mês de outubro de 1988: “Tomei a decisão de voltar a fazer minhas agendas diarias” (LF 2, f. 71r).

De acordo com Perrot (2005), a mulher ocupa um espaço marginal na História, pelo fato de que esteve confinada à vida privada, e, de modo mais específico, pela História Oficial, por essa privilegiar a vida pública. O crescente interesse pela vida privada deu acesso a uma outra história em que as mulheres, também, passaram a ser consideradas como protagonistas e como agentes da história, na medida em que são autoras de variados gêneros textuais da vida privada.

---

<sup>72</sup> Conforme Ana Elisabete, atual guardiã dos documentos, declarou em entrevista, foi nessa ocasião que ela teve notícia da existência desse documento, cuja existência, até então, ignorava.

Contudo, as práticas de escrita feminina, historicamente, estiveram sob cerceamento e vigilância. Talvez um resquício dessa falta de liberdade habite o inconsciente feminino e leve mulheres como Célia, que, mesmo vivendo no espaço-tempo atual, talvez ainda sintam o peso da falta de liberdade a que as mulheres estiveram sujeitas. Esse sentimento pode ter relação com a censura autoimposta e a destruição de seus escritos.

A memória “permitida” passava longe da intimidade da vida pessoal. “A memória feminina, assim como a escrita feminina, é uma memória familiar, semi-oficial” (PERROT, 1989, p. 14) - isso no sentido de que não há liberdade para escrever aquilo que a sociedade reprovaria no relato de uma mulher, afinal escrita é poder. Embora Perrot faça a ressalva de que isso diz respeito às mulheres de “antigamente”, ela também diz que resta muito de “antigamente” nas mulheres de “hoje”, o que é verdadeiro, principalmente se pensarmos que esse “hoje” a que ela se refere diz respeito às últimas décadas do século XX, tendo em vista a data de publicação de seu texto. O fato de ter se defrontado com a intimidade da irmã verbalizada e lida por um público que talvez não compreendesse esse processo de escrita pode ter acionado em Célia um sentimento de autoproteção e de censura de sua própria história e talvez também das memórias de sua irmã.

Assim, este primeiro *livro de família*<sup>73</sup> reúne dados retirados de uma coleção de diários destruídos pela autora. Nele foram inseridas informações selecionadas a partir de uma triagem do que a ela gostaria que permanecesse, que sobrevivesse ao tempo e ao esquecimento. Tal gesto consiste num trabalho de elaboração da memória, por meio do qual o passado é reconstruído a partir do presente de quem está a acionar tais lembranças. Trata-se, segundo Gomes (1996, p. 6), de um trabalho. E quem

[...] aceita fazer o trabalho da memória, o faz por alguma ordem de razões importantes, dentre as quais estão a busca de novos conhecimentos, a realização de encontros com outros e consigo mesmo, de forma a que os resultados sejam enriquecedores sob o ponto de vista individual e coletivo.

O trabalho executado pela memorialista nesse *livro de família* consistiu na reunião de dados sobre seus filhos e netos, cronologicamente organizados. Trata-se de um caderno com folhas pautadas, com margem, contendo 22 linhas por página. O volume, bem conservado e sem danos aparentes causados pela ação do tempo, de organismos ou de substâncias, tem encadernação com lombada costurada. O conteúdo está dividido em cinco seções, conforme sumário. São elas: a) “Meus filhos Datas e fatos importantes; b) Nossa Casa N° na Prefeitura -

<sup>73</sup> 49 das 59 folhas foram preenchidas. A folha 60 foi subtraída do volume.

Escritura - etc; c) José Registro - Título - etc; d) Célia Registro - Título - Diploma -; e) Meus Netos” (LF 1, f. 1r). Cada seção acima indicada tem informações conforme quadro 11.

Quadro 11 - Subseções do Livro de família 1 por assunto abordado

Assunto	Fólio
Ana Elisabete	2r-5v
José Filho	6r-9v
Graça Maria	10r-13v
Antônio Carlos	14r-17v
Fernando Jorge	18r-21v
Paulo César	22r-25r
Carlos Herval	26r-280v
Rita de Cássia	30r-32v
Ana Elisabete - continuação	33r-34v
Meus Netos	36r
Samantha	37r-37v
Yuri	38r-38v
Agnes	39r-39v
Yeddo	40r-40v
Naira	41r-41v
Cecília	42r
Thiago	42v
Raphael	42v
José Bezerra e Célia de Almeida Gil Ferreira	Folha avulsa inserida entre os fólhos 42r e 43v
José Bezerra	43r
Célia A. Gil Ferreira	44r-44v
Íris	45r
Laize	45v
Cartelas da Caixa Econômica	46r-47v
Americano da Costa, 66 (residência)	48r-49r

**Fonte:** Elaborado a partir do acervo Lopes d’Almeida.

As entradas em relação aos filhos apresentam informações da vida privada e da vida pública. Seus nomes são indicados no alto da página que antecede o início de cada seção, em que são registradas datas de nascimento, vacinas, doenças infantis, acidentes, cirurgias, colégios frequentados, aprovações em vestibular, numeração de documentos, uniões, separações etc. Também são registradas informações do cumprimento de rituais da Igreja Católica, como batizado, consagração, crisma, 1ª comunhão e matrimônio, com a indicação dos padrinhos, da Igreja, da data, do dia da semana e da hora em que ocorreu o evento. Ao lado do nome do filho falecido, uma cruz, símbolo fortemente ligado ao catolicismo, indica sua morte (Figura 50).

Figura 50 - Livro de família 1, f. 11r

	<p>Jose' Filho </p> <p>Nascido - as 22 e 40<sup>ª</sup> horas do dia 22 de Junho 1954 - Dia de 3<sup>ª</sup> feira</p> <p>Batismo - No dia 9 de março de 1955 na Catedral Basílica. Padrinhos: Geraldo Henrique Berhens e senhora.</p> <p><u>Consagrado</u>: a N. S. de Fátima, no mesmo dia do batizado, Madrinha M<sup>ª</sup> Lourdes O. Fegera</p> <p><u>Registrado</u> - No sub. Distrito de St<sup>o</sup> Antônio - Livro FI n<sup>o</sup> 125 H43 pob. n<sup>o</sup> 57.014 no dia 10 de abril 1955</p> <p><u>Doenças Infantis</u>:</p> <p>Cerupe - Maio 1955 (benigna)</p> <p>Sarampo - Janeiro 1957</p> <p>Gripe Asiática - Setembro 1957</p> <p>Lequeluche - Janeiro 1958</p> <p>Papeira - Setembro 1959</p>
Cart. & N. P. S. n <sup>o</sup> 5/255	

Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 51 - Livro de família 1, f. 11v

	Doenças (cont) - Catapora Novembro 1959
	Boqueluche Fevereiro 1960 (repetiu)
2-08-1972	Primeiras vacinas: Varíola - out. 1960 Poliomielite - 14-4-1960 - " " out. 1967.
35.783	(Operação - Amígdalas em 13 de maio de 1965 - Hospital S <sup>ta</sup> Luzia operador Dr. Amândeo Passos
Recibo título eleitor n.º	<u>Carteira Identidade:</u>
	<u>1ª Comunhão</u> : 19 de novembro 1961 capela do Colégio São José
Recibo	Carteira de Trabalho do Menor - n.º - 53.469 serie 1.ª de 31-8-1970

Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 52 - Livro de família 1, f. 12r

Colégios Freqüentados:		
Escolinha São Lewis	Julho 1958	Infantil
" " "	1959 -	"
em casa	1960 -	Inicial
Escola M <sup>ã</sup> Jovette	1961 -	1 <sup>o</sup> ano
" " "	1962 -	2 <sup>o</sup> "
" Alfredo Amorim	1963 -	3 <sup>o</sup> "
" " "	1964 -	4 <sup>o</sup> "
" " "	1965 -	5 <sup>o</sup> "
Admissão ao ginásio:		
Escola Santa Leulalia	Janeiro 1966	
Não cursou a 1 <sup>a</sup> série neste colégio. Transfe- riu-se para colégio João Florencio Gomes.		
João Florencio Gomes	1966 -	1 <sup>a</sup> série / <sup>Rebela</sup>
" " "	1967 -	1 <sup>a</sup> "
" " "	1968 -	2 <sup>a</sup> "
" " "	1969 -	3 <sup>a</sup> "
" " "	1970 -	4 <sup>a</sup> "
Fez vestibular a Escola Técnica Federal da Bahia em Janeiro 1971 - Aprovado		
Matriculou-se em Electrotecnica - 1 <sup>a</sup> série 1971		
Perdeu o ano -		
Fev. 1972 - Matriculado na mesma esco		

Figura 53 - Livro de família 1, f. 12v

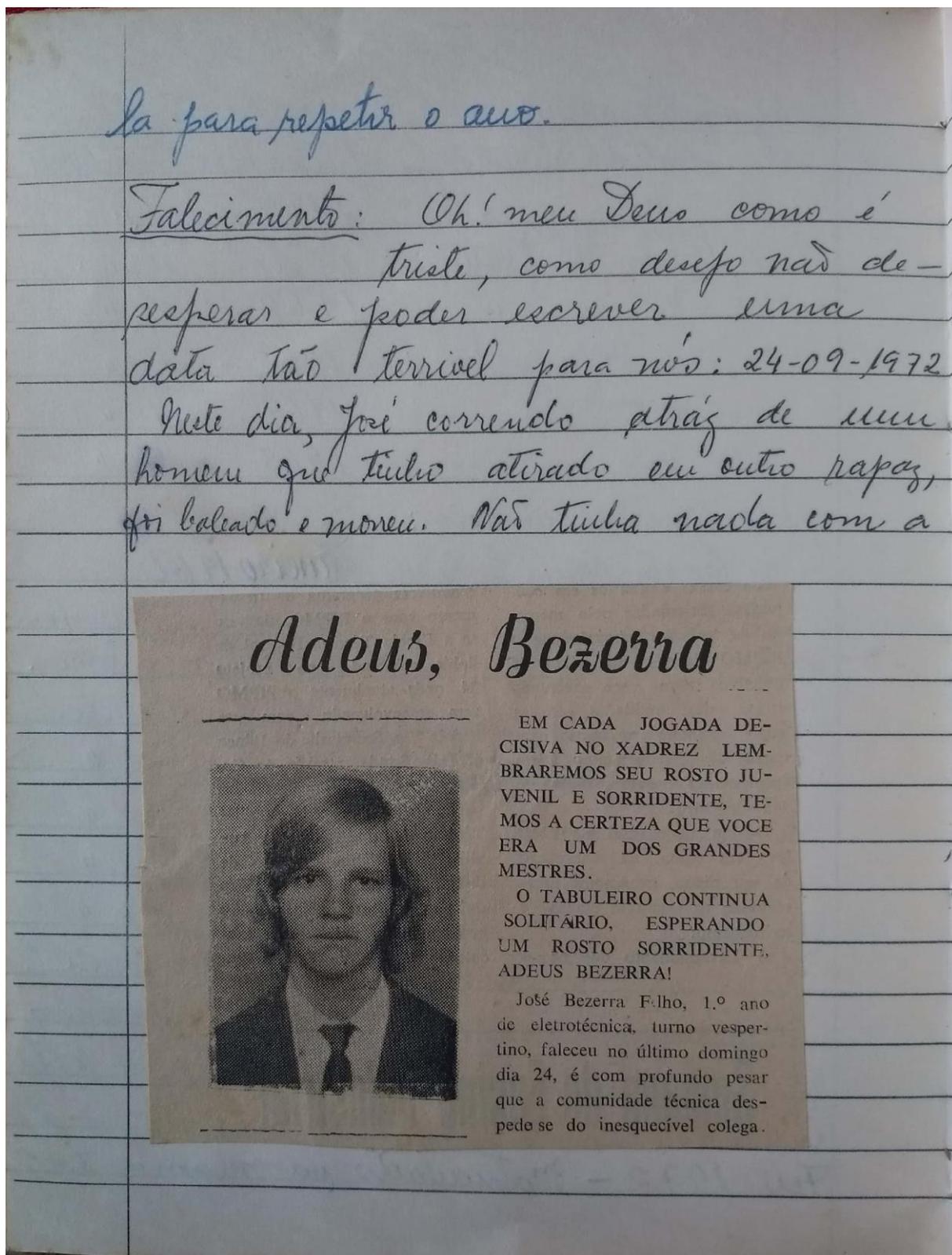


Figura 54 - Livro de família 1, f. 13r

briga, que se realizara enquanto  
 foi, Antonio Carlos e Fernando Jorge, na  
 companhia de varios amigos passeavam.  
 Quando voltavam para casa é que o  
 conhecido que brigou, veio contar-lhes  
 o ocorrido. Nesta hora apareceu o outro  
 que tinha ido em casa de armar e  
 foi logo atirando. Perseguiu Antonio até  
 a casa de frente da nossa, atirando sempre.  
 Todos se esconderam e José ficou escondido  
 atrás do poste, quando o criminoso fugia  
 ele correu atrás para pegá-lo, mas o  
 homem virou e atirou a queimada-noupa.  
 Ainda foi socorrido no Pronto Socorro e fez  
 toda uma operação, sem resultado  
 porque não puderam conter a hemorra-  
 gia causada pela ruptura do pân-  
 creas e varias perfurações no intestino.  
 Tinha apenas 18 anos. Era alegre  
 cheio de vida. Bem procedido. Era  
 querido de todos os amigos e vizinhos.  
 Deus o tenha em Sua Glória.

Figura 55 - Livro de família 1, f. 13v

A briga foi com Totó (Wilton Cloues  
 Nilton Silva Santos e um indivíduo desco-  
 nhecido, depois identificado como  
 soldado da Polícia Militar - Valmir dos Santos Lima.  
 Quem separou a briga foi Fernando Matos  
 (vulgo Manu).

O soldado foi em casa e voltou armado atirando  
 em Nilton que procurou refugio em casa de  
 Nêta, nº 49. (Defronte da nossa casa.)  
 Fugiu em direção ao Caminho de  
 Cruz e José correu em seu encalço.  
 Voltou-se e atirou sobre José. Ferindo-o  
 de morte.

A Deus e a justiça dos homens  
 fique entregue - Valmir Santos Lima.

Meu filho tão querido onde está você?  
 Pau! Meu Deus! cada vez mais a  
 dor aumenta! Não ha consolo. Ajudai-  
 me Senhor para que não caia em desespero  
 e possa viver para os outros.

O documento, com suas rasuras, anotações nas margens laterais, colagens e uso de esferográficas de cores diferentes tem uma aparência bastante orgânica, o que ressalta seu caráter ordinário (FABRE, 1993), dessacralizado e com destino privado. O modo de se expressar, a escolha vocabular e a aparente falta de revisão ortográfica e gramatical ajudam a reforçar esse caráter ordinário de seu texto. Quando nasceu sua primeira neta, Samantha, a alegria era evidente. Na aba dedicada à Ana Elisabete, mãe da bebê, ela escreveu: “Aí vem neném - é para Junho de 1975. Estamos muito contentes.”. Adiante, nas últimas linhas desta mesma página, anunciou: “Ha! Ha! Oba! chegou Samantha. foi cesaria; pouco importa. Tudo é passado. Só o presente importa: a chegada do futuro: Sam!” (LF 1, f. 5v).

Em relação à vida pública, destaca-se o cuidado em anotar dados relativos à vida acadêmica dos filhos, inserindo os nomes dos colégios frequentados. Quando ingressaram na universidade, registrava cuidadosamente os componentes em que se matriculavam semestralmente:

Fevereiro 1972 - Matriculada 2º ano  
 Eng. Mec. - 3º semestre pª fazer as matérias:  
 Materiais Const. Mecanica --- cred. 4  
 Tecnologia “ ----- “ 4  
 Calculo I ----- “ 4  
 Analítica e Calculo Vetorial -- “ 4 (LF 1, f. 4v).

Quando a jovem Ana Elisabete se formou, ela escreveu:

FORMATURA - Primeiro lugar rendo graças a Deus, por ter conseguido realizar este sonho. Agradeço a Edu o não ter atrapalhado. A minha filha toda a benção e bons votos que um coração de mae pode desejar. Ela estava muito feliz. E sei que grande parte de sua felicidade, foi fazer-nos feliz. Avante! Os bons caminhos se abrirão para voce, Bete, independente da má vontade dos homens - Nós temos por nós o - HOMEM - filho de Deus! (LF 1, f. 34r).

Em sua escrita, é patente a representação da educação em sua formação e o peso que isso tinha quando se tratava de suas filhas, que, afinal, eram descendentes de mulheres letradas e com muito senso de autonomia. Embora isso não tenha sido verbalizado de forma direta, parece haver uma certa contrariedade no comportamento masculino frente ao desenvolvimento feminino. Ela agradece ao genro o fato de não ter “atrapalhado” os estudos de sua filha, mas também se refere à “má vontade dos homens” em relação às realizações pessoais da vida pública das mulheres.

Embora este seja um livro em que as informações foram sintetizadas e sua rotina e vida pessoal tenham sido quase totalmente apagadas, vez por outra a autora discorre de maneira mais

intimista e demorada sobre algum evento que mobilizou suas emoções, a exemplo de seu sofrimento diante da morte trágica de seu filho mais velho, José Bezerra Filho (Figuras 49-54), assassinado aos 18 anos. A esse respeito, Célia escreveu: “Oh! Meu Deus como é triste, como desejo não desesperar e escrever uma data tão terrível para nós: 24-09-1972” (LF 1, f. 12v). Percebe-se nesse relato a força da injunção que impele o diarista ao registro de sua vida, ao arquivamento de si, à produção de seus papéis. “Arquivarás tua vida!” (ARTIÈRES, 1998). As práticas de escrita atendem ao apelo do arquivamento de si, da elaboração e reelaboração de si, à análise do vivido e à laboração da memória que se quer perpetuada. Essa manifestação de sentimentos ocorria também em momentos de comemoração, conforme escreveu nas páginas dedicadas à sua filha Graça Maria:

Chegou o Yeddo - 10-07-77. Nasceu no Sagrada Família.  
Que cabeça de homem! Como será este? Quietou ou Pintão? Depois eu conto. Yeddo não deixou Graça vir ca para casa. Eu tenho ido para lá. Os anos passam tudo evolue, menos Yeddo! Ao contrário vai piorando.

Bem, Yeddo não mais será obstáculo a Graça estudar. Prometeu a Jose. Vamos ver se ela enfrenta mesmo.

Gal está estudando! Vou ajuda-la de toda a forma, p<sup>a</sup> que ela se forme. Só não tenho dinheiro, mas boa vontade tenho muita! Fevereiro 77

Gente, viva!! Graça tirou carteira de motorista Viva! Viva! (LF 1, f. 13r).

Apesar de formarem um casal jovem, visto que se casaram quando tinham 18 e 21 anos, o olhar de Graça sobre a vida devia ser muito distinto do de seu esposo, a respeito de quem não tenho muitas informações, mas infiro, sobretudo pela atitude dele frente aos estudos de sua esposa. Voltarei a essa discussão mais adiante, por ora, destaco, mais uma vez, o caráter híbrido do *livro de família*, que, para além das notas objetivas, pode ser suporte para o registro do entusiasmo, da frustração, dos avanços obtidos e perspectivas de vida. Observa-se, ainda, a presença do leitor implícito a quem a autora se dirige, de forma direta, em mais de uma passagem, a exemplo de quando anunciou o nascimento de mais um neto e na comemoração pela habilitação como motorista de uma de suas filhas: “Como será este? Quietou ou Pintão? Depois eu conto”; *Gente, viva!! Graça tirou carteira de motorista Viva! Viva!*” (LF 1, f. 13r).

Esse caderno foi passado a limpo, pois já estava sem espaço para novas inserções. Desse modo, foi elaborado um segundo *livro de família*, contendo informações antigas e novas anotações. Vamos a ele!

### 6.2.3 Livro de família 2: passando a vida a limpo

O texto do *Livro de família 2* foi sistematizado numa agenda comercial da empresa “DAICOLOR DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA”, de capa plástica na cor verde escuro, medindo 25cm x 18cm, contendo 102 folhas não numeradas e não datadas, mas com espaço reservado para a inserção manual da data. Um adesivo na capa, com texto manuscrito, informa: “Fatos importantes nossas vidas a partir 1974”. Logo após a capa, fazendo as vezes de folha de guarda, há uma página com papel de alta gramatura na qual consta uma foto da empresa a que pertence a agenda, de um lado, e um calendário, do ano de 1994, do outro. Nos fólhos 1v e 2r a autora fez uma breve descrição do conteúdo do volume. A nota é endereçada a seus filhos, futuros leitores de seus escritos, herdeiros do documento e quiçá de sua prática de escrita.

#### Filhos

A partir de 1974, resolvi anotar fatos importantes ou acontecimentos que de alguma forma marcou, na época, a vida de algum de de (sic) vocês e por consequencia a minha. O caderno estava velho e Cadito me deu esta agenda sem datas e dias fixos; resolvi passar à limpo tudo. Fica mais claro e sem borrões ... mês a mês registro o ano e o dia do acontecimento.  
Beijos.

Essa dedicatória também é vestígio mais que evidente da criação intencional de memórias, investidas de simbologia e de rituais que envolvem não apenas a sistematização escrita do cotidiano, mas também um gesto de conservação do escrito, quando foi passado para outro suporte, e a recomendação implícita de leitura, quando diz que o texto “Fica mais claro e sem borrões”, pedido que tem como consequência a preservação da memória familiar, vista que retirada do esquecimento por outros sujeitos. Trata-se, mais uma vez, da criação de lugares de memória, gesto que, segundo Nora (1993), é intencional.

Observem que não está dito que os diários foram reorganizados em anotações mais sintéticas. Essa informação foi dada por sua filha, Ana Elisabete. Célia informa o início dos apontamentos relativos aos fatos importantes ocorridos a partir do ano de 1974. Contudo, para além desses registros, ela mantinha uma prática cotidiana de escrita de diários. Isso pode ser afirmado pelo fato de que, no ano de 1986, ela tinha uma considerável produção que, como já explicado, foi objeto de destruição quando do falecimento de sua irmã. De acordo com sua filha mais velha, ela sempre tinha um caderninho à mão para apontamento de sua rotina.

O documento reúne uma boa parte das informações presentes no *Livro de família 1*, que foi parcialmente transcrito para este novo caderno, ao qual Célia acrescentou novos registros.

A reorganização dos dados salienta um ato de rememoração da autora, desejo de conservação dos escritos e de perpetuação do vivido. As entradas são feitas por mês, de modo que o caderno está dividido em doze partes. Todos os eventos considerados importantes no período de 1974 a 1995 foram sintetizados aí. Chama a atenção o fato de ela iniciar seus apontamentos no ano de 1974, o que significa que houve um corte de informações a partir do qual o falecimento de seu filho, no ano de 1972, por exemplo, foi cortado das anotações, permanecendo apenas no caderno anterior, do qual ela não se desfez. A única exceção foi para o casamento de sua filha mais velha, ocorrido no ano de 1973, que ganhou um registro no verso da página de identificação do mês de junho (Figura 56).

Figura 56 - Livro de família 3 - f. 45v



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Para além das datas e eventos importantes que marcaram o grupo a partir de 1974, nesse *livro de família* há muitas observações a respeito de sua vida familiar em que a autora se manifesta de forma crítica ou emotiva: “Abril - 1975 - Yeddo proibio Graça de estudar. É um duro golpe para nós. Não há motivo. Só ciúmes.” (LF 1, f. 12v). Essa mesma entrada aparece também no *Livro de família 2*: Abril - 1975 - 7 - Graça resolveu trancar a matrícula da

Universidade ‘para salvar o casamento’.” (LF 2, f. 35r). Esse fato a incomodou muito. Obviamente era difícil aceitar que seu genro proibisse sua filha de estudar<sup>74</sup>. Graça vinha de uma família de mulheres letradas, que valorizavam o trabalho e o protagonismo feminino. Sua avó começou a trabalhar ainda no século XIX, como professora do município de Juazeiro. Sua mãe, Célia, a despeito de ter tido oito filhos, ainda que no mercado informal, procurou garantir alguma renda com a venda de roupas. Ela e suas irmãs foram criadas valorizando cada conquista que pudessem alcançar, fosse em relação à constituição de família, que era algo também muito valorizado no âmbito da vida privada, fosse em relação às conquistas da vida pública, tal como aprender a dirigir e ter seu próprio automóvel! Era um “duro golpe” para o grupo, pois a educação tem uma forte representação para essa família, assim como a independência e autonomia da mulher. Para Célia, era inaceitável que, numa família de mulheres instruídas, uma de suas filhas fosse impedida de alcançar o nível de formação a que tinha acesso, principalmente pelo fato de que Graça optou por cursar Engenharia Civil, podendo se tornar a segunda engenheira da família, visto que sua irmã cursava Engenharia Mecânica. Digo *principalmente* porque ingressar no curso de engenharia era o sonho de Célia na juventude.

No processo de reescrever as anotações, de revisitar o vivido, algumas emoções parecem ter sido “filtradas” neste *Livro de família 2*. O distanciamento temporal parece tornar o registro menos carregado do sentimento que o gerou. O relato da cirurgia a que Ana Elisabete foi submetida é um exemplo disso. No *Livro de família 1*, o evento está carregado da emoção do momento: “Hoje 18-03-83 Ana foi operada. Foi uma gravidez na trompa (lado direito). Pena porque ela estava muito contente de estar grávida. Deus sabe o que faz. Ela passa bem. Medico Frederico Gabrielle” (LF 1, f. 33v). Ao passar a informação a limpo no caderno seguinte, o texto está mais objetivo, mais seco: “1983 Dia 7 - Ana com gravidez tubaria. Vai operar”; “18 - Operação Ana. Tirou a trompa lado direito” (LF 2, f. 23v). Esse mesmo distanciamento pode ser percebido nos apontamentos relativos aos entes queridos já falecidos:

Janeiro 1975 dia 2 Paguei ossuario de Zeinho (LF 2, f. 17r).

Março 1992 Dia 13 - Irmã Dulce faleceu (LF 2, f. 29r).

Agosto 1989 dia 21 Falecimento de José. No Hospital Português fazendo um exame de cateterismo (LF 2, f. 59r).

Agosto 1995 dia 29 Retirada dos ossos de José do Cemiterio da Saudade e colocados junto com o os de Zeinho e Edu na Capela N. S de Fatima Colegio Antonio Vieira (LF 2, f. 59v).

<sup>74</sup> No ano de 1974, Graça havia sido aprovada no vestibular da UFBA para a área Z, Ciências Exatas, opção Eng<sup>a</sup> Civil. A jovem chegou a cursar dois semestres de seu curso, mas depois de um ano de casada, em 1975, foi proibida pelo marido de continuar os estudos. Em 1977, o esposo consentiu em seu retorno à universidade, o que foi muito comemorado por Célia.

Setembro 1975 30 Retirei os ossos de Jose Filho e levei p<sup>a</sup> o ossuário na Capela das Almas de N. S. de Fatima. Colegio Antonio Vieira. E n° 94 (LF 2, f. 65r).  
Outubro - 1986 Dia 3 - Morte Edu (LF 2, f. 71r).  
Dezembro 1989 dia 14 - Morte de Antonio (meu irmão) assassinado em assalto na casa dele em Araruama (LF 2, f. 82r).

Os livros de família elaborados por Célia, nos quais ela fazia registros mais pontuais sobre sua família, dão conta da coletividade. Filhos e netos têm dados anotados sobre suas vidas. Os empréstimos, dívidas e pagamentos estão cuidadosamente registrados, os números de apólices de joias empenhadas, endereços em que residiram, bens adquiridos... tudo narrado à espera desse leitor que, no futuro, se debruçaria sobre esses escritos como forma de apropriação da memória familiar, para aproximar-se da narradora ou tê-la perto, como rememoração, como forma de autoconhecimento e tantas outras possibilidades que podem mobilizar a leitura. Mas, além dessa escrita por si só tão interessante, Célia também mantinha diários pessoais, em que assuntos mais corriqueiros de sua vida são abordados, tais como situações de lazer, queixas, planos e lembranças. Havia lugar ainda para preocupações com as questões sociais que afetavam a sociedade no momento de sua escrita. Nesses mesmos escritos, também se evidencia a ausência daquilo que ela não queria ou não ousava verbalizar. Investiguemos o que dizem os ditos e os não ditos.

#### 6.2.4 Os diários pessoais: na diversidade dos ditos, o lugar do silêncio

Os diários de Célia, feitos para circulação em âmbito privado, estão organizados em agendas. Segundo sua filha, Ana Elisabete, ela mantinha consigo um pequeno caderno no qual fazia anotações ao longo do dia e passava a limpo à noite. As agendas, suporte utilizado para a sistematização desses escritos, eram presenteadas por pessoas de seu círculo familiar. De modo geral, trata-se de agendas comerciais com as quais as empresas, como era comum nos anos 80 e 90, costumavam brindar seus funcionários no fim do ano. O tempo demarcado desse suporte facilita a organização das anotações cotidianas, mas, por outro lado, também evidencia os lapsos no registro sempre que se encontra uma página datada sem nenhuma anotação do dia, embora esse não fosse o caso de Célia, que só quebrou a frequência de sua escrita em seus últimos dias de vida, quando estava hospitalizada.

Quadro 12 - Diários pessoais de Célia Almeida Gil Ferreira<sup>75</sup>

VOLUME	ANO	FOLHAS	LINHAS	MEDIDAS Cm	EDITORA	OBSERVAÇÃO
Diário 1	1991	227	26	20x14,5	Edições Paulinas	Carimbo da empresa RMC Projetos e Construções Ltda., que possivelmente distribuiu a agenda como brinde.
Diário 2	1992	180	31	21,5x13,8	-	Sem identificação
Diário 3	1993	176	21	21,3x15,4	Impressão Digital	Marca de agenda
Diário 4	1994	176	22	20,5x14,4	Pulsares Eng <sup>a</sup> de Segurança e Com. Ltda.	
Diário 5	1995	179	26	21x14,5	-	Sem identificação
Diário 6	1996	176	28	21x15	LC Corrêa & CIA LTDA Distribuidora de Livros	

Fonte: Elaborado a partir do acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Seu olhar passeava desde as atividades mais triviais do correr dos dias até questões em que podia manifestar seu ponto de vista, que, diga-se de passagem, sempre tendeu para os ideais progressistas dos quais seu avô também era partidário. Diariamente, com raríssimas exceções, escrevia algumas notas sobre pagamentos realizados - visto que em seus diários ela fazia também o controle de gastos -, sobre a ingestão de medicamentos, dores ou indisposições, interações com os filhos e outros familiares, sessões com a manicure, se saía ou se se mantinha em casa etc. A aparência dos escritos, que misturavam canetas de diferentes tipos, é bastante orgânica e distante de qualquer pretensão literária.

Mesmo quando estava com dificuldade para escrever, a força da injunção a impelia ao registro de seus dias, conforme ocorreu no ano de 1992, quando precisou engessar a mão direita após um acidente doméstico. Célia, que era destra, agradece à sua primeira professora por tê-la ensinado a usar também a mão esquerda para escrever. Ela registrou:

16 de março de 1992:  
Mão engessada. Problema no polegar.  
Troquei o anel de Agnes  
O primeiro que comprei ficou grande no dedo dela.  
Estive na Prefeitura resolvendo o IPTU-91 de Ana. Deu um trabalho danado.  
Tomei um escorregão. Não fui ao chão mas teve problema no polegar da mão direita.  
Fui no COT e lá puzeram uma tala  
Deus abençoe D. Ana. Com ela aprendi a escrever com a mão esquerda 40 50 anos  
atraz!

<sup>75</sup> Conforme quadro 12, constam no acervo dos Lopes d'Almeida seis diários produzidos por Célia, mas soube, ao entrevistar a guardiã do acervo, da existência de outros volumes, aos quais não tive acesso, que foram presenteados a outros membros da família após o falecimento da matriarca.

O cotidiano se manifesta em sua escrita pela repetição de nomes, de lugares e de situações que compunham sua rotina. Os textos são curtos para que caibam no espaço delimitado pela data impressa no alto da página da agenda, embora o inusitado dos eventos e a urgência da escrita tenham imposto, algumas vezes, que seu texto extrapolasse esse espaço demarcado. Quando isso ocorria, como ilustrado pelas figuras 56 a 59, seu texto quebrava a linearidade gráfica imposta pelas linhas da página, fazendo curvas para caber em determinados espaços, passava à página seguinte, momentos nos quais eram inseridas setas para a orientação - daquele leitor implícito a que já me referi - e indicação de continuidade verbalmente inscrita. Esses são alguns gestos de dessacralização presentes em seus diários que tornam tão interessante a escrita ordinária (FABRE, 1993).

De sua personalidade, soube por sua filha que ela era uma mulher forte, “brava” e amorosa. Por sua escrita, vislumbrei uma pessoa muito ativa, com muitos afazeres e ávida por viver. Sua rotina diária incluía, normalmente, ir a mais de um lugar, de modo que era comum ela ir ao shopping almoçar, depois ir comprar algo ou realizar uma troca, ir ao mercado, ao banco ou ao médico. Quando ficava em casa, também se mantinha em atividade. Limpava os cômodos, organizava os armários, lavava roupas, fazia ligações, realizava leituras etc. De vez em quando, por força das circunstâncias, não podia sair, o que a contrariava, pois a rua exercia um forte atrativo sobre ela, o que foi verbalizado em mais de uma ocasião:

25 de fevereiro de 1992

Greve de ônibus.

O cheque de Cado preenchi errado. Em vez de escrever 48.000,00 coloquei 28.000,00.

Lavei o resto da roupa de Rita.

Não posso sair porque não tem transporte. É difícil.

26 de dezembro de 1992

Passei o dia melhor.

Almocei, dormi e vi TV... Bom programa de vez em quando...

Tom veio me trazer a carteira que ficara na casa de Gal.

Rita passou uns bifés p<sup>a</sup> eu almoçar.

Tudo em paz.

Angela, PCezar, Nando, Gal e Ana ligaram.

27 de dezembro de 1992

Assisti missa Aparecida.

Passei o dia todo em casa. Já fiz descanso suficiente, acho.

Não aguento mais.

Amanhã vou à rua.

Com fé em Deus.

Os filhos ligaram p<sup>a</sup> saber de mim.

Figura 57 - Destaque do Diário 2 - f. 60v

ABRIL 1992 • April • April • Abril

29 *Follow up* Acordei cedo e tomei  
banho e lavei cabeça.

Quarta  
Wednesday  
Mittwoch  
Miércoles

120 - 246

Fui comprar pães para  
sanduítz na Favorita  
no forte de S. Pedro.

Comprei pão preto p/ Ana.

Comprei a bendita  
taboa da latrina, é  
melhor que o vaso mas  
não ficou feia, ch/ R\$ 950,00  
ch. para dia 6.05.92.

Comprei um engarrafado  
de Coca-Cola p/ amanhã

Dia 30 - Vieram  
Ana, Sans e Nau  
Gel, Yhuri e Ifeddo  
Tom, Fatima, Agnes, Cecília, Carol, Cassia e Rafa  
Nando, Leidice e Thiago  
Pleeyan, Angela e Luis  
leandro  
Rita e Valdemir  
Adelaide  
Conf. mundo

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

18ª SEMANA • 18th Week • 18. Woche • 18ª Semana

Figura 58 - Destaque do Diário 2, f. 61r

April • April • Abril • **ABRIL** 1992

Follow up (Ora viva! Estou cur-  
tindo meu aniversário.  
Agradeço a Deus tudo q  
tem me dado e peço q  
saude e boa Cabeça.  
Mando ligou a vespera!

30  
Quinta  
Thursday  
Donnerstag  
Jueves

121 - 245

8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19

lados ligou as 7,30; Wilma  
tambem; Tia Leide as  
8h; Gal' 8,30; Tom as 8,45;  
Ana e Naira as 9,30. Plegar  
e Angela as 10,10h; Rita as 10,30;  
Elizabeth e Marizete as 11h;  
Heide as 13h; Cuda as 19h.  
Vieram todos os filhos e  
netos, Adelaide tambem.  
Aua veio cedo e fizemos  
3 paes de sanduichs de tra-  
benado.  
Graça trouxe brigadeiro  
numa caixa linda feito  
seu coração.  
Marizete fez bolo ou torta  
de manduoca, luma deliciã.  
Tom me deu 100,000,00 (mesada e  
presente); Nando me deu 100,000,00;  
Plegar deu 50,000,00; Ana  
deu 30,000,00.  
O ambiente tranquilo, ale-  
gre, feliz.  
Agradeço a Deus por tudo,  
e aos filhos tambem.

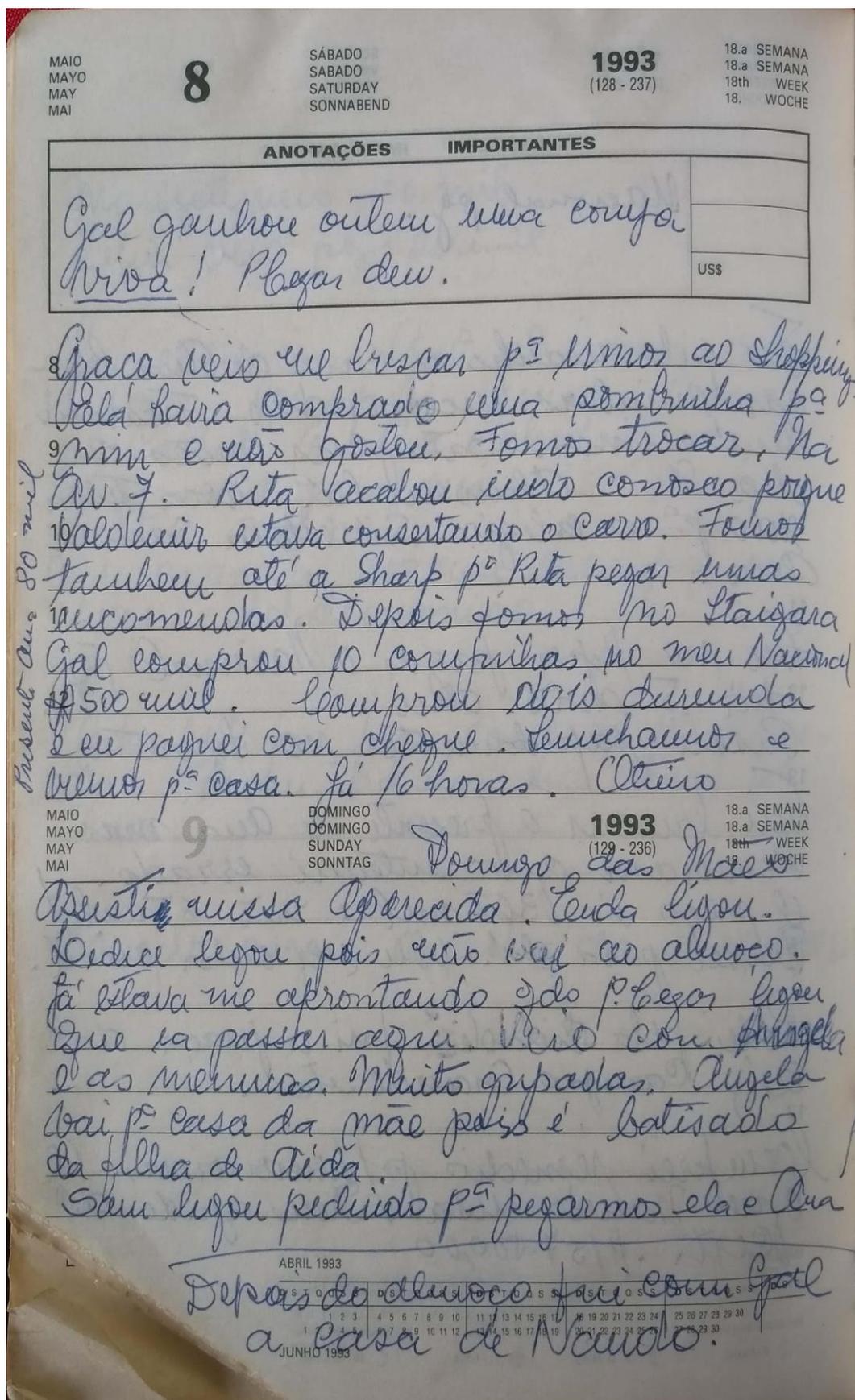
MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

29 • 30  
ABRIL

Figura 59 - Destaque do Diário 3, f. 59v





A cena pública é o *locus* da narrativa histórica tradicional. Nas palavras de Perrot (1989, p. 11), “[...] os arquivos públicos, olhar de homens sobre homens, calam as mulheres”. Foi a partir da atenção dada à vida em âmbito privado, do acesso às fontes da escrita cotidiana de pessoas como Célia, que a mulher foi reconhecida como agente histórico capaz de, também, contribuir para a reconstrução histórica. Não de uma História Oficial, mas de uma história da gente comum, dos eventos ordinários, de uma memória familiar plena de dados captados pelo olhar feminino sobre eles. Entretanto, a escrita feminina apresenta camadas sobrepostas por inúmeros fatores sociais que torna ingênua qualquer leitura que busque apenas nas palavras o que lhe ia na intimidade. Raramente leremos sobre os sentimentos e as relações mais íntimas em textos da escrita privada feminina. Isso pode ser atribuído ao fato de que as mulheres estiveram, quase sempre, sob o jugo do silêncio, do recato, da revisão de sentimentos. Além disso, numa sociedade em que a representação social da mulher está associada ao seu desempenho como mãe e esposa, é quase certo que os temas de seus escritos vão girar em torno daquilo em que ela se considera boa, aquilo de que tem orgulho e que será valorizado na sociedade de que faz parte, que é sua família. Ressalte-se que, conquanto não se trate de uma escrita íntima, indubitavelmente ela é de natureza pessoal.

Apesar de ter uma escrita voltada para temas da vida privada, Célia tinha olhar atento ao mundo à sua volta. Ela era uma narradora contumaz de sua história, ciosa das questões sociopolíticas de seu tempo, pronunciando-se a respeito da geopolítica mundial, mas também em relação ao que ocorria na política brasileira:

21 de janeiro de 1991:

Cheguei já as 16 horas. Lavei a roupa suja que tinha.

Parece que Israel entrou na guerra.

Deus nos Salve! (Diário 1, f. 15v)

22 de janeiro de 1991:

As notícias da guerra são terríveis e descontraídas. Não se sabe ao certo o que realmente está havendo. É uma guerra sofisticada de computadores e mídia. O pior é que apesar disto os homens morrem ou se arrebatam. As cidades desaparecem. [...] (Diário 1, f. 16r)

29 de setembro de 1992:

O Impedimento do Presidente Collor foi votado e aprovado. Muito bonito e muito emocionante. Sim 148 votos não 3 votos.

Só espero que todos se conscientizem que o povo está olhando e que já está cansado de ver nunca nada dar em algo. Os mentirosos também devem procurar se modificarem. O povo deve ser estimulado a ver melhor as pessoas.

Fui a casa de Ana pela manhã. Almocei lá e voltei à tarde.

Cado está de folga. (Diário 2, f. 125r).

Os fatos a que Célia se refere foram e são amplamente abordados pela História Oficial, seu testemunho, porém, oferece para a História a perspectiva do sujeito comum, e mais, de uma mulher, uma dona de casa apartada da vida pública. Vislumbrar os eventos sob essa ótica não torna a análise mais ou menos verdadeira, inclusive pelo fato de que seu ponto de vista pode estar afetado pela narrativa midiática a que estava exposta em seu tempo. Entretanto, temos acesso ao ponto de vista com que ela quis marcar sua trajetória. Seu legado fica marcado pela forma como construiu sua narrativa acerca do assunto e o modo pelo qual se posicionou. Não devemos, por outro lado, dar a esse registro uma atribuição de “verdade” que a escrita de caráter biográfico ambiciona para si, pois aquilo que a escrita registra não é a “verdade”, mas permeia a visão que o autor deseja criar de si, faz parte daquilo Bourdieu (1996) denominou de a “ilusão biográfica”.

O silêncio é parte do arquivamento de si e o que é ocultado tem relação com a imagem que se quer criar, conforme exposto anteriormente. Contudo, ao constatar esse silêncio na escrita de diários, devemos ter o cuidado de não lhe dar uma significação equivocada, que remeta exclusivamente a um controle da imagem pretendida, tirando da prática aquilo que ela tem de espontânea. Não devemos pensar essas omissões como um mecanismo em que o autor do diário consiga desenhar uma imagem perfeita e adequada de si, pelo fato de que nem todo silêncio é calculado para existir.

Sua escrita, predominantemente em retrospectiva, como é comum no gênero diário pessoal, criou textos interessantes acerca de suas interações. Em meio à abundância dos temas abordados em seus escritos, muita alegria no cotidiano dentro e fora de casa e alguns dissabores eventuais. Mas como já dito, nem todos os eventos vividos são objeto de registro, visto que a linguagem escrita não dá conta da realidade dos dias que vivemos, que não podem ser encapsulados pelo registro gráfico. Dentro dos limites da intencionalidade e considerando a impossibilidade de transcrição da vida, sabemos que aquilo que escrevemos também passa por uma seleção voluntária. É possível perceber isso na escrita de Célia em determinados registros que podem ter sofrido esse tipo de omissão. Em certa passagem do Diário 1, está escrito: “Nova discussão com Rita. Pequena e grave. Não sei se vou suportar por muito tempo” (Diário 1, f. 16r). O motivo que gerou a discussão foi omitido, assim como seu desfecho. A omissão em relação ao fato que gerou esse desentendimento, assim como outros relatados pela diarista, leva a crer que a memória que estava sendo forjada com essa prática de escrita dispensava os motivos dessas indisposições com as pessoas de seu afeto, pois não precisavam ser objeto de reminiscência no futuro. É possível que este tenha sido um gesto calculado, uma omissão proposital. Como guardiã da memória familiar, é possível que ela mantivesse certos critérios

sobre o que arquivar e o que descartar ou omitir, o que está perfeitamente em acordo com o que diz Artières acerca daquilo que decidimos guardar. Há uma escolha acerca do que deve ser dito ou omitido, conforme esse estudioso. Também quando escrevemos um diário realizamos uma triagem em relação ao que reter ou dispensar, e “[...] quando não o fazemos, outros se encarregam de limpar as gavetas por nós. Essas triagens são guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias” (ARTIÈRES, 1998, p. 10). Isso se refere tanto ao teor dos escritos, quanto aos suportes que sobrevivem em baús.

Apesar da presença da intencionalidade por trás dos gestos de quem escreve, contudo, arrisco dizer que essa suposta “contradição” a que Artières se refere é própria de uma prática de escrita não idealizada, pois considero que o autor nunca tem o controle pleno da imagem que deseja criar, não consegue manipulá-la a seu bel prazer de forma linear ao longo de sua vida. Já os movimentos marcadamente intencionais, penso que estão ligados à preservação da imagem que criamos de nós e do outro que é partícipe nas situações narradas, sobretudo quando estão relacionadas a temas que permanecem como um tabu em nossa sociedade, que regula o que pode ser verbalizado e o que deve ser calado. Um exemplo disso pode ser observado no *Livro de família 1*, no registro da morte de uma pessoa da família: “1986 3 outubro - falecimento Eduardo. **Silêncio!**<sup>76</sup> A dor é muito grande. Ele estava em depressão e suicidou-se!” (LF 1, f. 34v). O relato é breve, dolorido e pede “Silêncio!”. Se comparado ao relato da morte de seu filho José, que foi assassinado, essa foi uma descrição bastante sucinta, o que leva a inferir que as condições da morte desse jovem provocaram o silenciamento. Sabemos que depressão e suicídio são temas tabus em nossa sociedade, evitados na fala e na escrita. A força da injunção incita ao apontamento, mas a força das representações (CHARTIER, 2006) fala mais alto e faz com que o registro seja sumário. A própria palavra “Silêncio”, grafada pela autora, ordena a não verbalização do evento trágico. Ocorre, nesse caso, um claro silenciamento.

Entre os ditos e não ditos, é fundamental atentar para as possibilidades de leitura que esses gestos de dizer, de não dizer e de calar permitem ao estudo das práticas de escrita. O que não está dito pode ser fruto do silenciamento, que pode ser lido como autocensura ou censura, por força das representações (CHARTIER, 2006), ou pode ser fruto do silêncio, que é o lugar do não dito. Silêncio e silenciamento, por caminhos distintos, levam a muitos sentidos. Há, segundo Eni Orlandi (2007, p. 42), “[...] silêncios múltiplos: o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resiliência, o da disciplina, o do

---

<sup>76</sup> Grifo nosso.

exercício do poder, o da derrota da vontade etc.” É a incompletude gerada pelo silêncio que dá base à polissemia e à amplitude de significação. O silêncio “preside essa possibilidade” (p. 47).

De acordo com Orlandi, o silêncio tem significados profundos, não se reduz à simples ausência de palavras ou de sons. É um silêncio que é próprio da linguagem, que possui múltiplos significados, que não pode ser “interpretado”, segundo a autora, mas sim compreendido. Orlandi diz que “[...] o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 2007, p. 31). Ele significa pela ausência gráfica ou sonora. Trata-se do silêncio fundador, aquele que não pode ser traduzido em palavras. Sob essa acepção, no princípio não era o verbo, mas sim o silêncio! Melhor dizendo, os silêncios!

Os silêncios - é melhor pensar no plural - podem ser longos ou curtos. Variam tanto em qualidade quanto em quantidade. Podem ser naturais ou culturais, por exemplo. Podem ser voluntários ou forçados, espontâneos ou estratégicos, cálidos ou frios ou, como às vezes dizemos, "um silêncio de pedra". Podem ser normais ou patológicos. A ausência do falar pode igualmente expressar discricção ou humildade. Um silêncio desdenhoso ou insolente precisa ser distinguido de um ameaçador. As pessoas se encontram sem palavras por assombro, embaraço ou até raiva. Enfim, o silêncio não é um fenômeno puramente negativo (BURKE, 1999).

Apesar da alta carga semântica de que é portador, o “[...] nosso imaginário social destinou um lugar subalterno para o silêncio. Há uma ideologia da comunicação, do apagamento do silêncio [...]” (ORLANDI, 2007, p. 13). O silêncio, como elemento altamente significativo, pode nos levar a diversas elucubrações acerca, por exemplo, da ausência de temas ligados à sexualidade ou à vida afetiva de Célia nos seus diários pessoais. Sabemos que o sexo permanece, também, como um tema tabu para muitas pessoas em nossa sociedade e não poderia ser diferente para essa mulher do século XX, ainda que ela fosse, em muitos aspectos, considerada uma pessoa emancipada e até feminista, como a classificou Ana Elisabete. Para além do sexo, também não há registros de outros sentimentos que tenham relação com sua vida conjugal, de modo que não sei como era sua relação com o esposo. Atribuo essas ausências, também, à função e aos destinatários de seus escritos. Penso que isso justifique a ausência desses temas sem seus diários.

O silenciamento, por sua vez, é projeto! No caso de Célia, isso se evidencia com a queima de seus diários. Trata-se de um movimento de autocensura, de apagamento de registros ressignificados, reprovados e que se quis dissociados da imagem pensada para si. Talvez por conter relatos de afetos cujos registros não lhe interessavam mais. O silenciamento, que não é o silêncio, é cheio de significados ideológicos. Há no silenciamento, conforme Orlandi (2007) sentidos que são silenciados, vozes que são caladas para que não ressoem episódios que se quer

apagar. De acordo com Perrot (2005, p. 10), o silêncio é “[...] disciplina do mundo, das famílias e dos corpos, regra política, social, familiar [...]”. Segundo a autora, talvez por pressentirem a incompreensão de seus herdeiros, algumas mulheres se adiantam em apagar seus vestígios, num gesto de “[...] adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, [...]”; um consentimento à negação de si que está no centro da educação feminina, religiosa ou laica, e que a escrita - assim como a leitura - contradiziam” (2005, p. 37).

A autocensura pode ter relação com um traço de sua subjetividade que Célia não queria que fosse parte da imagem que seus escritos criavam de si, traço que escapa a esta leitura. Entretanto, essa autocensura pode ser lida e acusa a remoção de indesejados vestígios de si. O gatilho para esse ato de silenciamento de uma pessoa habituada à *escrita de si* pode ter ocorrido a partir do momento em que Célia conheceu os escritos de Clélia e os confrontou com a ideia de sujeito que tinha da irmã. É possível que então ela tenha percebido que os sentidos extrapolam as intenções do autor e ganham vida própria em contato com o leitor. Essa compreensão pode explicar a destruição de seus diários, barrando o acesso à intimidade e às emoções de épocas passadas. Embora fosse uma mulher à frente de seu tempo<sup>77</sup>, Célia também estava sujeita às relações de poder que determinam o campo de expressão feminina. Seus escritos não eram simples forma de rememoração, eles tinham destinatários, conforme dedicatória no *Livro de família 3*. A destruição pode ocorrer para a ocultação de um segredo ou para a preservação de uma determinada imagem de si. O fato é que “[...] a destruição das escrituras privadas revela aspectos marcantes do valor nelas depositado, bem como impõe alguns entraves ao seu estudo, sobretudo quando se quer analisar a concretização material do fato de escrever” (CASTILLO GÓMEZ, 2004, p. 39).

Vemos na escrita de Célia um modo de se dizer, e ela o fez por meio de muitas palavras, de muitos atos, intencionais ou não, que, aos poucos, foram matizando a aquarela de seu cotidiano. Seu testemunho e as muitas sociabilidades verbalizadas nos contam quem era essa mulher: aquela que lia muito, a que escrevia, a que escutava música e assistia a muitos filmes, a que gostava de ir passear no aeroporto para espairecer, a que apreciava festas e viagens, a que amava a família com devoção, aquela que saía quase todos os dias para resolver alguma situação sua ou de seus filhos, a amante da boa mesa e dos bons amigos, aquela extremamente ativa e atenta ao contexto em que estava imersa, aquela sem tempo para lamúrias, a que se reerguia com facilidade e aquela cuja força da fé era uma luz sempre acesa. Lendo seus escritos, tenho

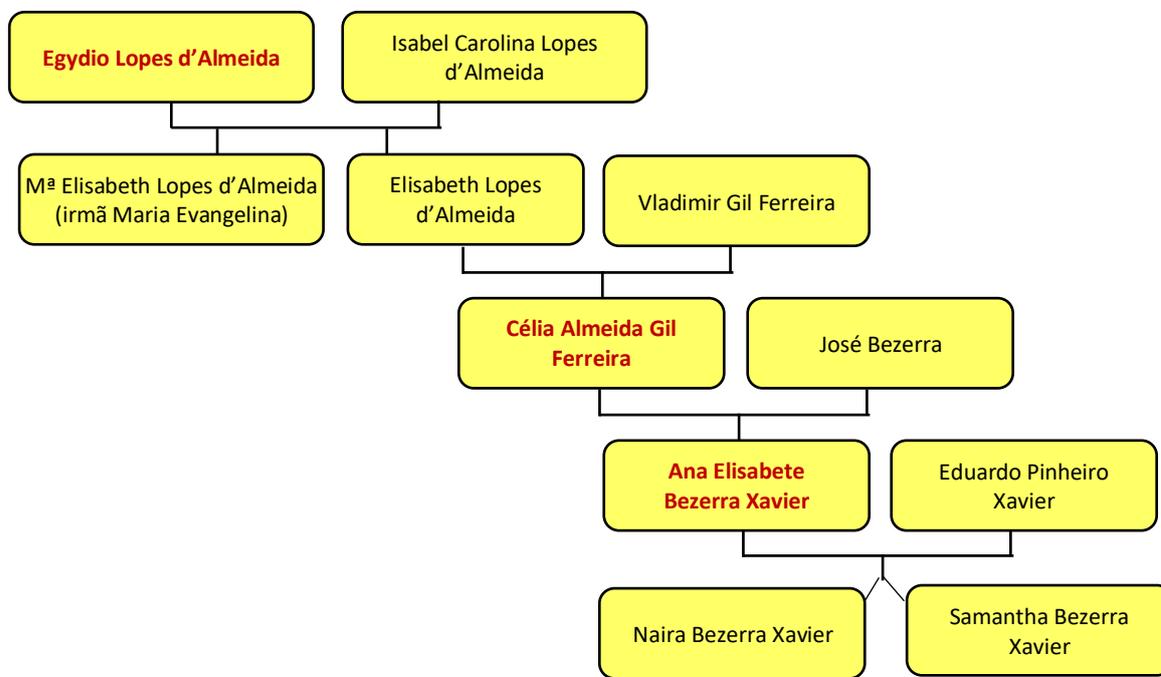
---

<sup>77</sup> Célia tinha formação técnica em Contabilidade, tinha carteira de trabalho assinada desde a década de 40 e fazia questão de que suas filhas estudassem e trabalhassem, a despeito de se casarem.

a impressão de que havia muitas mulheres dentro dela e cada uma com vida própria, inclusive aquela dos não ditos, aquela silenciada pelo peso de determinadas representações das quais ninguém está isento. Assim, seus silêncios e tudo que não foi verbalizado contribuíram igualmente para a composição dos matizes que coloriram sua existência, que a fez uma mulher do século XX, mas também uma mulher que caminhava um passo adiante de seu tempo. Sua existência e das múltiplas que a habitaram, todas elas subalternizadas pelo discurso historiográfico oficial, estará para sempre inscrito na longa história da cultura escrita, à espera, quem sabe, de que outros a leiam e revivam outras mulheres.

## 7 ENSAIO IV - A ESCRITA QUE VIAJA, MAS SE MANTÉM PRIVADA: OS DIÁRIOS DE VIAGEM DO ACERVO LOPES D'ALMEIDA

Quadro 13 - Recorte da Árvore Genealógica dos Lopes d'Almeida com escritores de diários de viagem



Fonte: Elaborado a partir do acervo dos Lopes d'Almeida

Este ensaio tem como propósito *Explicar o relato de viagem nas práticas de três gerações dos Lopes d'Almeida, para conhecer os elementos que unem as práticas dos descendentes às de Egydio*. Como resultado, identifiquei que, além da criação de memórias, o diário de viagem, não exclusivamente, é o gênero que sobreviveu como escrita ordinária desse grupo, como o fio de Ariadne a unir suas práticas de escrita privada. Assim, apresento a análise dos diários de viagem de representantes de três gerações dos Lopes d'Almeida, a saber: Egydio Lopes d'Almeida, o patriarca, Célia Almeida Gil Ferreira e Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho, neta e bisneta de Egydio, respectivamente.

Os diários de viagem foram analisados em suas particularidades e na relação mantida com os relatos de seus predecessores na escrita desse gênero, acompanhando o fio que une o grupo nessa prática de escrita. Para realizar essa análise, teçi reflexões a partir das questões suscitadas pelo conteúdo dos escritos, em suas particularidades, e pela literatura que delineia o campo de estudos da HSCE.

## 7.1 A bagagem do viajante

O diário de viagem é um gênero no qual prevalece a tipologia descritiva, composto a partir da seleção, recorte, registro, descrição e crítica a objetos e situações. O autor reconhece ou surpreende-se com práticas culturais, espaços ou pessoas. Define percursos, encontros, partidas, retornos, datas, horários etc. Tratando-se a viagem de um evento esporádico, todos esses são movimentos distantes do cotidiano do indivíduo, fazem parte de um momento excepcional de sua existência.

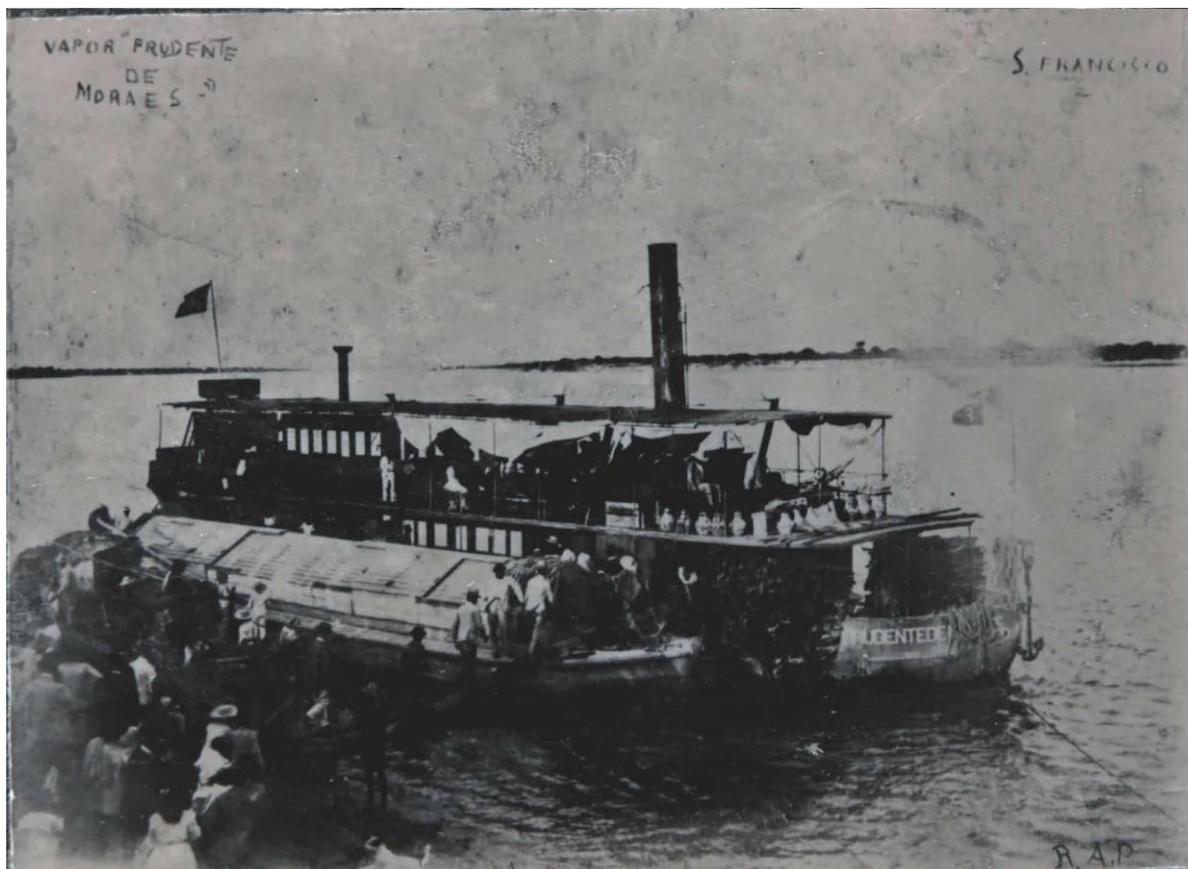
Conforme Antonio Viñao Frago (1999), como documento da memória, apenas em um sentido muito amplo os diários de viagem podem ser considerados textos autobiográficos, em vista de o autor não se referir à sua própria pessoa de forma direta, voltando seu relato para aquilo que testemunha. Entretanto, argumenta Viñao Frago, se acatamos o diário íntimo como um texto autobiográfico, por que não considerar o diário de viagem como tal?

A viagem é um momento extraordinário no qual o viajante revela, pelas palavras de Ianni (2003, p. 13), “[...] o que se sabe e o que não se sabe, o conhecido e o desconhecido, o próximo e o remoto, o real e o virtual”. Ao mesmo tempo em que há uma intencionalidade naquilo que o indivíduo recorta e seleciona como memória, porque estão em seu repertório os mecanismos de suas escolhas, ocorre um movimento involuntário, acionado por aquilo que lhe compõe sem que ele se dê conta. No caso do diário em questão, escrito por um topógrafo nascido no século XIX, católico, com domínio das tecnologias de ler e de escrever, habilidades raras entre os sujeitos de sua época, os elementos mais vezes mobilizados são justamente aqueles que encontram eco em sua própria subjetividade e despertam atenção especial à presença de escolas, ao aspecto das Igrejas e dos santos, às manifestações culturais e a tudo que poderia interessar a um sujeito culto daquela época. Seu gesto de escrita e o ato de viajar estão associados a esse mecanismo involuntário que o impele a práticas culturais que vão satisfazer as exigências de seu perfil.

O diário de viagem esteve presente nas práticas de escrita de sujeitos de três gerações dos Lopes d’Almeida. O primeiro, escrito por Egydio Lopes d’Almeida, refere-se a uma viagem realizada a bordo do navio Prudente de Moraes, que zarpou do porto de Juazeiro, na Bahia, em direção a Pirapora, Minas Gerais, no dia 15 de março de 1909, regressando em 14 de abril desse ano. Isso ocorreu na época em que a navegação no Velho Chico era feita por grandes embarcações a vapor, que subiam e desciam levando passageiros, animando a vida da cidade e de seus moradores. Tal registro permite a incursão por caminhos perdidos em sincronias que nossos olhos não alcançam mais. Traz de volta impressões situadas no tempo e registradas por

um viajante comum - isso se pudermos chamar de comum um sujeito interessado nas coisas e nas pessoas; na cultura e na organização social de seu lugar.

Figura 61 - Vapor Prudente de Moraes ancorado no porto de Januária-MG (1900-1910)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO<sup>78</sup>

O ato de viajar, no início do século XX, assim como nos dias de hoje, era uma atividade que requeria investimento financeiro e de tempo, de modo que nem todos podiam concretizá-lo, sobretudo as saídas de lazer - diferentemente dos deslocamentos de migração, quando se buscavam mudanças por melhores condições de vida e das viagens por compromisso de trabalho, cujos custos, infere-se, eram de responsabilidade do empregador. Desse modo, é possível afirmar que Egydio, que partia deliberadamente para explorar a região, situava-se numa posição privilegiada na sociedade de que fazia parte e era membro de uma elite letrada que tinha no registro escrito uma forma de criar memórias, talvez até com alguma aspiração de ter seu diário de viagem publicado, como fizeram muitos sujeitos de sua época.

<sup>78</sup> Fotografia de 5,5x7,6 cm (1900 a 1910), atribuída a Raimundo Alves Pinto. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=31497](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31497). Acesso em: 17 ago. 2022.

O texto escrito por Egydio está no volume denominado *Livro do papai*, que, além do diário, contém as memórias do autor. Seu diário de viagem recebeu o título de *Roteiro de Viagem de Juazeiro a Pirapóra*. Um roteiro, no escopo do campo semântico náutico, é um documento técnico no qual se apresentam, detalhadamente, “[...] o litoral, ilhas, baixios, pontos, regimes de ventos, de correntes e de chuvas, faróis e outros dados de interesse para a navegação”. Diz-se ainda: “[...] descrição pormenorizada de uma viagem, itinerário” (FERREIRA, 1986, p. 1524). Nesse sentido, considerando o teor de seus escritos, Egydio apresenta um roteiro cuidadoso do trajeto percorrido, minucioso na descrição dos portos e de acidentes geográficos. Contudo, o que determina um gênero não é o verbete que o descreve, mas sua função social, intrínseca às questões que conformam a História Social da Cultura Escrita *Quem?* e *Por que escreveu?* Dito isso, seu relato pode ser definido como diário de viagem, conforme já defendi (FARIAS, 2014). Vejamos o porquê.

Pensando na função social de seu texto, deve-se ter em mente o fato de que a viagem empreendida por Egydio ocorreu a partir de um serviço regular de navegação, realizado por mais de um navio, em vigor naquela cidade desde o ano de 1871, quando os navios a vapor começaram a operar na região do médio São Francisco (GARCEZ; SENA, 1992). Ou seja, era uma viagem ordinária cujo percurso era conhecido e predeterminado pela companhia de navegação, portanto, já deveria ter seu roteiro, não carecendo da elaboração desse documento. Trata-se de um cidadão sem nenhuma relação com a companhia navegadora, até onde se tem notícia, sendo apenas uma pessoa comum registrando sua experiência, gesto recorrente entre muitos viajantes cultos de sua época. Ou seja, não havia uma demanda de escrita externa à sua vontade ou qualquer necessidade que não seu próprio impulso de registrar a viagem. Seus escritos privados tinham por leitores implícitos seu núcleo familiar, visto que eram escritos ordinários (FABRE, 1993) e não destinados à publicação. Sendo assim, considerando sua função social, seu texto aproxima-se mais de um diário de viagem, gênero cuja escrita atende a demandas pessoais, a uma injunção social própria dos sujeitos afeitos à prática cultural da escrita, como era o seu caso. Corroborar esse entendimento o fato de o autor ser um sujeito comum, que, deliberadamente, partiu num passeio “turístico”, embora não o veja como um turista comum - pelo menos não na acepção hodierna do que entendemos como tal.

Os deslocamentos espaciais parecem ter dado uma certa experiência de viajante para Egydio, despertando-lhe sensibilidades acerca da descoberta do mundo à sua volta. Nascido em Vila do Soure, Itapicuru de Cima, ainda um menino de 13 anos, o jovem realizou viagem de mudança, no ano de 1876, com toda sua família, para a Villa do Raso - atualmente município de Araci, situado na região Nordeste da Bahia. Ali permaneceram por dois anos, retornando

para a Vila do Soure no ano de 1878. Mais tarde, toda a família realizou uma nova mudança, numa longa viagem de oito dias, em direção à “Vila Nova da Rainha, Cidade do Bonfim”. Partiram no dia 1º de setembro de 1889, a cavalo, até a cidade de Serrinha. Dali, tomaram o trem em direção à Vila Nova, aonde chegaram em 8 de setembro de 1889. Nesse mesmo ano, empreendeu outra viagem a cavalo, em direção a Juazeiro, com o propósito de conhecer o local e o rio São Francisco, o “majistoso”, conforme denominou em suas memórias. Ainda solteiro, enviado pelas companhias em que trabalhou, morou em Salvador, em duas ocasiões: entre 1890 e 1891<sup>79</sup>, e, depois, entre 1894 e 1895<sup>80</sup> (FARIAS, 2014).

Depois de seu casamento, em 1896, Egydio e sua esposa, Isabel Carolina de Carvalho, tinham intenção de residir na capital do estado, mas depois de conhecer melhor a cidade de Juazeiro, “[...] lisonjeados pelos primeiros annos e pela índole ordeira da população [...]” (LIVRO DO PAPAÍ, f. 8r apud FARIAS, 2014, p. 259), resolveram permanecer e fixar residência nessa cidade. Apesar de já ter formado família, não há referência à presença de familiares ou de amigos a lhe acompanhar, o que sugere que ele embarcou sozinho no Vapor Prudente de Moraes.

Todas essas mudanças de paisagem, os novos ares e locais que conheceu certamente contribuíram para despertar o olhar curioso e favoreceram seu gosto por viajar, tornando-o um apreciador dessa atividade. É possível que tais vivências tenham inspirado sua viagem de exploração ao longo do São Francisco, aproximando-o da majestade e pujança que via nessas águas. Essa circulação deu substância para o desenvolvimento de uma subjetividade que o qualificava como pessoa experiente e inquieta, um investigador de paisagens e de culturas.

Para além dessas experiências, seu repertório pode ter se enriquecido, também, a partir da leitura de narrativas de outros viajantes, visto que era relativamente comum que fossem publicados, em livros ou jornais do século XIX, relatos de viagens empreendidas por expedicionários, jornalistas, militares e outros sujeitos afeitos à exploração de novas paisagens e aos gestos lectoescritores. Uma pista que pode sugerir que Egydio era um leitor desse tipo de diário, é o domínio do léxico do campo náutico. Em seus escritos, ele, que era topógrafo, utilizava expressões como: “bombordo”, “derrota”, “jusante”, “montante” etc.

De acordo com Lima (2010, p. 55), alguns jornais reservavam uma seção para os relatos de viagens, como o *Jornal Científico e Literário* (1826), cuja seção se chamava “Viagens”.

---

<sup>79</sup> Quando trabalhava como “Escripturário” da Empresa de Assentamento da Via Permanente, Construção de Edifícios & de Villa-Nova ao Juazeiro (FARIAS, 2014).

<sup>80</sup> Na função de “Practicante” do Correio Geral da Bahia (FARIAS, 2014).

Outros periódicos publicavam os relatos de viagem em seções chamadas “*Litteratura e Sciencias*”, “*Miscellanias*” ou “*Obras Publicadas*”. Diários de viagens realizadas por brasileiros e estrangeiros, muitas vezes, eram publicados em partes, fazendo as vezes de folhetim, recurso que visava à manutenção do interesse dos leitores pela edição seguinte, como pude verificar com o diário da viagem realizada por Antônio Monteiro de Mendonça Borô, que saiu da então província do Mato Grosso em direção ao porto de Tibagy, província do Paraná. Seu texto foi publicado no jornal curitibano *O Dezenove de Dezembro*, nas edições número 6, 7 e 9, que circularam entre os dias 6 e 27 de maio de 1854.

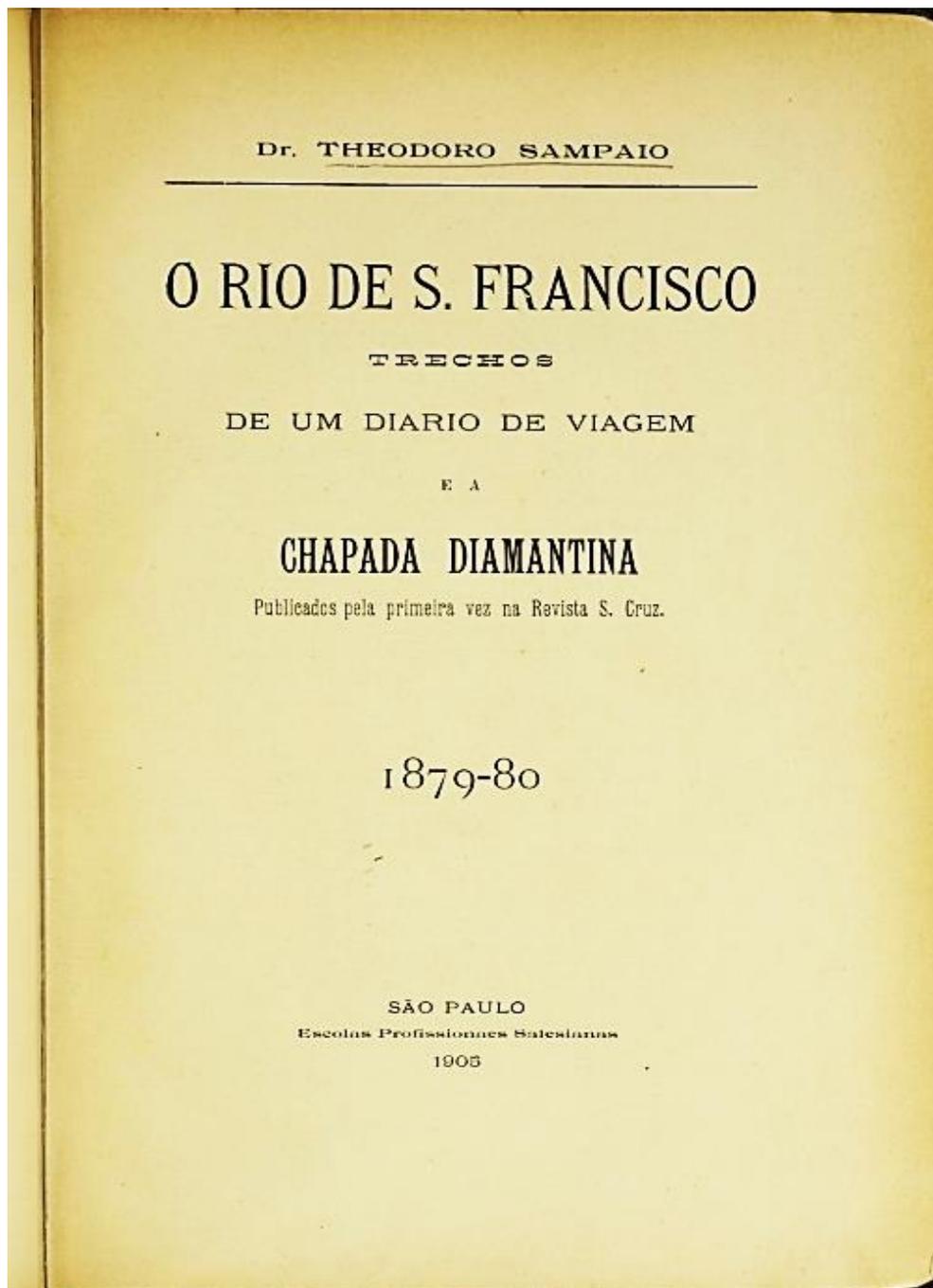
Embora tenha alcançado seu auge no século XIX, quando a viagem adquiriu um valor cultural que transformou essa experiência num feito que distinguia determinados sujeitos na sociedade, a prática de escrita de diários de viagem tem raízes antiquíssimas. Na Antiguidade Tardia, por exemplo, Ausônio, poeta do século IV, elaborou sua obra mais famosa, *Mosella*, poema que descreve sua viagem pelas águas desse rio (CANALI, 2011). Muitos outros depois dele registraram suas aventuras em forma de poema, mas também em cartas, autobiografias, postais, diários e por meio dos gêneros textuais que melhor serviram ao desejo de inscrição de uma memória de viagem. Dentre os muitos diários publicados no século XIX, houve aqueles escritos por personalidades ilustres, como Dom Pedro II, Imperador do Brasil, que, inclusive, também navegou pelas águas do rio São Francisco.

No século XIX, as práticas de escrita, embora não exclusivamente, mas de modo hegemônico, ainda eram domínio masculino (CARDONA, 1994), sobretudo os gêneros de circulação pública, mas algumas mulheres, como a professora Nísia Floresta<sup>81</sup>, conseguiram publicar seus relatos de viagem. Contudo, a maior parte dos textos publicados foram escritos por homens, como ocorreu, por exemplo, com o diário de viagem de Theodoro Sampaio, engenheiro e militar brasileiro, que empreendeu uma viagem de exploração ao longo do rio São Francisco e da Chapada Diamantina, entre os anos de 1879 e 1880, e a registrou em forma de diário. Seu texto, inicialmente publicado pela Revista Santa Cruz (Figura 62), ganhou uma publicação em livro, no ano de 1905, pela editora das Escolas Profissionaes Salesianas.

---

<sup>81</sup> FLORESTA, Nísia. Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia; tradução Maria Selma C. L. Pereira; Natal: IFRN, 2018.

Figura 62 - Diário de Theodoro Sampaio, 1905



Fonte: Sampaio (1905).

## 7.2 Pelas águas do “majistoso”, de Juazeiro a Pirapora

Os relatos de viagem podem se apresentar a partir de gêneros como o relatório de viagem, as cartas, os postais, as crônicas etc. De modo geral, e, particularmente, aqueles escritos no século XIX, guardam marcas comuns que caracterizam o gênero, o que inclui abundância de adjetivos, marcadores de tempo, rica descrição geográfica, do clima, de aspectos sócio-

históricos e culturais do lugar etc. (PIMENTA, 2017). O diário de Egydio é rico desses elementos, dos quais recorto os seguintes trechos do dia 17 de abril de 1909:

“Centocé” - ou Sento-Sé - como escrevem os seus habitantes - dista 17 leguas de - Juazeiro e 4 de “Casa-Nova” - é Villa antiga, atrasada e decadente, sita cerca de 2 Kilometros da margem direita do Rio, com ruas tortuosas e casas toscas e em ruínas; lugar sem vida e de poucos moradores. Tem uma Capella sem torres na elevação de um morro redondo e alto, com um cruzeiro no ápice para onde segue um recto caminho. A invocação é de S. José da Barra (f. 20v-21r).

Figura 63 - Vista do rio São Francisco, por Reginald Gorham (1927)



Fonte: Gorham (1927)

Figura 64 - Margens do S. Francisco, perto de Sento Sé, por Reginald Gorham (1927)



Fonte: Gorham (1927)

Egydio foi cuidadoso em apresentar um retrato sócio-histórico e cultural das localidades por onde passou, descrevendo a vida social, a política, a religiosidade e vários outros aspectos culturais que dão a seu texto as feições de um diário de viagem e revelam as representações que tinha acerca desses elementos. No dia 24 de abril, décimo dia de viagem, registrou: “[...] Defronte destaca-se o famigerado “Pernambuquinho” pertencente ao Municipio da “Lapa” e ainda hoje reducto de bandidos e assassinos de quem lançam mão os politicos contendores [...]” (f. 28r). Como membro do Conselho Municipal de sua cidade e, mais tarde, Intendente interino, Egydio conhecia a política local, traço de sua personalidade que se manifesta na menção às manifestações de poder local e na importância que dá à existência e condições dos prédios públicos, na percepção da economia e potencialidades de crescimento das localidades.

As marcas discursivas do gênero evidenciam-se, ainda, pela narração em retrospectiva, típica do gênero diário: “Zarpou o navio de “Matto Grosso” as 5h,20m da manhã, passando logo depois por “Caruás”, fazenda dos famigerados “Militões”, tradicional reducto de Antigas luctas, de que resta ainda capellinha, sobrado e casas em ruinas [...]” (f. 22v). Interessante observar a presença das histórias que marcaram aquela sociedade, como nesse relato. As marcas discursivas manifestam-se, também, pela identificação espaço-temporal com registro da data, da hora e, nesse caso, das distâncias relativas ao porto de partida ou em relação às localidades pelas quais haviam passado: “O navio foi as 2 horas da tarde aportar em “Pilão Arcado”. “Pilão Arcado” - 47 leguas de Juazeiro e 9 do Remanso é uma das mais antigas Villas do Estado, atrasada e insipida, sita á margem esquerda do Rio [...]” (f. 22v). Sua narrativa lança mão de informações de seu repertório cultural, dos elementos de que nos apropriamos por meio da oralidade e que formam o cabedal que nos tornam parte de uma determinada comunidade.

As casas e as ruas foram descritas com um olhar crítico em torno de aspectos atinentes à urbanização do lugar, à existência de escolas e de outros elementos necessários à vida em sociedade, à localização das Igrejas e de prédios públicos, enfim, tudo o que se relacionasse a aspectos culturais do local. “Dia 19 - “Pilão Arcado” [...] As ruas são estreitas villas de Casas ordinarias, com um predio de Cadeia em um largo. A Egreja é um pardieiro com duas torrinhãs e um adro semi-murado - Invocação de S. Antonio (f. 22v, 23r). Lembrando que Egydio era topógrafo, observar as características físicas da região era imperativo no olhar desse viajante.

Dia 21 - “Barra do Rio-Grande” - 62 leguas de Juazeiro - 9 do “Icatu” e 11 do “Xique-Xique”, á margem direita e na fóz do “Rio Grande” tem bonita situação topographica, o Rio é largo e a entrada, vistosa; com uma espécie de caes para garantir ás casas. A ascensão para a cidade é feita por uns degraus. Tem diversas propriedades boas, ruas regulares e casa commerciaes; uma praça larga, quasi quadrada, denominada do Rosario, onde tem uma capellinha d’essa invocação e uma casa de Theatro em

construcção; e em outra praça está edificada uma casa de Camara e Cadeia, muito pequena, porem assejada. A Igreja matriz que ainda não está acabada é um bonito templo, com duas grandes torres e sino - relógio e na frente um colossal cruzeiro. (f. 25r).

As paradas foram registradas com identificação do horário de chegada e de partida, das características do porto e de tudo que estivesse envolvido nas manobras do navio. Embora suas impressões pessoais sejam postas de lado em detrimento das descrições, há momentos em que os imprevistos da viagem são registrados, mas sem a emoção que os percalços e perigos oferecidos pela navegação podem desencadear:

Passando “Pacús”, transpóz-se a “Criminosa”, pedra a flor d’agua, depois o “Portão 63”, rapido respeitavel; assim como “O Portão 2 de Julho”, - verdadeiro espantallo dos navegantes, onde o Pratico receioso de arriscar o Navio naquela terrivel e impetuosa corrente, preferiu - transpor o dique quebrado (obra da Comissão de Melhoramentos), denominado “Buraco do “Amaro”, onde o navio depois de muito vai-e-vem e vira-voltas, impellido pela enorme correnteza dáquella montante conseguiu safar-se, fazendo alguns rombos, que foram tomados ao encostar em “Sabão”, onde esperou o “Lanchão” que a força de vento, rebocada pelo “Paquetão”, transpunha por sua vez com grande esforço áquelles rapidos.

Chegando o alludido “Lanchão” que de novo atracou ao Navio, seguiu até o porto de “Sant’Anna” onde aportou as 11 horas da manhã. (f. 19r-19v).

Dia 23 - [...] Ali o Rio tem largas enseadas e um braço passa ao pé de dois morros, em um dos quaes tem uma pequena pedra, alva e em meia altura, onde dizem haver uma pequena gruta, que por ignorancia Crendeira ou grosseira superstição, suppoem existir uma imagem dáquelle Santo, e os passageiros phanaticos e barqueiros jogam dinheiro náquella direcção (apezar de cahir nagua) na intenção do Santo, a fim de fazerem boa viagem!..... (f. 26v).

Dia 1º de Abril - é curioso dizer-se que é temperado quasi humido e ensalubre aquelle clima; terrenos cobertos de matagais espessos, mas ferteis - data venia a classica e proverbial indolencia dos habitantes que são mais supersticiosos e visionarios do que trabalhadores occupando seu tempo em crenças lendárias de “rolador”, “Negro d’agua”, “mãe d’agua” e outras banalidades (f. 41r).

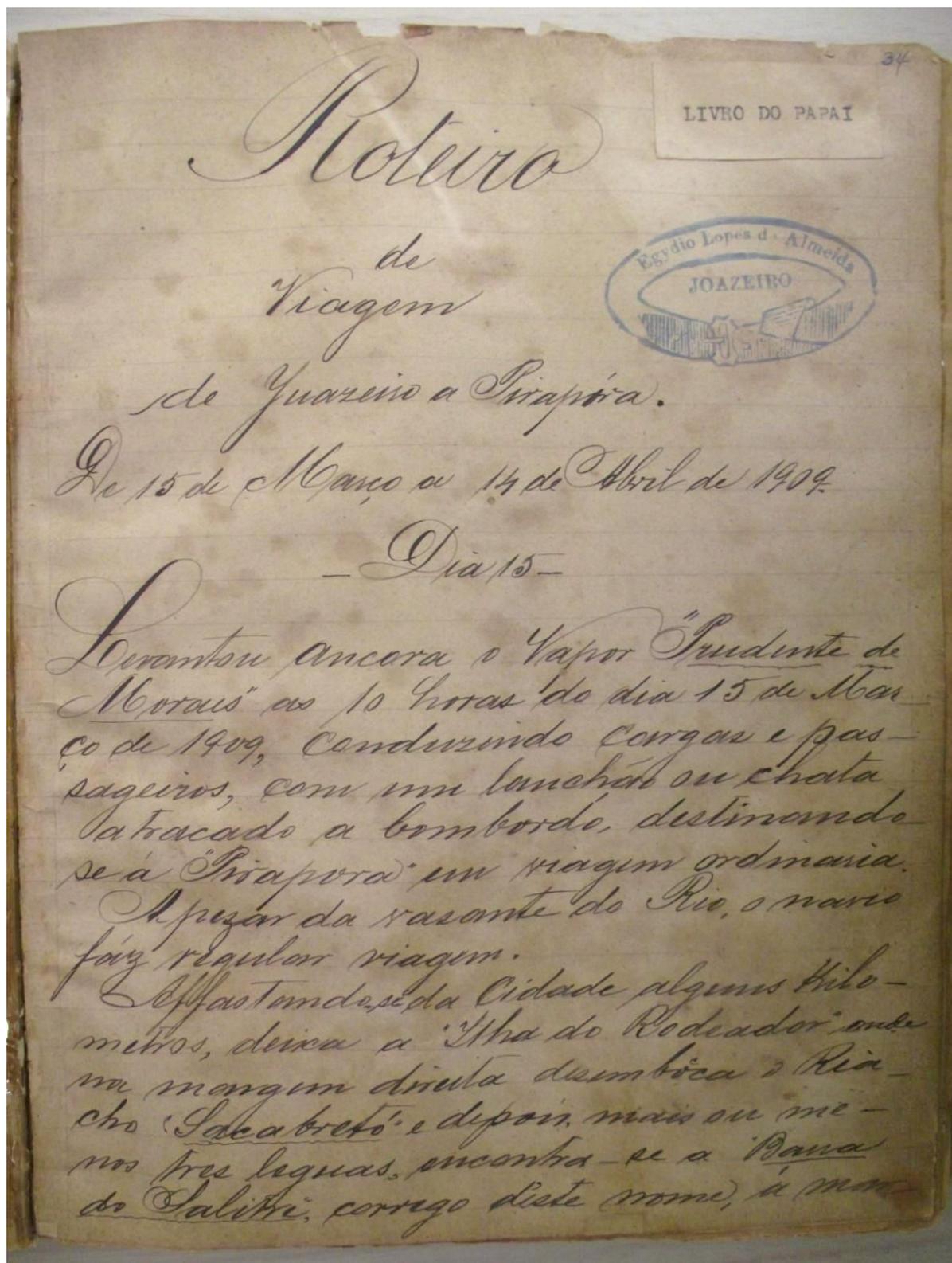
Os aspectos geográficos, sócio-históricos e culturais foram meticulosamente registrados, mas sua narrativa omitiu impressões concernentes aos passageiros, à tripulação e à sua rotina no navio. Nem uma palavra acerca daqueles que faziam essa viagem em sua companhia ou sobre a qualidade das acomodações. Houve silêncio sobre o cotidiano na embarcação, os serviços de bordo, o que comiam ou bebiam, a higiene etc.

Em seu testemunho, Egydio deixa patente seu olhar de homem do século XIX, que, embora fosse também o olhar de uma pessoa religiosa, mantinha uma visão alinhada com as ideias positivistas de então, o que o afastava de lendas e “crendices”, conforme termo utilizado para criticar crenças locais do “rolador”, do “Negro d’agua” e da “mãe d’agua. Seu pensamento alinhava-se ao cientificismo de sua época, que o fazia desprezar o folclore local e o aproximava de uma ideia de desenvolvimento por meio da educação e da cultura.

### 7.3 Vestígios de si no registro de bordo

A escrita de diários pessoais ocorre a partir da vida cotidiana, está associada às práticas ordinárias dos sujeitos. As narrativas de viagem, por sua vez, vinculam-se a eventos transitórios. Trata-se de “[...] uma representação e uma memória, [...] durante uma fase excepcional de sua existência” (HÉBRARD, 2000, p. 30). Contudo, esse é também um trabalho de memória realizado pelo indivíduo que dá seu testemunho relativamente ao vivido, na busca de eternizar pela escrita suas impressões acerca dos eventos experienciados. Desse modo, a materialidade de seu registro se constitui como objeto biográfico, um retrato de si mesmo que pode ser contemplado como recordação, mais um modo de se perpetuar junto aos seus, que, pela leitura de seus escritos memorialísticos podem entrever sua sensibilidade, sua cultura e o seu perfil cuidadosamente elaborado. Seu testemunho lhe permitiu a organização de dados sobre si e sobre o espaço e a sociedade de que fez parte e transmitiu tais representações para seus descendentes, tal como Artières (1998) diz que é possível realizar.

Figura 65 - Página inicial do diário de viagem de Egydio - f. 8r



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Egydio Lopes d'Almeida

Ainda que seu registro prime pela impessoalidade, há marcas que fazem emergir sua subjetividade para o texto, o que ocorre, por exemplo, com a utilização do pronome de primeira

pessoa utilizado ao relatar um caso ocorrido em Morrinhos, localidade de Carinhanha: “Contaram-*me* que, tendo o Parocho da Freguezia dado uma revista de asseio nesta imagem encontrou em um dos braços uma inscrição em latim, cuja traducção éra o roteiro de um caixão com moedas de ouro e prata [...]” (f. 33v). Em outras passagens, a primeira pessoa típica da *escrita de si* aparece em verbos no singular ou no plural:

O navio largou as 3h. da tarde, passando logo depois “Pedras de Maria da Cruz”, acima - 3 leguas de Januaría, pequeno povoado em alta elevação á margem direita, com Estação Telegraphica, uma Igreja em ruínas e Cruzeiro; assim como passou o largo empedrado de “Remansinho” a 7 leguas de Januaría, indo pernoitar no lugar denominado “Matta do Engenho”, as 10 horas da noite, onde *tive* de apreciar um combate entre piranhas e sinribys (f. 36r-36v).

*Passamos* ‘Barreiro do Onça’, de pequenos sitios ás margens, - uma legua antes de “Guaycuhy” (f. 40r).

Esta ponte vae terminar no planalto desigual da Margem opposta, denominado - Pirapora do São Francisco, pertencente a este Municipio e ao Bispado de “Uberaba”, com cerca de 70 fogos. É de uma topographia primorosa e pittoresca, parecendo que ali com a chegada da Estrada de Ferro se desenvolverá uma fucturosa e elegante Cidade; pois surgem planos e projectos tão grandiosos que se não ficarem nas “Calendas Gregas” como é do programma de *nosso*s governos, *teremos* a gloria de mais essa maravilha.... (f. 42v-43r).

Além dos aspectos linguísticos, outros elementos mais sutis marcam a subjetividade de Egydio, a exemplo das descrições das Igrejas de todas as localidades por que passaram, em que havia tal instituição de seu interesse de homem católico praticante:

A abóboda da Igreja é de resistente ingrenagem de madeira, o altar-mor é immoldurado com capricho. Neste altar está a Padroeira, nos dois altares lateraes estão as imagens de S. José e S. Miguel, e outros altares com imagens. Em um gavetão abaixo do altarmor está depositada uma imagem do Senhor mórto de elevada estatura, verdadeira obra de escultura e perfeição” (f. 33v).

Um certo olhar bucólico evidencia uma personalidade sensível à beleza e um comportamento típico de quem descobre novas paisagens. Embora estejam longe de serem confessionais, tais relatos fornecem ao seu testemunho elementos que se conformam como uma espécie de identificação do *eu* e imprimem ao seu texto um carácter autobiográfico, aproximando-o de sua prática de escrita privada.

E é assim que a cada passo, levantãose das “Corõas” bandos collocaes de patos, paturys, marrecos, arêrês; de um lado nuvens espessas de Jaburús, gaivotas e tambem os Tuýúyús de vôo lento e tão celebres em suas reuniões de pescaria; de outro, miriadas de garças e colhereiras; nas margens, bandos de tucanos e mutúns sagazes, sem contar os lotes de lontras e grupos de Capiváras, que apparecem e desaparecem

a todo instante e dos enormes Jacarés que júncam o longo da praia, divertindo o viajante escopeteiro! Com a satisfação de uma boa viagem foi o navio aportar em Januaria, as 9,40m da noite (f. 35r).

A escrita de seu diário de viagem tem o caráter intencional de produzir memória, o que se evidencia na menção feita a esse texto, na sistematização escrita de suas memórias: “Em Abril de 1908 percorri o “São Francisco” e escrevi um “Roteiro de Viagem” que adiante descreverei”. Suas memórias, documento que aborda sua vida pública e cuja função social é dar notícia de sua existência, de sua personalidade e de quem foi o indivíduo na sociedade de que fez parte, informa da redação do diário, texto voltado a eventos extraordinários, constituindo-se como mais um marco de sua capacidade intelectual, de sua proeza como indivíduo hábil com a escrita, que tem o privilégio de dar seu testemunho e de falar de sua vida para outras gerações. A referência ao diário também chama a atenção para o fato de que Egydio compôs esse texto a partir de notas reorganizadas, passadas a limpo neste volume no qual compila os dois textos, o *Livro do papai*. Ao fazer referência ao diário de viagem, o documento ainda não compunha o volume. Desse modo, pode-se afirmar que sua textualização foi realizada em momento posterior à viagem, a partir de anotações feitas durante o percurso, o que coloca Egydio como seu primeiro leitor e revisor de seus escritos.

Além da criação de memórias por meio do registro escrito, sua viagem pode estar associada a uma busca pessoal, a uma necessidade de isolamento consigo mesmo a fim de se compreender - e de se distinguir - como indivíduo inserido numa coletividade, ou, ainda, para atender, mais uma vez, ao intelecto, visto ser comum que pessoas cultas empreendessem deslocamentos espaciais em busca de cultura e, por que não, de se tornarem porta-vozes do desconhecido, oportunidade facultada pela navegação naquela região. O diário de viagem é a tentativa de estender sensações transitórias, de capturar o fugidio, uma fotografia verbal de momentos vividos cujo registro tem o poder de reacender a memória, eternizando o vivido. Além de ser objeto de recordação de quem testemunhou os eventos, é um instrumento por meio do qual as pessoas de seu núcleo terão acesso a suas experiências, sua sensibilidade e seu modo de ver o mundo etc. Seu diário carrega suas representações acerca da cultura, da educação, das tradições etc., mas também uma prática cultural que representa *Quem* ele era, o sujeito culto que buscava conhecimentos e se elaborava por meio de sua prática de escrita.

Figura 66 - Cais de Juazeiro antes da construção da ponte [1910-1950]



Fonte: Acervo Maria Franca Pires (CAVALCANTE, 2007)

A habilidade de pensar de forma individual advinda do crescimento das práticas privadas (CHARTIER, 1991) parecia atrair esse sujeito para o exercício sociocognitivo de se autoconhecer e conhecer o outro com quem compartilhava a existência. De conhecer o mundo à sua volta e de organizar seu mundo e seus valores. O arquivamento de suas experiências por escrito permitiu-lhe a organização de dados sobre si e sobre o espaço e a sociedade de que fez parte, transmitiram sua forma de pensar e seus valores (ARTIÈRES, 1998). O testemunho escrito é o reencontro com sua própria história, conforme disse Ana Chrystina Venancio Mignot (2005), e Egydio, porta voz do visto e do vivido, logrou a perpetuação de sua história e de sua prática entre seus descendentes ao longo do século XX, sobretudo com esse gênero, conforme se vê nas práticas de escrita de sua neta e de sua bisneta.

#### **7.4 Setenta e cinco anos depois, outra viagem, uma nova história.**

O segundo diário de viagem que integra o acervo dos Lopes d'Almeida foi escrito por Célia Almeida Gil Ferreira, neta de Egydio, 75 anos após a viagem que deu origem ao relato de seu avô. Seu destino foi o Rio de Janeiro, onde esteve entre os dias 15 de setembro e 22 de outubro do ano de 1984. Curiosamente, seu texto indica apenas o dia e o mês dos eventos e, na

parte interna do caderno (2ª capa), aparece o ano com uma interrogação, “1984?”, o que mostra que em algum momento posterior aos eventos ela teve dúvida sobre quando a viagem foi realizada. Apenas o f. 6r apresenta a data completa, constando o ano. Entretanto, na leitura que realizei dos livros de família<sup>82</sup>, pude recuperar e confirmar o ano exato em que a viagem aconteceu. Apesar de ter viajado bastante, conforme registrou em seus escritos pessoais, não tenho notícia de que Célia tenha produzido outro diário de viagem.

O suporte de seu diário é um pequeno caderno de 40 folhas da marca Melhoramentos, com tema do sítio do Pica Pau Amarelo, das quais 20 contém os escritos da viagem; oito estão vazias; uma contém uma nota de desabafo e 11 foram cortadas próximo à margem. Em algumas delas, é possível perceber que havia algo escrito, conforme figura 68.

---

<sup>82</sup> Livro de família nº 03.

Figura 67 - 1ª capa do caderno com o diário de viagem ao Rio de Janeiro, 1984

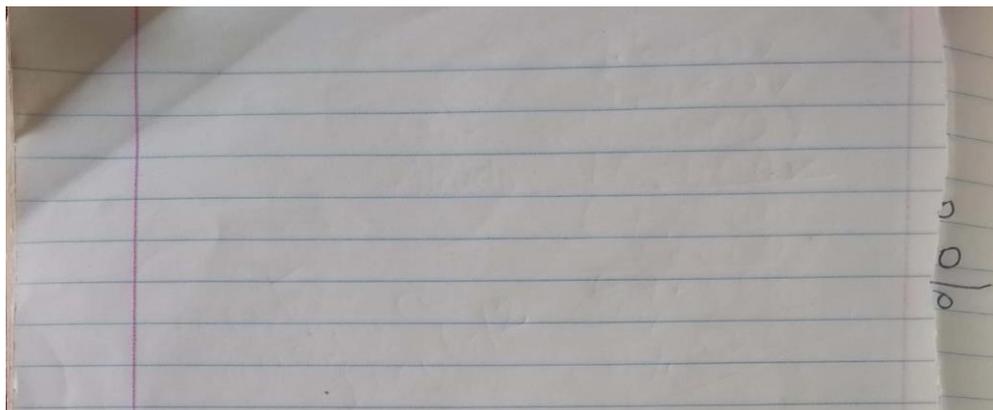


Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Trata-se de um caderno com algum desgaste nas extremidades, com as capas muito rabiscadas com anotações rápidas de números de telefones, contas e listas de presentes. Suas páginas são pautadas e apresentam margem à esquerda, demarcada em vermelho. Embora esteja

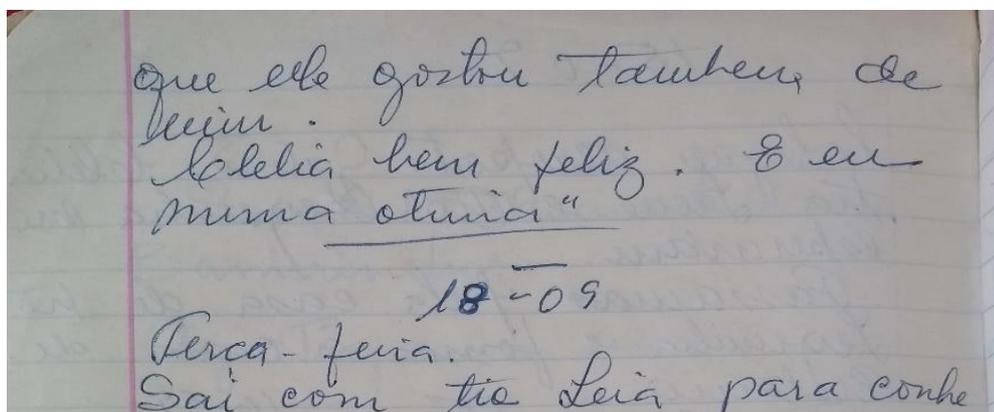
conservado, sem danos causados por agente biológico ou de outra natureza, as folhas apresentam um tom amarelado, em virtude da ação do tempo. A mancha gráfica, produzida com caneta esferográfica azul está bem preservada. Percebe-se a presença de mais de uma esferográfica (fólios 8v-10r). Não há preocupação com a caligrafia, com a organização do texto, que de vez em quando segue em outras direções e extrapola as margens. As rasuras dão ao seu escrito um aspecto orgânico, indicando que seu texto foi sistematizado durante a viagem e não foi passado a limpo, diferentemente do texto de seu avô, que parece ter sido sistematizado num momento posterior, a partir de anotações prévias. Há irregularidade na forma como as datas foram inseridas: ora o dia da semana aparece por extenso, ora em algarismo arábico; ora o dia e o mês aparecem; algumas vezes apenas o dia da semana e a data etc. As rasuras ocorrem, em geral, para correção de datas ou para continuação de um registro, recurso típico da escrita ordinária, conforme aceção de Fabre (1993).

Figura 68 - Vestígio de página suprimida do diário de viagem



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 69 - Diário de viagem, f. 1r com rasura na data



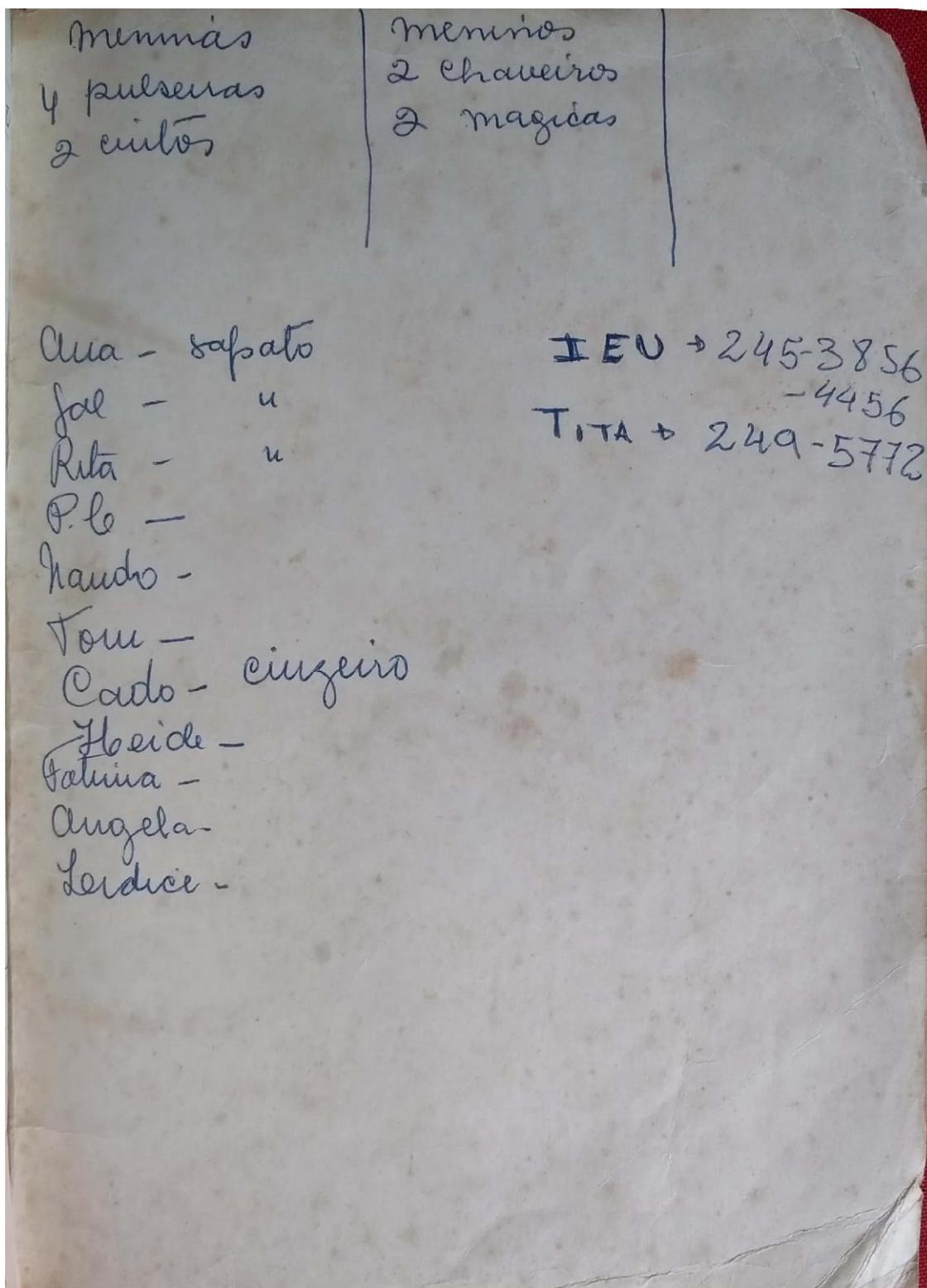
Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 70 - Diário de viagem, f.2v com rasura para continuação

Dia 20 - Curitiba  
 Fomos almoçar no La Mole  
 (rest. Italiano).  
 Dia 19 continuação  
 Visitei o Copacabana Palace  
 e o Rio Sul

Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

Figura 71 - Lista de presentes na 3ª capa do caderno



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

....

Para além da materialidade, o texto apresenta predomínio do registro de sentimentos em relação à descrição de ambientes, que, apesar de presente, aparece em detrimento de sua apreciação acerca dos eventos e dos sujeitos com quem interage.

A viagem realizada por Célia foi de avião, luxo ao qual muitos viajantes do fim do século XX passaram a ter acesso, embora ainda fosse muito caro tomar um avião para outro estado. Ao que parece, ela viajou sozinha, pois não faz referência a nenhum acompanhante com quem tenha desembarcado no Aeroporto Galeão. Célia tinha familiares no Rio de Janeiro, cidade na qual seu pai havia morado, e para onde migraram seus irmãos, Clélia e Antônio Gil Ferreira. Além disso, era a cidade onde ficava o convento no qual duas de suas tias ingressaram como freiras do Sagrado Coração de Jesus. Assim, sua viagem não foi apenas de turismo, foi também momento de reencontro com familiares e amigos. Sua tia, a irmã Maria Evangelina, já havia falecido, no ano de 1976, conforme pude apurar em contato com a instituição religiosa de que fez parte; tia Gazu, Graziela, membro dessa mesma instituição religiosa, ainda estava viva e o encontro causou muita emoção na sobrinha-neta, conforme relato do dia 21 de outubro: “[...] Me despedi de dindinha Gazu Ela continua achando que eu não sou eu! Ia almoçar com Cirene e tia Lia mas fiquei muito abalada com tia Gazu e resolvemos não ir.” (f. 20v).

Figura 72 - Registro com irmã Isabel (Graziella/Gazu) - 1984.



Clélia à esquerda; Graziella, de apelido familiar Gazu e ordenada como irmã Isabel, no centro; Célia à direita, sentada; e, atrás, de pé, Sonia Maria, esposa de Antônio Lopes d'Almeida.

O diário de viagem de Célia foge ao que se costuma observar nesse gênero, pois a autora se põe no centro da narrativa de uma forma *emocional*, contrariando aquilo que Viñao Frago (1999) diz a respeito da perspectiva assumida por quem produz esse gênero textual. Quem escreve um diário de viagem, em geral, dedica-se à elaboração de uma memória extraordinária, distante do exercício de desabafo, da esfera da intimidade e das experiências cotidianas. A autobiografia, por sua vez, segundo Lejeune (2008, p. 14), diz respeito à “[...] narrativa retrospectiva feita por uma pessoa acerca da própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. Contudo, mesmo quando não se trata do gênero autobiografia, algumas características desse gênero podem se fazer presentes, evidenciando que a delimitação entre determinados gêneros da escrita pessoal não é tão demarcada (HÉBRARD, 2000). A vida cotidiana, em sua concretização, foge a qualquer tipo de tentativa de normalização. Talvez por isso mesmo a História Social da Cultura Escrita venha ganhando tanto espaço na historiografia contemporânea. Entretanto, há que se ter cuidado, conforme já se destacou, com a ilusão biográfica, conforme alerta Pierre Bourdieu (1996). Não existem verdades absolutas ou histórias verdadeiras. As narrativas estão sempre sujeitas ao crivo de quem as elabora.

O diário de Célia está escrito na primeira pessoa, o que lhe confere profundidade subjetiva e autobiográfica e situa a viajante como testemunha dos eventos narrados. Penso que esse traço autorreferencial e, em alguns momentos, confessional, está associado ao fato de a autora estar habituada ao registro diário de sua vida, de seus afazeres cotidianos, em outras práticas de escrita que mantinha. Desse modo, em seus relatos, para além das descrições do visto e do vivido, comuns em diários de viagem, ela descreve como se sentia nessas situações, o que reforça uma certa inclinação confessional que seu diário de viagem ganha em alguns trechos. Sua chegada à cidade foi relatada nas seguintes palavras: “15-09 Cheguei aeroporto Galeão. Clélia tia Irene e tio Zequinha me esperavam. Passamos pela casa de tio Zequinha e fomos à casa de Antonio” (f. 1r).

Distintamente do estilo conciso de seu avô, Célia sempre descreve as situações e compartilha suas impressões em relação aos eventos e em relação aos partícipes dessas situações, mas, principalmente, seu sentimento, como registrou nas entradas a seguir:

Dia 29 - Sabado  
Fomos a Araruama. Passei na Ponte Rio-Niteroi - Saquarema -  
Gigi - decorações, móveis, louça, restaurante, sorvete, açougue, bebidas, boutique.  
Passamos um dia maravilhoso.  
Fui na Igreja. Na gruta de N. S. Lourdes.  
Almoçamos no rest. Costa do Sol. É lindo tudo

Foi um dia maravilhoso  
 Meu doido irmão puxou 140 na ponte Rio-Niteroi  
 Fiquei assombrada. (f. 6r-6v)

2ª 1º Out

[...] Acordei com uma dor no braço esquerdo, pegando o seio, que tem me abusado muito!

Almoçamos com tia Lia e vou ficar aqui ate Sabado.

Tia Lia queria passear, mas estava tão chateada que resolvi não ir. Ela fez massagem com gelol e me deu AAS (f. 7r)

4ª feira - 3 Out

Pela manhã saí com tia Lia pelo bairro. Aqui tudo é independente. O comercio parece maior que o da Av. 7 Tem lojas importantes, butiques, lojas moveis, tudo. [...]

À tarde fomos ao largo da Carioca visitar a Igreja [...]

De lá fomos ao Morro S. Tereza. Só mora gente de grana. Muita casa grande e bonita. Sobe-se o morro por ruas estreitas. Tem onibus mas fomos no bondinho. É um bonde pequeno. Ele passa sobre os arcos da Lapa. Parece que se esta pendurado no espaço. Em cima é muito estreito, só dá para um bonde de cada vez. Parece até que estamos num avião. De um lado e do outro só vê a cidade lá em baixo.

Gostei muito. É impressionante. [...]

Voltamos ao largo da Carioca. É cheio de camelos vendendo coisas com aquelas rodas enormes de gente em volta. Como no terreiro. Tem também barracas com artesanato. Lanchamos na confeitaria Colombo. Tudo cheira a antiguidade. As paredes são cobertas por espelhos enormes emoldurados. Espelhos de vidro bijoutè. Muito chic. As mesas com toalhas brancas. Um charme. Tomos chá.

Tinha uma mulher bem vestida e relativamente nova, tomando chá com um fantasma. [...] (f. 8v-9v)

Apesar desse tom confessional presente em determinados diários de viagem, de acordo com o perfil de quem o elabora, essa não é uma escrita autobiográfica no sentido estrito do assim considerado, pois, como já dito anteriormente e como assinalou Viñao Frago (1999), essa escrita se refere a um recorte de tempo da vida do autor, a um período em que ele sai de sua rotina e se coloca como testemunha de eventos que vivencia e registra. O objeto de sua narrativa é excepcional, é diferente e desconhecido. Registram-se a descoberta, a primeira impressão. Entretanto, como venho frisando, a mão acostumada a se autonarrar tende a incluir nesses eventos um tom de escrita cotidiana para descrever aquilo que foge à rotina, carregado de subjetividade. Ou seja, mesmo vivendo uma situação esporádica, os assuntos descambam para o ordinário, conforme registrou no dia 17 de setembro, dois dias após sua chegada ao Rio de Janeiro: “O dia amanheceu pessimo. Frio e Chuva. Ficamos Sr Annibal, Clélia e eu no apartamento ouvindo discos e conversando o dia todo. Gostei do Sr Annibal. Parece que ele gostou também de mim. Clélia bem feliz. E eu numa ótima.” (f. 1r-1v).

O ato de escutar música, acima relatado, é uma atividade recorrente no cotidiano de Célia, conforme registra em seus escritos. Em diversas passagens de seu diário, ela faz referência a esse hábito típico do século XX, período no qual os avanços tecnológicos moldaram determinadas práticas, que, por sua vez, têm sido modificadas no atual século XXI. Vejamos

seu registro do dia 28 de setembro: “Acordamos e ficamos ouvindo fitas de Pe. L. Trevisan. Sônia adorou. [...]” (f. 6r). Trata-se de uma prática social que contribui para a reafirmação do eu. Os discos e fitas k7 que comprávamos<sup>83</sup>, a seleção do que escutar, a identificação com as mensagens nas letras de música, a associação das músicas com momentos de nossas vidas, também o envolvimento com a melodia, o ritmo selecionado conforme nosso estado de espírito ou contexto em que estávamos eram parte de um ritual que as pessoas mantinham. Ouvir música, nessa época do século XX, constituía-se numa atividade que envolvia a exploração das capas dos discos em seus elementos semióticos e textuais. Falo no passado porque o ato de ouvir música, na minha percepção, tem mudado de uma atividade coletiva para uma prática individual, haja vista a presença maciça de tecnologias como fones de ouvido e assinaturas digitais que limitam o acesso às plataformas de música etc. Os veículos e suportes que armazenam músicas mudaram e têm tido influência em como essa prática se concretiza na vida privada.

Os gestos envolvidos na escuta de músicas são autorreferenciais, pois dizem do indivíduo, de sua subjetividade e, ao mesmo tempo, ajudam a forjar sua personalidade. Por outro lado, esses gestos também refletem a coletividade de que somos parte, pois revelam preferências e ideias afins de tribos inseridas num determinado lugar social. No entusiasmo coletivo, entregamo-nos ao ritmo que faz expandir a satisfação de um evento ou dia feliz, como neste episódio, em que Célia retornava de um passeio a Paquetá: “[...] Na volta a barca estava superlotada. Pega 2.000 pessoas. 2 turmas fizeram samba animado, e todo mundo cantava músicas cheias de Ritmo. Já para saltar cantaram o hino do Flamengo e pegou fogo. Adoramos. Adorei” (f. 18v).

Os documentos do passado são como um grande baú com tesouros que extrapolam a preciosidade do suporte e do gênero ali encerrados. É um momento de encontro com práticas que reconhecemos, pois muitas vezes as cultivamos, e de reencontro com práticas que vêm se transformando sob nossos olhos sem que nos apercebamos, envolvidos que estamos nas tramas do cotidiano. Mas também existe a surpresa do reencontro com sociabilidades mais distanciadas que, embora as reconheçamos, fazem parte de um passado mais distante. Atente para o relato descrito a seguir:

5ª feira 27

Passamos na firma e de lá fomos ver P.E. de bolsas e sapatos. Comprei. Depois almoçamos com Gilce.

<sup>83</sup> Atualmente, a forma de adquirir música é digital. Comprar um disco de vinil é algo raro, gesto de colecionador realizado por um grupo seleto.

O apartamento dela é um amor. Muito bem montado e bonito. Parece que nos conhecemos a anos. Passamos quase a tarde toda la.  
 Fiquei admirada e... me falta até palavras - com a festa de S. Cosme e Damião. Imagine que se distribui doces e bombons e até brinquedos. Tudo em saquinhos.  
 O interessante é que as crianças não vão a escola neste dia. Ficam aos bandos pelas ruas, correndo de um lugar para outro pegando saquinhos.  
 O legal é que todas levam sacolas para ir botando o que recebem. No conj. De Dorita e no da Gilce, vários apartamentos fazem distribuição. É uma loucura.  
 contei 40, 50, 60 crianças de sacola correndo para la e para cá.  
 Agora é no prédio tal, la vão. O dia inteiro, não param.  
 A casa de Gilce não tinha mais onde botar de tanto doce, bolos, bombons.  
 Pensa que são crianças pobres e maltrapilhas? Não. É gente de todos os níveis.  
 Algumas acompanhadas pelo pai, pela mãe ou pela babá.  
 Adorei, adorei, adorei.  
 Valeu! Como valeu. [...] (f. 4v-5v)

O diário de viagem escrito por Célia está repleto de variadas atividades, que incluem desde os passeios pelas calçadas, quase em desuso ultimamente, leitura, escrita etc., até sair para lancher. Tais práticas ajudam a responder à questão *Quem?* (escreveu), *Quem é Célia no continuum da História Social da Cultura Escrita?*. Vejamos o que está em seu repertório.

De acordo com sua filha, Ana Elisabeth, Célia mantinha uma vasta biblioteca e lia regularmente. Em seus escritos, há sempre alguma referência a esse hábito. No diário de viagem, na quinta-feira, dia 4 de outubro de 1984, sua leitura ganhou o seguinte registro: “[...] Hoje comprei o livro que falta para minha coleção e umas bobagens p<sup>a</sup> Yuri e Yeddo. [...] (f. 11v). Além da leitura, a escrita aparece em várias entradas, seja em referência aos cartões postais, utilizados para “documentar” a viagem, seja em outras práticas de escrita, conforme trechos destacados:

Dia 20 - Quinta

Telegrafei a Tom e mandei cartões. (f. 3r).

3<sup>a</sup> feira 25

Como Sônia foi resolver os problemas da escrita, fiquei para escrever aos meninos. (f. 4r).

5<sup>a</sup> feira 27

Coloquei carta p<sup>a</sup> os meninos. Tem tanta coisa para contar! Uma carta não dá (f. 5v).

3<sup>a</sup> 2 - Out 84

[...] Comprei pulseiras para as meninas e coloquei cartas em Niteroi.... (f. 8r)

4-10

[...] Comprei muitos postais para documentar.” (f. 12r).

Na década de oitenta do século XX, embora muitas casas já tivessem telefone instalado, a autora não faz referência à utilização desse meio de comunicação para obter notícias de sua família ou para lhes dar notícias de sua viagem. Ao que parece, todo contato era realizado por

meio da escrita de cartas, de cartões postais e de telegramas, meios atualmente suplantados pelas tecnologias digitais. De acordo com as pesquisadoras Cécile Dauphin e Daniele Pouban (2002, p. 86) em seu estudo sobre cartas familiares do século XIX, a manutenção de uma correspondência está para além das competências lectoescritoras e da infraestrutura (serviço postal). Para as autoras, essa prática

[...] se enraíza em um modelo de comportamento, em uma maneira de viver o vínculo social e de estreitar relações. [...] Em face do imenso mundo frio e indiferente, o espaço epistolar cria abrigos cálidos e amáveis, sólidos e solidários. Um espaço que se apropria do pequeno mundo familiar, para se alegrar juntos com os nascimentos, casamentos, visitas e reencontros [...].

Nos documentos da coleção de Célia, não há cartas dessa época. Porém, podemos dizer que esse gênero, além de ser veículo de notícias, relato de viagem, é o gênero que aproxima o destinatário do interlocutor e das situações narradas, presentificando aquele que escreve. A carta é a “conversação entre ausentes”, afirmou Castillo Gómez (2002, p. 17), citando o filósofo Juan Luis Vives (1978), maior expoente do humanismo na Espanha, no século XVI.

Sobre o envio de correspondências de viagem - cartas, cartão postal, fotografias -, o pesquisador Nelson Schapochnik (1998, p. 424) diz que, após sua chegada ao destinatário,

[...] a viagem recomeça. Mas, agora, o viajante é aquele que recebeu o cartão. Viagem virtual por outros mundos, com o recurso dos fragmentos de imagens postais e de imaginação. Seria como se lhe fosse dada a oportunidade de compartilhar as vacilações da significação, a magia das perspectivas ou ainda as glórias da conquista de um novo espaço. O realismo das imagens estampadas nos postais também cria uma disposição que transfere o sentido de ‘eu li’ para ‘eu vi’. A posse do cartão daria ao destinatário a chance de sentir-se como Ulisses, Marco Polo ou Pero Vaz de Caminha.

O sujeito comum, tal como Célia, tem a oportunidade, por meio de sua prática de escrita, de contribuir como agente da história, validando a memória individual da pessoa comum, tanto quanto as memórias dos grupos sociais ou a memória dos grandes homens. Isso porque todo indivíduo é social, mas também individual. A pessoa comum, por meio das habilidades de ler e de escrever, tem a possibilidade de registrar sua identidade, o que é possível também pela fotografia (GOMES, 2004), e, contemporaneamente, por outros meios digitais. Célia, como mulher que usufruía das tecnologias pós-modernas acessíveis a seu poder aquisitivo, produziu vários registros fotográficos, que lhe permitiram “documentar” sua viagem - para usar um termo empregado pela autora:

Dia 20 - Quinta  
Almoçamos no la mole.

Fomos a Quinta da bôa-Vista  
 Visitamos o museu. É completo e espetacular.  
*Tirei muitas fotos*<sup>84</sup>. (f. 3r).

Domingo 30  
 Ricardo me levou no alto da serra para ver as azas delta. Adorei. [...] *Tirei muitos retratos lá*. No meio das azas....  
*Tirei de azas em voo.*  
*Tomara que fiquem bons.*  
 Adorei, adorei, adorei. (f. 7r).

4ª feira - 10  
 [...] A visita ao Cristo foi maravilhosa. *Tiramos foto na máquina de Clelia e por fotografo* (f. 14v).

5ª feira - 11  
 Clelia me ofereceu um chaveiro de acrílico com meu nome e o Sr Annibal mandou tirar *um retrato nosso para recordar*. (f. 16v).

2ª 15  
 Passeamos de charrete, fomos a Pedra da Moreninha, *tiramos retratos abraçando a “Maria Gorda” que é uma árvore grossona que tem la*. (f. 18v).

A fotografia é um importante documento histórico que ajuda a reconstruir histórias do passado, na medida em que ilustra narrativas e dão-se a ler. Trata-se de um documento sujeito a interpretações, tanto quanto os textos verbais, pois sua concretização passa pelas escolhas de quem a produz. A fotografia, assevera Burke (1992), resulta da intencionalidade de quem compôs a cena, então não pode ser considerada como registro fiel da realidade.

Em relação à história pessoal de quem fotografa, podemos dizer que se trata de utilizar mais um recurso para “documentar” sua experiência, cotidiana ou esporádica. Sempre que vasculhamos nossos álbuns, também o fazemos com nosso passado. Trata-se de uma prática presente em todas as famílias e inclui abrir o baú de recordações e reviver as lembranças, seja a partir das fotografias, dos escritos ou daquilo que se guarda na memória. No dia 17 de outubro, Célia e alguns familiares realizaram esse exercício, que ficou assim registrado: “Voltamos à tarde, passamos por uma confecção, deixamos Maria e Dorita em casa. Elas estão meio tristes com a doença de Paulo. *Sessão de lembranças e recordações.*” (f. 20r).

O diário de viagem, como um gênero voltado ao relato daquilo que é externo à vida cotidiana, deveria conter o que sai da rotina durante um período excepcional do sujeito, no entanto, o diário de viagem escrito por Célia, em diversas passagens, aproxima-se da *escrita de si*, prática que possibilita ao indivíduo, reunindo suas crenças, seus valores e verdades defendidas, refletir acerca do universo ao seu redor, das pessoas e das circunstâncias em que as situações se desenvolvem, forjar sua existência, textualizar seu fragmentos e deixar esse registro

---

<sup>84</sup> Todas as citações diretas destacadas com itálico e negrito, nesta e nas páginas a seguir, são grifos nossos.

como legado. Mas antes, esse registro serve para si, para a (re)organização de sua subjetividade e (re)criação de sua identidade.

O monólogo interior que está presente nas práticas de escrita privada de caráter mais intimista aparece em determinadas passagens de sua escrita, como nesta entrada do dia 25 de setembro, em que ela escreve: “Ontem fiquei muito gripada. Tive ligeira dor de cabeça. Também era dia 24 e com tanta gente lembrando a toda hora, doi muito ter perdido meu Zé. que dia miserável! Mas atravessei... Cada vez fica pior.” (f. 4r). A menção à morte de seu filho lhe causa aflição e ela registra seus sentimentos em relação ao comportamento das pessoas em seu entorno e em relação a seus próprios sentimentos diante do sofrimento incessante, pois a saudade é permanente. Embora fosse uma mulher muito alegre, conforme seus escritos dão a entender, Célia, que ficou órfã de mãe aos 15 anos, teve uma vida muito sofrida. Perder um filho de 18 anos por assassinato foi uma tragédia que dilacerou seu coração de mãe. Apesar de não ter tido acesso aos diários relativos às décadas de 70 e 80 produzidos por ela, porque foram destruídos, penso que sua prática de escrita tenha sido sua salvação e consolo, uma fuga para aplacar a dor e acalmar os sentimentos. Além disso, as memórias materializadas em seus escritos lhe permitiram reviver episódios cotidianos da vida desse filho que se foi e essa janela para o passado, por meio da qual ela podia olhar, quase a fazia vê-lo de novo, reconstruído pelos registros de várias etapas de sua vida.

Na última página de seu diário de viagem, sem data, há uma declaração que denota saudade dos filhos, mas, ao mesmo tempo, é uma mensagem enigmática, como se fosse dirigida a uma pessoa interposta entre ela e a prole ou que a colocou em posição de escolher entre estar com os filhos ou com outra pessoa. Não fica claro, mas reforça aquilo que Perrot (2005) diz sobre a autocensura presente na escrita feminina:

Não posso ficar sem meus homens um momento. Tudo me lembra eles.  
E minhas meninas, amo-as demais.  
Se fosse preciso e se for preciso terei que dar um passo decisivo em minha vida. Mas sei agora que nada nem ninguém me faria pensar diferente. Meus filhos é o amor e eu os adoro.

Entretanto, não apenas o sentimento de tristeza está presente nessas passagens mais introspectivas. Também o contentamento a deixava mais reflexiva. No dia 11 de outubro, por exemplo, registrou, efusivamente, a seguinte passagem:

[...] Clélia chegou p<sup>a</sup> me buscar para o almoço. Fiquei em casa por causa do olho Veio animada, que o dia estava lindo e o Sr. Annibal ia me fazer subir ao Pão de Açúcar. Resolvi ir, sabendo que ia morrer de medo. que nada! O passeio foi

maravilhoso. Como é lindo o Rio! A vista é qualquer coisa de encher o coração e a mente da gente. Dá paz. A gente acredita em dias melhores. Com um Deus tão bom que nos deu tantas coisas lindas, a gente renova a fé e a esperança. Não há lugar para maus pensamentos. É tudo tão puro e elevado que a gente fica leve e feliz. Clélia e Sr. Annibal foram maravilhosos. A alegria sincera deles por me proporcionarem o passeio foi muito gratificante. [...]. Só não foi melhor porque minha figura, deveras roliça me apavorou... Adorei, adorei, adorei. [...] (f. 16r-16v)

Apesar de seu diário estar repleto de elementos que o aproximam da *escrita de si*, também estão presentes os elementos que marcam discursivamente esse gênero. Assim, a datação, a indicação de horários, o predomínio da escrita em retrospectiva, a visita a espaços culturais, públicos e privados, os restaurantes e outros espaços estão cuidadosamente registrados. Contudo, embora apresente um texto predominantemente em retrospectiva, como tipicamente são os diários, o tempo presente e o futuro também estão ali: “Dia 28 - sexta. [...] Estou momentaneamente sozinha. Depois do almoço vou com Andrea encontrar Sonia para passear. **Depois eu conto**”. (f. 6r). Apesar de ela se dirigir a esse leitor implícito quando diz “**Depois eu conto**”, diálogo que por vezes o autor do texto literário mantém com seu leitor, seu texto é legitimamente ordinário (FABRE, 1993). Esse “**Depois eu conto**” também aproxima seu texto dos diários íntimos, cujo interlocutor é o “**Querido Diário**”.

Traços do texto ordinário manifestam-se, também, pela presença recorrente de determinada marca da oralidade que aparece em seu texto. Trata-se da repetição que ocorre em momentos de entusiasmo ou até de indignação. É recorrente o uso da expressão “**Adorei, adorei, adorei**” (a palavra adorei é repetida duas ou três vezes). Essa repetição pode ocorrer também em forma de desagrado, como em 15 de outubro: “A conjuntivite continua... **droga, droga**”. E como perplexidade: “2ª feira 8 [...] Fomos ao Joquei Club. Um espetáculo **enorme, enorme**.” (f. 13v-14r). A dessacralização do texto ocorre, ainda, pelo uso de gírias como “gaita” e “grana” para dinheiro, “taca” para difícil, complicado; “numa ótima”, indicando que está tudo bem e “Valeu, como valeu”, em afirmação de satisfação. Não há preocupação com as normas de acentuação e de pontuação. A dispensa desses recursos, acredito, ocorre porque ela escrevia para si mesma.

Seu texto apresenta anotações de ordem financeira, relativas a saques de dinheiro, aos preços dos objetos adquiridos ou desejados, à escassez de recursos, aos pagamentos realizados, aos cheques emitidos, ao custo de vida no Rio de Janeiro etc., informações que são úteis para recuperar esse aspecto do cotidiano das pessoas nesse passado que, embora não seja muito distante para nós, um dia será investigado por outros pesquisadores, que podem ter seus escritos como fonte ou, como ocorre agora, como objeto de pesquisa.

Os elementos de sua subjetividade que a aproximam de seu avô, sobretudo em relação à religiosidade, estão presentes em seus registros. Ao todo foram visitadas sete Igrejas ao longo de pouco mais de um mês de viagem, a saber: 18-09 Igreja de São Benedito, 22-09 assistiu missa numa Igreja do centro da cidade, cujo nome não foi citado, 29-09 Igreja - Gruta de Nossa senhora de Lourdes, 2-10 Catedral de São Sebastião, 3-10 Igreja e convento de Santo Antônio e São Benedito dos Pretos, 10-10 Igreja de São Judas Tadeu. A descrição da Igreja de Santo Antônio é muito semelhante às descrições de Egydio: “A tarde fomos ao largo da Carioca para visitar a Igreja (convento) de S. Antonio. Tem escadaria, mas sobe-se por elevador. O altar mor é dourado. Lembra o de S. Francisco. Está reformando”. (f. 8r). Na escala de descendentes, ela é a primeira a retomar o gênero diário de viagem, prática inaugurada na família pelo patriarca, mas não foi a única, como se verá a seguir!

### **7.5 O livro da tribo: os escritos da guardiã de memórias**

Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho é membro da terceira geração de descendentes de Egydio e foi mais um membro dessa família a escrever um diário de viagem. Foi interessante a descoberta desse material, pois a autora não se recordava de tê-lo escrito, embora se lembrasse da viagem. Enquanto conversávamos sobre o acervo, ela havia dito que tinha muitos diários de sua mãe, muitos textos guardados, mas produção sua eu só encontraria, no máximo, cartões de Natal... até que nos surpreendemos com a agenda no meio de outros documentos guardados em caixas no maleiro do armário de seu quarto. Ao se deparar com o volume, a memória imediatamente foi acionada e ela o reconheceu instantaneamente. Foi uma grata surpresa. Isso nos faz imaginar a quantidade de escritos de pessoas comuns, esquecidos da memória e fisicamente esquecidos em caixas, gavetas e maleiros, aguardado o momento de cumprirem a vocação de todo texto: ser lido!

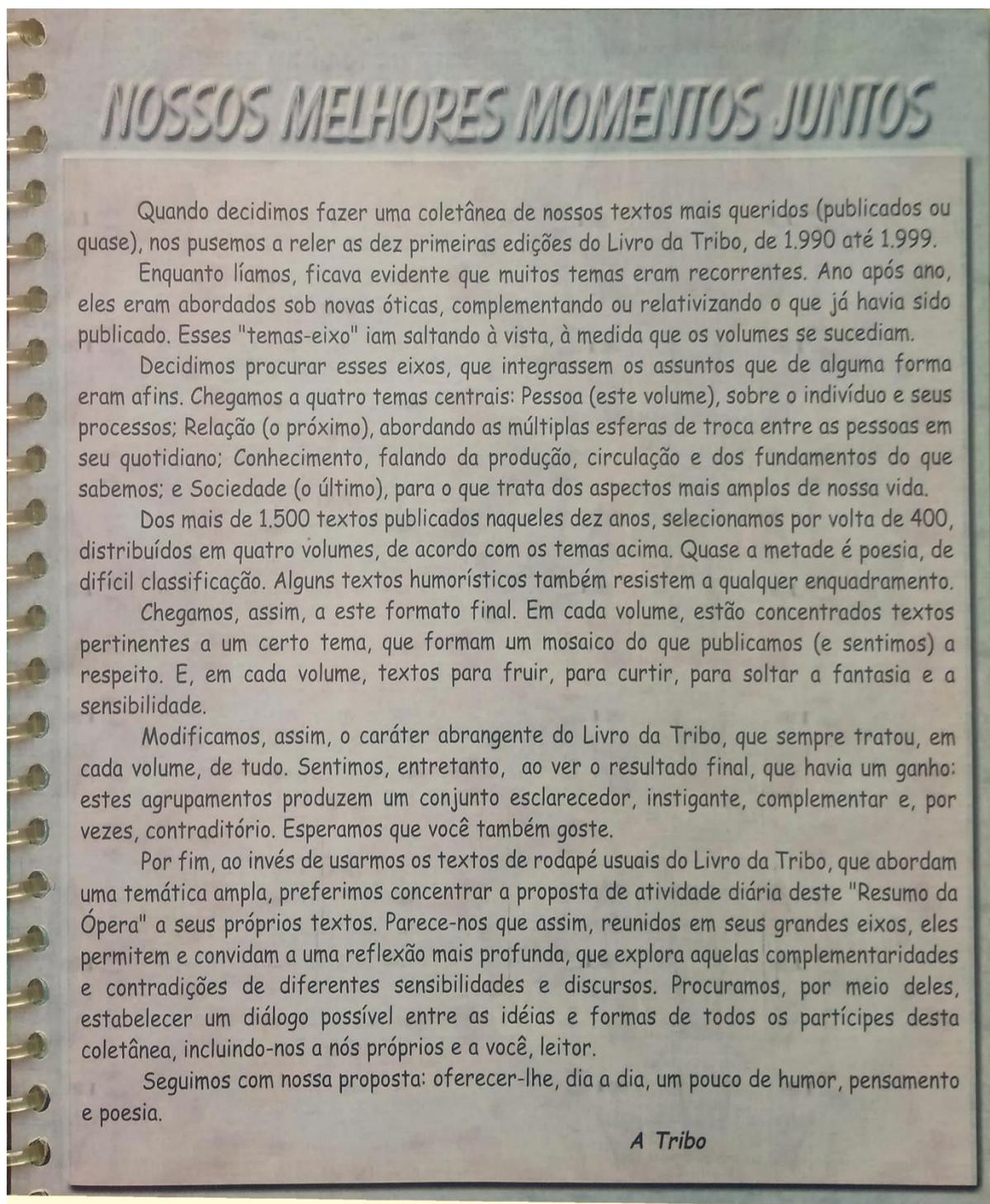
O suporte de seu diário de viagem é uma agenda/livro publicada pela Editora da Tribo, famosa entre pessoas descoladas da década de 90 do século XX. O volume, denominado *Resumo da Ópera*, é uma edição comemorativa pelos dez anos do projeto. No editorial, os organizadores explicam que, ao avaliar os textos publicados em agendas em circulação entre os anos 1990 e 1999, observaram que eles giram em torno de quatro temas centrais:

Pessoa (este volume), sobre o indivíduo e seus processos; Relação (o próximo), abordando as múltiplas esferas de troca entre as pessoas em seu cotidiano; Conhecimento, falando da produção, circulação e dos fundamentos do que sabemos; e Sociedade (o último), para o que trata dos aspectos mais amplos de nossa vida. (MELLO; GARBELLINI, 2003, f.2v)

O volume 1 (Pessoa) foi o escolhido por Ana Elisabete para sistematização de seu texto. Trata-se de uma encadernação em espiral, de 22,5 x 21cm, com capa dura, contendo 252 folhas, das quais as seis primeiras são em papel revista. As demais são em papel de boa gramatura, o que imprime um ar de qualidade ao material, que costumava ser comercializado a um preço relativamente alto, objeto com o qual costumávamos presentear os amigos. Não há datação impressa, o que torna o material atemporal. As páginas são pautadas, contendo 21 linhas, numeradas na parte inferior direita da folha. A agenda apresenta os seguintes campos:

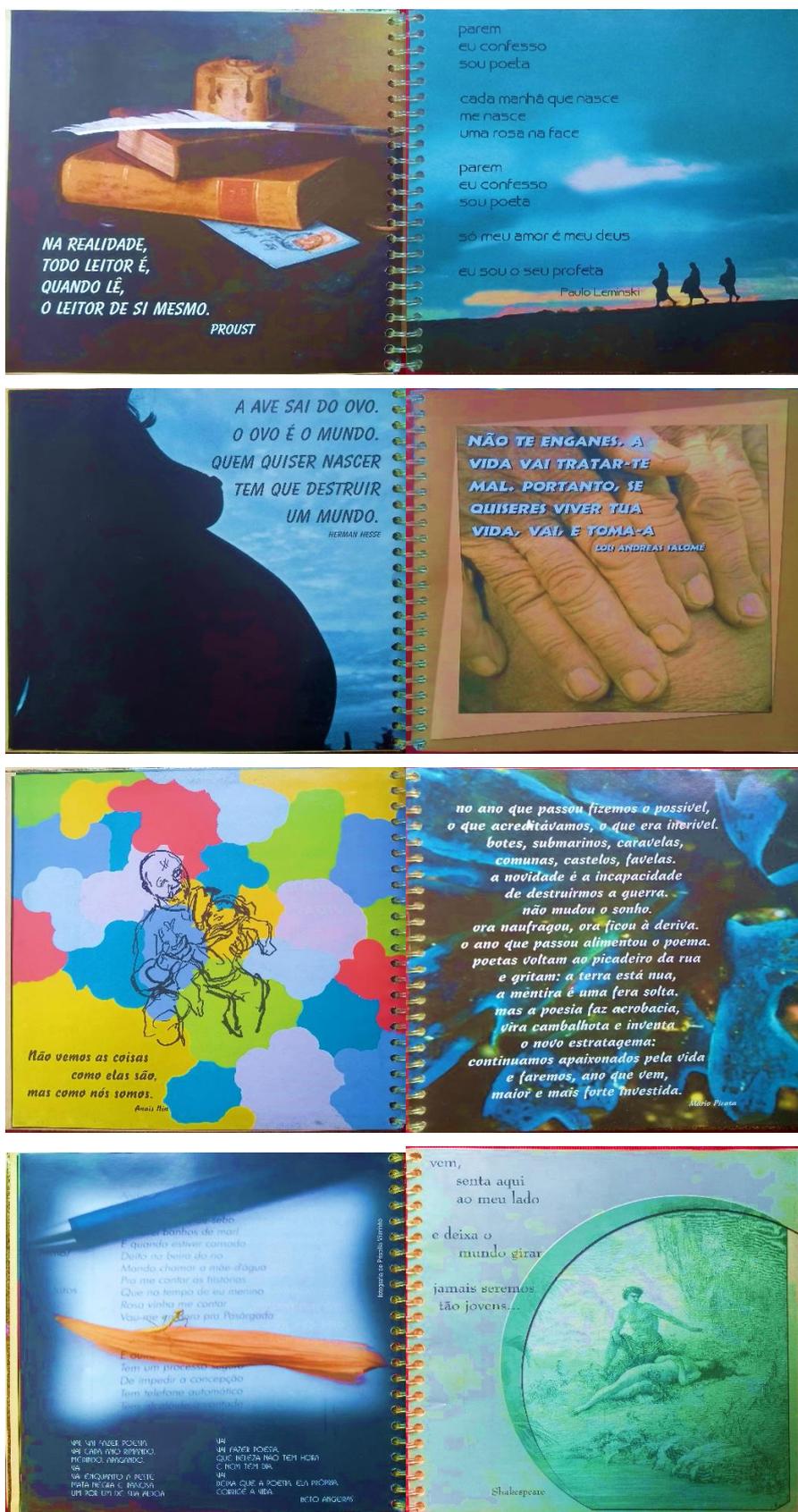
- informações editoriais f.1r;
- dados do proprietário na parte de cima e dados da editora na parte de baixo f.1v;
- editorial f. 2r;
- citações e ilustrações f. 2v até f.6v;
- área para escrita: f.7v-125r;
- índice onomástico; f. 125v
- ficha de inscrição para envio de textos autorais ou citações; f.126r
- contatos da editora f.126v.

Figura 73 – Editorial do Livro da tribo, f. 2r



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Figura 74 - Livro da tribo, f. 2v a 6r



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Em todas as páginas destinadas à escrita, há citações de autores variados: anônimos, filósofos, jornalistas, músicos, pessoas comuns, poetas etc. Também há ilustrações bem-humoradas, ou ambos os recursos, na mesma página, de modo que a mancha gráfica, quando produzida, adapta-se à disposição dos textos preexistentes. As páginas não têm margem e a disposição dos textos e ilustrações não é fixa, ocupando a parte superior, inferior ou o centro da folha. No rodapé de algumas páginas - na maioria -, há “propostas” de reflexão ligadas às citações, retomadas com um convite provocativo, o que torna a agenda bastante interessante, pois cria diálogos com os autores citados e consigo mesmo(a). Na página 46 há uma citação de Fernando Pessoa que diz: “para viajar, basta existir” (f. 23v). No rodapé da página seguinte (f. 24r), apresenta-se esta provocação: “Proposta: Viajar é verbo cheio de significados, e este trecho de Pessoa mostra como o leitor “constrói” o texto quando lê. Confira sua interpretação desta frase com a de outra pessoa, e reflita um pouco sobre a criatividade do ato de ler.”.

Figura 75 - Livro da tribo, f. 23v e 24r



Fonte: Acervo Lopes d’Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Tudo é elaborado de modo a proporcionar uma leitura ampla da mensagem e a provocar a escrita. Na última página, inclusive, há uma ficha, denominada “*interessadíssimos em você*”, que apresenta um convite para participação na edição do ano seguinte, com o envio de “poemas, citações ou imagens” (f. 126r). Os interessados deveriam enviar os dados da ficha e sua contribuição para a caixa postal indicada até o dia 28 de fevereiro do ano que se iniciaria. Ana Elisabete chegou a preencher a ficha com seus dados, mas não a encaminhou.

A prática de escrita de Ana Elisabete consiste na citação de músicas, poemas e prosa. São trechos que ela seleciona e transcreve, que se constituem como fragmentos de suas leituras.

O recurso da citação

[...] não se limita à repetição literal de algum fragmento, mas 'chama', via metonímia, todo o texto de origem do qual foi extraído. Citar um determinado texto é, na verdade, evocá-lo através de um determinado fragmento, a citação é um "vestígio" que leva o leitor ao texto integral. O fragmento da citação, sendo parte de um todo, traz consigo todo o texto de origem [...]. (OTTE, 1996, p. 218).

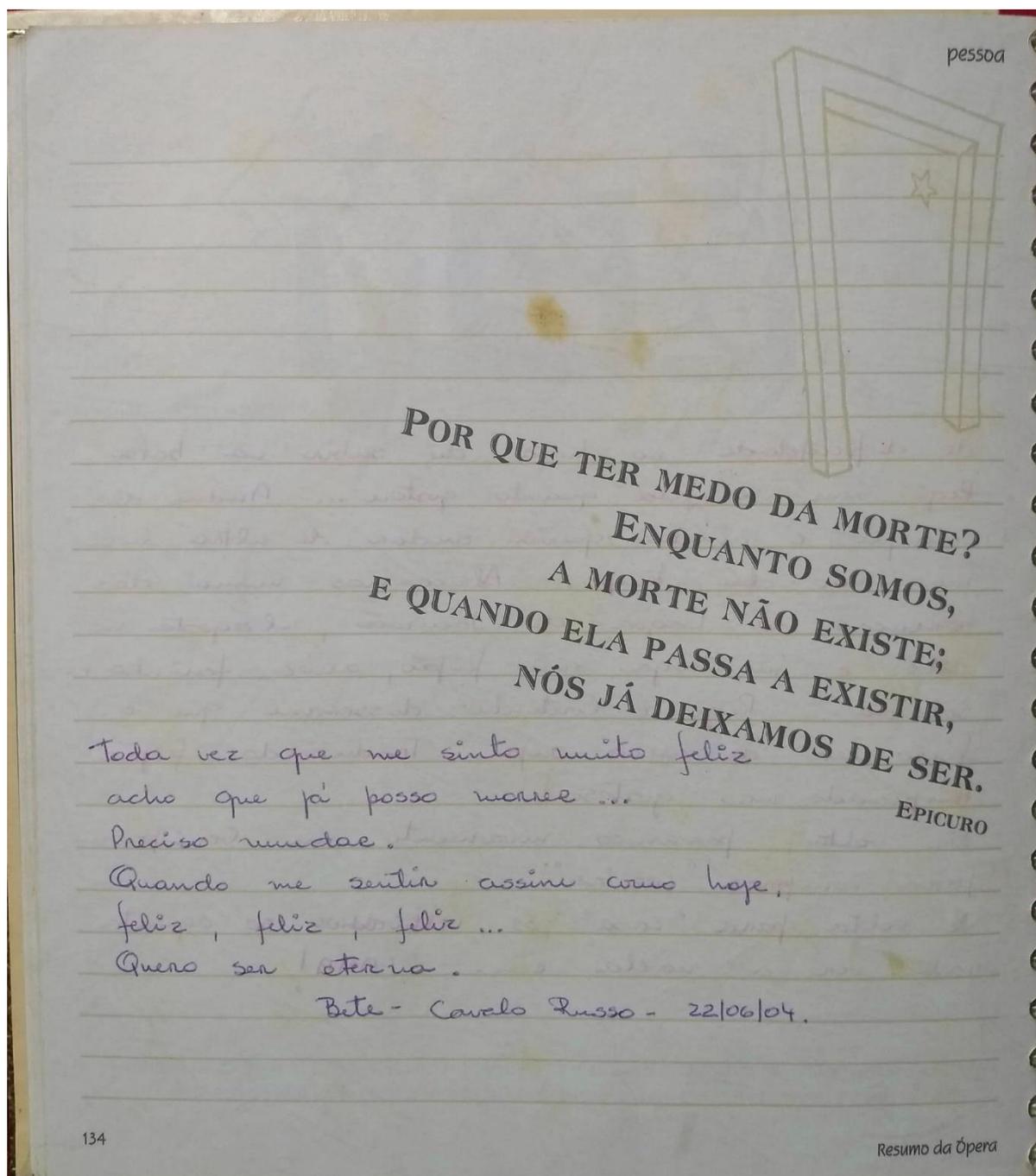
Não resisti e utilizei a metalinguagem, aqui evocada de uma forma muito interessante, para tratar a citação. De acordo com Otte, o fragmento de um texto, implantado por citação, nos impele a buscar os nexos entre o que vem sendo dito e o trecho deslocado de seu contexto, operação que exigirá que o leitor seja atento e ativo. Não apenas isso, pela perspectiva benjaminiana, analisada por Otte, a citação deve causar a quebra da linearidade e provocar um certo estranhamento e reconstrução de sentidos. Essa seria uma citação bem feita, que confronta a malfeita, que serviria apenas para reforçar argumentos e que é tão bem vista na escrita acadêmica.

O uso feito por Ana Elisabete, no entanto, não se enquadra nesse aspecto, pois seu gesto é de colecionismo. Não há um texto seu no qual os trechos são inseridos. Trata-se da recolha de fragmentos de suas leituras e da tentativa de diálogo com os autores. Talvez os textos digam de seu ânimo ao selecioná-los, ou de uma significação maior com seu cotidiano ou com determinada fase de sua vida. Mais ou menos como fazemos com as músicas que escutamos quando tristes ou alegres. Realizamos uma seleção conforme seja o sentimento.

Algumas vezes, entretanto, ocorre o registro de uma reflexão própria, que pode ser identificada por sua assinatura ou por se referir a alguém de seu convívio. O registro realizado na página 134 assemelha-se a uma tentativa de manter a interação proposta pela agenda. Essa página parece ter ficado reservada no meio do relato da primeira viagem e só foi preenchida com uma reflexão datada de 22 de junho de 2004, ocasião que ofereceu a experiência perfeita a ser registrada em interlocução com o texto ali citado, que questionava: “Por que ter medo da morte? Enquanto somos, a morte não existe; e quando ela passa a existir, nós já deixamos de ser - Epicuro.” A reflexão feita por Ana em “resposta” a essa mensagem ocorreu durante a viagem pelo Litoral Norte da Bahia. Ela escreveu: “Toda vez que me sinto muito feliz acho que já posso morrer... Preciso mudar. Quando me sentir assim como hoje, feliz, feliz, feliz... Quero ser eterna. Bete - Cavalo Russo - 22/06/2004”. Esse registro apresenta semelhança com o tipo de escrita de sua mãe, cujo monólogo interior era prevalente na prática de escrita. Um traço

curioso da escrita de Célia, a repetição de determinadas expressões, também aparece na escrita de sua filha, que nesse dia se sentia “feliz, feliz, feliz...”.

Figura 76 - Livro da tribo, f. 67v



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Ana Elisabete cita autores como Dalai Lama, Fernando Pessoa, Thiago de Melo, Vinícius de Moraes entre outros. Nem todas as páginas da agenda foram utilizadas. Nessas citações, a datação, quando ocorre, diz respeito à publicação do autor. Todos os textos - já com

alguns sinais de oxidação - foram grafados com caneta esferográfica de cor lilás. O uso de uma mesma esferográfica pode significar um menor grau de espontaneidade no registro ou que os textos foram passados a limpo. Apesar dessa impressão inicial, outros vestígios confirmaram a produção durante a viagem, conforme se vê na fotografia em que ela utiliza sua agenda para narrar os eventos desses dias (Figura 77)

Figura 77 - Ana Elisabete registrando sua viagem



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Os registros de Ana Elisabete evidenciam suas leituras e a elaboração de um acervo de pensamentos a serem revisitados, num movimento de constituição de si. Tal prática remete aos *hypomnemata*, que, segundo Foucault (1992, p. 134-135) são “[...] livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda” na Antiguidade<sup>85</sup>. Os *hypomnemata* eram utilizados como livro de vida e eram constituídos de anotações sobre condutas exemplares, leituras, reflexões etc. Eram a “[...] memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas [...]”. Seu papel estava associado à “[...] constituição de si a partir da recolha do discurso dos outros” (1992, p.152). Apesar da semelhança presente no gesto de Ana Elisabete, é preciso enfatizar que sua prática não é de constituição de si, seu movimento está associado à *escrita de si*, cuja origem está na ascensão do homem moderno (CHARTIER, 1991), de seu existencialismo e sua necessidade de se reconhecer na sociedade de que é parte.

A citação, de acordo com Lacerda (2000, p. 91), é uma característica presente em diários e autobiografias que exprime a “afinidade intertextual”, conforme postulado por Walter Benjamin. Georg Otte (1996), em seu estudo sobre a rememoração e a citação em Benjamin, amplia esse entendimento quando diz que

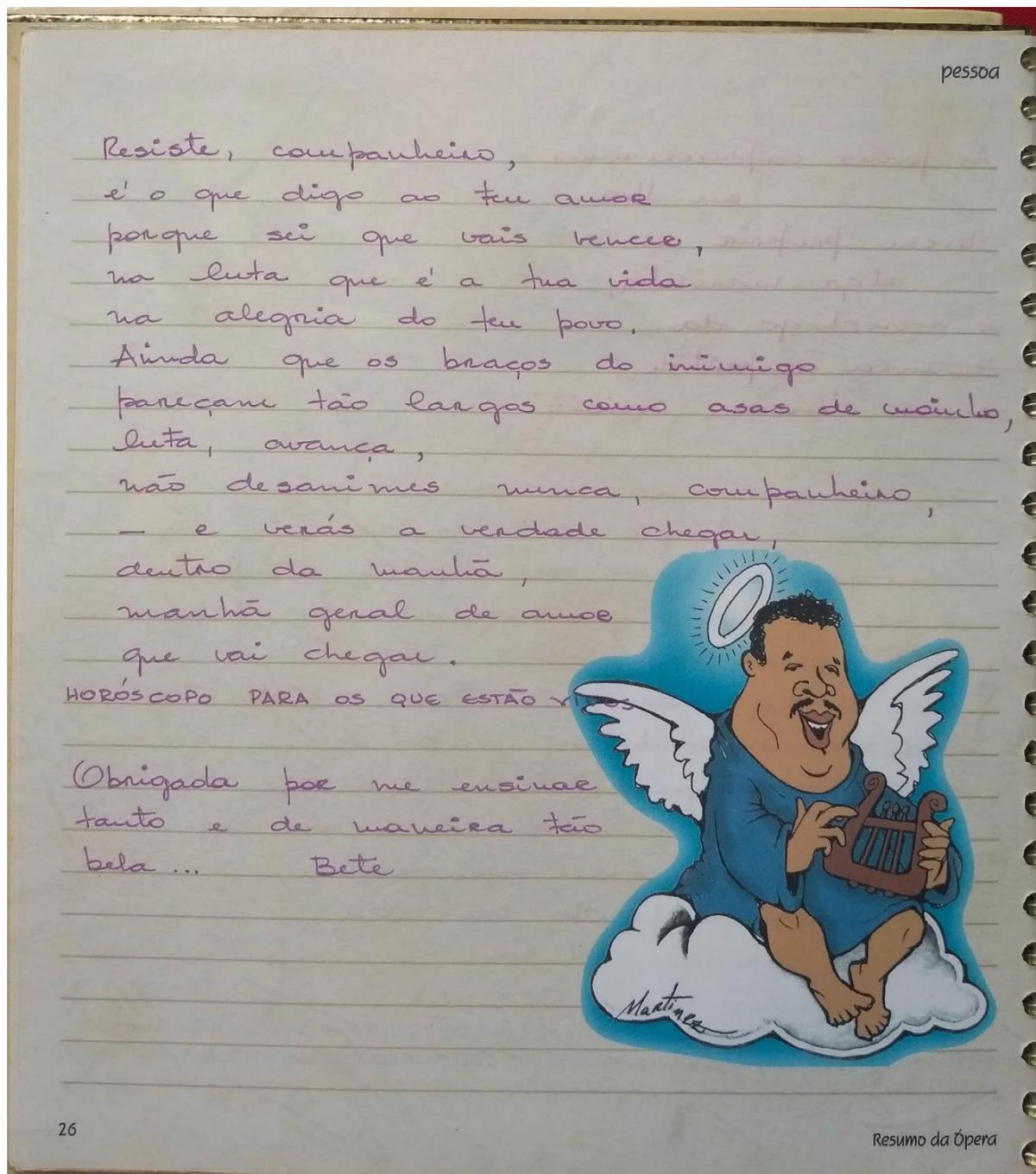
[...] a citação não é apenas uma referência a outro texto, mas uma referência a um texto *de um passado mais ou menos remoto* [...]. A citação, além de servir de elo entre o presente e o passado, evidencia ao mesmo tempo como um autor se posiciona com relação a este passado. Citar é rememorar o passado a partir do ponto de vista específico de um determinado presente.

As ideias mobilizadas por Ana Elisabete ao transcrever determinados trechos como forma de reflexão remetem à noção de apropriação proposta por Chartier (2002). Sua prática ilustra perfeitamente essa noção, voltada a explicar as distintas formas de interpretação inscritas nas práticas. Refere-se ao exercício de produção de sentidos que o indivíduo realiza, conforme sua subjetividade, seus saberes e representações incorporadas. Assim, o gesto de Ana Elisabete demonstra essa “afinidade intertextual”, e discursiva, eu diria, mas também revela o ponto de vista dela em relação àquele dito e sua representação. Seu presente é matizado pelas ideias que compõem os textos mobilizados como citação.

---

<sup>85</sup> Conforme Foucault (1992), Sêneca defendia que era preciso ler, mas escrever também, e Epitecto defendia a escrita como exercício pessoal.

Figura 78 - Reflexão de Ana Elisabete com diálogo com o texto citado - f. 13v



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

A relação de Ana Elisabete com tais citações ilustra, ainda, aquilo que vem sendo dito sobre a criação e recriação da subjetividade por meio da *escrita de si*. Isso fica patente, arrisco essa afirmação categórica, quando ela declara, após a citação de um trecho do livro *Horóscopo para os que estão vivos*, de Thiago de Mello: “Obrigada por me ensinar tanto e de maneira tão bela” (f.13v). Como disse Lacerda (2000), as citações reacendem os percursos de leitura,

recuperam experiências e, como parte constitutiva da voz feminina, contribuem para a costura autobiográfica. O volume que abriga seu diário de viagem está cheio desses diálogos, que a autora vai mobilizando, ora atendendo às provocações da Tribo, ora em diálogo com sua própria experiência. Assim, vai costurando memórias por meio da escrita. Uma parte dessas memórias está em seu diário de viagem. Conheçamo-lo!

### 7.5.1 A primeira viagem: caminhos potiguares

Além das citações, Ana Elisabete, tal como Célia, sua mãe, e Egydio, seu bisavô, elaborou diário de viagem. No suporte analisado, ela sistematizou diários referentes a duas viagens, ocorridas nos anos de 2003 e 2004<sup>86</sup>. Sua escrita encontra semelhanças e distinções com aqueles que a precederam nessa prática, mas preserva a mesma vontade de criar memórias, desejo tão peculiar nesse grupo familiar. Ana Elisabete é Engenheira Mecânica de formação, mas não atua na área, trabalhou como servidora pública do setor administrativo na Universidade Federal da Bahia. É uma mulher independente, nascida no ano de 1953, no centro da cidade de Salvador. Sua mãe era contadora e seu pai, Antônio, trabalhava na área náutica. Na época em que escreveu esses diários, tinha 50 anos, duas filhas do primeiro casamento, estava casada pela segunda vez e era cheia da mesma alegria pela vida que se percebia em sua mãe. A leitura também sempre fez parte de suas práticas.

Sua primeira viagem relatada foi para Natal, Rio Grande do Norte, para onde foi a trabalho, no dia 15 de setembro de 2003<sup>87</sup>. O registro dessa primeira viagem está entre os fólios 62r e 70r de seu diário. Ana Elisabete viajou de avião, em atividade de trabalho, e partiu sozinha. Seus acompanhantes nessa viagem, Regi e Coutinho, seu esposo e seu sogro, respectivamente, a encontraram no dia seguinte - dia 16 de setembro de 2003. Mais do que acompanhantes, os dois têm participação na escrita do diário de viagem, “corrigindo” informações inseridas pela autora e redigindo algumas passagens que dizem respeito a suas impressões acerca de determinados episódios.

Ana Elisabete não descreve detalhes de seu trabalho, apenas cita se teve ou não alguma atividade laboral. Seu último compromisso ocorreu no dia 18 de setembro, dois dias após a

---

<sup>86</sup> Embora tenha me proposto a trabalhar com as práticas de escrita do século XX, foi interessante incluir seu diário, pois se trata do gênero que atravessa as práticas da família.

<sup>87</sup> Apesar de não ter havido menção ao ano no diário, apurei que ocorreu em 2003, ano em que a agenda foi publicada. Também pelo fato de a segunda viagem ter ocorrido em junho de 2004 e estar registrada em páginas subsequentes à primeira.

chegada a Natal. Depois disso, a viagem foi exclusivamente de lazer. Seus primeiros relatos dizem:

Dia 15/09  
Bete - Vôo VARIG 2160 12:30  
Chegada em Natal 14:00  
Pousada ou Apart Hotel Aguai apt° 11  
em Ponta Negra.

À tarde almoço na praia, salão, mercado e casa.  
Regi e Coutinho chegaram às 4:00 da manhã.

Dia 16/09 -  
Trabalhei o dia todo. Almocei no Camarões com F. (Assessor jurídico da FAPEX)  
L.M. (DESAGRO) Chico Adriano e Ana.  
Comemos o camarão à moda do Chef.  
Excelente! Sobremesa: Papaia c/ cassis. (f. 62r)

Regi e Coutinho  
Visita ao Centro da Cidade pela manhã com direito ao Palácio Felipe Camarão,  
Espaço Cultural, Instituto Histórico e Geográfico, Igreja de N. Sra. da Apresentação  
(único monumento existente da época da fundação da cidade) Memorial da Camara  
Cascudo, Capitania das Artes e sua plantação de cajus em quadras.  
Artista:  
Praia de Ponta Negra, almoço Blue Bayou (CHURRASCO). Alugaram um carro e  
foram dormir um pouco.  
Às sete foram buscar Bete, voltamos, tomamos banho e fomos comer cozitas gostosas  
no Bakty. Um amor de casa e de donos. [...] (f. 62v).

Desses primeiros registros, podemos dizer que, embora estivesse na cidade a trabalho, inicialmente, seu diário de viagem é pessoal e seus registros dizem respeito a aspectos de turismo e lazer com a família. Em relação aos compromissos laborais e aos colegas, ocorrem apenas alusões: “Regi me deixou na reunião e com Coutinho foram visitar a Fonte dos Reis Magos [...]” (f. 63r). Ou seja, apesar de algumas dessas atividades serem citadas, seus escritos não dizem respeito à sua vida pública. Trata-se, portanto, de escrita privada.

Outro ponto importante a chamar a atenção em seu relato é o fato de ela narrar não apenas o seu cotidiano nesse período extraordinário da viagem, mas também as atividades de seu esposo e de seu sogro, o que significa que o texto foi sistematizado depois de ela haver se apropriado dos eventos vividos e relatados pelos companheiros, o que pode ter ocorrido ainda no período da viagem. A narração das atividades de outros sujeitos é interessante no texto, pois, além da primeira pessoa, ela utiliza também a terceira pessoa. Todos os textos, orais ou escritos, têm um conjunto de características relativamente estáveis que conformam distintos gêneros textuais, que podem ser organizados a partir do seu assunto, de sua estrutura ou do estilo (BAKHTIN, 2003). No caso do diário de viagem, uma de suas principais características é o uso da primeira pessoa, que situa o narrador como sujeito da enunciação. Apesar de não considerar

essa característica como uma mudança em curso, é importante lembrar que os gêneros não são estanques e estão sujeitos a transformações, conforme mudam as sociedades (BAKHTIN, 2003).

O diário de viagem escrito por Ana Elisabete é tipicamente de turismo. Embora também haja vestígios da *escrita de si*, há predomínio de descrições das belezas naturais, das sociabilidades mantidas, da gastronomia e dos locais de hospedagem. Nesse sentido, seus escritos se opõem aos de sua mãe, Célia, em que a *escrita de si* ganha proeminência. O diário de viagem de seu bisavô, Egydio, por sua vez, distingue-se dos diários de ambas, assemelhando-se mais às narrativas dos viajantes do século XIX, cujos relatos tinham um teor científico e jornalístico, dando ciência ao mundo do que havia em outras terras.

Em sua escrita, Ana Elisabete descreveu os locais onde se hospedaram, os passeios realizados, os restaurantes e os pontos turísticos visitados, na maioria das vezes, em retrospectiva. Suas descrições sobre as refeições realizadas são quase *gilbertofreirianas* e oferecem excelente material para as pesquisas sociais, distintamente do diário de seu bisavô, que não contém referências aos tipos de refeições disponíveis no navio no qual viajou ou o que comeu pelas cidades por onde passou, nos deixando sem saber como era a alimentação num navio e o que se comia na região do rio São Francisco no início do século XX. Essas são informações interessantes para quem investiga as práticas sociais de outras sincronias. Vejamos sua descrição de algumas refeições realizadas:

Coutinho tomou um café gelado e panquecas de camarão. Regi suco de mangaba, cuca de banana e pastel de carne do sol c/ queijo. Eu fiquei no vinho e quiche de ricota c/ espinafre. Ah! sim. Provamos um quentão maravilhoso! Os donos são gaúchos e o fazem com vinho, canela e cravo. A cachaça é colocada para flambar a bebida. Delicioso... (f. 63r).

[...]

Comemos um ensopado de camarão com feijão verde, aimpim e arroz, regados a manteiga de garrafa. O chamado ensopado é delicioso. Tem um caldo bastante cremoso parecendo engrossado com maisena ou creme de leite mas o cozinheiro garantiu que é coco. Leite de coco grosso. A cozinheira aqui não sacou o que é de verdade. São 19:30 e ainda estou arrotando gostoso...

Depois do almoço fomos atrás da Lagoa. **Imaginem!** Passamos no caminho pelo Camping do CCB que fomos em 1984<sup>88</sup> e não ficamos (f. 64r-64v)

Nesse trecho, chama a atenção a “presença” daquele leitor implícito ao qual já me referi, quando ela diz: “**Imaginem!**”. Trata-se de um interlocutor presente na escrita diarística. Sobre

---

<sup>88</sup> Outra informação importante na passagem transcrita é a referência a outra viagem realizada pelo casal, no ano de 1984.

esse leitor implícito, há outras passagens, conforme citação a seguir, em que podemos percebê-lo, inclusive a partir de interferências no texto sugeridas por um dos acompanhantes. Vejamos:

Saímos da Pousada às 12Hs e fomos no Shopping de Artesanato. Batemos perna, vimos muita coisa bonita e compramos umas coisinhas. (Depois fomos ao Centro na Casa da Cultura que nada mais é que outro centro de artesanato. Mais caro, mais simples e mais popular. Fica numa antiga prisão.)  
Esquecendo tudo. Regi disse que me atrapalhei nos horários. *Favor não considerar o parênteses.*

O hotel no qual se hospedaram, o Aguai, ganhou uma pequena descrição do serviço e uma detalhada caracterização de sua estrutura.

O café da manhã não será mais servido no Aguai. Só continuam servindo para o trio aqui. Coutinho está se achando muito importante pela deferência...

Notas sobre o Aguai

Apartamento bem gostoso e aconchegante... O apart é um ótimo exemplo de bom aproveitamento de espaço. Deve ter no máximo 2.000 m<sup>2</sup>, com estacionamento, piscina, restaurante ou espaço para café e cozinha.

Um casarão de madeira que, imagino, é onde moram os donos, e:

15 chalés: 6 casal, 4 família I, 4 família 2 e 1 para seis pessoas - 2 quartos.

O casarão de madeira é o chalé família.

Seu texto revela um comportamento típico da turista, ocupada em explorar o ambiente, usufruir de serviços e em registrar essas memórias. Trata-se de uma de escrita totalmente diferente daquela mantida pelas mulheres que escreviam no início do século XX, época em que os diários ainda tinham como objeto a intimidade de moças cujas experiências, em sua maioria, eram do cotidiano privado. Seus temas, em geral, iam das aspirações amatórias que cultivavam a sete chaves, ao exercício confessional, típico das práticas da *escrita de si* dessa época. Embora seja herdeira dessa prática, a escrita de Ana Elisabete é resultado de um modo de vida muito distinto daquele em que viviam as mulheres do início do século, a começar pelo domínio da habilidade de escrever e, também, pelo objeto da escrita ter foco numa atividade da vida pública. Voltando à comparação com o diário de Célia, raramente se percebe na escrita de Ana Elisabete a introspecção que caracteriza a escrita de sua mãe. Ela mantinha seu olhar de turista e se deleitava com espaços e paisagens. No dia 18 de setembro, registrou:

[...]

Fomos para a Lagoa de Pitangui. Verdadeiro paraíso. A lagoa tem várias barraquinhas na beira, beira mesmo, como os pés ou pernas dentro da água. O espaço na água é dividido com milhões de peixinhos. O banho é delicioso! A próxima parada foi na Lagoa de Jacuimã. A praia é muito bonita mas a lagoa no que perde em beleza para a Pitangui ganha em atrativos. Todos nos experimentamos a descida da duna no esquibunda. Delícia! Apesar de ter pedido uma descida sem emoção, o cara não levou

a sério e colocou um tanto de emoção além da conta. Resultado: adorei! Coutinho também gostou, só teve um “pouquinho” de dificuldade na hora de subir na balsa. Regi nem se fala quanto gostou... andou de caiaque e ainda queria andar de ultra-leve mas não deu tempo. Almoçamos numa das barracas da Lagoa de Jacuimã, lagosta no alho e mateiga com feijão, arroz, farinha e salada. Regi e Coutinho disseram que o feijão era de cueca suja. Traduzindo: feijão temperado mas gostoso. Na volta, paramos novamente em Genipabu para comprar “cozitas”

De volta para “casa” os velinhos só aguentaram ver a novela e... CAMA! (f. 66v-67r).

O diário de viagem de Ana Elisabete, além de ter registros de atividades as quais ela não testemunhou, conforme já comentado acima, apresenta a curiosidade de ter relatos escritos por seus acompanhantes. A própria autora, inicialmente, introduz apreciações feitas por seus companheiros a respeito de seus registros. No alto da página, ela escreveu: “Comentários de Batman e Robim<sup>89</sup> a respeito de minhas anotações” (f. 68r).

1. Não passamos em Genipabu na ida, só na volta. Coutinho dizendo que apesar de estar dirigindo, ele estava de olhos fechados, mas como na votação é sempre 2 x 1, perdi.
2. Coutinho quer registrar que o problema que ocorreu na subida balsa em Jacuimã foi devido ao colete salva-vidas.
3. Para não perder a prática, Regi só viu um quebra mola depois que passou. Resultado, me desmontei toda e apesar de não terem se queixado, os dois me fizeram companhia no DORFLEX, quando chegamos.

*Nota do Redator Chefe: O trio formado por: Bete, Regi e Coutinho, denominado “Trio Elegante” gosou das delícias de tudo que aconteceu de bom e outras coisas, que deu um toque das maravilhas que fez bem ao corpo material bem com o espiritual.<sup>90</sup> (f. 68r).*

---

<sup>89</sup> Apelidos utilizados para se referir a Regi e a Coutinho.

<sup>90</sup> O destaque foi inserido para demarcar que a nota apresenta uma caligrafia diferente, escrita por Coutinho, sogro de Ana Elisabete, pai de Regi, seu esposo.

Figura 79 - O trio elegante: Ana, Coutinho e Regi



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Achei a inserção dessas notas muito interessante para pensarmos na crítica de Pierre Bourdieu à utilização de textos autobiográficos como fonte histórica. Evidentemente, a ilusão biográfica (BOURDIEU, 1996) está associada a questões menos literais do que esse evento, estando associada a questões subjetivas do indivíduo, mas o episódio pode ser ilustrativo para pensarmos a questão da verdade e do testemunho. Mesmo três pessoas tendo participado dos mesmos acontecimentos, suas narrativas são distintas umas das outras e isso não significa exatamente que alguém minta ou diga a verdade. Significa que, ao narrarmos o visto e o vivido, o fazemos a partir de recortes, de omissões e de escolhas pessoais. “Sugerimos” perspectivas e elaboramos a imagem que queremos ver perpetuada. O texto que resulta desse processo deve ser lido com cautela, pois a “verdade” não é provada por documentos e não tem relação direta com os fatos, antes, está vinculada à experiência do indivíduo, às suas subjetividades e às suas ideias de verdade (GOMES, 2004). Importa, nas palavras de Goulemot (1991, p. 382) “[...] reconhecer paralelamente o movimento pelo qual a verdade se fundamenta numa palavra individualizada. O efeito de verdade deve-se então a esse reconhecimento íntimo de um sujeito que escreve por um sujeito que lê.”

A esse respeito, Larrosa diz que

[...] a própria experiência de si não é senão o resultado de um complexo processo histórico de fabricação no qual se entrecruzam os discursos que definem a verdade do

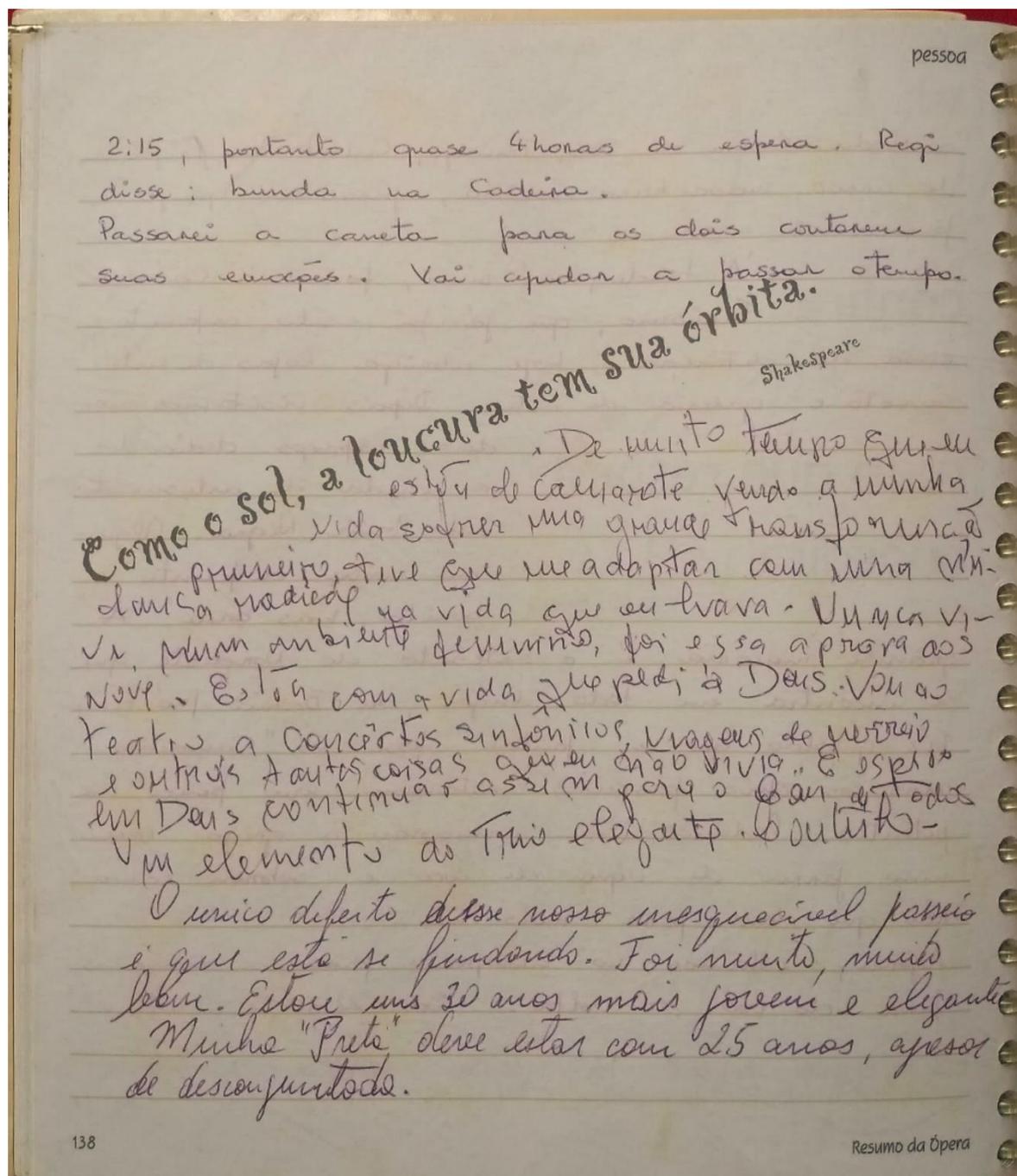
sujeito, as práticas que regulam seu comportamento e as formas de subjetividade nas quais se constitui sua própria interioridade. É a própria experiência de si que se constitui historicamente como aquilo que pode e deve ser pensado. A experiência de si, historicamente constituída, é aquilo a respeito do qual o sujeito se (sic) oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, quando faz determinadas coisas consigo mesmo, etc. E esse ser próprio sempre se produz com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas. (LARROSA, 1994, p. 43)

Embora sua escrita esteja muito voltada para as sociabilidades coletivas, há momentos em que a *escrita de si* se manifesta pelo diálogo interior. Neste registro, é possível perceber que existe uma expectativa de que o texto seja lido pelos companheiros de viagem e, quem sabe, por outros membros da família:

Estou muito feliz! Não vou dizer que é uma pena ter que voltar porque faz parte...  
A companhia desses dois é ótima  
Claro que sou vítima! Sou sempre voto vencido e a qualquer deslize haja pau e pedra sobre mim...  
Ha, ha, ha. **Quando lerem isso vão se zangar**, mas sabem que é mentirinha.  
Estou bastante (?) preocupada (?) com uma coisa só: a cada minuto eles remoçam mais. Coutinho ontem tinha 23 e hoje já tem 15. **Já pensaram?** Na próxima viagem vou ter que trocar fralda dos dois!!! (f. 70r)

A observação “**Quando lerem isso vão se zangar**” denuncia a expectativa da leitura, seja pelos companheiros de viagem, seja por seus descendentes ou contemporâneos. Tais escritos registram imagens de si impregnadas de artifícios análogas àqueles presentes no gesto de nos arrumarmos para uma fotografia, na roupa de domingo cuidadosamente colocada para a pose. O cenário composto no momento do registro se assemelha ao exercício de seleção de quem produz textos da *escrita de si*, pois aí também se escolhem os melhores ângulos.

Figura 80 - Trechos da escrita do trio elegante: Ana, Coutinho e Regi - f. 69v



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

### 7.5.2 A segunda viagem: pelas águas do Litoral Norte de Salvador

A segunda viagem registrada por Ana Elisabete ocorreu entre os dias 19 de junho a 03 de julho do ano de 2004. Seguiram - Ana Elisabete, seu esposo, Regi, e seu sogro, Coutinho - em direção à cidade de Aracaju, Sergipe, de automóvel, passando por várias localidades do

Litoral Norte, entre Salvador e a cidade destino. O texto está registrado entre os fólhos 79v e 99v<sup>91</sup>. Eles se hospedaram no Hotel Coco Beach, situado em Sítio do Conde.

As anotações pouco diferem daquelas relativas à primeira viagem, o que inclui descrições bem-humoradas da relação entre os três, das atividades desenvolvidas, das belezas naturais e um cuidadoso relato de aspectos da gastronomia local nos registros das refeições que fizeram, como nestes trechos:

19

Almoço Pousada - Filé de frango à milanesa c/ fritas, arroz e salada.

Jantar Pousada - Sopa de carinha com verduras e sanduiche de D. Bete c/ suco. (f. 90v)

20

Almoço Sítio do Conde

Moqueca de camarão c/ arroz, feijão, salada e pirão [...]

Jantar Pousada - Creme de verduras

(Rosinha como a sopa que Sam adora)

Sanduiche de D. Bete. (f. 90v)

21/06

Almoço: Moqueca de Robalo em Siribinha. (f. 91r)

Dia 26

Almoçamos feijoada Sergipana no Miguel 5 estrelas. Gostosa. Regi registra o doce de queijo. (f. 93v)

O detalhamento sobre as delícias locais e a contribuição dos companheiros de viagem acerca dos eventos narrados são elementos que se mantêm nessa segunda viagem. Assim, na leitura deste diário, focarei em aspectos diferentes do que já foi discutido na leitura do diário relativo à primeira viagem. Nesse sentido, um dado interessante observado no relato dessa nova aventura, foi a anotação das distâncias entre as localidades pelas quais passaram. Vi nesse comportamento alguma semelhança com o tipo de apontamento realizado no diário de viagem de seu bisavô, que tinha em sua prática o cuidado de anotar distâncias, datas e horários. Embora tenha um estilo próprio, dissemelhante do de sua mãe ou o de seu bisavô, algumas semelhanças, como as já apontadas, podem surgir, o que pode significar que tenha havido alguma influência dos relatos de seus antecessores em sua prática. Levanto essa hipótese como uma possibilidade remota, pois Ana Elisabete apresenta um modo particular em relação à forma de inscrição do visto e do vivido, pouco carregado dos gestos confessionais, pouco jornalístico, mas cheio de sua própria subjetividade, leitora de muitos autores com os quais dialoga. Nesse sentido, tendo sido leitora do *Livro do papai*, é possível que “o que registrar” tenha sido uma inspiração nessa

---

<sup>91</sup> Páginas 178 a 198.

viagem, sobretudo ao iniciá-la. É preciso destacar, contudo, que sua forma de escrita revela bastante de si, de modo que qualquer influência não tira a autenticidade de sua narrativa.

Figura 81 - Primeiro registro da viagem: localidades com distâncias relativas ao ponto de partida - f. 68r

178

Resumo da Ópera

Localidade	Distância (Km)	Outros dados
Abastecimento	carro: 44,27ℓ	R\$ 96,00
Km 0		10:55h Centenário
Pedágio	40 Km	11:45
Jauá	42 Km	
Interlagos	45 Km	
Azenha-pe	50 Km	
54 Km	→ Acesso à Camacari	
Jacuipe	58 Km	
Guaraçuba	67 Km	
Barragem Popuca	74 Km	Itacimirim
	79 Km	Praia do Forte
	89 Km	Jubassai
	93 Km	Diogo
	100 Km	Costa do Saúpe
	102 Km	Saúpe
	104 Km	Porto do Saúpe
	112 Km	Massarandupió
	124 Km	Subaúma
	143 Km	Palame e Baixios
	159 Km	Barragem do Itanirí
	176 Km	Conde

Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

No registro do dia 22 de junho há algumas rasuras que indicam que a sistematização do texto foi realizada durante a viagem, pois há retificação em relação à refeição que fizeram e em relação ao nome do barqueiro que os guiou num passeio de barco. Essa última correção foi solicitada por seu esposo, que disse que ela havia se equivocado com o nome do barqueiro, que se chamava Genivaldo e não Julivaldo.

22/06

Impossível resistir

Voltamos...

Dessa vez quase para ficar. Direito a piquenique e tudo.

Mais dois lugares lindos. Poços e Cavallo Russo.

Sr. Julival (Genivaldo) - nosso barqueiro e cincerone. Pescamos muito, pegamos nada.

***Voltamos à tardinha acreditando ainda mais na existência de Deus. Para qualquer lado que olhássemos lá estavam: mar, rio, mangue coqueiral, céu, nuvens e seres vivos os mais diversos... e eu, me senti DIVINA*** (f. 91r).

Considerando o que Pimenta (2017, p.352) disse a respeito dos textos de cunho autobiográfico, “[...] o que se pode observar em relação aos diários de viagem e às escolhas do narrador é que estas são escolhas próprias. Cada qual toma para si a forma com que vai imortalizar o seu relato”, essa interferência descortina dois aspectos muito interessantes sobre o perfil da autora. Em primeiro lugar, mesmo escutando o que disseram os demais, seu registro não foi suprimido, permaneceu com as rasuras que ela inseriu. Em segundo lugar, a página não foi subtraída, o que poderia ser indicativo de um gesto de (auto)censura. Desse modo, fica a impressão de que a retificação, embora presente, não exclui seu olhar sobre o evento relatado, sua escolha e anuência estão presentes no registro.

No trecho anteriormente destacado, há uma curiosidade relativa a uma passagem muito semelhante feita por sua mãe quando visitou o pão de açúcar. Demonstração de que os laços entre as práticas de escrita desses sujeitos, para além de suas individualidades, estão unidas na criação de memórias pela escrita privada. Refiro-me a este trecho do diário de Célia:

***Como é lindo o Rio! A vista é qualquer coisa de encher o coração e a mente da gente. Dá paz. A gente acredita em dias melhores. Com um Deus tão bom que nos deu tantas coisas lindas, a gente renova a fé e a esperança. Não há lugar para maus pensamentos. É tudo tão puro e elevado que a gente fica leve e feliz.***<sup>92</sup>

A produção de escrita de Ana Elisabete apresenta aspectos bastante singulares, como excertos de suas leituras e a participação de terceiros na composição do registro e evidentes interferências nas escolhas da narradora, gestos que particularizam sua prática e a distingue daquelas mantidas por seus antecessores. No entanto, os textos que produziram guardam em comum a dessacralização presente nos textos ordinários (FABRE, 1993), sobretudo os textos de Célia e de Ana Elisabete, em que esse aspecto é mais sobressalente.

Tal exercício de escrita reforça seu papel de Guardiã da Memórias (GOMES, 1996) e isso fica evidente também quando trechos de seus escritos aludem a determinadas

<sup>92</sup> Trecho já citado, referente ao dia 11 de outubro, do diário de viagem de Célia, em visita ao Pão de Açúcar (f.16r).

características identificadas nas práticas de seus antecessores. Isso, acredito, não ocorre de maneira intencional, mas pelo fato de que suas práticas estão unidas por fio invisível cosido pela memória familiar ao longo do século XX. Afinal, “[...] a transmissão é a condição de possibilidade da memória” (VIDAL, 2007, p. 5). Com seus escritos, Ana Elisabete, herdeira e guardiã dessas práticas, representa, materializa e difunde o desejo de permanência presente no *Livro do papai*, objeto biográfico dos Lopes d’Almeida.

Entretanto, ao mesmo tempo em que sua escrita guarda semelhança em relação aos escritos de Célia e a de outras práticas femininas de âmbito privado, nas páginas finais do suporte de seus diários, encontrei uma anotação que alude, ainda que de forma indireta, a um universo a respeito do qual as mulheres comumente não escrevem, que é o sexo.

Figura 82 - Jardim secreto 1

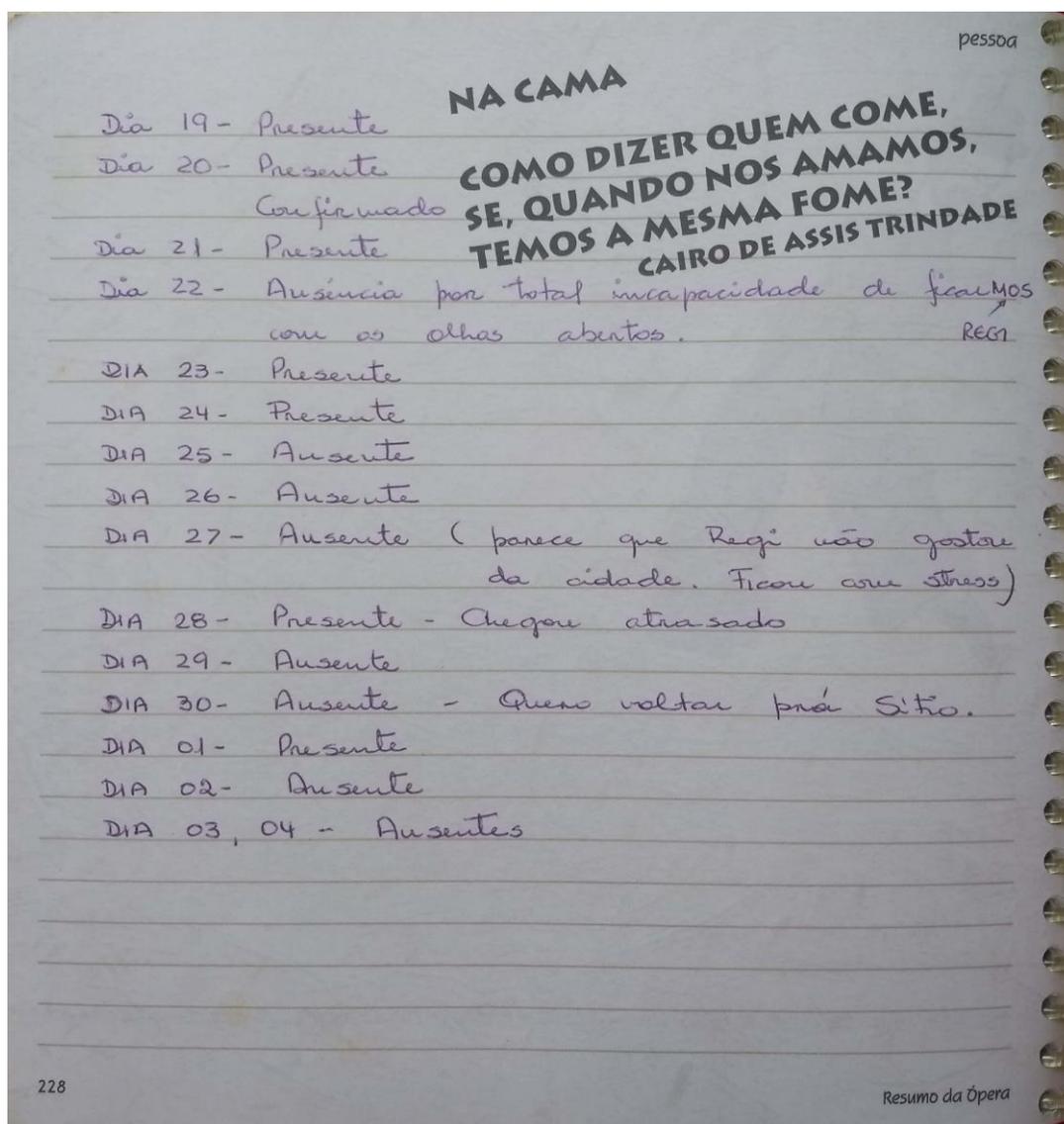
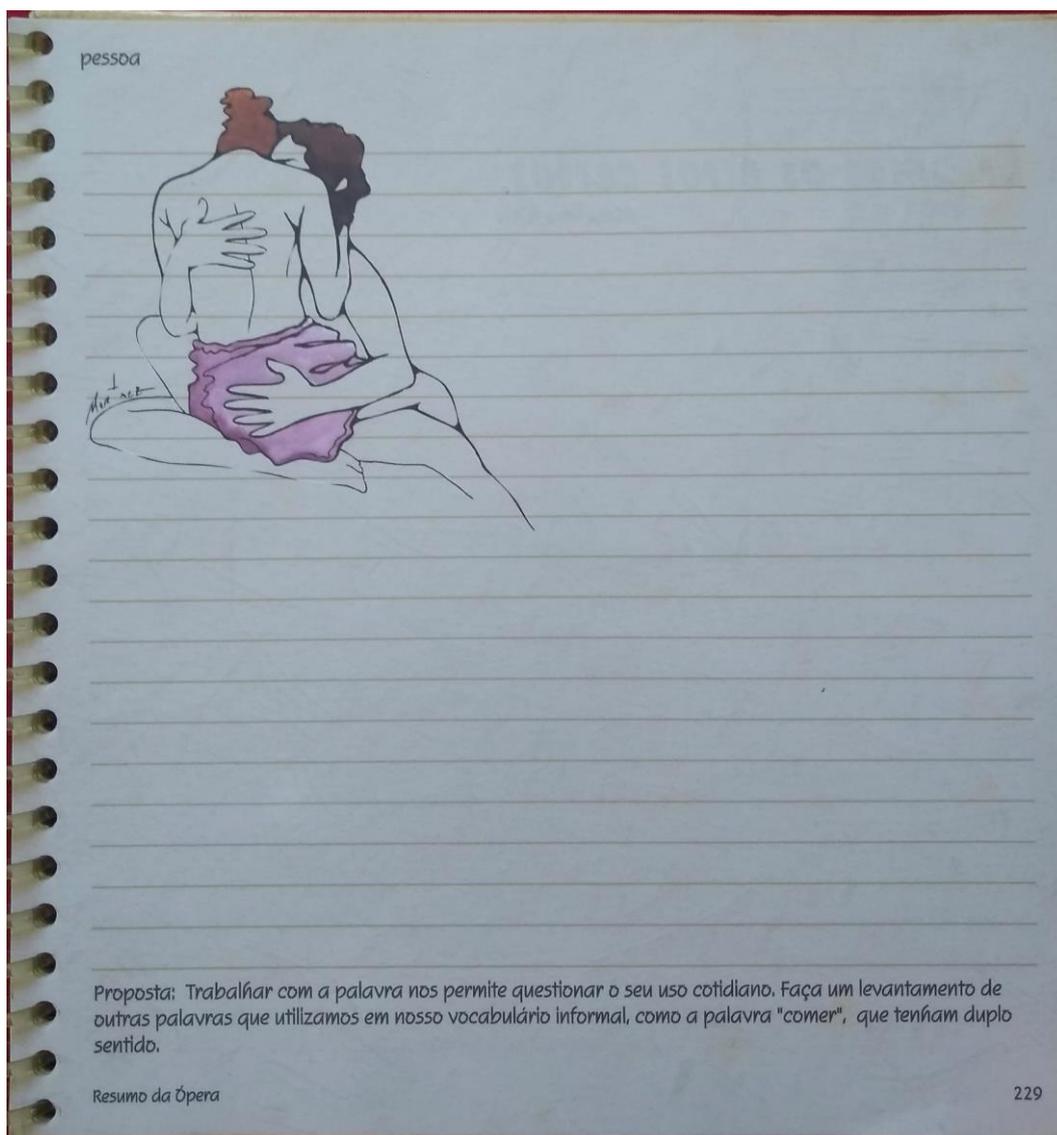


Figura 83 - Jardim secreto 2



Fonte: Acervo Lopes d'Almeida - Coleção Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

Na página 228 do Livro da tribo, na diagonal, está a provocação: “Como dizer quem come, se, quando nos amamos, temos a mesma fome? No rodapé da página seguinte, um convite à escrita: “Proposta: Trabalhar com a palavra nos permite questionar o seu uso cotidiano. Faça um levantamento de outras palavras que utilizamos em nosso vocabulário informal, como a palavra ‘comer’, que tenham duplo sentido” (MELLO; GARBELLINI, 2003, p. 228-229). A página 229 tem ainda um texto pictórico que complementa a proposta, respondida por Ana com anotações de datas nas quais se registram as observações de “presente” e “ausente”, que, supõe-se, referem-se aos momentos de intimidade do casal. Nas linhas 5 e 6 do registro, que pode ser visto na figura 82, vê-se que a escrita, mais uma vez, é compartilhada, pois parece haver mais um punho a grafar, o de seu esposo Regi.

Essa referência à intimidade subverte a prática de escrita até então encontrada no acervo e mostra uma apropriação da habilidade de escrever que foge aos tentáculos, por assim dizer, do poder imanente dos textos de seus predecessores nas práticas de escrita da família. Ela não parece preocupada na criação de uma imagem pia, escreve de si para si, escreve em parceria e dialoga com a palavra heterodoxa. É uma mulher que venceu as amarras do século XX e chega ao momento atual insinuando a história de outras manifestações de escrita feminina, que, certamente, já se desenvolvem por aí, mas às quais ainda não tivemos acesso, ainda não vislumbramos o “imenso jardim secreto” (PERROT, 2005, p. 503) das práticas de escrita privada, que é *quase* o mesmo que dizer, práticas de escrita feminina.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos pressupostos que orientam a História Social da Cultura Escrita, conforme Burke, Chartier, Castillo Gómez, Petrucci e vários outros cujos estudos balizaram a pesquisa realizada e aqui textualizada, chegamos às palavras finais do texto desta Tese, mas o faço com a compreensão de que muito ficou por dizer! Sim, afinal há muitos caminhos pelos quais poderia enveredar a partir dos documentos, e muitos caminhos trilhados ao longo do século XX. Os sujeitos que concorreram para as escolhas realizadas, por instigantes que se mostraram seus testemunhos, deixaram a vontade de continuar interrogando seus papéis e suas práticas.

O acesso à janela aberta pelos escritos dos *Lopes d'Almeida* só foi possível pela renovação do conceito de cultura e pela quebra de paradigmas ocorrida na historiografia, dando “voz” a sujeitos descomprometidos com o discurso oficial. Gostaria de me debruçar por mais tempo sobre os parapeitos das janelas que seus escritos abriram, afinal as possibilidades de leitura de seus textos são muito amplas. Nesse sentido, penso que ainda vou explorar bastante o acervo documental dos *Lopes d'Almeida*, para que continuemos escrevendo histórias sobre sua participação nas culturas do escrito. O reflexo da relação entre a escrita e o contexto sociopolítico, por exemplo, é um viés importante a ser abordado, sobretudo diante das atuais manifestações do conservadorismo no Brasil. Além disso, a dedicatória, os cartões e as fotografias constantes do acervo podem contar uma interessante história das práticas culturais do século XX.

O universo da história da escolarização em Juazeiro também é um recorte que não foi explorado neste estudo, mas apresenta uma demanda a respeito das práticas e representações sobre Educação em vigor no século XIX naquelas paragens. Embora alguns já tenham trilhado esse caminho, restam perguntas a serem realizadas, a respeito, por exemplo, das práticas desenvolvidas no Clube Comercial, que mantinha um espaço de formação de jovens e adultos, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho. Para além dessas possibilidades, frente ao volume e diversidade de textos dos arquivos, variados estudos acerca da penetração e difusão da língua escrita no Brasil podem ser realizados. Com esse fim, pretendo desenvolver projeto de organização do acervo na página do HISCULTE.

Os objetivos estabelecidos para a pesquisa proporcionaram reflexões sobre os usos efetivos da escrita como uma tecnologia indispensável às sociabilidades do mundo contemporâneo e à constituição da identidade dos sujeitos, dadas as funções dos escritos que produziram, dos sentidos que elaboraram para os diversos textos com que tiveram contato. A apropriação que fizeram das culturas do escrito é singular, porque sem precedentes de que se

tenha notícia, certamente, mas também é plural, dada a diversidade de gêneros textuais e de textos produzidos e preservados. Somos, definitivamente, sujeitos com papéis, como diz Artières, ou, nesse mesmo sentido, numa época em que o digital tem diversificado tanto as formas de interação, diria que somos sujeitos com textos.

A compreensão das práticas de escrita dos sujeitos demandou uma imersão nas condições sociopolíticas que proporcionaram a apropriação da escrita como o bem cultural que é. Assim, foi fundamental conhecer os discursos acerca do acesso à educação formal nas diversas constituições federais, nem sempre convertidos em políticas efetivas, e o modo pelo qual a escrita adquiriu relevância nas relações socioculturais em âmbito público e privado. Tal compreensão foi necessária, pois não é possível ao pesquisador da HSCE pensar as práticas dos sujeitos fora dos contextos de que emergem. Nesse sentido, a discussão sobre os progressos da alfabetização e sobre as políticas de acesso às culturas do escrito foi fundamental para situar a escrita como uma importante expressão da cultura ao longo do século XX. Trata, esse aspecto, do tempo da aquisição, dimensão indispensável para a compreensão da forma como os sujeitos têm acesso à escrita, conforme Castillo Gómez (2003a).

Depois de tudo que foi observado a respeito do contexto de produção, considerando os aspectos socioeconômicos, ideológicos e culturais relativos ao espaço de concepção dos textos e o sujeito produtor do testemunho, concluo que, para além da elaboração de memórias, que faz parte de suas ambições de escrita, existe um porquê mais profundo a mover os escreventes em seus contextos. Assim, cabe perguntar: que lacuna falta ser preenchida pelo sujeito que domina a habilidade da escrita? - e, nesse caso, dominar é uma excelente palavra! Cabe ainda uma pergunta: qual significado adquire a escrita para aquele que aprende a usá-la e o faz efetivamente? Respondo.

Para Egydio, a escrita concedia um *status* que o elevava acima do sujeito comum, colocando-o na primeira fila como aquele que detinha uma habilidade rara na multidão ainda não alfabetizada. Foi um modo de narrar suas conquistas e de passar para a posteridade uma autoimagem criteriosamente desenhada. Por meio de seu texto, a escrita exerceu seu poder cerceador de ditar comportamentos, de registrar tradições familiares a serem respeitadas e de formatar um modelo moral e intelectual considerado decente a ser seguido por seus descendentes. Contudo, dadas as suas pretensões, considero que seu melhor projeto foi sua filha primogênita, a herdeira de sua prática e de seus escritos.

Irmã Maria Evangelina, sua filha, deu um passo a mais em se irmanar com o poder, pois, além da escrita, com seu caráter quase mágico, ela tinha a seu favor a palavra sagrada como fundamento. Apropriava-se de um poder então concedido maiormente aos homens, e, mais

especificamente, aos homens cristãos. Por meio de sua escrita, ela criou um texto capaz de regular comportamentos e, para isso, aludia ao modelo de vida do pai, “homem santo” e ao discurso religioso, cuja retórica gira em torno da salvação das almas. Seguir o escrito, tal como seguir as escrituras, era então fundamental. A “salvação” está na palavra escrita, que guarda a “verdade”. Assim funcionava sua escrita, de modo a persuadir seu leitor a viver a vida ideal para um católico, não por ela, dizia, mas para sua própria salvação, para agradar a Deus. Suas palavras tinham a função de comunicar uma mensagem divina: “Foi pedindo a Nosso Senhor por vós, depois da Comunhão, que senti o desejo de vos escrever estas linhas, e assim fiz no mesmo dia”. Desse modo, a irmã, interlocutora entre o céu e a terra, ao organizar seus escritos, acatava a vontade divina e levava aos seus o modelo de vida que deveriam seguir.

Para as filhas de Egidio, o ingresso na cultura escrita também representou a ascensão a um mundo de possibilidades mais amplas para as mulheres. Naquele momento de transição entre os séculos XIX e XX, elas ingressavam nesse novo tempo como elementos de um projeto de nação no qual a mulher tinha mais oportunidades, conquistaria o voto e o mercado de trabalho. Essa mentalidade que se forjou na família nesse começo de século certamente permitiu que as novas gerações usufruíssem de mais oportunidades, tanto as proporcionadas por uma visão de mundo mais ampliada do grupo, quanto aquelas referentes aos avanços sociais, sobretudo no tangente à escolarização das massas, dimensão civilizatória que era uma das principais vias de acesso ao poder socioeconômico. Nesse sentido, os jornais tiveram papel fundamental para a disseminação das ideias de Nação pensadas para o público letrado, responsável por reproduzi-las socialmente.

Os filhos de Bellinha e Vladimir herdaram não apenas os escritos das gerações anteriores, suas memórias e o valor à educação. A escrita, como prática privada, foi a companheira de uma vida inteira para Célia, que narrou seu cotidiano, confessou seus medos e criou mundos para si. Após o casamento, ela saiu da cena pública de poder, passando a cuidar da casa e dos filhos, renunciando à faculdade de Engenharia que pretendia cursar. Com esse movimento, ela se voltou para o espaço privado historicamente destinado às mulheres. Mas a apropriação que fez da escrita permitiu que essa habilidade permanecesse em sua vida de forma mais intensa e introspectiva. Ela, com o uso que fez da escrita, parece representar o auge da introspecção proporcionada pela vida privada, que teve início em fins do século XVIII. Ela se apropriou de tal modo desse artefato cultural, utilizando-o com mais intimidade para dar significado à vida, para compor sua existência, para compreender a si mesma e as situações ao seu redor, mas também a utilizou para as necessidades cotidianas, para controlar suas contas e para interagir com seus pares.

Ana Elisabeth, herdeira das práticas e dos escritos familiares, representa a geração de descendentes que é tradição, mas também é cisão. Embora guarde com carinho o *Livro do papai* e todo acervo dos *Lopes d'Almeida*, sua escrita subverte as práticas que lhe antecederam. Seu diário se abre a outros punhos que lhe contradizem e que somam visões. Ela se mostra aberta aos textos de terceiros que cita, com mensagens carregadas de renovada visão de mundo. Sua escrita rompe os limites do silêncio imposto às mulheres e, ainda que de forma cifrada, acrescenta uma pitada de fogo aos “mil nadas” da intimidade feminina. Ela foi educada para conquistar os espaços públicos, o mundo do trabalho, a autonomia financeira. Nesse sentido, manteve-se a tradição da educação formal na família, demonstrativo de que o poder inerente à cultura escrita também foi apropriado pelos descendentes de Egydio e de Isabel. Ela representa uma geração livre das amarras dos escritos de um século.

Ainda em resposta às perguntas acima, digo que a apropriação da escrita aproxima os sujeitos do *divino*, afinal o mundo nos foi concedido por escrito! Milhões seguem a Palavra perpetuada nas escrituras sagradas, pelas quais outros milhões já mataram e já morreram! A apropriação da escrita também aproxima os sujeitos do oficial, palavras que ordenam a vida civilizada, guardam as leis, dão propriedade e legitimidade que valem como “verdade”. A apropriação da escrita outorga direitos sociais, como o voto, por muitos anos proibido para os brasileiros não alfabetizados; cria laços e dá elementos de prova, quando assinamos documentos; concede *status*, inclusive atualmente, quando o “textão” torna famosas as pessoas que interagem pelas redes sociais. A escrita é o instrumento de poder mais sofisticado criado pelo homem, capaz de atribuir valor de verdade que só outra habilidade igualmente importante pode ajudar a dirimir: a leitura.

Do estudo desenvolvido, compreendi que o domínio da escrita, além de ser uma importante conquista social, cujo acesso se ampliou ao longo do século XX, também proporcionou aos sujeitos da contemporaneidade a interação por meio de variados textos. Esse domínio permitiu a satisfação da necessidade fundamental de contar suas histórias, de dar substância à vida, de registrar o cotidiano e de sobreviver na memória das novas gerações. Através de sua prática de escrita, foi possível a esse grupo erigir monumentos por meio dos quais essas pessoas comuns saíram da margem para assumir o protagonismo, juntamente com outros sujeitos que fazem a História. Pessoas comuns que figuram como tema de estudos, mas não apenas isso. São sujeitos que têm tido a oportunidade de dar seu testemunho em contraponto ao discurso oficial, oferecendo um ponto de vista enriquecido das miudezas do cotidiano, uma escrita vernacular que aproxima o observador dos contextos de que trata. Nesse sentido, penso que a ampliação do acesso à alfabetização foi a grande contribuição do século XX para a

historiografia, que, neste exato momento, está ganhando mais um registro pelas mãos de algum anônimo que descreve seu cotidiano num diário, que elabora sua autobiografia, ou, como é possível neste mundo pós-moderno, mantém suas redes sociais alimentadas de seus escritos.

As práticas dos *Lopes d'Almeida* foram impulsionadas pela educação formal, que, ao longo do século, esteve acessível ao grupo, que sempre foi estimulado à aquisição das habilidades de ler e de escrever. Estimulados, portanto, à apropriação desse instrumento de poder que é a escrita, bem simbólico que divide a sociedade entre aqueles que têm acesso à cultura escrita e aqueles que fazem um uso passivo desse recurso.

Mas se os benefícios externos, da vida pública, foram importantes para que o grupo tivesse participação no mundo da escrita, os de ordem privada não foram menos. O legado de valores que circula entre o grupo tem forte significado nos usos que fazem da escrita e isso retroalimenta suas práticas. O *Livro do papai*, documento que guarda suas memórias mais antigas, é o monumento maior desses valores, pois deixou de ser de um indivíduo e passou a ser do grupo. Além disso, é um objeto memória carregado da simbologia de que trata Le Goff (2008), constituindo-se como ícone da criação de memória familiar desenvolvida pela família.

A função da escrita para esses indivíduos é a de criar memórias como forma de permanência no mundo, uma forma de remediar a finitude a que todos estamos sujeitos. Contudo, não basta sobreviver, é preciso que a imagem ideal permaneça, que a referência seja a melhor. Então dificilmente as fraquezas e vilanias farão parte da imagem criada. Daí a função do silêncio e do silenciamento, intrínsecos ao processo de criação de acervos e elementos substantivos da produção de memórias individuais e coletivas. Mas, mais forte que as omissões impostas por esses movimentos de ocultação, está o desejo de sobrevivência que une os gestos escritores dos sujeitos de diferentes gerações, como é possível vislumbrar nos exercícios de escrita mantidos pelos *Lopes d'Almeida*, cujas práticas se renovam e se distinguem. Esse acúmulo de memórias e de vozes que ressoam em seus escritos, que dialogam entre si e difundem seus valores familiares vão compor a “biblioteca infinita”, como nomeou Gimeno Blay (2001).

Quanto à tese defendida, compreendi que não apenas a carta é capaz de tornar presente o sujeito ausente, mas também aquela prática de escrita ordinária (FABRE, 1993), afetiva e de cunho autobiográfico, capaz de personificar o sujeito escrevente, enchendo o ambiente de sua presença quando relemos suas palavras e o reconhecemos nas expressões que utiliza, no que observa ao seu redor, no que seleciona como elemento de registro. Isso funciona para a família que está envolvida afetivamente com o indivíduo, mas também para outro leitor mais distanciado, como o pesquisador, que se sente aproximado dos escreventes por reconhecê-los

nos textos, distinguindo seus escritos em contato com as primeiras palavras. Frequentemente me senti assim em relação aos testemunhos que tinha em mãos.

Essa presentificação intermediada pelo texto ocorre em contato com o discurso aí presente, pois é nele que habitam as representações de que estavam imbuídas as pessoas que selecionaram os temas, sistematizaram os textos, recomendaram leituras e que, com suas práticas, criaram as condições para a difusão dos discursos. Mas também são responsáveis os sujeitos ocupados da conservação dos escritos, da acumulação, mediante seleção, de novos textos que formam a espiral da memória.

Assim, a memória escrita, quando sobrevive ao tempo, à negligência, à censura e à destruição voluntária, investida da força que a permanência dos suportes proporciona, ocupa seu lugar de responsável por manter vivo o passado dos indivíduos e das sociedades de que fazem parte. Independentemente da função social que tinham quando concebidos, esses textos passam a contar não apenas a história singular de seu autor, pois está localizado no tempo, no espaço e numa sociedade determinada. Isso proporciona à História Social da Cultura Escrita a possibilidade de investigação do passado por meio do olhar despretenso das pessoas comuns, permitindo o conhecimento do modo como lidavam com as formas de produção, de uso e de conservação dos escritos nas sociedades de que faziam parte. Desse modo, conhecer a produção dos textos-memória de uma família, elaborados e produzidos ao longo de um século, tirando do anonimato seus registros do cotidiano, constituiu-se gesto imperativo para o conhecimento das condições sob as quais escreviam e as funções sociais de seus escritos. Seus textos são da mais alta importância para o conhecimento de sociabilidades, tanto do passado recente quanto de um passado mais recuado, e, conforme disse Castillo Gómez (2004), alguns textos parecem voltados para o futuro, apresentam testemunhos como se seus autores estivessem pensando na história, em alguma forma mais ampla e justa de história.

Esses são os atores sociais que, com seus testemunhos, ajudaram a escrever parte da história das práticas de escrita do século XX, ao lado de quem deixo minha contribuição para o desenvolvimento do campo da História Social da Cultura Escrita no Brasil. Seus textos, vestígios de suas existências individuais, de sua passagem pelo mundo, dão testemunho de um contexto em que ler e escrever eram sinônimos de *status* e uma apropriação restrita a determinados segmentos sociais. O acervo que se compôs com seus escritos foi elaborado organicamente e reflete o desejo de permanência que o registro escrito facultou e um excepcional trabalho de memória, que, para além do registro familiar, contribui de forma significativa para a compreensão do escopo social e a reconstrução dos possíveis sentidos que a leitura e a escrita tinham para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. A instrução feminina como dote moderno: estudo comparado entre Brasil e Portugal na virada do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais [...]* Brasília: ANPUH, 2017. Disponível em: <https://shre.ink/czrf> . Acesso em: 12 ago. 2019.
- ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. 2. ed. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Ed. FAPESP, 2012.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Notas de literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Oliveira. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2003. p. 15-45.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura [...]*. 2001. 276 f. Tese (Concurso para Livre Docência na área de História do Brasil) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.
- ANTUNES, Arnaldo. N.D.A. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- ARQUIVO NACIONAL, Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: *Arquivo Nacional*, 2005. Disponível em: <https://acesse.one/dicionarioterminologiaarquivistica>. Acesso em: 5 ago. 2019.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34. 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARREIROS, Márcia Maria da Silva; SILVA, Caroline Santos. Histórias, memórias e literatura na Bahia republicana: a (re)invenção da literatura [...] In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais [...]* Natal: UFRN, 2013. p. 1-15. Disponível em: <https://is.gd/fxhiHA>. Acesso em: 2 ago. 2019.
- BARROS, Manuel de. *Memórias inventadas. A segunda infância*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.
- BELLINI, Lígia. Vida monástica e práticas da escrita entre mulheres em Portugal [...]. *Campus Social*, Salvador, n. 3/4, p. 209-218. 2006/2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/1941>. Acesso em: 22 fev. 2020.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento [...]*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- BORÔ, Antonio Monteiro de Mendonça. Roteiro de viagem do Brilhante na província do Mato-Grosso ao porto do Tibagy na província do Paraná por Antonio [...]. *O Dezenove de Dezembro*, ano 1, n. 6, 6 maio 1854. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/416398/per416398\\_1854\\_00006.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/416398/per416398_1854_00006.pdf). Acesso em: 9 set. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. 1ª reimp. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 183-191.
- BRECHT, Bertolt. Perguntas de um trabalhador que lê. In: BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913-1956*. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 166.
- BURKE, Peter. Cultura popular em la Europa moderna. Tradução Antonio Feros Carrasco; Sandra Chaparro Martínez. Edición en formato digital. Madrid: Alianza Editorial, 2014. Disponível em: <https://is.gd/EKtvUv>. Acesso em: 13 fev 2023.
- BURKE, Peter. Escutar o silêncio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 set. 1999. Suplemento Mais, p. 4. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1909199904.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.
- BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-58. 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071>. Acesso em: 25 maio 2021.

CANALI, Luca (ed.). *Ausonio*. La mosella e altre poesie. Note di Maria Pelegrini. Milano: Oscar Mondadori, 2011.

CARDONA, Giorgio Raimondo. Sociologia de la escritura. In: CARDONA, Giorgio Raimondo. *Antropologia del la escritura*. Tradução Alberto L. Bixio. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 87-126.

CARVALHO, Luís Osete. *A associação de pais e mestres na esteira do tempo de Juazeiro (BA): representações sobre infância, educação e cultura*. 2017. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) - Depto. de Ciências Humanas do Campus III, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2017.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Escritas, textos e leituras: tres formas de fazer história da cultura escrita. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (org.). *Escritas da história: circulação, leituras e recepções*. Tradução Leonardo Lennertz Marcotulio. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 55-96.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Educação e cultura escrita: a propósito dos escritos e cadernos escolares. *Educação*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/10366>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro. Madrid: Akal, 2006.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Hojas embetunadas y libros en papel: escritura y memoria personal en la España moderna. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 37-65, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v10n22/22696.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 3 n. 1[5], p. 93-124. 2003a. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38710>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Das mãos ao arquivo: a propósito da escrita das pessoas comuns. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 4. n. 1, p. 223-250, jul. 2003b.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Entre la necesidad y el placer: la formación de una nueva sociedad del escrito (ss. XII-XV). In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio. (coord.). *Historia de la Cultura Escrita*. Del Próximo Oriente Antiguo a la sociedad informatizada. Gijón: Ediciones Trea, 2002. p. 179-270.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. La pluma de Dios. Maria de Ágreda e la escritura autorizada. *Via Spiritus*, n. 6, p. 103-119. 1999. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3540.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ SANCHEZ, Carlos. Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre Historia Social de la Cultura Escrita. *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, Alcalá de Henares, n. 1, p. 133-168. 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10017/7465>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. De la paleografía a la historia. De las prácticas del escribir. In: BARROS, Carlos (ed.). *Historia a debate*, 2., 1993, Santiago de Compostela. *Actas [...]*. Santiago de Compostela: Historia a debate, 1995. p. 261-271. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/handle/10017/6838>. Acesso em: 13 maio 2020.

CAVALCANTE, Lidiane. O acervo Maria Franca Pires. *Blog literatura de Juazeiro-BA*. Juazeiro, 4 ago. 2007. Disponível em: <https://escritoresdejuazeiro.wordpress.com/2016/11/09/o-acervo-maria-franca-pires/>. Acesso em: 2 maio 2022.

CENTRAL DO BRASIL. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Le studio canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. (106 min.), son., color., Plataforma: Facebook.

- CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002a.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002b.
- CHARTIER, Roger. (org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Distrito Federal: Ed. UNB, 1994.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.) *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991b. p. 113-159.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. 4ª. reimp. São Paulo: Ática, 2002.
- CIVARDI, Luiz. *Formação para o apostolado da oração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1948. Disponível em: <https://is.gd/iAFVUP>. Acesso em 5 fev. de 2023.
- COHEN, Marcel. *La grande invention de l'écriture et son évolution*. Paris, Imprimerie nationale et Librairie Klincksieck, 1958.
- COUTINHO, José Lino. *Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral, político e religioso*. Salvador: Typographia de Carlos Poggette, 1849.
- COX, Richard J. *Arquivos pessoais: um novo campo profissional. Leituras reflexões e reconsiderações*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- CUNHA, João Fernandes da. *Memória histórica de Juazeiro*. Salvador: Gráfica ABC, 1978. (Digitalizado por Albano Souza Oliveira, 2012). Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6038/1/\\_Jo%c3%a3o.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6038/1/_Jo%c3%a3o.pdf). Acesso em: 25 maio 2018.
- CUNHA, João Fernandes da. *Município de Juazeiro (Bahia)*. Memória. (Separata dos anais do I Congresso de História da Bahia). Salvador: Tipografia Beneditina: IGHB, 1950.
- CUNHA, Maria Tereza Santos. História, Educação e civilidade: a correspondência como um saber escolar na Escola Normal entre as décadas de 1930 a 1960. *Santa Maria*, v. 30, n. 02, p. 121-138. 2005a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3742> Acesso em: 28 jan. 2023.
- CUNHA, Maria Tereza Santos. Viver, escrever, guardar: um estudo sobre diários pessoais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais [...]* Londrina: ANPUH, 2005b, p. 01-06. Disponível em: <https://is.gd/ghuytj> Acesso 25 jan. 2022.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver. Cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Câmara et al (org.). *Destinos das letras*. História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002. p. 75-87.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAMANTINO, Pedro. *Juazeiro da minha infância*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1959.

DIAS, José Alves. A consumação do golpe e o movimento estudantil baiano contra a ditadura. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 55, p. 195-212, mar. 2014. Disponível em: <https://is.gd/DIZpne>. Acesso em: 17 fev. 2023

DOURADO, Walter de Castro. *Juazeiro da Bahia à luz da história*. Juazeiro: Pref. Mun. de Juazeiro, 1983.

FABRE, Daniel. Introduction. In: FABRE, Daniel (org.). *Écritures ordinaires*. Paris: Centre Georges Pompidou: Bibliothèque Publique d'Information, 1993. p. 11-18. Disponível em: <http://www.edenlivres.fr/o/16/p/7215/excerpt>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FARIAS, Ana Cristina Santos. *O passado e o futuro da escrita privada em perspectiva global na longa história da cultura escrita*. Plano de pesquisa de estágio de doutorado sanduíche - Edital 01/2019. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2019.

FARIAS, Ana Cristina Santos. *Escrita privada à margem direita do Rio São Francisco no início do século XX*, v. 1, 2 e 3. 2014. 457 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003>. Acesso em: 1 fev. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Tradução Diana Myriam Lichtenstein *et al.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FOISIL, Madeleine. A escritura de foro íntimo. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.) *História da vida privada 3: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 113-159.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Tradução Antônio Fernando Cascais. Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. As técnicas de si. Tradução de Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. p. 1-23. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, v. IV, p. 783-813. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/tecnicas.pdf>. Acesso em 6 mar. 2023.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Instrumentos e suportes de escrita no processo de escolarização: [...]. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá, v. 16, n. 1, p. 297-334, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://is.gd/nn7vjl>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FRAIZ, Priscila. Arquivos familiares e pessoais: o fundo da família Carneiro. *Revista do Arquivo Público do Município de Indaiatuba*. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 54-58, jul. 2002.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a prática da liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Mensageiro do Coração de Jesus: orgam mensal do apostolado [...]. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mensageiro-coracao-jesus/004480>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Teodoro (org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 218-248.

GARCEZ, Angelina; SENA, Consuelo Pondé de. *Juazeiro: trajetória histórica*. Prefeitura Municipal de Juazeiro. Juazeiro: Gráfica Gutenberg, 1992.

GIMENO BLAY, Francisco M. Conservar la memoria, representar la sociedade. *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*. Madrid, n. 8, p. 275-293. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/58907941.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro (org.). Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127. 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069>. Acesso em: 11 fev. 2019.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://is.gd/XTAKLX>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GORHAM, Reginald. *Margens do S. Francisco perto de Sento Sé, 106*. [Salvador]: [s. n.], [1927]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 4 x 6 cm em cartão-suporte: 15,9 x 22,6. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=41972](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=41972). Acesso em: 9 jan. 2023.

GORHAM, Reginald. *Rio de S. Francisco, 72*. [Salvador]: [s.n.], [1927]. 1 foto, Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b, 7,4 x 13,6 em Cartão-suporte: 15,8 x 22,5. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=41914](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=41914). Acesso em: 9 jan. 2023.

GOULEMOT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.) *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991b. p. 359-390.

GUILLEN, Claudio. La escritura feliz: literatura y epistolaridad. In: GUILLEN, Claudio. *Múltiplas moradas*. Ensayo de literatura comparada. Barcelona: Tusquets, 1998. p. 177-233.

HAJNAL, Istvan. *L'enseignement de l'écriture aux universités médiévales*. 10. ed. Revue, corrigée et augmentée des manuscrits posthumes de l'auteur, avec un album de fac-similés par Laszlo Mezey. Budapest: Maison d'édition de l'Académie des Sciences de Hongrie, 1959.

HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Tereza Santos (org.). *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789 -1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Versão digital. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7738045/mod\\_resource/content/1/A%20Era%20das%20Revolu%C3%A7%C3%B5es-%20Eric%20Hobsbawm.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7738045/mod_resource/content/1/A%20Era%20das%20Revolu%C3%A7%C3%B5es-%20Eric%20Hobsbawm.pdf). Acesso em: 03 jun. 2022.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE: UNESCO, 1985.

IANNI, Octavio. A metáfora da viagem. In: IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 11-31.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LAGE, Ana Cristina Pereira; OLIVEIRA, Terezinha. Folhas para colher frutos: escrita biográfica e autobiográfica nos conventos femininos [...] *História da Educação*, v. 23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/81492>. Acesso em: 29 jan. 2022.

- LAGE, Ana Cristina Pereira. Mulheres de véu preto: letramento religioso das irmãs clarissas na América Portuguesa. *História. Questões e Debates*, v. 60, p. 107-131. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v60i1.38282>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 101-115. jul./dez. 2003. Disponível em: <https://is.gd/AiNDyF>. Acesso em: 3 jun. 2021.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão. 3ª reimp. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. De Rousseau à internet. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LIMA, Carollina Carvalho Ramos de. *Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)*. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Memória e família. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42. 1989. Disponível em: <https://is.gd/GV3iew>. Acesso em: 22 out. 2020.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. HISCULTE. Salvador, 2012. Disponível em: <https://www.prohpor.org/wwwprohpororghisculte>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORY, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009a.
- LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, progresso e infância na Salvador Republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto Ramos da; José Carlos Silva. *História da educação na Bahia*. Salvador, Arcadia, 2009b. p. 233-269.
- MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do poder*. Michel Foucault. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 38 n. 3, p. 197-217. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/5XrCTGSfCVtrkBgZ7tcpZch/?lang=pt#>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- McKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. (org.). *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013. p. 15-43.

- MELLO, Décio de; GARBELLINI, Regina. *Resumo da ópera: os melhores momentos do livro da tribo*, 1990-1999. São Paulo: Editora da Tribo, 2003.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Por trás do balcão: os cadernos da Coleção Cívica da Casa Cruz. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, v. III: séculos XIX-XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 363-378.
- NOBRE, Edianne dos Santos. O sagrado e a teatralização do mundo: espaços de salvação e purgação nos relatos das beatas do padre Cícero. *Revista História*. São Paulo, n.169, p. 381-409, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p381-409>. Acesso em: 6 set. 2019.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática [...]. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- OLIVEIRA, Sérgio de Freitas. As vozes presentes no texto acadêmico e a explicitação da autoria. *Pedagogia em Ação*, v. 6, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <https://is.gd/1UGP8c>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- ORLANDI, Eny Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eny Pulcinelli. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eny Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987. p. 239-276.
- OTTE, Georg. Rememoração e citação em Walter Benjamin. *Revista de Estudos de Literatura*. Belo Horizonte, v. 4, p. 211-223, out. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.4..211-223>. Acesso em: 25 maio 2021.
- PALMA FILHO, João Cardoso. *A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a era Vargas*. In: PALMA FILHO, João Cardoso. *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação*. 3. ed. São Paulo: PROGRAD: UNESP: Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60. 2005. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/10>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michele. Práticas de memórias femininas. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas. v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.
- PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.
- PETRUCCI, Armando. Para a história del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In: PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona. Gedisa Editorial, 1999. p. 25-39.
- PIMENTA, Jussara Santos. Vestígios autobiográficos na escrita de viagem: o “diário de bordo” (1934). *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*. Salvador, v. 2, n. 5, p. 343-358, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/about/editorialTeam>. Acesso em: 7 jul. 2019.
- REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.
- REVISTA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Anno II, n. 18-19, mar./abr. 1934, Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde Pública. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.museunacional.uffj.br/obrasraras/o/Rev\\_Nac\\_Edu\\_18-19/Completo\\_RNE\\_18-19.pdf](http://www.museunacional.uffj.br/obrasraras/o/Rev_Nac_Edu_18-19/Completo_RNE_18-19.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019.
- RIBEIRO, Edson. *Juazeiro na esteira do tempo*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1968.
- RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 605-611, jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000200008>. Acesso em: 11 set. 2019.
- RODRIGUES, Amélia. *Mestra e mãe: educação cívica e moral*. Bahia: Typ. Salesiana, 1929.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. *Formas de escolarização secundária e sócio-gênese de uma instituição escolar: o Ginásio Ruy Barbosa em Juazeiro, BA, (1953-1963)*. 2009. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos; CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Paleografia e historia de la cultura escrita: del signo a lo escrito. In: RIESCO TERRERO, Angel. (org.). *Introducción a la paleografía y la diplomática general*. Madrid: Síntesis, 1999. p. 21-31. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10017/6784>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SALOMÃO, Waly. *Algaravias: câmaras de ecos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

SAMPAIO, Theodoro. *O rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Disponível em: <https://is.gd/5PXXZY>. Acesso em 15 out. 2020.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia*. J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SAVIANI, Demerval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/BcRszVFxGBKxVgGd4LWz4Mg/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) *História da vida privada no Brasil*, v. 3; SEVCENKO, Nicolau (org.). *República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 423-512.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 39-62.

SIERRA BLAS, Verónica. Cartas para todos. Discursos, prácticas y representaciones de la escritura epistolar en la Época Contemporánea In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio (ed.). *Culturas del escrito en el mundo occidental del Renacimiento a la contemporaneidad*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015. p. 99-120.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A escola da ordem e do progresso (BRASIL: 1889-1930) *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v. 14, n. 24, p. 75-85, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeaba/files/2011/05/numero24.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. v. 3, séculos XIX-XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TEIXEIRA, Cid. As oligarquias na política baiana. In: LINS, Wilson *et al.* *Coronéis e oligarquias*. Salvador: EDUFBA: Ianamá, 1988. p. 37-40.

THOMPSON, Edward Palmer. History from below. In: THOMPSON, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org). Campinas: Ed. UNICAMP, 2001, p. 185-200.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. History from below. *The Times Literary Supplement*, 7 de abril de 1966, p. 279-280.

TIN, Emerson. Introdução. In: TIN, Emerson (org). *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Roterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 17-79.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*. Assis, v. 3, n. 1, p. 3-13, 2007. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1/452>. Acesso em: 17 jan. 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche. A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 1999. p. 183-212

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) *História da vida privada no Brasil*, v.1; SOUZA, Laura de Mello (org.). *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Las autobiografías, memorias y diarios como fuente histórico-educativa: tipología y usos. *Sarmiento*, Murcia, n. 3. p. 223-253, 1999. Disponível em: <https://is.gd/kJmuyM>. Acesso em: 4 set. 2022.

VIVES, Juan Luis. *Epistolario*. José Jiménez Delgado (ed). Madrid: Editora Nacional, 1978.

### Documentos oficiais

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF, Senado Federal: promulgada em 16 de julho de 1934.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF, Senado Federal: promulgada em 10 de novembro de 1937.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF, Senado Federal: promulgada em 18 de setembro de 1946.

BRASIL. Constituição (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF, Senado Federal: promulgada em 24 de janeiro de 1967.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, DF, Senado Federal: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: [http:// https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm). Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil: 1872, 1890 e 1920*. Rio de Janeiro, 1920. v. 4, pt. 4: população. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 1. 17 de outubro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em: 13 fev. 2022.

### Jornais

A MULHER e sua cultura intelectual. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, Anno I, n. 7, 14 de ago. de 1914, p. 6-7; Anno I, nº 8, 29 ago. 1914, p. 9-12. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031\\_1914\\_00007.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1914_00007.pdf). Acesso em: 17 fev. 2023.

BILHETES postais. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, Anno V, n. 133, 1 jan. de 1918, p. 40. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031\\_1918\\_00133.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1918_00133.pdf). Acesso em: 17 fev. 2023.

ESCOLAS do 17º districto Bangú. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro. Anno III, n. 40, 1 jan. de 1916, p. 12. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031\\_1916\\_00040.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1916_00040.pdf). Acesso em: 17 fev. 2023.

ESCOLA Normal. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro. Anno IV, n. 98, 2 de maio de 1917. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031\\_1917\\_00098.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1917_00098.pdf). Acesso em: 17 fev. 2023.

MOVIMENTO do apostolado no Brasil. *O mensageiro do coração de Jesus*. Itu. N. 2, Tomo I, julho de 1896. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/004480/per004480\\_1896\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/004480/per004480_1896_00002.pdf). Acesso em: 19 jun. 2023.

UMA MULHER bem desenvolvida é a admiração de todos os homens. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, Anno V, n. 133, 1 jan. de 1918, p. 15. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031\\_1918\\_00133.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1918_00133.pdf). Acesso em: 17 fev. 2023.

## APÊNDICE A - Cartas datiloscritas de Vladimir (1963) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>			
<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>TIPO:</b> datiloscrito	<b>QUANT.:</b> 29
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira		<b>UF:</b> RJ	<b>GÊNERO:</b> Carta
<b>DESTINATÁRIA:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>UF:</b> BA	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> pai/filha			
<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADE</b>
01	09 abr.	Negócios/vida privada	Manuscrito no verso; escrita ordinária: “blusões de linha ‘Peba’”
02	29 abr.	Negócios/vida privada	Conta manuscrita na lateral; frente e verso.
03	07 maio	Negócios/vida privada	
04	08 maio	Negócios	Frente e verso; sombra de cópia a carbono de uma nota fiscal; conta manuscrita no verso.
05	09 maio	Negócios	Escrita ordinária: “melhorar a facha dos moços”
06	17 maio	Negócios/vida privada	Manuscritos na lateral e abaixo do datiloscrito..
07	30 maio	Negócios/vida privada	Manuscrito na lateral
08	07 jun.	Negócios/vida privada	Manuscrito abaixo do datiloscrito.
09	12 jun.	Negócios/vida privada	Contas manuscritas no verso.
10	14 jun.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “Antonio está danado da vida”
11	17 jun.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “O grosso de compras ficará para quando vier mais gaita”.
12	25 jun.	Negócios/vida privada	Frente e verso; nota manuscrita no verso.
13	05 jul.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “[...] vou comprar exclusivamente o que me parecer de ‘encher o olho’”.
14	10 jul.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “velhote”; “beijocas para os traquinas”
15	17 jul.	Negócios	Frente e verso; despedida e conta manuscritas no verso.
16	19 jul.	Negócios	Datiloscrito em meia página A4 sem timbre.
17	22 jul.	Negócios/vida privada	Datiloscrito em meia página A4 sem timbre.
18	30 jul.	Negócios	Observação manuscrita; escrita ordinária: “ERVA”.
19	13 ago.	Negócios/vida privada	Dia do Papai.
20	21 ago.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: ficar “limpos”; anotação no verso: Célia Bezerra.
21	29 ago.	Negócios	Despedida manuscrita na lateral; escrita ordinária: “bagulhos”.
22	10 set.	Negócios	Despedida manuscrita; orientação sobre perguntas na lateral; manuscritos no verso.
23	18 set.	Negócios/vida privada	Referência ao contexto sociopolítico nos seguintes termos: “perturbações” promovidas pelos “comunistas”.
24	25 set.	Negócios/vida privada	Despedida manuscrita.
25	14 out.	Negócios/vida privada	Datiloscrito em meia página A4 sem timbre; observação manuscrita na lateral.
26	13 nov.	Negócios/vida privada	Referência à sonegação de impostos.
27	16 dez.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita abaixo.
28	20 dez.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita abaixo.
29	27 dez.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita abaixo.
<b>OBSERVAÇÕES:</b>			
As cartas, em sua maioria, estão em papel A4 (29,7x21cm), identificadas com timbre contendo o nome VLADIMIR GIL FERREIRA e seu endereço comercial. As páginas estão perfuradas na lateral esquerda, indicando que foram arquivadas. Há marcas do tempo nas extremidades, nas quais faltam pequenos pedaços e marcas de dobras; algumas folhas têm manchas escuras.			

## APÊNDICE B - Cartas manuscritas de Vladimir (1963) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>			
<b>Coleção:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>TIPO:</b> manuscrito	<b>QUANT.:</b> 16
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira		<b>UF:</b> RJ	<b>GÊNERO:</b> Carta
<b>DESTINATÁRIA:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>UF:</b> BA	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> pai/filha			
<b>DATA</b>	<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	
01	s.d.	Negócios	Manuscrito com indicação do destinatário.
02	s.d.	Negócios/vida privada	Manuscrito em papel (pardo) de 19,7x15,5cm.
03	s.d.	Negócios	Manuscrito em folha de 19,5x15,2cm; frente e verso.
04	s.d.	Negócios	Manuscrito em folha de 20,3x15,6cm; escrita ordinária: assina "O velho Miro"; contas de multiplicação e de divisão no verso.
05	s.d.	Negócios	Manuscrito em folhas de 23x15,7cm; assina como Miro e como Gil.
06	04 jun.	Negócios	Manuscrito em papel timbrado
07	18 jun.	Negócios/vida privada	Manuscrito no verso de um discurso de Getúlio Vargas publicado em "A NOVA POLÍTICA DO BRASIL (Vol. n.º - pags. 139 a 145)".
08	20 jun.	Negócios	Bilhete escrito em meia folha de papel A4; frente e verso.
09	jul.	Negócios	Manuscrito em folha de 20,3x15,4cm. Não há datação, o mês foi inferido conforme nota fiscal (32) aludida no texto. Sem indicação do destinatário. Escrita ordinária: "tim-tim por tim-tim".
10	jul.	Negócios/vida privada	Manuscrito em papel timbrado; frente e verso. A parte da data que se refere ao dia está danificada.
11	6 jul.	Negócios/vida privada	Manuscrito em papel timbrado; frente e verso.
12	13 jul.	Negócios	Bilhete em duas folhas manuscrito em folha de 20,3x15,4cm; nota no verso da segunda página.
13	23 jul.	Negócios	Manuscrito em folha de 20,3x15,4cm.
14	10 ago.	Negócios/vida privada	Manuscrito em folha de 20,3x15,4cm; escrita ordinária: "Abraço o gordo, beije os pintinhos"; nota no verso da terceira página.
15	07 set.	Negócios	Manuscrito em folha de 20,3x15,4cm; escrita ordinária: "Os outros já desceram pelo cano"; nota no verso.
16	28 dez.	Negócios	Manuscrito em folha de 20,3x15,4cm; frente e verso.
<b>OBSERVAÇÕES:</b>			
As correspondências manuscritas, que têm entre 1 e 4 páginas, foram consideradas como cartas, por sua extensão, embora algumas sejam bilhetes. Num trabalho mais específico com esse material, é importante observar critérios de distinção.			
As páginas estão perfuradas na lateral esquerda e, às vezes, na parte superior, indicando que foram arquivadas. Há marcas do tempo nas extremidades, nas quais faltam pequenos pedaços; há marcas de dobras nas extremidades; algumas folhas têm manchas escuras.			

## APÊNDICE C - Cartas datiloscritas de Vladimir (1964) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>			
<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>TIPO:</b> datiloscrito	<b>QUANT.:</b> 28
<b>REMETENTE:</b> VLADIMIR GIL FERREIRA		<b>UF:</b> RJ	<b>GÊNERO:</b> Carta
<b>DESTINATÁRIA:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>UF:</b> BA	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> pai/filha			
<b>DATA</b>	<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADE</b>	
01	06 jan.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita abaixo; escrita ordinária: “[...] despachar todo esse bagulho”.
02	06 fev.	Negócios	Datiloscrito em folha de 20,3x15,4cm.
03	07 fev.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita; escrita ordinária: “Eu sou macaco muito velho”.
04	19 fev.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “O meu novo neto Ricardo é bem valente. Dá mijadas a um metro de distância”.
05	10 mar.	Negócios	Escrita ordinária: “[...] a época é para trocar papel pintado por mercadoria [...]”; “Beijos na miuçalha”.
06	19 mar.	Negócios/vida privada	Carta com cópia em papel seda; nota manuscrita na parte inferior; telefone do Rio de Janeiro anotado no verso.
07	25 mar.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “Há dias venho namorando umas blusas”.
08	13 abr.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita na lateral (capas para os meninos).
09	27 maio	Negócios/vida privada	Datiloscrito em frente e verso; nota manuscrita no verso.
10	04 jun.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “Estou premeditando escrever muitas cartas para a ninhada”.
11	16 jul.	Negócios/vida privada	Nota no verso; bilhete manuscrito de Maria para Célia. Escrita ordinária: “[...] importante é o repouso para giboar”
12	21 jul.	Privada/alusão aos negócios	Datiloscrito em folha de 20,3x15,4cm.
13	21 jul.	Negócios/vida privada	Trecho datiloscrito em vermelho.
14	27 jul.	Negócios/vida privada	Datiloscrito em frente e verso; nota manuscrita no verso.
15	30 jul.	Negócios/vida privada	Trechos destacados em vermelho.
16	03 ago.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita na lateral e na parte inferior.
17	12 ago.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita na lateral; no verso da página, bilhete para José, esposo de Célia.
18	21 ago.	Negócios	Inclui extenso bilhete manuscrito com data do dia 22/7/64
19	25 ago.	Negócios/vida privada	Nota manuscrita no verso.
20	24 set.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “Beije os pintinhos”. Nota manuscrita.
21	13 out.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “O pimpolho parece uma bobina em movimento ininterrupto. [...] Como pula o fedelho.
22	23 out.	Negócios/vida privada	Alusão à saúde das crianças.
23	27 out.	Privada/alusão aos negócios	Carta com cópia em papel seda cor de rosa com nota manuscrita na parte inferior; Data corrigida manualmente.
24	25 nov.	Negócios	“Lembranças as velho José e aos mocinhos e mocinhas”.
25	27 nov.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: “[...] não toquem neste assunto a ninguém para não levantar a lebre para os outros mais espertos”. Nota manuscrita na lateral.
26	01 dez.	Negócios	Escrita ordinária: “É preciso arrancar o couro e o cabelo dos clientes e desprezar os mais especuladores que fazem um jogo indecente dizendo que compram por duas patacas aquilo [...]”.
27	08 dez.	Privada/alusão aos negócios	Nota manuscrita na lateral.
28	14 dez.	Privada/alusão aos negócios	Abaixo da carta há um bilhete manuscrito; uma parte da carta rasgada, mas o pedaço foi preservado.
<b>OBSERVAÇÕES:</b>			
As cartas, em sua maioria, estão em papel A4 (29,7x21cm) com timbre contendo o nome VLADIMIR GIL FERREIRA e seu endereço comercial. As páginas estão perfuradas na lateral esquerda, indicando que foram arquivadas. Faltam pequenos pedaços nas extremidades e há marcas de dobras; algumas folhas têm manchas escuras. As cartas indicadas com (*) foram datilografadas em meia folha A4, em papel comum, sem timbre. As cópias das cartas não foram contabilizadas.			

## APÊNDICE D - Cartas manuscritas de Vladimir (1964) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>			
<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>TIPO:</b> manuscrito	<b>QUANT.:</b> 43
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira		<b>UF:</b> RJ	<b>GÊNERO:</b> Carta
<b>DESTINATÁRIA:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>UF:</b> BA	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> pai/filha			
<b>DATA</b>	<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	
01	jan. 64	Negócios	Folha de 20,3x15cm. Referência ao despacho de 10 de janeiro.
02	10 jan.	Negócios	Folha de 20,3x15cm.
03	02 fev.	Negócios/vida privada	Folha de 20,3x15cm; escrita ordinária: "Acho que dessa vês vou estourar o resto do dinheiro".
04	17 fev.	Negócios/vida privada	Folha de 19,5x15,1cm; frente e verso.
05	23 fev.	Negócios/vida privada	Folha de 19,5x15,1cm; frente e verso. Escrita ordinária: "Na proxima semana deve entrar uns trocados".
06	02 maio	Negócios/vida privada/política	Folha de 19,5x15,4cm; no verso da folha 3, alusão à Ditadura.
07	05 maio	Negócios	Folha de 19,5x15,4cm; frente e verso.
08	10 maio	Negócios/vida privada	Folha de 19,5x15,4cm.
09	14 jun.	Negócios	Folha de 19,5x15,4cm.
10	22 jun.	Negócios	Meia página de papel A4 (15,8x21,5cm).
11	28 jun.	Negócios	Folha de 19,5x15,4cm; frente e verso; escrita ordinária: "Beleza e belezinhas não andam dando sopa aos pontapés"; "Abraços p <sup>a</sup> voce e o José com mil beijos para os pintainhos".
12	02 jul.	Negócios/vida privada	Folha de 19,5x15,4cm; frente e verso.
13	04 jul.	Negócios/vida privada	Folha de 19,5x15,4cm; frente e verso.
14	04 jul.	Negócios/vida privada	Manuscrito em 4 folhas de 19,5x15,4cm; as folhas 1 e 3 têm nota no verso em vermelho; anotação lateral na folha 4.
15	11 jul.	Negócios/vida privada	Folha de 19,5x15,4cm; frente e verso.
16	18 jul.	Negócios/vida privada	Folha de 21x15,7cm; frente e verso.
17	20 jul.	Negócios/vida privada	Manuscrito em papel timbrado tamanho A4.
18	26 jul.	Negócios/vida privada	Folha de 21x15,7cm; frente e verso.
19	1º ago.	Negócios	Folha de 21x15,7cm; frente e verso;
20	06 ago.	Negócios	Folha de 21x15,7cm; frente e verso; nota em vermelho.
21	08 ago.	Negócios	Nota no verso.
22	11 ago.	Negócios	Folha de 21x15,7cm; frente e verso.
23	16 ago.	Negócios/vida privada	"Beijos para os pintinhos"
24	02 set.	Negócios	Papel tamanho carta, com pautas.
25	05 set.	Negócios	Folha de 21x15,7cm; frente e verso.
26	08 set.	Negócios	Papel tamanho carta, com pautas.
27	12 set.	Negócios/vida privada	Folha de 21x15,7cm; frente e verso.
28	17 set.	Negócios/vida privada	Folha de 21x15,7cm; frente e verso.
29	19 set.	Negócios/vida privada	Folha de 21,2x15,6cm; frente e verso.
30	29 set.	Negócios	Papel timbrado tamanho A4.
31	30 set.	Negócios	Folha de 20,3x15cm; presença de rasura; página danificada.
32	08 out.	Negócios	Folha de 20,3x15,5cm.
33	22 out.	Negócios	Folha de 20,3x15,5cm; nota no verso.
34	05 nov.	Negócios/vida privada	Folha de 20,3x15,7cm.
35	11 nov.	Vida privada/alusão a negócios	Folha de 20,3x15,7cm; nota no verso.
36	15 nov.	Negócios/vida privada	Folha de 20,3x15,7cm.
37	19 nov.	Negócios	Folha de 20,3x15,7cm; frente e verso.
38	21 nov.	Negócios	Folha de 20,3x15,7cm; frente e verso.
39	26 nov.	Negócios	Folha de 20,3x15,7cm.
40	11 dez.	Negócios/vida privada	Folha pautada de 25,8x20,1cm.
41	16 dez.	Negócios/vida privada	Folha de 20,3x15,7cm.
42	25 dez.	Negócios/vida privada	Duas folhas de 19,7x15,5cm.
43	29 dez.	Negócios/vida privada	Folha de 20,3x15,7cm; frente e verso.
<b>OBSERVAÇÕES:</b>			

## APÊNDICE E - Cartas datiloscritas de Vladimir (1965) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>			
<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>TIPO:</b> datiloscrito	<b>QUANT.:</b> 04
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira		<b>UF:</b> RJ	<b>GÊNERO:</b> Carta
<b>DESTINATÁRIA:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>UF:</b> BA	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> pai/filha			
<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADE</b>
01	22 jan.	Vida privada/alusão aos negócios	Escrita ordinária: “[...] estou esperando exames de laboratório para confirmar o bom estado do esqueleto”.
02	23 fev.	Vida privada/alusão aos negócios	Escrita ordinária: “[...] para que ele saiba e seja realmente informado tim-tim por tim-tim acerca do tratamento”.
03	08 mar.	Vida privada	Palavra corrigida à mão: “cançado”; página cortada na parte superior esquerda; marcas de ferrugem na lateral.
04	18 mar.	Negócios/alusão à vida privada	Datiloscrito em meia página A4 sem timbre; trecho manuscrito abaixo; marcas de ferrugem na lateral.
<p>As cartas, em sua maioria, estão em papel A4 (29,7x21cm), identificadas com timbre contendo o nome VLADIMIR GIL FERREIRA e seu endereço comercial. As páginas estão perfuradas na lateral esquerda, indicando que foram arquivadas. Há marcas do tempo nas extremidades, nas quais faltam pequenos pedaços e marcas de dobras; algumas folhas têm manchas escuras.</p>			

## APÊNDICE F - Cartas manuscritas de Vladimir (1965) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>			
<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>TIPO:</b> mauscrito	<b>QUANT.:</b> 06
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira		<b>UF:</b> RJ	<b>GÊNERO:</b> Carta
<b>DESTINATÁRIA:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>UF:</b> BA	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> pai/filha			
<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADE</b>
01	jan.	Negócios	Alusão à carta do dia 05.
02	11 jan.	Negócios	Duas folhas de 19,7x15,5. No verso de cada uma das páginas estão cópias em carbono das notas 69 e 70 emitidas no mês de janeiro.
03	28 jan.	Negócios/vida privada	Manuscrito em papel timbrado; anotações no verso.
04	16 fev.	Negócios/vida privada	Escrita ordinária: "Sentem-se felicíssimos, de nada se queixam, pintam o sete e comem como ratos".
05	04 mar.	Negócios/vida privada	Manuscrito em papel seda com timbre contendo o nome de ANTONIO CARLOS D'ALMEIDA FERREIRA, irmão de Célia, filho de Vladimir.
06	06 mar.	Vida privada/alusão aos negócios	Trecho: "Para meu amigo Orosinho Santos foi uma luta terrível para os primeiros quilinhos e agora que saiu dos 115 quilos para 90 quilos está ligeiro como um gato sobre brasas"; anotação na lateral; extremidades danificadas.
<b>OBSERVAÇÕES</b>			

## APÊNDICE G - Carta datiloscrita de Vladimir (1966) - Coleção Célia Almeida Gil Ferreira

<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>			
<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>TIPO:</b> datiloscrito	<b>QUANT.:</b> 01
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira		<b>UF:</b> RJ	<b>GÊNERO:</b> Carta
<b>DESTINATÁRIA:</b> Célia Almeida Gil Ferreira		<b>UF:</b> BA	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> pai/filha			
<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADE</b>
01	14 dez.	Negócios/vida privada	Carta em papel seda, cor de rosa, de 27,9x20,7cm; trecho: "Recebi a cartinha de Graça Maria e não vou responde-la por absoluta falta de tempo pois agora mesmo vou sair para Niteroi onde tenho quecentar resolver um caso com a Secretária de Fianças".
<b>OBSERVAÇÕES:</b>			
O papel de seda cor de rosa, em geral, é utilizado para a cópia de cartas, mas ele datilografou e assinou nessa folha.			

APÊNDICE H - Cartas diversas		
<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>	<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira	
<b>REMETENTE:</b> Sônia Maria - [RJ]	<b>DESTINATÁRIO:</b> Célia (BA)	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> cunhada	<b>GÊNERO:</b> Carta	<b>DATA:</b> [s.d.]
<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	
Vida privada.	Sônia Maria vivia no Rio de Janeiro e fazia parte do quadro de relações próximas de Célia, sempre aludida nas correspondências familiares. Não consegui identificar o grau de parentesco.	
<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>	<b>COLEÇÃO:</b> Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho	
<b>REMETENTE:</b> Padre Francisco Ayres (BA)	<b>DESTINATÁRIO:</b> SRA. ELIZABETH (BA)	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> religiosa	<b>GÊNERO:</b> Carta	<b>DATA:</b> 21/10/1923
<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	
Pedido de casamento.	Embora escrevesse para a mãe da jovem Elisabeth, de nome Isabel Carolina, o padre a trata por "Sra. Elizabeth". Ao que parece, a confusão pode ter ocorrido em função dos apelidos de mãe e filha: Dona Bela e Bellinha, respectivamente.	
<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>	<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira	
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira	<b>DESTINATÁRIO:</b> Santos Pereira	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> amizade	<b>GÊNERO:</b> Declaração	<b>DATA:</b> 29/09/1964
<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	
Vida privada.	Exposição acerca de correspondência extraviada e política. Trecho: "Não cheguei a preocupar-me demasiadamente com o extravio de minha carta de princípios de abril porque o seu conteúdo era francamente e talvez entusiasticamente pela revolução".	
<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>	<b>COLEÇÃO:</b> Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho	
<b>REMETENTE:</b> Vladimir Gil Ferreira (RJ)	<b>DESTINATÁRIO:</b> José Bezerra (BA)	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> sogro/genro	<b>GÊNERO:</b> Carta	<b>DATA:</b> 04/12/1964
<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	
Negócio.	Abaixo da data, a informação de que se trata de correspondência "CONFIDENCIAL". Informa acerca do interesse de uma empresa em adquirir o "ASTRO", embarcação pertencente a José.	
<b>Acervo Lopes d'Almeida</b>	<b>COLEÇÃO:</b> Célia Almeida Gil Ferreira	
<b>REMETENTE:</b> Antonio	<b>DESTINATÁRIO:</b> Celoca (Célia)	
<b>NATUREZA DA RELAÇÃO:</b> irmão	<b>GÊNERO:</b> Carta	<b>DATA:</b> 22/02/1965
<b>TEOR</b>	<b>PARTICULARIDADES</b>	
Vida privada.	Acima da data, a identificação: "Boletim dos Garôtos nº 8". Trata-se de uma carta dando notícias dos filhos de Célia, que passavam férias com o tio Antônio, no Rio de Janeiro.	
Fonte: Acervo Lopes d'Almeida		

**APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista:****ESCRITOS E GUARDADOS: CEM ANOS DE ESCRITA PRIVADA DE UMA FAMÍLIA BAIANA AO LONGO DO SÉCULO XX**

ENTREVISTADA: Ana Elisabete Bezerra Xavier Coutinho

ENTREVISTADORA: Ana Cristina Santos Farias

MEIO: Telefone

Entrevista gravada no dia 13 de agosto de 2020.

Roteiro de perguntas

1. O que você sabe sobre Egydio?
2. O que você sabe sobre Isabel Carolina, esposa de Egydio?
3. Em que Aristhenes trabalhava?
4. Você sabe quando a família migrou para Salvador?
5. Você sabe o que aconteceu com a escola de D. Isabel em Juazeiro?
6. Por que você acha que Egydio escreveu o Livro do papai?
7. Quais pessoas da família leram o Livro do papai?
8. Que outras pessoas da família têm o hábito de escrever? O que escrevem?
9. Qual a importância desses documentos para você?
10. O que sua mãe dizia sobre o Livro do papai?
11. Como as outras pessoas da família se sentem em relação a esse material?
12. Como pessoas mais jovens da família conhecem esse acervo? O que dizem dele?
13. Você conheceu a irmã Maria Evangelina? Como ela era? Como era sua relação com a família?
14. A irmã Maria Evangelina visitava a família?
15. Você sabe quantas filhas de Egydio se tornaram freiras?
16. Como era sua mãe? Do que ela gostava?
17. O que sua mãe dizia em relação aos estudos dos filhos?
18. Celia costumava comentar como era a escola dela?
19. O que Celia dizia sobre o ingresso no mercado de trabalho?
20. Ela chegou a comentar porque escolheu ser contadora?
21. Por que sua mãe queimou seus diários na década de 70?
22. Ela comentava sobre a própria escrita?
23. Celia tinha algum hobby?
24. Como era a relação de Celia com o pai (Vladimir)?
25. O marido de Celia (José Bezerra) costumava interferir em sua prática de escrita?

26. Por que você acha que não havia referência a seu pai (José) nos diários de sua mãe?  
Como era a relação deles?
27. Como você resumiria a personalidade de sua mãe?
28. Que memórias você tem da infância relacionadas à leitura e à escrita?
29. Como/Onde você aprendeu a ler e a escrever?
30. Com que idade você ingressou na escola?
31. Você acha que sua família foi privilegiada em relação à educação? Por quê?
32. O que você mais gosta de ler?
33. Você mantém uma biblioteca?
34. Você chegou a se corresponder com seu avô (Vladimir)?
35. Sua mãe costumava ler para você? Em que ocasião?
36. Você alguma vez leu os diários de sua mãe?
37. O que você acha que motiva uma pessoa a escrever diários pessoais?
38. Você escreveu dois diários de viagem. O que te motivou?
39. O que você faz com os materiais escritos que chegam até você? Por quê? Guardava até papel de presente com dedicatória. Atualmente, não joga as conversas do zap fora, pois gosta reler o que foi conversado. Sempre registrou as viagens, mas nem sempre preservou. Jogou fora a maior parte dos relatos. Diz que herdou o hábito de usar agenda da mãe.
40. Você sempre teve o hábito de registrar suas viagens? Como?
41. O que você acha de os escritos de sua família estarem sendo estudados na universidade?
42. O que significam os escritos de Eduardo para você?
43. Como era a personalidade de Eduardo?
44. Eduardo sabia que tinha depressão?
45. Eduardo continuou a escrever depois de adulto? O que ele escrevia? Onde estão esses textos?
46. Por que você se tornou a guardiã desse acervo?
47. Qual você acha que será o futuro desses escritos? O que você espera que seja feito?
48. No futuro, quem se encarregará de guardar esse material?
49. O que você acha mais interessante, diários de viagem ou diários pessoais? Por quê?
50. O que você sabe sobre os saraus promovidos na casa de Egydio? Quem te contou?
51. Como Egydio, Maria Evangelina, Vladimir, Célia e Eduardo se sentiriam ao saber que seus escritos são objeto de estudo?